

Edi de Freitas Cardoso Júnior

**Experiência e poder na *urbe* em expansão:**  
"cultura política popular" em Montes Claros/MG  
entre 1930 e 1964

Belo Horizonte  
2008

Edi de Freitas Cardoso Júnior

**Experiência e poder na *urbe* em expansão:  
“cultura política popular” em Montes Claros/MG  
entre 1930 e 1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História, Tradição e Modernidade:  
Política, Cultura e Trabalho

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientador: Prof. Dr. João Pinto Furtado

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH  
2008



Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação intitulada *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*, de autoria do mestrando Edi de Freitas Cardoso Júnior, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. João Pinto Furtado – FAFICH/UFMG – Orientador

---

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Mota – FAFICH/UFMG

---

Profª. Dra. Regina Célia Lima Caleiro – CCH/UNIMONTES

---

Prof. Dr. Eduardo França Paiva  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História  
FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 06 de junho de 2008

Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte – Cep.: 31270-901 – Tel.: (31)34995068

A Edi de Freitas Cardoso e Maria Eufêmia Costa de Freitas.  
Com amor, gratidão, respeito e admiração absolutos.

## **Agradecimentos**

A realização de um trabalho como este, de certo, exige prolongados momentos de solidão. Mas o silêncio é apenas parte do ambiente que necessitamos para materializá-lo. A matéria-prima principal, colhemos ao longo do caminho, não só nas aulas, livros e documentos, mas na pluralidade do dia-a-dia. Há nas páginas que se seguem muitas, portanto, cores alheias, frutos de contribuições ponderadas, espontâneas e até inconscientes, todas de inestimável valor. Juntas, forneceram-me as condições de que necessitei para cumprir o compromisso assumido há dois anos. As limitações do resultado, não obstante, assumo-as inteiramente, sem esquecer suas razões objetivas, respeitantes ao contingenciamento do tempo, do acesso às fontes, etc.

Ao fim, as sensações de dívida, gratidão e satisfação só aumentam diante da memória das dificuldades superadas ou contornadas. O professor João Pinto Furtado teve participação central nesta dissertação enquanto orientador. Ouvi-lo e, na medida de minhas possibilidades, tentar aplicar fielmente os seus argutos conselhos, abriu proveitosamente meus horizontes sobre o nosso objeto de pesquisa, com notórios ganhos ao produto final. No entanto, sua contribuição ultrapassou o que determina estritamente o vínculo acadêmico. Devo agradecê-lo, ainda, ter desfrutado a especial gentileza que o distingue, para mim, motivo da confiança que demonstrou em meu trabalho, da liberdade e conforto que me concedeu para realizá-lo, permitindo que, sem grandes traumas, eu acomodasse esta tarefa entre meus demais afazeres.

Acredito que a experiência acadêmica se faça especialmente edificante em virtude dessa combinação. Nesse sentido, tenho sido até aqui muito feliz quanto aos meus orientadores. Assim, é para mim razão de alegria e honra termos na banca avaliadora deste trabalho a professora Regina Célia Lima Caleiro, que com sensibilidade, paciência e rigor orientou-me na graduação. Por ter acompanhado de modo imprescindível esta pesquisa desde os primeiros passos e, há vários anos, lecionar na Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, acumulando conhecimento privilegiado sobre a história da região e o universo investigado, a convidamos para esta ocasião, pressupondo o quanto seria enriquecedora a sua presença. Aproveito pois o ensejo para reiterar-lhe minha gratidão por tudo.

A participação do professor Rodrigo Patto Sá Motta enquanto avaliador deste trabalho afigurou-se desde muito cedo incontestável. A disciplina por ele ministrada no primeiro semestre do Curso, *Culturas políticas na história: estudos de caso*, revelou-se inigualavelmente importante ao desenvolvimento desta pesquisa. Facultou-nos excelente oportunidade para que nossa abordagem fosse aprimorada e experimentada, beneficiando-se de suas competentes reflexões e sugestões. Servimo-nos de sua criteriosa leitura, igualmente com muito proveito, em nosso exame de qualificação. Somos gratos a ele, portanto, por suas evidentes contribuições e disponibilidade em atender aos nossos convites. Ao professor Luiz Carlos Villalta, que também integrou nossa banca de qualificação, agradecemos os comentários enriquecedores, as observações sutis, o tratamento amistoso e encorajador. Suas indicações, do mesmo modo, podem ser percebidas em vários pontos deste texto.

O apoio da Secretaria de Pós-Graduação em História junto a nós alunos, oferecendo-nos informações e recursos imprescindíveis ao bom desenvolvimento de nossas atividades acadêmicas, fora outro fator de grande importância ao longo desta jornada, principalmente, durante o cumprimento dos créditos. Desse modo, não poderíamos deixar de registrar o nosso reconhecimento à professora Regina Horta Duarte, coordenadora, e sua equipe. Os professores que estiveram conosco em sala de aula também nos ofertaram valiosas contribuições. Nesse sentido, agradecemos à Carla Maria Junho Anastasia, Kátia Gerab Baggio, Regina Helena Alves e José Carlos Reis.

Aos funcionários da Divisão de Pesquisa e Documentação – DPDOR/UNIMONTES, do Arquivo Público da Câmara Municipal e do Centro Cultural Hermes de Paula, agradecemos a solicitude e competência com que nos atenderam no decurso de toda a pesquisa. Em especial, registramos nossa gratidão à Filomena Luciene Cordeiro, então diretora da DPDOR, por compartilhar conosco seu conhecimento sobre o vasto acervo confiado à sua gestão, de onde foram retiradas as principais fontes deste trabalho, e nos socorrer prontamente diante das eventuais falhas dos equipamentos de consulta. Aos pesquisadores do Curso de História da mesma Universidade, com os quais tive o prazer de dividir a sala de consultas da DPDOR por incontáveis manhãs e tardes a fio, especialmente, Luciene, Késia, Rafael e William, sou grato pela agradável convivência.

Aos professores e amigos do Instituto Superior de Educação de Montes Claros/ISEMOC, agradeço o convívio solidário e o companheirismo. A César Henrique de Queiroz Porto e Ana Ivânia Alves Fonseca, especial e igualmente, sou grato pelo crédito que me concederam, não obstante minha inexperiência, permitindo-me lecionar no Curso de História. Abracei com afincos a oportunidade, que muito me beneficiou na realização deste trabalho. Espero ter correspondido às suas expectativas. Vânia Maria Siqueira Alves e Jânio Marques Dias também merecem ser lembrados nomeadamente. Algumas tarefas recebidas em função da docência revelaram-se “hercúleas” para um professor iniciante que, além de tudo, esforçava-se para gerar uma dissertação. Ao partilhá-las comigo, espontaneamente (em razão do profundo engajamento que têm enquanto educadores), contribuíram de modo fundamental para o bom andamento dos meus estudos. Sou-lhes grato por isso e muito mais. Do mesmo modo, pela receptividade, parceria e respeito, agradeço aos estudantes dessa instituição.

Alex, Bruno, Divas, Dudu, Dunga, Dona Terezinha, Helen Sabrina, Juliano, Léo, Rafael... constituíram um inestimável círculo de amizades e afetos, no qual encontrei irrestrito apoio, além de refúgio e diversão nas horas de cansaço. Todos eles foram de grande importância para mim nos últimos tempos e, por conseguinte, auxiliaram-me imprescindivelmente neste trabalho. Merecem também pois meus sinceros agradecimentos. E, como se não bastasse o aprazível convívio, alguns deles ainda me ajudaram de forma mais direta. É o caso de Rafael, que me abriu às portas de sua casa em Belo Horizonte tão amigavelmente que, quando acabou a etapa presencial do Curso, chegando a hora de voltar para Montes Claros, senti um abalo semelhante ao que me ocorreu ao partir de casa rumo à capital. A gratidão que lhe tenho é portanto enorme. Alex, por sua vez, proporcionou-me alguma confiança a mais ao ler os originais de um dos capítulos deste texto e comentá-lo comigo. De resto, em muitas longas conversas sobre história, esclarecemos diversas dúvidas juntos. Não poderia assim deixar de agradecer-lhe especialmente. Mas, ninguém superou Helen Sabrina, que primeiro tolerou minha ausência, eventualmente o meu mau humor e, por último, minha misantropia, demonstrando ser a pessoa mais “compreensiva” do mundo. Dessa maneira, seguimos adiante, já se vão sete anos, tecendo entre nós vínculos cada vez mais sólidos.

De todas as dívidas que contraí, entretanto, haverá sempre uma cuja natureza jamais poderá ser descrita com palavras. Tenho plena convicção disso. Aos meus pais, Edi de Freitas Cardoso e Maria Eufêmia Costa de Freitas, nunca alcançarei agradecer ou retribuir o quanto merecem, por mais que me esforce. Todavia, jamais desistirei de alcançar este objetivo, o mais ambicioso e conseqüente que posso ter. A coragem, honestidade e perseverança que representam me fazem acreditar que o mundo pode ser bem mais digno, e que somos capazes de contribuir para isso, ainda que através de nossas histórias pessoais. Afinal, como se costuma dizer, a atitude é o melhor exemplo. Desejo, sobretudo, que este trabalho represente em alguma medida a gratidão, o aprendizado e o respeito que lhes devoto, que esteja à altura de lhes ser dedicado em razão de homenagem. Aos meus irmãos, Hebert e Igor Costa de Freitas, agradeço imensamente o afeto, a solidariedade que demonstraram ter com os meus estudos e os auxílios no combate aos vírus que acometeram meu computador durante o percurso. Com a mesma sinceridade, desculpo-me por ter me apropriado quase com exclusividade do nosso espaço nos últimos meses e reitero o profundo carinho que lhes tenho.

(...) o tempo é um rato roedor das coisas, que as diminui ou altera no sentido de lhes dar outro aspecto. Demais, a matéria era tão propícia ao alvoroço que facilmente traria confusão à memória. Há, nos mais graves acontecimentos, muitos pormenores que se perdem, outros que a imaginação inventa para suprir os perdidos, e nem por isso a história morre. Machado de Assis. *Esau e Jacó*. 1904.

Talvez eu ainda tivesse o tempo de me explicar a respeito dessa preocupação essencial, do lugar da história na sociedade atual cujas invocações se precisam em nosso horizonte, da maneira pela qual a história se enraíza na sociedade onde vive o historiador. Pois a única coisa que me apaixona em nosso mister, é o que ela explica da vida dos homens a tecer-se sob os nossos olhos, com face à modificação ou à tradição, aquiescências e reticências, recusas, cumplicidades ou abandonos. Fernand Braudel. *Escritos sobre a história*. 1992.

## **Resumo**

Analizamos diferentes formas de expressão engendradas por indivíduos, grupos e entidades pertencentes ou ligadas às classes trabalhadoras na esfera política municipal de Montes Claros/MG entre 1930 e 1964. Para reconstituí-las, com o objetivo de refletir acerca da participação política popular no período em âmbito local, valemo-nos de diferentes documentos produzidos pelos próprios atores e suas associações em ingerências junto aos poderes públicos, a exemplo de cartas, abaixo-assinados e memoriais. Registros da imprensa serviram-nos, principalmente, à identificação de posicionamentos político-partidários respeitantes ao segmento sócio-econômico pesquisado ao fim da cronologia, tendo sido utilizados ainda como fonte complementar na recomposição do cenário sociopolítico da época ao lado da literatura especializada, de relatos de escritores da região e materiais de vários tipos gerados pela administração do município. Nossa constatação mais importante a respeito da conduta política dos sujeitos perscrutados foi que, no decurso dos anos, avançaram de procedimentos eminentemente individuais, suplicantes e deferentes, voltados a conquistas de caráter pessoal, a uma atuação sobretudo coletiva, efetivada por meios mais autônomos e politizados que visavam direitos sociais, sendo esta inflexão comportamental razão de algum impacto nas instituições e relações de poder inscritas no contexto estudado.

## Résumé

Nous analysons des différentes formes d'expression engendrées par des individus, des groupes et des entités appartenant ou attachées à les classes travailleuses dans l'sphère politique municipale de Montes Claros/MG, au cours des années 1930 et 1964. Pour les reconstituer, en ayant par objectif de réfléchir au sujet de la participation politique populaire dans la période en cadre locale, nous utilisons des différents documents qui ont été produits par les acteurs eux-même et leurs associations en engérences cijoines aux pouvoirs publiques, à l'exemple de lettres, de pétitions et de mémoriaux. Les enregistrements de la presse nous ont été utiles, principalement, à l'identification des positions politiques des partis concernant au segment socio-économique recherché à la fin de la chronologie, et encore ayant été utilisés comme source complémentaire dans la recomposition du cadre socio-politique de l'époque, à côté de la littérature spécialisée, des rapports d'écrivains de la région et des matériaux de plusieurs types engendrés par l'administration de la municipalité. Notre constatation plus importante par rapport à la conduite politique des sujets scrutés a été que, au cours des années, il y a eu un avancement procédés éminemment individuel, suppliants et déférents, qui sont revenus sur les conquêtes du caractère personnel, à une action surtout collective, laquelle est devenue effective par les moyens plus autonomes et politisés qui visent les droits sociaux, étant cette inflexion du comportement la raison de quelques impact dans les institutions et relations du pouvoir inscrites dans le contexte étudié.

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

APCM	– Arquivo Público da Câmara Municipal
APMC	– Arquivo Público de Montes Claros
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
CEMIG	– Companhia Energética de Minas Gerais
CLT	– Consolidação das Leis Trabalhistas
COFAP	– Comissão Federal de Abastecimento e Preços
DPDOR	– Divisão de Pesquisa e Documentação Regional
EFCB	– Estrada de Ferro Central do Brasil
EUA	– Estados Unidos da América
FCP	– Fundação Casa Popular
FMI	– Fundo Monetário Internacional
INIC	– Instituto Nacional de Imigração e Colonização
MTR	– Movimento Trabalhista Renovador
PAD	– Pasta de Amostragem Documental
PL	– Partido Libertador
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS	– Partido Popular Socialista
PSD	– Partido Social Democrático
PSP	– Partido Progressista Social
PR	– Partido Republicano
PRP	– Partido da Representação Popular
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDN – União Democrática Nacional

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

UPI – [?]

## **Lista de Ilustrações**

Figura 1	– Anúncio eleitoral de Pedro Santos. Eleições Municipais de 1962.....	188
Figura 2	– Pedro Santos após vencer as Eleições Municipais de 1962.....	188
Figura 3	– Anúncio eleitoral de Enéas Mineiro e Luiz de Paula. Eleições Municipais de 1962.....	188

## Sumário

Considerações Iniciais.....	16
O objeto e as fontes.....	16
Classes populares e política no Brasil pós-1930.....	27
História, política e classes populares.....	30
Classes populares na história.....	30
Algumas visões.....	31
Algumas visões no contexto brasileiro.....	35
Aspectos teórico-conceituais.....	39
Capítulo 1: O interior da <i>urbe</i> em expansão.....	49
1.1 Montes Claros em meados do século XX.....	49
1.2 As elites, sua atuação e os efeitos do tempo.....	50
1.3 Migrações e outros fatores do crescimento demográfico-urbano.....	55
1.4 Periferia.....	73
1.4.1 Pressões centrífugas.....	83
1.4.2 O cotidiano dos moradores periféricos.....	88
Capítulo 2: Os primeiros contatos populares com o poder: “pedir” pessoalmente e “pedir” por escrito.....	93
2.1 Um cenário animado por indivíduos sem recursos, intermediários influentes e poderosos.....	93
2.1.1 Um episódio ilustrativo, alguns esclarecimentos complementares.....	94
2.2 O acesso direto aos poderosos.....	99
2.2.1 Bispo, Lima, Cordeiro e os mecanismos do poder.....	100
2.2.2 A presença dos moradores urbanos perante aos dirigentes municipais: outras demandas.....	105
2.3 Cartas pessoais às autoridades: “fragmentos de um discurso político”.....	109
Capítulo 3: Intervenções político-sociais dos habitantes da periferia.....	128
3.1 Inflexão no padrão político-comportamental popular.....	128
3.2 Agentes coletivos.....	130
3.3 “Nós abaixo-assinados”.....	133
Capítulo 4: Intervenções sociais e posicionamentos político-partidários dos trabalhadores nos anos 1950 e 1960.....	158
4.1 Trabalhismo brasileiro e “cultura política popular”.....	158
4.2 As “associações de classe” dos trabalhadores locais.....	160
4.2.1 Aparecimento e trajetória.....	161
4.3 As entidades de trabalhadores e demais organismos coletivos de caráter popular em cena.....	169
4.4 Posicionamentos político-partidários das lideranças populares nas eleições de 1960 e 1962: cultura política trabalhista?.....	178

Considerações Finais.....	193
Referências.....	196
Fontes.....	196
Bibliografia.....	199

## Considerações Iniciais

### O objeto e as fontes

O “Arquivo Ivan José Lopes”, pertencente à Câmara Municipal da cidade de Montes Claros, situada ao norte de Minas Gerais, foi o ponto de partida à investigação histórica que aqui desenvolvemos. A princípio, não tínhamos o nosso objeto de estudos claramente definido. Assim, semanas se sucederam, as horas diárias no arquivo tornaram-se sonolentas e enfadonhas. Mas, enfim, o entusiasmo dos primeiros dias ressurgiu. Na fastidiosa documentação administrativa, começaram a se revelar, aqui e ali, as primeiras evidências de intervenções de habitantes “pobres” junto aos dirigentes municipais, sugerindo-nos um possível e estimulante veio de pesquisas. Tratava-se de pistas da existência de reclames populares apresentados aos poderes públicos locais pessoalmente, através de cartas pessoais, abaixo-assinados organizados por moradores de uma rua ou bairro, associações de trabalhadores e de outras modalidades – na terminologia da época designadas “associações de classe”. À medida que as caixas de correspondências empoeiradas do legislativo eram retiradas das estantes arqueadas pela ação conjunta dos anos e do peso dos documentos pelos prestimosos funcionários do arquivo, íamos confirmando a vaga idéia de que os fugidios indivíduos anônimos que paulatinamente foram alargando os contornos da *urbe* ao longo do século tinham uma história própria a ser “resgatada”. Surgiam evidências empíricas de que aquela gente pobre e trabalhadora – até então suposta “resignada” pelos historiadores locais, provavelmente, porque preferiram esta cômoda e indiferente constatação à “labuta” em

arquivos até pouco tempo atrás “intratáveis”<sup>1</sup> – desenvolvera formas de interferir na esfera política municipal para expressar suas insatisfações e reivindicar melhores condições de vida na cidade. Inicialmente, entretanto, as informações que dispúnhamos a esse respeito não passavam de indicações fragmentárias e pontuais oferecidas pelas correspondências e discursos dos magistrados. Mas nos impulsionava uma insistente convicção, que permanece viva neste trabalho, na necessidade de pagar o “tributo” da história, retribuir de alguma forma àqueles que em última instância vivificam-na. Persistimos. Na medida das nossas possibilidades, assumimos o propósito de buscar compreender a história da participação popular na política local. Ainda que em condições pouco favoráveis quanto à formação de um *corpus* documental, a investigação foi levada adiante.<sup>2</sup>

A definição dos marcos cronológicos abarcados não fora aleatória. Sabe-se que as décadas de 1930 a 1960 compreendem um período da história brasileira marcado por uma crescente evidenciação de questões relacionadas à participação popular na política nacional.<sup>3</sup> No decurso do período delimitado, no âmbito de nossa pesquisa, inúmeros officios de vereadores encaminharam à presidência da Câmara e esta, por sua vez, ao poder executivo, proposições referentes a demandas apresentadas pela sociedade. Muitos deles davam ciência de textos peticionários de moradores “em anexo” ou “inclusos”, justificando as indicações feitas ao prefeito. Entretanto, em sua imensa maioria, os documentos populares estavam ausentes: seguiram o curso burocrático rumo ao gabinete do prefeito, às secretarias, ao arquivo do executivo e... Os vereadores, muito diligentes, guardaram as cópias dos seus “elegantes” officios. Todavia, talvez por razões técnicas, não puderam fazer o mesmo com os textos dos moradores. Ao longo de meses, a localização dos documentos encaminhados ao prefeito

---

<sup>1</sup> Há exceções louváveis: PEREIRA, *A cidade do favor*: Montes Claros em meados do século XX, 2002; VELOSO, *A política dos outros*: pobreza em Montes Claros (1960-1980), 2002.

<sup>2</sup> O início deste trabalho remonta a meados de 2004. No período de março a dezembro de 2005 a pesquisa contou com auxílio do “Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – PROBIC/FAPEMIG”. Os resultados então obtidos foram relatados em monografia de conclusão de curso de graduação: CARDOSO JR, *História, cotidiano popular e política*: Montes Claros entre 1930 e 1964, 2005. De março de 2006 até assumir a forma desta dissertação, o estudo foi continuado com recursos próprios.

<sup>3</sup> Exemplos indicativos, embora não tenhamos qualquer intenção ou possibilidade de examiná-los a contento dentro dos limites deste trabalho, são, por um lado, a propaganda e a política social do primeiro governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), no que se referem às classes trabalhadoras. Por outro lado, não podemos esquecer a atuação efetiva destas através de suas diversas modalidades de organização.

permaneceu desconhecida, inclusive por quem deveria guardá-los. Durante esse tempo ficamos ilhados. A nossa volta, o movediço oceano das meras intenções estendia-se a todo o horizonte visível, e tínhamos um iminente naufrágio.

A maior parte dos textos de autoria dos moradores inscritos em nosso período, caso houvesse sido preservada, estaria no acervo inédito do poder executivo, ao qual não nos fora permitido acesso imediato sob a falsa justificativa de que toda a documentação produzida pela prefeitura estaria confiada à guarda do arquivo da Câmara Municipal. Definitivamente não estava. E era difícil acreditar que esta documentação nos aguardava ilibada em algum lugar seguro embora desconhecido. Sabe-se dos “caprichos” e “descaprichos” a que estiveram (e, ao que parecem, ainda estão) sujeitos os órgãos público-administrativos norte-mineiros graças à infame ingerência dos poderes privados dos seus titulares. Sem sombra de dúvidas, esta característica foi incontestavelmente revivescida na Segunda República, a despeito da nítida preocupação das instâncias administrativas estadual e federal em “burocratizar” ou “despersonalizar” as atividades dos muito pouco formais dirigentes locais a fim de melhor “controlá-los”. Nessas condições, seria possível que alguma “fatalidade” tivesse feito desaparecer documentos produzidos no decurso de décadas a fio. Fatídicas perspectivas! Felizmente não se confirmaram. A documentação do poder executivo foi em grande medida preservada no arquivo da prefeitura, não obstante, em péssimas condições. Mais condizente com a realidade seria dizer que fora esquecida, amontoada, conforme ficou constatado posteriormente. Mesmo assim, pôde ser parcialmente recuperada e, em fins de 2005, disponibilizada ao público por meio do trabalho coletivo de professores, estudantes e funcionários da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, principalmente do Curso de História, em parceria com a Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – DPDOR, órgão da universidade.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Os documentos do executivo foram recuperados através do projeto “Preservação Digital do Acervo da Administração Pública de Montes Claros” com subsídios da “Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais”. Implementado em princípios de 2004, no primeiro semestre do ano seguinte, o Projeto incorporou o acervo do “Arquivo Ivan José Lopes”, da Câmara Municipal. Toda documentação passou por um processo de organização, catalogação, higienização, restauração, microfilmagem e digitalização, encontrando-se, desde 17 de outubro de 2005, disponível para consulta interna na DPDOR, isenta de qualquer “perigo”. Através desse projeto, tivemos acesso à amostra razoável dos escritos de moradores que tomaram o caminho do gabinete do prefeito. Após ser organizada e catalogada, no segundo semestre de 2004, a documentação inédita do executivo já estava parcialmente acessível aos graduandos e

A conservação do acervo da administração pública municipal, todavia, não nos livrou de trabalhar em um universo empírico adverso. É amplamente comprovado por historiadores das classes economicamente desprivilegiadas que estas possuem uma cultura predominantemente oral, tanto mais na medida em que recuamos no tempo. Eduardo Silva, ao investigar a situação material e as idéias expressas pela gente modesta do Rio de Janeiro na primeira década do século XX, valendo-se de material resultante de uma coluna destinada pelo *Jornal do Brasil* à expressão popular, destacou a importância daquela fonte uma vez que “o povo comum” raramente produz registros “em sua vida normal”.<sup>5</sup> Lembremos ainda Carlo Ginzburg, autor da ressonante biografia de um moleiro norte-italiano do século XVI. Advertiu ele ser aquela particularidade da cultura popular inequívoca desvantagem para nossa categoria de pesquisadores, mormente, acostumada às fontes escritas. Segundo o autor, devido à escassez de material escrito por iniciativa de sujeitos pertencentes às classes subalternas, estudos históricos acerca de qualquer aspecto da vida das mesmas têm que ser elaborados, com maior frequência, a partir de fontes “indiretas”, “escritas”, “de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante”. Não é raro e, como sabemos, é o caso do próprio Ginzburg, que tais fontes provenham dos arquivos da repressão. Nesses casos, impõe-se ao historiador interessado nas experiências, pensamentos e expectativas engendrados no âmbito da cultura popular acessá-los “através de filtros intermediários que os deformam”, o que já se mostrou motivo capaz de “desencorajar, antecipadamente, as tentativas de pesquisa nesta direção”.<sup>6</sup>

Obviamente, trata-se de um problema metodológico. Os segmentos dominantes, em virtude de não compartilharem com as classes populares os mesmos interesses, comumente, utilizam vantagens possibilitadas por sua condição, tais como o controle sobre meios de comunicação e administração públicos, para “resignificar” os fatos. Visam, assim, forjar a legitimidade ou aceitação necessária para garantir a hegemonia dos seus próprios interesses e projetos para o futuro fazendo com que a história pareça sempre a sua história, nunca a dos outros. Os estudos do universo popular operam, desse modo, principalmente através de uma perspectiva “indireta”,

---

professores do curso de História da Unimontes, não obstante tenha sido muito pouco examinada pelo público a que se destinava até a sua liberação definitiva.

<sup>5</sup> SILVA, *As queixas do povo*, p. 27.

<sup>6</sup> GINZBURG, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, p. 13 e 16.

conseguindo-se, na maioria dos casos, vale a observação de Maria Odila Dias, “uma história do implícito resgatada nas entrelinhas dos documentos, beirando o impossível de uma história sem fontes”.<sup>7</sup> O que, todavia, não exclui a possibilidade do estudo “direto”, embora menos comum. Desse modo, as intempéries gerais que incidem sobre o campo de pesquisa levam-nos a concluir com Ginzburg que “mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode, portanto, ser aproveitada”.<sup>8</sup>

Em nosso caso a dificuldade recai, principalmente, na parcimônia dos escritos deixados pelos atores estudados.<sup>9</sup> Destacando do conjunto documental referente à administração do município como um todo – relatórios, atas, requerimentos de vereadores, correspondências expedidas, dentre outros materiais – apenas as correspondências recebidas, em meio às quais colhemos a maioria dos textos reivindicatórios produzidos por moradores e suas entidades associativas, comparativamente, do ponto de vista quantitativo, o montante da escrita popular compilada parece-nos, à primeira vista, ínfimo. Assim, talvez descreva bem o esforço envidado no levantamento das fontes utilizadas nesse trabalho, incluindo-se os demais tipos de materiais pesquisados, um velho adágio popular. Fora, com frequência, como “procurar agulha no palheiro”. A escassez geral de informações é, todavia, compensada pela particular riqueza do material encontrado. Os fragmentos discursivos enunciados pelos humildes e anônimos trabalhadores e moradores dos bairros configuram um mosaico de pequenas fissuras na superfície da espessa e secular camada de silêncio que os envolve. Através de suas intervenções vem à tona vozes que, apreendidas em conjunto, com algum esforço, nos permitiram, acreditamos, dissipar um pouco daquela obscuridade. Assim, na mesma direção de pesquisas recentes de maior vulto, pretendemos confirmar que mudez das ditas “maiorias silenciosas” é um falso axioma que se beneficiou da repetição interessada ou da superficialidade dos estudos

---

<sup>7</sup> Quem se reportar a este texto verá que Dias se referia às dificuldades de reconstituição do “quotidiano de mulheres pobres, analfabetas”. Todavia, suas palavras aplicam-se aos atores aqui investigados (que incluem o objeto contemplado pelo estudo da autora), cujas vidas marcaram-se pela pobreza e analfabetismo. DIAS, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, p. 17.

<sup>8</sup> GINZBURG, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, p. 16.

<sup>9</sup> É preciso considerar, ainda, que o cotidiano, os problemas, experiências e expectativas populares não são alvos comuns de interesse nas fontes normalmente disponíveis, sejam elas provenientes dos órgãos governamentais, da imprensa ou a literatura memorialística.

tradicionais nesta área. O sigilo do passado das classes subalternas, embora basto, não passa de mero umbral.

O acesso a este recôndito passado exigiu-nos minucioso exame da escrita popular. Colhemos nessa documentação informações registradas ou dedutíveis a respeito do desenvolvimento histórico da participação política de seus autores e, em última instância, do segmento social a que pertenciam. Nas intervenções efetuadas por essa via, emerge um canal de comunicação ativamente estabelecido entre populares e governantes municipais por iniciativa e interesse dos primeiros. Na ausência desta via de expressão, esbarramo-nos no insidioso e desestimulante silêncio constatado ao rés do cotidiano das classes subalternas a partir dos cimos mais elevados da “nossa” autoritária cultura dominante. O nosso método de estudos consistiu, basicamente, em “dar voz” aos atores estudados. Deixamo-lhes intervir, falar, reivindicar ou, simplesmente, pedir, como outrora buscaram fazer. Em seguida procuramos analisar, interpretar e comparar com circunspeção os enunciados presentes na escrita produzida por eles em seus encontros e desencontros com o poder político institucionalizado, o qual, obviamente, investigamos enquanto interlocutor privilegiado dos manifestantes de todo o período. Desse modo, observamos que o conjunto heterogêneo das diversas formas de intervenção e expressão popular na política local estruturou um sentido comum, além da busca por melhores condições de vida na cidade. Nele materializaram-se pistas do surgimento, desenvolvimento e conformação de um ator social e político coletivo. Este processo pode ser entrevisto na passagem da predominância da iniciativa individual, observada no início do período, à supremacia da ação gregária, típica dos últimos anos da nossa cronologia.

Vistas em conjunto ou em escala ampla, as formas populares de intervenção e expressão na política parecem evoluir do “eu” para o “nós”, caminho, aliás, aparentemente óbvio e, conseqüentemente, universalizante. O pobre missivista solitário e o indivíduo que suplicava diretamente ajuda às autoridades, os quais se aproximavam por se dirigirem pessoalmente, cada um a sua maneira, a estas, destacaram-se no início do período. No entanto, é possível que, com o passar dos anos, tenham ultrapassado sua individualidade. Embora as cartas e os contatos pessoais, com certeza, não tenham cessado em momento algum, os abaixo-assinados tornaram-se proeminentes a partir do crepúsculo da década de 1940, chamando atenção pela freqüência com que passaram a

ser elaborados e pelas extensas listas de assinaturas que os acompanhavam. Simultaneamente, observamos o reflorescimento e consolidação das chamadas associações de classe.<sup>10</sup> Certamente, a experiência dos atores com os abaixo-assinados os preparou para a organização de sociedades de amigos de bairro, favorecendo-os a se “auto-descobrirem” “trabalhadores” e/ou “cidadãos”. Isto explicaria a multiplicação de associações e sindicatos operários nos últimos raios dos anos 1950, intervindo junto às instituições políticas locais, segundo afirmaram, com o respaldo das classes populares ou em benefício dos seus interesses mais prementes. Além disso, convém notar que a população dos bairros periféricos do município não se limitou, contudo, aos contatos, cartas pessoais, abaixo-assinados e associações de classe como estratégias de intervenção e defesa de seus interesses na esfera pública. O seu “repertório” de maneiras de expor e solicitar atendimento às suas demandas comportou também o protesto público, embora este tenha sido empregado apenas pontualmente.<sup>11</sup>

Tais recursos, em conjunto, serviram aos moradores pertencentes às camadas mais pobres da sociedade local como meios de acesso ao púlpito, à esfera política municipal, algo inclinada a reprimir as ingerências populares autônomas. Todavia, recalcitrantes, os atores ou grupos representativos dos setores menos favorecidos buscaram influir no âmbito das decisões administrativas, pretendendo adequar a distribuição dos recursos individuais e/ou sociais regida institucionalmente às suas necessidades. Em outras palavras, intervieram no terreno do poder e, por conseguinte, atuaram politicamente. Dessa maneira, informações relevantes sobre noções, normas e valores respeitantes à política partilhados pelos atores estudados podem ser inferidos, em especial, dos sentidos fixados através do encontro deslizante entre a pena e o papel que deu sobrevida histórica às suas experiências. É inevitável, portanto, conferirmos ênfase à escrita popular. Seguramente produzida pelos sujeitos em

---

<sup>10</sup> Embora tenha ensaiado uma emergência nos anos 1930, o associativismo arrefeceu na mesma década. Algumas associações parecem ter interrompido suas atividades por longo período, retornando apenas a partir dos anos 1950, contexto de evidente destaque das intervenções populares coletivas na política.

<sup>11</sup> Consideramos que os recursos empregados pelos atores estudados para expressão dos seus interesses na política local constituem um “repertório” de participação política visto que, conforme Charles Tilly, todo grupo social tende a desenvolver um conjunto limitado e minimamente estabelecido de meios para agir em defesa de interesses comuns. É de suma importância observar que o repertório apresenta “estabilidade por longos períodos”, influenciando continuamente a ação dos indivíduos que dele participam, embora não esteja isento a oscilações e eventuais mudanças. TILLY, Contentious repertoires in Great Britain. In.: TRAUGOTT (Ed.), *Repertoires & Cycles of collective action*, p. 34, *apud*, ANASTASIA, *Lei da Boa Razão e repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas*, p. 30 - 31 e 33.

foco, ela constitui materialidade discursiva afluyente ao longo do período, pelo menos no tocante às ações conjuntas. E, se consideramos a afirmação feita por José Murilo de Carvalho em recente estudo acerca do desenvolvimento da cidadania no Brasil, podemos observar outro aspecto importante na investigação do tema em pauta através desse tipo de material. Carvalho observou que a participação eleitoral permaneceu extremamente reduzida no período que se estende entre 1930 e 1945, o qual corresponde à fração significativa do recorte cronológico que nos propomos investigar. Afirma o autor que somente neste último ano o número de eleitores superou os índices de 1872, atingindo a modesta marca dos 13,4% da população nacional. Desse modo, é levado a concluir que “uma interpretação mais correta da vida política de países como o Brasil exige levar em conta outras modalidades de participação”.<sup>12</sup>

Endossamos, é claro, esta interessante reflexão. O problema das limitações da participação política no Brasil através do voto, mesmo na chamada “experiência democrática”, pôde ser percebido também nos registros de origem local. Envoltas pelas expectativas de redemocratização do país e controvérsias relacionadas à questão sucessória, as eleições presidenciais aguardadas para fins de 1945 suscitaram muitos debates. Em órgão da imprensa de Montes Claros, o semanário *Gazeta do Norte*, os antecedentes do pleito foram acompanhados com o máximo interesse. A coluna “O Momento Político Nacional”, com destaque de primeira página, passou a dedicar-se com exclusividade à temática, que, de modo complementar, ocupava seções secundárias do periódico. O primeiro número de abril trouxe ao leitor interessado em política previsão quantitativa modesta quanto aos votantes esperados para as eleições que se aproximavam, mesmo se tomamos como parâmetro as estatísticas apresentadas por Carvalho. Noticiava-se:

Divulga-se no Rio uma estatística segundo a qual ha 22.835.378 brasileiros maiores de 18 anos, sendo que apenas 10 191 566 declararam saber ler e escrever. O numero de eleitores alcança quase os 4.000 000, que desse modo decidirão os destinos do Brasil em nome dos 45 000.000 de habitantes, não chegando, portanto a 10 por cento o numero de brasileiros aptos a exercer o direito de voto. No nosso país um votante representa mais de 11 habitantes. Nos Estados Unidos, um eleitor vota em nome de 2 cidadãos e meio.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> CARVALHO, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, p. 40 e 67.

<sup>13</sup> *Gazeta do Norte*, 05 de abril de 1945.

Podemos perceber que o analfabetismo era, sem dúvida, a grande obstrução ao voto, subtraindo o direito a mais da metade da população em condição etária para exercê-lo. Mas não a única. Por razões menos evidentes, quase metade dos maiores de 18 anos alfabetizados deixariam de comparecer às urnas. Por conseguinte, a volta do regime democrático no Brasil, sabidamente, dar-se-ia quase sem eleitores, os quais constituíam irrisória parcela dos brasileiros. A consciência do paradoxo explicitava-se no cotejamento dos números nacionais aos índices da democracia eleitoral norte-americana. E as expectativas iniciais dos montesclarenses enquanto votantes não eram muito diferentes às dos demais brasileiros.<sup>14</sup> De acordo com as primeiras previsões, os eleitores locais deveriam chegar aos 7.732,<sup>15</sup> número que não garantia à cidade, em escala eleitoral, a proeminência que desfrutava entres os municípios mineiros sendo a quinta maior do estado em população, dispendo em 1945 de mais de 20.200 habitantes urbanos, quantia esta referente a 1940. Somando-se aos residentes na sede os moradores dos subúrbios e distritos, o total atingiria cerca de 82.500.<sup>16</sup> Todavia, o dado eleitoral hipotético mostrou-se aquém dos indicadores divulgados em outubro. Neste mês, surpreendentemente, os alistamentos somaram 16.071.<sup>17</sup> Mas, a surpresa maior estaria por vir. Em desacordo com o cálculo dos alistados e discrepando significativamente do número de habitantes, os votantes do pleito de 2 de dezembro, por razões que não podemos desvendar, ao que parece, não ultrapassaram a cifra dos 10.000.<sup>18</sup>

Diante das cifras eleitorais posteriores, confirmamos que a freqüência dos montesclarenses às urnas permaneceu baixa ao longo de toda a cronologia estudada. O mesmo periódico divulgou os seguintes resultados no pleito de 1960, os quais, curiosamente, indicam ligeiro retrocesso na participação eleitoral em relação aos números da primeira eleição da experiência democrática. A somatória final dos votos depositados nas urnas da cidade no último pleito sequer acompanha o óbvio e

---

<sup>14</sup> Laurindo Mékie Pereira assinalou que em Montes Claros o índice de analfabetismo chegaria a 74,63% nos anos 1950. PEREIRA, *A cidade do favor*: Montes Claros em meados do século XX, p. 92.

<sup>15</sup> *Gazeta do Norte*, 19 de julho de 1945.

<sup>16</sup> DPDOR 007/APMC. 47.01.07/000.001/1942/06/22, p. 193 e 238 p.; DPDOR 007/APMC. 47.01.07/000.001/1942/06/22, p. 195. 341 p.

<sup>17</sup> Assim, excetuando-se a capital, a cidade aparece em sexto lugar entre as “principais comarcas mineiras em número de eleitores”, tendo a sua frente Barbacena, Juiz de Fora, Ponte Nova, Muriaé e Teófilo Otoni. *Gazeta do Norte*, 18 de outubro de 1945. O acréscimo em relação às previsões de julho deve-se, provavelmente, a utilização de dados desatualizados para os cálculos feitos neste mês.

<sup>18</sup> De acordo com resultado final das eleições em Montes Claros apresentado pela *Gazeta do Norte* os votos para presidente da República ficaram em torno de 10.033. Para deputados somaram-se 9766 sufrágios, aproximadamente. *Gazeta do Norte*, 12 de dezembro de 1945.

significativo crescimento urbano-demográfico ocorrido em 15 anos. Nesta época, a população do município, isto é, da sede, subúrbios e distritos, poderia chegar a 120.000, tendo sido contabilizados apenas 9.842 sufrágios para presidente e 9.353 para governador.<sup>19</sup> As eleições municipais de 1962 revelam participação ligeiramente maior, porém, ainda restrita. Desta feita, registraram-se 13.366 votos para prefeito, 12.138 para vice-prefeito e apenas 6.504 para um conjunto de 15 vereadores.<sup>20</sup> As incongruências são evidentes e somente um estudo específico sobre participação eleitoral na cidade entre 1945 e 1964, ainda não realizado, poderia esclarecê-las a contento. Mas, ainda assim, uma inferência podemos fazer a partir dos dados eleitorais expostos acima. Não obstante pontuais, eles atestam a restrição do voto enquanto mecanismo de intervenção e expressão política, dando margens a hipóteses sobre a necessidade da busca popular por outros meios de ação.<sup>21</sup>

Vale, pois, reforçar que o sufrágio não era então a única modalidade de participação disponível aos brasileiros e, certamente, não alcançam exclusividade na prática. Em regra, sobretudo os mais pobres, dada a premência de muitas de suas necessidades, tinham que expressar e reivindicar seus interesses através de recursos mais diretos e eficazes face à morosidade, às limitações e à intermitência do sistema representativo. De qualquer modo, outro fator torna mister ao pesquisador do comportamento dos populares no processo político considerar modalidades diversas de intervenção. O ato eleitoral materializa-se nos resultados do pleito pela via da quantificação. Tal natureza das fontes eleitorais impõe tratá-las estatisticamente. A

---

<sup>19</sup> Gazeta do Norte, 13 e 16 de outubro de 1960.

<sup>20</sup> Gazeta do Norte, 21 de outubro de 1962.

<sup>21</sup> Isto é, a baixa participação eleitoral torna especialmente significativas as formas de intervenção e expressão políticas que estudamos enquanto alternativas de participação. Se a ausência de letramento cerceava o acesso às urnas, na elaboração de abaixo-assinados, por exemplo, encontravam-se meios à desejada inclusão, como indica o eventual aparecimento de nomes distintos com a mesma caligrafia. O fato ocorria principalmente entre familiares e as mulheres destacavam-se na referida prática, embora também os homens recorressem a ela entre si. É provável, inclusive, ter havido relativa proeminência da familiaridade feminina com a escrita, levando as mulheres a assinar, além dos seus próprios nomes, os dos maridos, filhos, vizinhos. Suas caligrafias, em geral, dotadas de superior maestria às dos homens capazes de subscrever as petições com suas próprias mãos também indicam que entre elas o índice de alfabetização poderia ser maior. Fazemos porém necessárias ressalvas. Embora tal subterfúgio pudesse ser percebido, não sobressaía ao uso da assinatura própria. Já a hipótese de que em nosso escopo as mulheres das camadas baixas seriam mais letradas que os homens, não foi alvo de necessário exame empírico, e, se vier a ser comprovada, revelará um traço obviamente incomum no contexto mais amplo. Na capital do estado, por exemplo, contava-se 94.688 pessoas maiores de 18 anos e alfabetizadas. Dessas, 48.129 eram homens e 46.559 mulheres. Situação semelhante ocorria em Juiz de Fora. Gazeta do Norte, 19 de julho de 1945. Outrossim, a participação em associações de classe, viabilizando modos mais formais de representação, constituiria alternativa igualmente relevante à expressão na esfera política.

incorporação do conhecimento acerca dos indivíduos ordinários ao conjunto do saber histórico se daria assim, forçosamente, sobretudo, sob o signo do “número e do anonimato”. O seu “alarido” seria inexoravelmente abafado pela vozearia dos gráficos e tabelas. Em outras palavras, de alguma maneira, trataríamos os atores em foco como “maiorias silenciosas” e, talvez, “amorfas”. Tudo o que não nos interessa! Concordemos mais uma vez com Carlo Ginzburg. A abordagem quantitativa, a despeito de todo o seu rigor, justamente em razão dessa limitação, não pode, pelo menos ainda, dispensar a contribuição das análises qualitativas em fontes textuais, não obstante o método qualitativo pareça “impressionista” aos adeptos do quantitativismo.<sup>22</sup>

Por fim, devemos registrar mais um aspecto interessante da escrita popular. A historiografia dedicada a compreender a participação política popular enfocou, quase sempre, momentos de crises político-sociais. É útil, portanto, desviarmos nossa atenção para o que Eduardo Silva denominou “tempo da normalidade”, de onde provêm nossas fontes. Dito de outra maneira, é preciso conhecer o desenvolvimento do comportamento político dos atores no cotidiano, embora menos conhecido que o “tempo da revolta”, infinitamente mais duradouro que ele. A “invisibilidade” dos acontecimentos do dia-a-dia não deve ser percebida como indício de sua menor importância para a compreensão histórica. Se o cotidiano permanece, em muitos aspectos, submerso nas sombras do passado é graças à freqüente inexistência de vestígios a seu respeito. Ao contrário do que acontece em momentos de rebeldia, em que a agitação das multidões estampa-se nos noticiários e nos registros da repressão, não é comum dispormos de informações sobre a “vida normal” das pessoas comuns nestas fontes, e muito menos encontrarmos materiais escritos produzidos pelos próprios atores.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, p. 16.

<sup>23</sup> SILVA, *As queixas do povo*, p. 33.

## **Classes populares e política no Brasil pós-1930**

Com o desfecho vitorioso da revolta civil apoiada por alguns setores militares que levou Getúlio Vargas à presidência em 1930, iniciou-se no Brasil o período do chamado “estatismo nacionalista e social (a democracia social e autoritária prezada por Vargas)”. A nova orientação do governo federal destacou-se por abrir de modo inédito o cenário político brasileiro à participação das classes trabalhadoras,<sup>24</sup> diferindo significativamente aos momentos anteriores da história do país quanto a efetividade das políticas sociais implementadas ao desenvolvimento da cidadania. Como observou José Murilo de Carvalho, a partir de então se assistiu a uma aceleração das mudanças sociais e políticas, “a história começou a andar mais rápido” e a cidadania avançou de maneira “espetacular”, sobretudo no campo dos direitos sociais. Isso se deveu a medidas importantes como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a adoção de uma legislação trabalhista e previdenciária em constante ampliação até sua culminância na Consolidação das Leis Trabalhistas/CLT em 1943. Em meio à alternância entre “ditaduras e regimes democráticos”, é certo, os direitos políticos experimentaram “evolução mais complexa”, assim como os civis. Mas, apesar das óbvias restrições a liberdades de expressão do pensamento e organização, não se estagnaram. Embora lentamente, avançaram. A organização sindical progrediu, não obstante apoiada em legislação governamental e em um viés corporativista que a subordinava ao Estado, ampliou-se o acesso popular à justiça. A partir de 1945, enfim, os movimentos sociais desenvolveram-se de modo mais independente.<sup>25</sup>

Se por um lado o Estado Novo transigiu diante de várias demandas históricas do operariado, incorporando-as à legislação trabalhista, por outro, apoiou-se em vasta propaganda que atribuía as medidas sociais instituídas a Vargas e, simultaneamente, através de uma representação específica da figura do “trabalhador cidadão”, difundia ideais corporativos de disciplina social e desenvolvimento econômico. No entanto, apesar do autoritarismo contido em seus princípios ideológicos, a seu modo, o regime reconhecia e estimulava a participação das classes trabalhadoras

---

<sup>24</sup> FERREIRA, A democratização de 1945 e o movimento queremista. In.: FERREIRA; DELGADO, (Orgs.), *O tempo da experiência democrática*, p. 33-4.

<sup>25</sup> CARVALHO, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, p. 87-8.

na construção de “um país novo”. Assumira de público a guarda das relações de trabalho, estabeleceu canais para expressão dos trabalhadores, bem como, mecanismos para controle das formas de organização destes. Tal reorientação política impactou de maneira significativa simbólica e materialmente a experiência das classes populares, projetando a influência política de Vargas por várias décadas. Pois, não obstante o que havia de restritivo nas ingerências do governo nos planos sócio-econômico e político-partidário, fundamentos importantes para a emergência popular na política foram conquistados no âmbito dos direitos sociais – que, a partir da regulamentação dos direitos civis e políticos, durante a “experiência democrática”, tornaram-se objeto de efetiva luta política com ampla participação da sociedade. Entre 1930 e 1964, por conseguinte, o país vivera talvez os momentos mais intensos de sua vida republicana no tocante à mobilização, debate e representação institucional-partidária em torno das demandas populares, sendo assim emblemática, embora deva ser relativizada, a idéia de que o desfecho golpista de 1964 destinou-se a freá-los uma vez que ameaçariam as bases do poder vigente. Assim mesmo, com efeito, Ângela de Castro Gomes sustentou que o período abrigou o coroamento do “processo de constituição da classe trabalhadora em ator político” no Brasil.<sup>26</sup>

Portanto, a cronologia pesquisada abrange um processo de amadurecimento político das camadas populares brasileiras, cujas possíveis repercussões em Montes Claros procuramos desvendar. Conforme mencionamos, com o passar dos anos, as intervenções de padrão associativo sobressaíram aos modos individuais de expressão na política municipal. Esta mudança indica-nos um possível ponto de articulação entre o local e o nacional. Mas, além disso, é importante observar que o estudo deste caso representa apreciável oportunidade para avançarmos um passo, ainda que muito pequeno, na superação gradual da carência de conhecimento empiricamente fundamentado sobre dimensão importante da história da participação política popular no Brasil. É sabido que a historiografia concernente ao tema, em suas diversas vertentes, predominantemente, enfoca os principais centros urbanos e industriais do sudeste do

---

<sup>26</sup> GOMES, *A invenção do trabalhismo*, p. 8. Utilizou-se aqui a 2ª edição do trabalho da autora (1994), originalmente publicado em 1988. Trata-se de um estudo pioneiro em reconhecer a efetividade da “palavra” e ação das classes trabalhadoras nas conquistas a *grosso modo* apontadas acima. Tornou-se clássico dentre outros trabalhos que, a partir de meados dos anos 1980, tem contribuído para um resgate histórico da tradição trabalhista brasileira, dentre os quais, merece ser destacado, ainda, FERREIRA, *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*, 1997.

país. Não obstante, seus argumentos e interpretações são inflados para explicar toda a experiência nacional, haja vista a ausência de estudos regionais ou locais situados além daquela delimitação espacial. Por conseguinte, ela tende a desconhecer a participação política popular engendrada nas instâncias inferiores da administração política e, logo, possíveis variações constituintes da conduta dos atores em vista. Pretendemos pois conhecer mais de perto as condições de vida, possibilidades atuação e discernimento político próprios aos trabalhadores residentes no interior do país, sem perder de vista sua interface com as movimentações empreendidas junto às jurisdições federais do poder. Além do mais, conforme observou argutamente José Murilo de Carvalho, embora a participação ao nível municipal “sempre foi mais frágil”, é onde ela “tem relevância mais direta para o cotidiano do cidadão”.<sup>27</sup>

A relevância da esfera política estabelecida nos municípios é reforçada ainda ao considerarmos algumas características relativas à situação dos trabalhadores na política nacional. Devemos ter em vista que, legalmente, a “cidadania do trabalho”, alternativa mais concreta a realização destes quanto as suas demandas sociais neste âmbito, excluía-os em grande medida, sendo o distanciamento em relação aos grandes centros urbano-industriais rumo ao interior fator agravante. Enquanto na “cidade grande” viam-se excluídos da proteção estatal os trabalhadores não-sindicalizados, informais, domésticos e desempregados, nas pequenas e médias cidades, devido à predominância da economia agro-pecuária, à tradicional informalidade dos vínculos de trabalho e ao caráter tardio do Estatuto do Trabalhador Rural, mantinha-se à margem da lei a imensa maioria deles.<sup>28</sup> Como bem mostrou Jorge Ferreira, que investigou significados presentes em correspondências populares enviadas ao presidente Getúlio Vargas durante seu primeiro governo, de fato, a restrição jurídica não impediu aos não-beneficiados apropriarem-se do conteúdo simbólico da tradição trabalhista, largamente difundido pela propaganda governamental, para elaborar seu discurso reivindicatório, demandar inclusão e pretender outros benefícios. Contudo, o trabalho do autor não exclui a possibilidade daquela obstrução ter levado os brasileiros interioranos a optarem por outras estratégias de participação. A insipiência das cartas “provenientes de trabalhadores rurais ou funcionários públicos do interior do país” no conjunto dos

---

<sup>27</sup> CARVALHO, Cidadania na encruzilhada. In.: BIGNOTTO (Org.), *Pensar a República*, p. 125.

<sup>28</sup> Ver D'ARAÚJO, Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In.: FERREIRA; DELGADO (Orgs.), *O tempo do nacional-estatismo*, p. 213-239.

documentos por ele analisados, as quais, como disse, surgiam dispersas, “aqui e ali”,<sup>29</sup> talvez decorra da exceção total ou relativa destes do “pacto” estabelecido entre Estado e classes trabalhadoras. A menor recorrência dos trabalhadores rurais e outros situados no interior ao governo central alerta-nos não só aos obstáculos à difusão, recepção e apropriação das idéias trabalhistas representados por segmentações e tensões jurídicas, mas também pela vastidão e diversidade do país. Se o Estado expande-se territorialmente de maneira gradativa, decompondo-se nas instâncias federal, estadual e municipal em foros executivos e legislativos, ademais, não devemos subestimar o potencial que revelam as desigualdades sócio-econômicas regionais e locais em fomentar possibilidades alternativas aos atores em geral, podendo-se verificar, até mesmo, a privatização da vida pública. Tais discontinuidades não nos permitem prescindir do estudo da participação política popular na esfera política municipal, isto é, dos casos particulares.

## **História, política e classes populares**

### **Classes populares na história**

A fim de apurarmos o nosso olhar para o exame empírico proposto, isto é, para bem compreendermos o desenvolvimento da participação política popular e as relações travadas entre grupos ou indivíduos subalternos e dominantes em Montes Claros entre 1930 e 1964, convém recobramos algumas interpretações voltadas à compreensão histórica desse persistente (des)encontro. Até fins do século XIX, e mesmo durante as primeiras décadas do XX, como é amplamente conhecido, salvo algumas exceções, os historiadores praticamente ignoraram questões relacionadas à vida de populações submetidas às diversas formas de governo nos mais variados contextos. Eric Hobsbawm, ao refletir sobre a questão, revela-nos que a explicação para isso está no fato de ter sido então a política institucional o tema mais caro à disciplina, conseqüentemente, concentrando sobremaneira o trabalho dos profissionais da área. As

---

<sup>29</sup> FERREIRA, *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*, p. 58.

temáticas mais recorrentes naqueles tempos gravitaram em torno das grandes decisões e acontecimentos políticos. Também explicam a referida lacuna, segundo ele, as motivações características de então aos historiadores, as quais lhes impunham “usos” específicos, supostamente não mais em voga, do ofício<sup>30</sup> – os quais bem entendemos e sintetizamos evocando para representá-los a chamada “história oficial”.

Na visão de Hobsbawm devemos considerar, ainda, que muito pode ter contribuído ao desinteresse geral dos historiadores de gerações passadas pelas maiorias numéricas o caráter restrito dos movimentos empreendidos por elas no período oitocentista. Embora, obviamente, indivíduos desfavorecidos ou mesmo multidões deles tenham então lutado contra várias formas de opressão, voltaram-se tipicamente para alvos locais, não levando perigo ou dificuldade considerável aos poderes estatais de cooptação e repressão, exceto em ocasiões excepcionais em que as mobilizações populares desdobraram-se em revoluções ou insurreições sociais. Dessa maneira, em geral, os protestos da “gente comum” não afligiam os altos governantes porque alheios ao universo em que estes operavam. Os historiadores, empenhados em registrar as ações dos “grandes homens”, refletiram a negligência ou indisposição destes aos subalternos, dentre outras maneiras, ao deixá-los ausentes dos compêndios de história, exceto quando seus movimentos determinavam de modo direto as políticas nacionais.<sup>31</sup>

### *Algumas visões*

A atuação histórica das personagens mais ressonantes é superestimada nos registros históricos desde tempos imemoriais. Mas, ao estudar qualquer período inscrito na contemporaneidade devemos prestar atenção a outros possíveis estímulos a essa ênfase. Desde o século XIX, sobretudo a partir da Comuna de Paris de 1871, elaboraram-se e difundiram-se, ornadas com requintes de ciência, representações conservadoras desqualificando as intervenções populares na política. Destaque foi dado à figura “amorfa”, “instintiva”, “irracional”, “manipulável”, destituída de características

---

<sup>30</sup> A história escrita na passagem do século XIX para o XX, afirma o autor, de forma majoritária, destinou-se à “glorificação” e “uso prático dos governantes”. HOBBSAWM, A história de baixo para cima, *In.: Sobre história*, p. 216.

<sup>31</sup> HOBBSAWM, A história de baixo para cima, *In.: Sobre história*, p. 216-218.

humanas e, portanto, “animalesca” das *foules*.<sup>32</sup> Por mais disparatada que esta perspectiva hoje nos pareça para referenciar uma pesquisa minimamente séria, temos pelo menos dois motivos para mencioná-la. Primeiro, sua repercussão nas ciências sociais no contexto cronológico-temático que pesquisamos. Segundo, as chances dos “ilustres personagens” da história que procuramos reconstituir terem entrado em contato com fragmentos daquela doutrina, o que explicaria, em alguma medida, certos receios e preconceitos manifestos em seus pronunciamentos e atitudes relacionados aos populares, foco do nosso maior interesse – para não falar na possibilidade de apontarmos adeptos atuais.<sup>33</sup>

Embora os escritos oitocentistas sobre multidões não se apresentassem como “textos expressamente políticos”, mas “científicos”, a relação entre o ambiente de seu advento e algumas opiniões que escaparam aos estudiosos, argumentou Dominique Cochart, evidenciam a interface dos mesmos com a política. O transcurso do último quartel do século na França foi marcado pela Comuna, por manifestações operárias e pela “retomada do conservadorismo político”. Continuemos com Le Bon, autor exponencial entre os primeiros estudiosos do tema. Em nota introdutória à primeira edição de seu livro, o qual surgiu naquele contexto, ele registrou duras repreensões às associações, sindicatos e eleições.<sup>34</sup> Difícil crer que por mera coincidência. Não poderia proceder de maneira diversa alguém que acreditou movimentar-se na base da hierarquia sócio-econômica uma “multidão primitiva, irracional e volúvel”, com “sintomas de desordem irracional e patológica”, “guiada pela paixão e não pela razão”. Ou seja, alguém que fitava os pobres em ações conjuntas como “uma ‘turba’ de criminosos e degradados, ou pelo menos, de desocupados e ‘marreteiros’” de conduta “explosiva,

---

<sup>32</sup> COCHART, *As multidões e a Comuna: Análise dos Primeiros Escritos Sobre Psicologia das Multidões*, p. 113 e 123.

<sup>33</sup> De acordo com artigo escrito por Dominique Cochart, publicado no Brasil em 1991, em meados do século “a multidão” permanecia como um recorrente tema de estudos. A afirmação da autora é corroborada por um breve mapeamento que fez da difusão editorial dos primeiros trabalhos acerca da “psicologia das multidões” após aparecerem. Tomemos como exemplo o caso do estudo de Le Bon, conforme Cochar, “no qual não está presente a preocupação com a cientificidade” mas, “curiosamente”, ao contrário de estudos análogos coevos, “passará à posteridade”. Publicada em 1895, *La Psychologie des foules* chegou à quinta edição em 1900. Nos anos seguintes foi traduzida ao alemão, russo, sueco, tcheco, polonês, árabe, japonês e espanhol, atingindo 40 edições em 1947. Em 1975 foi reeditada na França. COCHART, *As multidões e a Comuna: Análise dos Primeiros Escritos Sobre Psicologia das Multidões*, p. 113.

<sup>34</sup> COCHART, *As multidões e a Comuna: Análise dos Primeiros Escritos Sobre Psicologia das Multidões*, p. 115 e 118.

inconstante, facilmente excitável por demagogos”.<sup>35</sup> Compreender as multidões como “inacessíveis ao raciocínio, mas muito aptas para a ação”, inevitavelmente, levaria o autor a atribuí-las disposição para todos os males e, logo, a rezear suas “ações perniciosas” no campo político.<sup>36</sup>

O impacto dessa vertente de compreensão das ações coletivas populares no debate teórico e no domínio da política não foi analisado por Cochart, mas sugerido como tema para outros trabalhos.<sup>37</sup> Quanto a repercussões de idéias tais neste último terreno, difícil seria encontrarem utilidade distinta à legitimação do controle, tutela e, em última instância, exclusão das classes trabalhadoras. Na teoria, dimensão mais palpável que a outra, contundentes refutações a semelhantes concepções negativas das ações coletivas populares já haviam sido formuladas por Edward Palmer Thompson.<sup>38</sup> O historiador identificou opiniões análogas às defendidas pelo estudioso francês em uma linha interpretativa da historiografia inglesa a que chamou de “visão espasmódica da história popular”. A julgar pela identidade entre esta e a “psicologia das multidões”, facilmente, tomaríamos a primeira como reflexo da última, ou vice-versa. Alguns ingleses, conforme assinalou Thompson, também viam a atuação das “multidões” como intromissões “antes compulsivas que conscientes” impulsionadas pela fome, incorrendo em um “reducionismo econômico crasso”.<sup>39</sup>

Não importa em que direção as idéias emigraram, se há vínculos intelectuais diretos ou não entre franceses e ingleses. De qualquer modo, em vários pontos, a “visão espasmódica” e o raciocínio de Le Bon mostram-se intercambiáveis. Isto revela a

---

<sup>35</sup> Referências à obra de Le Bon feitas por CARVALHO, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 72 e NEVES, *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*, p. 184. A respeito, ver também ANASTASIA, *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*, p. 38-9 e nota 63.

<sup>36</sup> COCHART, *As multidões e a Comuna: Análise dos Primeiros Escritos Sobre Psicologia das Multidões*, p. 118.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 127.

<sup>38</sup> Autor de trabalhos imprescindíveis à compreensão dos comportamentos sócio-culturais e políticos das classes populares, Thompson pesquisou o movimento operário inglês, o crime, protestos individuais e coletivos, argumentou sobre “o caráter tradicional e ativo da cultura popular”. Seus estudos inspiraram um “modo diverso de se pensar, pesquisar, analisar e redigir a história, vista a partir ‘de baixo’”. FORTES; NEGRO, *Peculiaridades de E. P. Thompson*, In.: In.: NEGRO; SILVA (Orgs.). *E. P. Thompson*. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos, p. 24.

<sup>39</sup> THOMPSON, *A formação da Classe Operária Inglesa*, p. 150. De acordo com Frederico de Castro Neves, ao pressupor a “fome” como motivação principal das manifestações populares, a proposta interpretativa contestada não revela apenas reducionismo, mas certo grau de “determinismo biológico”. Ao passo que qualifica os atores como “incapazes de qualquer atitude autônoma, necessitando sempre de algum elemento externo para detonar a ação”, incide também em “determinismo sociológico”. NEVES, *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*, p. 233-234.

universalidade destas perspectivas, o que as confere notória durabilidade. Mas disso trataremos adiante. Vejamos primeiro um dos perigos advertidos por Thompson em relação aos postulados da “visão espasmódica”. Segundo o historiador inglês, designar excessiva importância a um estímulo – a fome, a manipulação etc. – limita os resultados das investigações históricas ou sociológicas sobre os subalternos ao que deveria ser o ponto de partida da análise, impossibilitando o exame de funções mais complexas do comportamento social.<sup>40</sup> Levando este raciocínio um passo adiante, parece-nos que a compreensão superficial das experiências populares é o que torna possível e justifica um posicionamento intelectual, extensivo à política, refratário a elas. Em outras palavras, a “psicologia das multidões” ou a “visão espasmódica” obstruem o desenvolvimento de uma consciência mais democrática, seja no debate teórico ou na política, corroborando à marginalização das maiorias. É possível, inclusive, que suas assertivas venham a ser utilizadas para justificar retrocessos políticos.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> THOMPSON, *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional, p. 150-1.

<sup>41</sup> Se reducionismos acerca das “multidões” foram significativamente difundidos ao longo do século XX, a exemplo de Thompson, outros historiadores não tardaram a vituperar-se contra eles, apresentando propostas analíticas alternativas. Em 1934, Georges Lefebvre fez-se pioneiro em analisar tais temáticas, estabelecendo “o uso mais controlado da noção de multidão”. Associando o fenômeno a “tipos específicos de ação social”, empenhou-se em demonstrar a sua racionalidade comportamental, criticando a interpretação defendida por Gustave Le Bon. Nos anos de 1950, Eric Hobsbawm enfatizou “a necessidade de se compreender a sempre complexa relação entre as ações coletivas, a transformação econômica e a reorganização política da sociedade”. Seus estudos mostraram que trabalhadores sublevados “distinguiam na prática entre o ato da pilhagem e o da ‘destruição justificada da propriedade’ (...) seguindo, pelo seu próprio entendimento, com frequência, um procedimento sensivelmente pré-estabelecido”. A contribuição de Hobsbawm fora, pois, “enfatizar a idéia do protesto como recurso político”. Em princípios da década de 1970, os trabalhos de George Rudé “abririam definitivamente o campo para uma nova abordagem metodológica do fenômeno conhecido como ações das multidões”. Dedicando-se a compreender a “composição social”, “principais objetivos e alvos” destas, aperfeiçoou o conceito introduzido por Lefebvre associando as manifestações populares a “um propósito social”. Na acepção cristalizada por Rudé, “o termo multidão tornou-se praticamente sinônimo de protesto social” na transição entre os séculos XVIII e XIX na Europa, ganhando um caráter temporal e espacial que restringia sua aplicabilidade. Nesta área de pesquisas delineou-se a abordagem conhecida como “história vista de baixo”. Ver PAMPLONA, *A historiografia do protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas*, 1996.

### *Algumas visões no contexto brasileiro*

Mencionamos acima que a representação das “multidões perigosas” parece ter alçado aplicação universal e longa duração histórica. Referíamos-nos à possibilidade de identificar indícios da mesma na prática política e em debates acadêmico-intelectuais no Brasil. Em seu já referido estudo, Jorge Ferreira apontou tendências algo afinadas àquela em uma “tradição autoritária” existente no pensamento político brasileiro. No que concerne à participação das classes populares, disse o autor, tal seguimento

procura desconhecer a participação dos trabalhadores na vida política do país. Em termos gerais, as pessoas comuns não apenas não participam, como em nada influem no processo político. Incapazes de intervirem no quadro político, desqualificadas para participarem do jogo liberal-democrático, alheias e desinteressadas dos grandes acontecimentos, as pessoas comuns só reagiram, esporadicamente, na forma de revoltas, manifestações de rua e protestos localizados. Sua participação se resumia a uma ação espontânea, regida exclusivamente pela fome.<sup>42</sup>

José de Souza Martins também denunciou a persistência desse autoritarismo em nosso país, de acordo com ele, arraigado em “estruturas, instituições, concepções e valores”, quando não “enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado”, o que “freia o processo histórico e o torna lento”.<sup>43</sup> Reflexões apresentadas por Elisa Pereira Reis indicaram a referida tradição como um dos fatores responsáveis por sancionar, especialmente entre os brasileiros das classes pobres, “uma visão de mundo em que os recursos da autoridade são a única alternativa para reduzir a opressão burocrática”, concorrendo “para reforçar o mito de uma sociedade impotente, composta de cidadãos dispersos que nada mais tem (*sic.*) a fazer além de buscar a patronagem do poder”.<sup>44</sup>

A desqualificação dos indivíduos pertencentes às classes populares enquanto sujeitos políticos pode ser, de certo modo, considerada conclusão interessada de intelectuais ímpios e/ou conservadores quanto à capacidade de atuação autônoma e racional dos mesmos. Seja esta incredulidade fruto de elitismo, anacronismo ou qualquer outra coisa, tende a suprimir a experiência, substituindo-a por ideais, noções e conceitos constituintes do olhar dos observadores, em regra, exteriores ao contexto

---

<sup>42</sup> FERREIRA, *A cultura política dos trabalhadores no Primeiro Governo Vargas*, p. 188.

<sup>43</sup> MARTINS, *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*, p. 14.

<sup>44</sup> REIS, *Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão*, p. 178.

empírico focalizado. A conseqüência é o aparecimento de representações pouco esclarecedoras e autoritárias sobre a participação política popular, antes de tudo, reveladoras do imaginário político do analista. Por exemplo, à transição do regime monárquico ao republicano no Brasil, de acordo com José Murilo de Carvalho, “tanto os observadores estrangeiros quanto os intelectuais republicanos estavam sem dúvida buscando o cidadão ao estilo europeu”, o que multiplicava as opiniões decepcionadas acerca do “povo brasileiro” expressas em frases como “o povo fluminense não existe” ou constitui-se de meros “curiosos”.<sup>45</sup> Por razões semelhantes, pululam desapontamentos no conhecimento histórico-sociológico estabelecido acerca da sociedade e da participação popular em nosso país. Evitar tal tendência, conforme sugeriu Frederico de Castro Neves, exige-nos pensar a cidadania “a partir das possibilidades contidas em cada situação histórica concreta”.<sup>46</sup>

No que tange as representações elaboradas a respeito das “classes populares” no Brasil, Eder Sader e Maria Célia Paoli, de modo interessante e esclarecedor, buscaram evidenciar os fundamentos da cisão produzida deliberadamente pela “produção sociológica recente” a partir dos anos 1970 em relação à “tradição sociológica brasileira”, elucidando as interessantes implicações desta reorientação teórico-metodológica. Segundo os autores, as “representações instituídas” pela “tradição sociológica” foram elaboradas durante longa trajetória intelectual iniciada na Primeira República, tendo sua continuidade, embora algo sinuosa, se quebrado de fato apenas naquela década. Antes disso, beneficiaram-se de contribuições ofertadas por ensaístas políticos de “pensamento autoritário”, tais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Alberto Torres, preocupados com a formação da nação brasileira. Também se fortaleceram com reflexões de anarquistas, socialistas e militantes vinculados ao movimento operário, os quais esperaram assistir à revolução social no país. Por fim, alimentaram-se dos estudos de autores acadêmicos de orientação nacionalista e democrática, que entraram em cena a partir de meados dos anos 1950, dentre outros, Juarez Rubens Brandão Lopes, Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues e Azis Simão. Esses três seguimentos, não obstante orientados a propósitos tão distintos, respondem por uma “tradição de

---

<sup>45</sup> CARVALHO, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 69.

<sup>46</sup> NEVES, *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*, p. 161.

pensamento” acerca das “populações subalternas” que arrola temas de conotação acentuadamente negativa, unindo-se, pois, por indisfarçável pessimismo frente aos populares, vistos como imaturos, dispersos, incapazes ou frágeis politicamente.<sup>47</sup> Assim, a “ruptura” em relação a ela representa mudanças no emprego do conceito de *classe* e “questiona o âmago da determinação e da figuração tradicionais sobre o lugar, os limites e as possibilidades dos trabalhadores e de suas ações na história”, acarretando “a emergência de novas representações” sobre a “sociedade” e “seu campo político”.<sup>48</sup>

A nova geração de pesquisadores irrompeu contra aquele “retrato muito pouco animador dos trabalhadores como classe” e com a decorrente idéia do Estado enquanto agente definidor ou mesmo criador das classes “sociais *como tais*”. Nesse sentido, vieram propor que a dinâmica social é consideravelmente autônoma face ao Estado e que o cotidiano é também lugar de luta e resistência à dominação. Isto é, nos próprios termos de Eder Sader e Maria Célia Paoli, as pesquisas recentes desenvolveram “uma *concepção política sobre a sociedade*, até então reduzida aos parâmetros do espaço do Estado”. Uma vez realizada a “ruptura com a figura instituída de ‘classe atrasada’ e ‘pouco adequada’ às suas tarefas históricas”, “a emergência de ações políticas de fora do sistema político instituído” e o “caráter instituinte da prática dos trabalhadores, não mais pensada como decorrência de determinações estruturais”,

---

<sup>47</sup> A princípio, acreditou-se ser a heterogeneidade étnica e sócio-cultural do povo brasileiro razão de sua incapacidade de ação política coletiva, ficando clara a necessidade de organizá-lo via ação interventora do Estado/elites – o que, de certo modo, foi feito pelo Estado Novo. A inexistência de um operariado propriamente dito, cujo lugar seria ocupado por grupos díspares entre si, internamente individualistas, desorganizados, sem tradição revolucionária, ignorantes e mantenedores de relações pessoais com os patrões fora apontada por muito tempo. Mas, foi preciso mais um pouco mais de requinte teórico para se redescobrir o problema da diversidade dos trabalhadores nacionais como obstáculo à formação de uma identidade social e política coletiva, isto é, de uma classe enquanto tal. A partir daí, os populares foram vistos como grupos sem coerência e racionalidade, sem consciência de classe e, logo, carentes de autonomia para a movimentação coletiva. SADER; PAOLI, Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes), *In.*: CARDOSO, (org.), *A aventura antropológica*. Teoria e pesquisa, p. 40-41, 42-3, 44-7 e 47-50.

<sup>48</sup> SADER; PAOLI, Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes), *In.*: CARDOSO, (org.), *A aventura antropológica*. Teoria e pesquisa, p. 41. Nos estudos recentes, a noção de “classes populares” busca compreender “os trabalhadores, os operários, os subalternos, os populares, os habitantes de periferias, favelas e subúrbios, os migrantes, os mobilizados em sindicatos e os participantes de movimentos sociais urbanos” – em suma, grupos que, “juntos”, o pensamento sociológico concebe como uma “categoria”, “estrutura” ou “prática coletiva” – atentando para o elemento de heterogeneidade e imprecisão constituinte do universo que se pretende abarcar. Dessa maneira, “o esforço de rigor do analista desloca-se do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento”. SADER; PAOLI, Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes), *In.*: CARDOSO, (org.), *A aventura antropológica*. Teoria e pesquisa, p. 39 e 59.

tornaram-se evidentes. Desse modo, “a imagem da classe múltipla e diferenciada” foi, de alguma maneira, reeditada pelas “representações instituintes”. Porém, esta geração de estudiosos de fato inovou e suas contribuições foram definitivas. Recusou-se veementemente as propriedades de “alienação” e “heteronomia” longamente atribuídas aos trabalhadores e banuiu-se a busca pela *homogeneidade* nos ideais da classe. Assim, abriram espaço ao reconhecimento positivo da *diversidade* presente nas práticas desta. Com base nessas reformulações, emergiu uma abordagem responsável por “constituir o cotidiano como espaço simbólico de vivência da dominação e de formulação de projetos para quebrá-la”. Esta importante alternativa surgiu da crescente desconfiança e distanciamento em relação às noções abstratas, idealizadas e descontextualizadas da classe, às quais, durante muito tempo, procurou-se enquadrar o “específico” caso nacional. Assim, “a avaliação do que ‘as classes populares’ *são* perde o sentido, para se transformar numa avaliação daquilo que os grupos estão enfrentando e estão sendo”.<sup>49</sup>

Esse movimento facultou redescobrir a pluralidade enquanto traço definidor das experiências históricas individuais e coletivas dos trabalhadores brasileiros, entendendo-se que “o coletivo se forma pela articulação das diversas situações de dominação contestadas por seus movimentos”. Sendo os atores constituintes das classes trabalhadoras diversos entre si, compreendeu-se que sua “forma de expressão política” deveria ser “também múltipla, não se restringindo aos lugares mais tradicionais de organização, como sindicatos e partidos.” A vantajosa “recusa” a “restringir a vida social e a dinâmica política aos espaços organizativos institucionais” deu margem ao alargamento da “dimensão politizável da vida social” e a mudanças igualmente reveladoras no âmbito da noção de política (legitimidade, importância e eficácia das práticas), as quais permitiram situar os referenciais analíticos na própria luta dos atores. Por conseguinte, estes deixaram de figurar em diversos estudos como meros “objetos”, assumindo a condição de “sujeitos com escolhas, vontades e representações próprias”.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> SADER; PAOLI, Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes), *In.*: CARDOSO, (org.), *A aventura antropológica*. Teoria e pesquisa, p. 49-53, 59-62 – Grifos dos autores.

<sup>50</sup> *Idem*, p. 61-2.

## Aspectos teórico-conceituais

No último quartel do século passado, uma crise paradigmática atravessou o campo de trabalho dos historiadores, deparando-lhes profundas incertezas. A disciplina viu-se inscrita “em uma conjuntura percebida como marcada pelo declínio radical das teorias e dos saberes sobre os quais ela sustentara seus progressos nas décadas de 1960 e 1970”, disse Roger Chartier. Desencadeando uma primeira onda de inquietudes, “disciplinas mais recentemente institucionalizadas” no âmbito das ciências sociais, em busca de consolidar-se e conquistar territórios, isto é, “converter a fragilidade institucional” primeiramente “em hegemonia intelectual”, promoveram verdadeiro “assalto contra a história”, questionando radicalmente seus “objetos” e “certezas metodológicas”. Nesse ínterim, “o empirismo histórico” fora fortemente depreciado face “às novas exigências teóricas”. No entanto, assinalou Chartier, os estudiosos da especialidade alvejada revelaram-se hábeis em garantir sua vitalidade, embora “ao preço de um ecletismo um tanto anárquico”. Para corroborar seu campo de trabalho, os historiadores “puseram em ação uma estratégia de captação das frentes abertas por outros” (etnólogos, demógrafos, sociólogos, lingüistas). Estrategicamente, estabeleceram inéditos objetos e métodos, em parte “extraídos das disciplinas vizinhas”. Mas, se é verdade que algumas transformações desde então observadas na história explicam-se em razão das táticas adotadas perante ataques imperialistas sofridos e efetuados, há também mutações independentes, decorrentes de motivações internas “ligadas à distância tomada” nas práticas de pesquisa “em relação aos princípios de inteligibilidade que haviam governado o método histórico nos últimos vinte ou trinta anos”. Nesse sentido notamos, por exemplo, um refluxo do “projeto de uma história global”.<sup>51</sup>

No principal campo de estudos que perpassa nosso trabalho, a política, os embates mostram-se particularmente antigos. Após desferida pelos *Annales*, a conhecida crítica à “história tradicional”, que detinha preocupações comuns às da história política, a associação a esta especialidade tornara-se praticamente anátema aos

---

<sup>51</sup> CHARTIER, O mundo como representação, *In.: A beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, p. 62-3 e p. 65-6.

historiadores.<sup>52</sup> Em decorrência do combate àquela limitada forma de narrativa histórica, confundiram-se ambas, ao que parece, por recortarem na realidade objetos de estudos semelhantes. Assim, não podemos descartar possíveis excessos na conformação e emprego da resultante “caricatura de uma história política”, para René Rémond, “cada vez mais distanciada da realidade de nossa disciplina em movimento”. Recentemente, ele refletiu sobre a persistência da detração, ou, melhor dizendo, de sua aplicação indiscriminada, sugerindo que suas recorrentes evocações, muitas vezes, destinaram-se a garantir “superioridades baratas” a pesquisadores individuais ou às suas especialidades. Por isso, concluiu o autor, a crítica direcionada à história política nem sempre fizera justiça ao trabalho dos historiadores políticos, clássicos ou contemporâneos.<sup>53</sup> Desse modo, de maneira análoga à disciplina, a sua especialidade votada ao estudo da política sofreu significativas mutações nos últimos decênios do século findo em razão de estímulos externos e internos, o que Rémond traduziu, melhor que ninguém, denominando-a “ciência encruzilhada”. Saberes como a sociologia, o direito público, a lingüística e a matemática, dentre outros, inspiraram novas abordagens para temas tradicionalmente investigados – partidos, guerras, biografias – e novos objetos – a opinião pública, a mídia, o discurso o comportamento político. As novas perspectivas teórico-metodológicas postas em pauta no círculo dos *Annales*, desde seus primórdios, ao demarcarem a “sociedade global” como objeto de estudos e assinalarem a importância do uso de fontes massivas e/ou seriais passíveis de tratamento estatístico, ensejaram a integração dos atores mais modestos ao campo de interesses dos historiadores políticos, o que tem sido viabilizado, principalmente, através da análise de resultados eleitorais, recenseamentos, dados partidários. Acompanhando os debates na dita revista, eles encontraram também subsídios para escapar ao “efêmero” e ao “instante” na idéia da “pluralidade de ritmos” históricos, fundamental ao

---

<sup>52</sup> É amplamente conhecido que, através do eminente periódico francês criado em meados dos anos 1920, seus fundadores opuseram-se contundentemente ao método histórico então predominante, considerado superficial e exclusivamente preocupado com “fatos singulares” de natureza “política, diplomática ou militar”. Em tom claramente depreciativo, qualificaram-no “historicizante ou événementielle”, propondo-se substituí-lo por uma perspectiva mais profunda, “problematizadora do social” e “preocupada com as maiorias anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar”. VAINFAS, *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*, p. 16-17. Àquele feito de história referimo-nos como “tradicional” nos moldes da crítica francesa.

<sup>53</sup> RÉMOND, *Por uma história política*, p. 9.

desenvolvimento dos estudos da “cultura política”, iniciando um mergulho nas profundidades da “longuíssima duração”.<sup>54</sup>

Neste contexto temático, conforme ressaltou Rodrigo Patto Sá Motta, passou-se à preocupação com a política também “no nível do inconsciente, das representações, do comportamento e dos valores”, recorte não explorado pela “história política tradicional”.<sup>55</sup> Não menos importante é assinalarmos que apesar da substancial renovação, conforme Marieta de Moraes Ferreira, responsável pela *Apresentação* da obra de Rémond em sua edição brasileira, a história política manteve identidade própria, advogando propostas alheias à outra tradição historiográfica mencionada. É-lhe próprio, por exemplo, valorizar o sujeito (característica presente em nossa pesquisa), o acontecimento e a narrativa. Mas, acima de tudo, postular o “político como domínio privilegiado de articulação do todo social”, isto é, a natureza supostamente globalizante desse aspecto do convívio humano, entendido como *locus* de articulação do social como um todo.<sup>56</sup> Ao buscar explicitar estratégias encontradas pelos historiadores para enfrentar as intempéries que pairaram sobre a disciplina no contexto da “crise geral” das ciências sociais, Roger Chartier identificou a mesma acepção da política enquanto objeto de investigações. Naquela ocasião, certa defensiva historiográfica também se manifestou fundamentando-se, por um lado, no “retorno a uma filosofia do sujeito”, destinada a “reabilitar ‘a parte explícita e refletida da ação’” e, por outro, em uma “primazia concedida ao político”. A ênfase à política justificava-se, igualmente, pelo entendimento desta como “nível mais globalizante” da organização social, ou seja, como uma “nova chave para arquitetura da totalidade”. Com efeito, a história deveria “reformular seus objetos” justamente “a partir de uma interrogação sobre a própria natureza do político”. E, no que tange às “suas referências”, cuidar de potencializar “o diálogo travado com a ciência política e a teoria do direito”.<sup>57</sup> Podemos, pois, por um ângulo diferente, entender o otimismo presente na afirmação de Rémond de que “a história política rejuvenescida encontra todas as suas virtudes num ambiente científico

---

<sup>54</sup> RÉMOND, *Por uma história política*, p. 29, 33-5.

<sup>55</sup> MOTTA, O conceito de cultura política. In.: *Anais do X Encontro Regional da ANPUH/MG*, p. 84.

<sup>56</sup> FERREIRA, Apresentação, In.: RÉMOND, *Por uma história política*, p. 7.

<sup>57</sup> CHARTIER, O mundo como representação, In.: *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, p. 64. As similitudes com a “história política rejuvenescida” de Rémond são portanto óbvias.

que as duas últimas décadas agitaram”.<sup>58</sup> Seria “sua especificidade” ser globalizante, justamente aquilo que a história enquanto disciplina procurava ou precisava tornar-se para fazer frente a ameaças que ultimamente a rondaram e, enfim, procurar dissipá-las. Convicto da globalidade da política o autor assevera: “a política é o lugar de gestão do social e do econômico, mas a recíproca não é verdadeira”.<sup>59</sup>

Nesta talvez ambiciosa definição do político enquanto objeto da história, estimula-se e legitima-se particularmente o setor da disciplina destinado a compreendê-lo. Mas, sendo evocada para defender o saber histórico, aquela idéia passa a valer de modo análogo ao campo de trabalho dos historiadores de maneira geral. Entretanto, mais que levar a fundo o exame sobre tais conjeturas, importa-nos extrair de Rémond definição objetiva para o político. O que, inevitavelmente, leva-nos a maiores explicações sobre o corte global deste. À questão, simples a primeira vista, o autor nos responde com certa complexidade. O campo do político não se sujeita a “fronteiras fixas” baseadas em “uma coleção de objetos ou um espaço”, disse-nos. Assim, é acertado participar a ele “tarefas que cabem ao poder público” ou venham a “tornar-se objeto de decisão política, suscitar uma legislação, nutrir controvérsias políticas”. Todavia, se quisermos apreender em sua abrangência característica esse aspecto da vida humana, é preciso ir além. Devemos buscar “definições mais abstratas”. De acordo com Rémond, compete ao político tudo aquilo que faz “referência ao poder” no âmbito da “relação direta com o Estado e a sociedade global”. Mas esta dimensão histórica “não se reduz a isso”. Concordando-se que “a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder” naqueles marcos, por força da sua diligência, quase “não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido relação com o político”. Enfim, vale transcrevermos uma passagem do autor:

---

<sup>58</sup> RÉMOND, *Por uma história política*, p. 10. A experiência concreta da humanidade no século passado, com seus cataclismos, também contribuiu para recolocar o político em evidência. Nesse sentido, Rémond destaca as grandes guerras. Para ele, estes funestos acontecimentos mostraram a todos que “a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais” e “contribuíram para dar crédito à idéia de que o político tinha uma consistência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social”. Também teria inflado a importância atribuída à política a crise geral da economia capitalista, à medida que impulsionara um sensível aumento das atribuições dos governos. RÉMOND, *Por uma história política*, p. 23-4.

<sup>59</sup> Assim, a história política que obviamente “não pensa em opor a hierarquias obsoletas uma contra-hierarquia que a recolocaria no topo de uma pirâmide (...) está convicta de que tem muito a contribuir em troca – não apenas marginalmente – para todos os outros setores da história”. RÉMOND, *Por uma história política*, p. 10.

Em torno de um núcleo estável e restrito que corresponde grosseiramente às funções régias do Estado tradicional, o campo da história política irradia em todas as direções e libera como uma multiplicidade de digitações. Nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. Consequentemente (...) A história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação.<sup>60</sup>

A fatia da totalidade social correspondente à política diferencia-se das demais, portanto, porque se mostra “ponto de condensação” e, como vimos, “gestão” perante elas, relacionando-se de modos “bastante desiguais” com “diferentes temas” feitos “políticos em virtude de sua destinação”. As múltiplas interfaces que o político experimenta com outros domínios sob a regra da reciprocidade, colocam em constante movimento suas fronteiras. Por expansão ou retraimento, a esfera política “recapitula os outros níveis da realidade”.<sup>61</sup> Talvez esta última frase resuma apropriadamente a possibilidade que a dimensão histórica em questão abre ao nosso trabalho, ou melhor, a ênfase que buscamos ao perscrutá-la. Ao palmilharmos o terreno da política ao nível municipal no rastro dos populares, seguíamos algo instigados pela noção de cultura política, considerando que, conforme Rémond:

(...) um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamento coletivos.<sup>62</sup>

Serge Berstein, que por seu turno buscou conceituar de forma mais precisa e rigorosa a cultura política, revelou-nos que esta não se limitaria, simplesmente, a um “conjunto homogêneo” de elementos inter-relacionados, reveladores de identidade individual ou coletiva. Em sua opinião, uma cultura política comportaria atributos diversos. Desse modo, destacou que, por um lado, os detentores desta revelariam *visões* de mundo, passado, futuro e concepções institucionais para uma organização estatal conforme seus ideais de sociedade. Por outro, para exprimirem a cultura política que reclamavam para si em seus múltiplos aspectos, partilhariam

---

<sup>60</sup> RÉMOND, *Por uma história política*, p. 443-5.

<sup>61</sup> *Idem*, p. 441-3 e 449.

<sup>62</sup> *Idem*, p. 449-450.

(...) um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel do significante.<sup>63</sup>

Estas e outras características arroladas por Berstain pontuam a especificidade das culturas políticas. Convém destacar a adesão voluntário-racional, a necessária “base” filosófico-doutrinal e o projeto político para o Estado, evidentes restrições à utilização do conceito para exprimir a atuação política dos sujeitos investigados neste trabalho. Embora os atores que nos propomos examinar revelassem racionalidade própria em suas ações ou demandas e as direcionassem para o Estado, permitindo-nos depreender suas expectativas quanto a orientação deste e até mesmo noções de legitimidade do poder, certamente, não apresentaram clara e formalmente propostas políticas alternativas para ele. Da mesma forma, não reclamaram ou declararam explicitamente para si uma ou outra cultura política conhecida. Por isso, parece-nos inadequado supô-los dotados de uma cultura política própria se quisermos ser estritamente fiéis à aceção proposta por Berstein.<sup>64</sup> Mas não se trata de negar o diálogo dos mesmos com referenciais colhidos em uma ou outra cultura política coeva. Recorriam, por exemplo, a aspecto do trabalhismo, dado o apelo popular desta tradição. Além disso, a cultura política encontrou definições mais genéricas. Nelas poderíamos nos apoiar mais confortavelmente. Rémond, como vimos, empregou a expressão referindo-se à “maneira de conceber, de praticar, de viver a política” de um “povo”.<sup>65</sup> Segundo Karina Kuschinir e Leandro Piquet Carneiro, a noção em vista remete-nos “ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e os pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”.<sup>66</sup> A exemplo dessas significações mais flexíveis do conceito de cultura política, constituem-se referenciais operacionais ao propósito de resgatar historicamente a atuação política de indivíduos ou grupos pertencentes ao universo das camadas populares as noções de imaginário e representações sociais.

---

<sup>63</sup> BERSTEIN, A cultura política. *In.*: RIOUX; SIRINELLI, *Para uma história cultural*, p. 350-351.

<sup>64</sup> *Idem.*

<sup>65</sup> RÉMOND, *Por uma história política*, p. 449-450.

<sup>66</sup> KUSCHNIR; CARNEIRO, *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*, p. 227.

Genericamente, um imaginário social pode ser definido como um conjunto de “imagens de memória e imaginação” depositadas no “inconsciente coletivo”,<sup>67</sup> compreendendo a totalidade das experiências humanas – isto é, o social, o cultural, o político etc. – em um raio de compartilhamento do qual, normalmente, o indivíduo não pode se isentar. Todavia, por motivos evidentes, do ponto de vista analítico é mais proveitoso falarmos em imaginários, bem como, adjetivá-los. Ou seja, existem imaginários sociais respeitantes a vivências e destinações várias. Tal pluralidade advém da complexidade da experiência humana, sempre diversa, base perceptual para os aprendizados que vão constituir sua dimensão sócio-imaginária. Com dinâmica durável relativamente independente às determinações e contingências concretas, os imaginários integram o cotidiano, modelando formas históricas individuais e coletivas de pensar e agir nos diversos setores da vida. Na paradigmática explicação de Bronislaw Baczko, temos medida do grau de imprescindibilidade da mediação dos imaginários e representações à existência dos sistemas sociais e políticos. Segundo o autor, a “vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que as fixam e traduzem”. À representação da experiência deve-se a constituição de redes semânticas compartilhadas ou comunidades de imaginação responsáveis por discernir e criar identidades, papéis, crenças, expectativas, códigos comportamentais, enfim, conferir inteligibilidade e sentido à vivência social. A intrincada relação entre imaginação e experiência mantém-se através dos tempos por processos de entendimento e significação do mundo, isto é, operações de representação realizadas pelos atores.<sup>68</sup> Assim, concluiu Baczko,

O social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcos de referência simbólicos por meio dos quais os homens comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas etc.<sup>69</sup>

Dessa maneira, encontram-se no âmbito dos imaginários atributos indispensáveis à convivência sociopolítica, de tal modo que, historicamente, relações e projetos de poder somente podem emergir e perdurar em conexão e sintonia com a

---

<sup>67</sup> SILVA; SILVA, Imaginário. In.: *Dicionários de conceitos históricos*, p. 213-5.

<sup>68</sup> Entendendo-se por representação maneiras individuais ou coletivas de designar aspectos da vida, importa enfatizar que, inevitavelmente, ela mesma e seu produto alteram-se conforme o *status* social de seus agentes e com o andamento do processo histórico, podendo originar imaginários concorrentes que intervêm no plano vivido de uma mesma sociedade ou grupo.

<sup>69</sup> BACZKO, *Imaginação social*, p. 307.

dimensão imaginária da sociedade. Nesse sentido, ao analisar aspectos da atuação política popular no Rio de Janeiro nos primeiros anos do regime republicano no país, José Murilo de Carvalho alertou-nos que,

(...) exceto em casos muito excepcionais e passageiros de sistemas baseados totalmente na repressão, é mais fecundo ver as relações entre cidadãos e Estado como uma via de mão dupla embora não necessariamente equilibrada.<sup>70</sup>

Dito de outro modo, aos grupos politicamente dominantes ou àqueles que pretendem tal condição não é dado consubstanciar seu mando meramente através de medidas concretas, à revelia dos imaginários políticos, desconsiderando totalmente as expectativas sociais voltadas às instituições políticas e seus representantes. Isto é, a dominação não pode ser totalmente arbitrária, ao custo de sequer estabelecer-se ou perecer em pouco tempo. Fora Bronislaw Baczko quem o disse:

(...) é no próprio centro do imaginário social que se encontra o problema do *legítimo*, ou melhor, para ser mais exacto, o problema da *legitimação* do poder. Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder. Por outras palavras, o poder tem necessariamente de enfrentar o seu *arbitrário* e controlá-lo reivindicando uma legitimidade.<sup>71</sup>

Em estudo sobre as disputas havidas em torno do imaginário da República no Brasil quando de sua implantação, Carvalho esboçou interessante interpretação acerca da tese defendida por Baczko nesta passagem. Segundo o estudioso brasileiro,

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações os medos e as esperanças de um povo. (...) Na medida em que [os setores dominantes] tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.<sup>72</sup>

“Inventar”, “elaborar” ou “reivindicar” a legitimidade de um poder é “controlar” o que nele há de “arbitrário”, contrário à sua aceitação e, portanto, à sua durabilidade. Ou seja, demonstrar que é legítimo o domínio requer convencer a maioria acerca do amplo interesse das propostas que este pretende encetar. O desafio é pois o “diálogo”, desse modo, a condição do êxito é a identificação do discurso político às representações sociais (expectativas, temores, demandas). Em uma palavra, para se legitimar o poder tem que se enraizar no terreno social e nas comunidades de

<sup>70</sup> CARVALHO, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 11.

<sup>71</sup> BACZKO, *Imaginação social*, p. 310 – Grifos do autor.

<sup>72</sup> CARVALHO, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 10-1.

imaginação estabelecidas. Logo, tentativas de “manipular” os atores ao acaso das representações socialmente partilhadas, como disse Carvalho, tendem a “cai[r] no vazio, quando não no ridículo”.<sup>73</sup> Afinal, segundo Baczko, é o imaginário que

(...) suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.<sup>74</sup>

É possível afirmar portanto que na dinâmica interação entre elementos imaginários e a práxis define-se a continuidade, mudanças e rupturas das estruturas sociopolíticas, o comportamento dos grupos sociais e indivíduos. Jean-Jacques Becker fora assim conclusivo ao asseverar que “as reações de um grupo num momento dado prestam contas do meio mental no qual elas se manifestam”.<sup>75</sup> Desse modo, nossa investigação sobre a atuação das classes populares na esfera política municipal de Montes Claros buscou articular aspectos múltiplos da vivência dos atores, objetivando evidenciar atitudes, compreender comportamentos e concepções desta ordem. Tendo sido a análise de textos produzidos pelos próprios sujeitos investigados o principal meio disposto a fim de desvendá-los enquanto sujeitos políticos, deparamo-nos ainda com o vocabulário, a ritualística, as representações, expectativas, demandas, noções de legitimidade do poder e valores que permearam suas ações voltadas ao político.

\*\*\*

Os resultados desta pesquisa foram narrados em quatro capítulos que pretenderam abarcar a diversidade da ingerência e expressão engendradas na política de Montes Claros entre 1930 e 1964 por indivíduos, grupos ou entidades representativos das classes trabalhadoras ou populares. O *Capítulo 1* destinou-se a reconstituir elementos importantes do cenário dado à atuação destas. Assim, nele procuramos compreender o perfil das autoridades municipais, seus interesses, projetos para a *urbe* e métodos de relacionamento com os seguimentos economicamente inferiores. Da mesma

---

<sup>73</sup> CARVALHO, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 89.

<sup>74</sup> BACZKO, *Imaginação social*, p. 311.

<sup>75</sup> BECKER, *A opinião pública*, In.: RÉMOND, *Por uma história política*, p. 188.

maneira, atentamos aos fatores concernentes ao acelerado processo de crescimento urbano verificado naqueles anos, cujos impactos incidiram diretamente sobre o cotidiano da população pobre. Ocupamo-nos, outrossim, em conhecer algo acerca da expansão da periferia, que se revelou essencial à conformação dos trabalhadores em ator coletivo social e politicamente determinante à configuração das relações de poder em âmbito local ao fim do período. No entanto, os primeiros contatos dos indivíduos pesquisados com o político, tratados no *Capítulo 2*, quase sempre, efetivaram-se por iniciativas solitárias como procurar diretamente aos dirigentes ou dirigir-lhes cartas apresentando pedidos de ordem pessoal. A relação estabelecida através destas práticas mostrou-se em regra permeada de clientelismo, o que, embora escamoteasse as nuances propriamente políticas do discernimento revelado pelos atores acerca do poder, não as ocultou por completo. Passando ao exame dos mecanismos da atuação dos atores enquanto coletividade, a qual alçou notória expressividade no contexto da chamada “experiência democrática”, constatamos que a emergência dos trabalhadores na esfera política municipal deu-se por dois vieses distintos, porém relacionados. No *Capítulo 3*, perscrutamos o primeiro deles, a saber, a mobilização no universo dos subúrbios, cujo objetivo primordial fora a obtenção de benefícios estruturais destinados à melhoria das condições de vida nos bairros junto à administração pública local, tendo como recurso de concretização mais recorrente a organização de abaixo-assinados. Aí se revelaram elementos cruciais à formação identitária que balizou, em escala municipal, a ascensão e incursão dos trabalhadores pesquisados no cerne dos embates políticos. O *Capítulo 4* encerra pois a trajetória por eles percorrida na política montesclareense, discutindo sua atuação por intermédio de “associações de classe” e de outras modalidades. Deparamo-nos então com os momentos de maior efervescência da participação popular em nosso escopo, a transição dos anos 1950 aos 1960, quando questões como a carestia de vida e salários tornaram-se os temas mais discutidos no município. Nossa reflexão encerrou-se neste ponto, procurando desvendar relações entre a mobilização das classes trabalhadoras locais e a cultura política trabalhista, nacionalmente em evidência, através da identificação de posições assumidas por lideranças populares nos pleitos de 1960 e 1962.

## **Capítulo 1: O interior da *urbe* em expansão**

### **1.1 Montes Claros em meados do século XX**

Registros de um cronista local colorem a Montes Claros dos primeiros raios do século XX como um município eminentemente rural, de proporções limitadas e aspecto pobre, destacando as

(...) habitações em geral (...) construídas de adobes, feitas de amarração de madeira. (...) Ruas em sua maioria tortuosas, sem calçamento umas, mal calçadas outras (...) quantidade enorme de mendigos (...) maltrapilhos, imundos.<sup>76</sup>

Cândida Maria dos Santos Veloso, que estudou aspectos sócio-econômicos do crescimento urbano do município na segunda metade da centúria, relembrou estas linhas, corroborando a paisagem memorialística nelas estampada. De acordo com a autora, “a pobreza e a migração sempre fizeram parte da história de Montes Claros”.<sup>77</sup> Ao contrário da impressão que a frase que lhe tomamos emprestada pode causar exposta assim isoladamente, esse traço contínuo no processo histórico local não equivale a estagnação. Nos anos transcorridos entre 1930 e 1964, sobre os quais nos debruçamos, lenta ou aceleradamente, processaram-se intensas transformações de ordem sócio-econômica e política. Mas, certamente, a pobreza encontrou seus meios de reprodução, conservando destaque na vida da maior parte dos habitantes. E, procuremos razões às permanências ou às rupturas, o processo migratório apresenta-se de fato como elemento explicativo incontornável.

---

<sup>76</sup> VIANNA, *Monografia Histórica, Geográfica e Descritiva de Montes Claros*, 1916, *apud*, VELOSO, *Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros (1960 a 1980)*, p. 85-86.

<sup>77</sup> VELOSO, *Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros (1960-1980)*, p. 86.

## 1.2 As elites, sua atuação e os efeitos do tempo

Apesar do notório crescimento ocorrido em Montes Claros nas décadas de 1940, 1950 e 1960, do qual falaremos mais adiante, durante todo o século, a hegemonia política manteve-se, salvo em excepcionais e muito curtos intervalos, com a “velha” classe dos proprietários, apegados a valores sociais e políticos tradicionais.<sup>78</sup> Secular liderança econômica, sustentada no casamento entre o latifúndio e a pecuária, facultou-lhes também proeminência política, mantida através de “estratégias autoritárias” de bases “coronelistas e clientelistas”.<sup>79</sup> Antes da expansão da cidade, tal padrão de dominação parece ter sido vivenciado com naturalidade. Mas, o crescimento demográfico-urbano, as eleições e as pressões populares por melhores condições de vida, dentre outros fatores, acabaram levando à combinação da política “arcaica” a modos mais “refinados” de legitimação dessa autoridade. Lembrando o que foi

---

<sup>78</sup> Referimo-nos à noção de hegemonia mais ou menos nos termos em que Francisco Corrêa Weffort a empregou em seus estudos clássicos acerca do “populismo” no Brasil. Embora este conceito – o “populismo”, juntamente com seu arsenal: massas, manipulação, etc. – de certo não nos pareça, atualmente, o caminho mais adequado ao estudo da participação política das classes populares, não tendo sido pois adotado neste trabalho, a idéia de hegemonia, tal qual a adotou o autor, permanece bastante esclarecedora e operacional ao designar situações em que “os interesses sociais e econômicos particulares” de um grupo ou mais “podem” e vem a “servir de base para a expressão política dos interesses gerais”, ensejando ampla aceitação da predominância dos primeiros no governo da sociedade. Desse modo, mesmo com uma visão limitada ou ortodoxa acerca das maneiras populares de intervir na política, melhor dizendo, uma perspectiva típica do período em que realizou o seu incontornável trabalho, argutamente, Weffort colocou-se na vanguarda de reflexões só aprofundadas por pesquisadores de gerações futuras, diga-se de passagem, em ambiente teórico, acadêmico, político e social inquestionavelmente mais favorável a desenvolvê-las. A contundência das críticas dos novos pesquisadores ao autor, arriscamos afirmar, portanto, pode não está isenta de qualquer dose de injustiça ou irreconhecimento – talvez de anacronismo – à contribuição daquele que talvez fora entre nós o precursor em postular que a forma mais correta de conceituar “as relações entre as massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a de uma aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais na qual evidentemente a hegemonia encontra-se sempre ao lado dos interesses vinculados às classes dominantes, mas torna-se impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado”. WEFFORT, *O populismo na política brasileira*, p. 54 e 85.

<sup>79</sup> FERREIRA, *Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, um estudo de caso*, p. 3. Coincidentemente, segundo Evelina Antunes F. de Oliveira, observa-se no processo de formação política de Montes Claros marcas evidentes da dominação patrimonial, cujas bases se assentam nos bens particulares, com destaque especial para a terra, e no controle da burocracia – este, privilegiado em nossa investigação. OLIVEIRA, *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na Área Mineira do Nordeste*, p. 29-30. Sobre o domínio patrimonialista ver FAORO, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 1987. Acerca da importância da propriedade fundiária na vida política do interior no período estudado veja-se QUEIROZ, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*, 1976 e O Coronelismo numa interpretação sociológica. In.: *História Geral da Civilização Brasileira*, p. 154-190.

discutido por Bronislaw Baczko a respeito da necessidade que têm os projetos de poder de “enfrentar o seu *arbitrário* e controlá-lo reivindicando uma legitimidade”, ou seja, de “imaginar e inventar” sua licitude articulando-se ao imaginário e expectativas sociais existentes ou modificando-os em seu favor,<sup>80</sup> entramos em uma das frentes de batalha em que se empenharam as elites políticas locais para se manterem como mandantes.

Preservando expedientes políticos tradicionais até o último instante,<sup>81</sup> com frequência, os poderosos se auto-pronuncia(va)m modernos ou progressistas.<sup>82</sup> Nessas ocasiões, enunciavam uma representação forçosamente positiva da cidade e de sua população, com ênfase na ordem, no trabalho e no desenvolvimento.<sup>83</sup> Esta imagem parece constituir o dispositivo privilegiado para a legitimação da hegemonia dos setores conservadores no período estudado. Todavia, convém recuar algumas décadas a fim de melhor compreendê-la. Sempre cuidadosas em deixar claro quem deveria governar, através de atitudes e discursos, as camadas dominantes dedicaram-se a definir o papel a ser desempenhado pelos governados. César Henrique de Queiroz Porto, que contribuiu à historiografia política regional com um estudo revelador sobre a estrutura dominial vigente em Montes Claros durante a Primeira República, atentou para aspectos importantes das investidas dos líderes locais na conformação de um “imaginário político” para os subalternos. Segundo o autor, os velhos “mandões” visavam levá-los a “reconhece[r] como legítima a dominação do potentado”. Dessa forma, como era de praxe entre os “coronéis”, para justificar sua supremacia, valeram-se da força bruta e do temor que despertavam na população, contrabalançando “a violência, a exclusão política

---

<sup>80</sup> BACZKO, *Imaginação social*, p. 310 – Grifo do autor.

<sup>81</sup> Ainda de acordo com Evelina Antunes F. de Oliveira, a despeito da tendência nacional a centralização, urbanização e industrialização observada na política nacional a partir da década de 1930, a elite montesclarenses e, provavelmente, norte-mineira, no intuito de manter-se no relacionamento com as demais esferas do poder, contraditoriamente, reforçara o seu comportamento patrimonialista e clientelista, fundado uma aliança entre as forças oligárquicas e os interesses industriais. OLIVEIRA, *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste*, p. 42-43.

<sup>82</sup> Para Gy Reis Gomes Brito, vale ressaltar, “Esta cidade é também fruto de uma herança política, (*sic.*) pela qual as idéias liberais adentraram o sertão, visando a garantia da ordem social, a promoção do progresso, um progresso que defendia os interesses específicos de uns poucos letrados, um progresso excludente, onde a população [idealmente] só exercia o papel de legitimar e consentir os desejos desse pequeno grupo e, (*sic.*) como necessidade a manutenção de privilégios e de controle do poder”. BRITO, *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estreps e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)*. p. 75.

<sup>83</sup> Laurindo Mékie Pereira defendeu que, nas décadas de 1940 e 1950, as elites montesclarenses se mobilizaram politicamente buscando “inserir a cidade nas políticas [estaduais e nacionais] de desenvolvimento, [e] solidificar a imagem de município moderno e sem conflitos, que os jornais desde há muito se empenhavam em divulgar”. PEREIRA, *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*, s/p.

e o autoritarismo” com “paternalismo”. Mas, com a mesma finalidade, destacou Porto, eles se empenharam em “manipular” determinados valores e crenças partilhados na “cultura política” local, sobretudo, o prestígio e reputação dos profissionais liberais, especialmente médicos, que ascenderam politicamente através de alianças com os chefes tradicionais na passagem para o século XX.<sup>84</sup>

Após 1930 a estratégia elitista de inculcar certos valores hierarquizantes no imaginário popular não foi abandonada. Pelo contrário. Os novos tempos exigiam aos políticos algumas inovações, sobretudo, o abrandamento da violência, o que conferiu maior importância ao discurso. Novas formas de organização e interesses entravam em cena, não só com estes, mas em meio aos segmentos populares. Aos poderosos impunha-se, assim, contra eventuais empecilhos,<sup>85</sup> maior zelo ao compor justificativas à sua liderança e, sem dúvidas, realizações de maior impacto. Por isso, na fase que se abre ao fim dos anos 1940, tornaram-se típicos expedientes de aplicação “burocrática” e “ideológica”<sup>86</sup> construídos a partir de variações de uma representação positiva da cidade e seus habitantes. Por um lado, tais mecanismos respondiam à intenção que tinham as elites de ampliar as subvenções estatais aos seus projetos. Desse modo, por exemplo, opunham-se a estereótipos bastante difundidos sobre a “turbulência” da cidade e “valentia” dos locais, que poderiam desestimular, ainda, investimentos privados.<sup>87</sup> Por outro lado, não raro associados a práticas autoritárias bem conhecidas, os mesmos

---

<sup>84</sup> PORTO, *Patrimonialismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*, p. 18-20, 33-34 e 38 e 163. Ao longo do texto, empregamos a noção de paternalismo na acepção em que José Murilo de Carvalho a utilizou em referência à política dos coronéis para com seus dependentes. CARVALHO, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, p. 64. Como se sabe, reminiscências desse sistema marcaram profundamente o campo político local durante grande parte do século. Ver PEREIRA, *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*, 2002.

<sup>85</sup> Buscamos aqui nos aproximar do ponto de vista das classes dominantes. Como veremos, as expectativas populares voltadas ao político não representaram qualquer ameaça à estrutura de poder vigente, encerrando-se em melhorias sociais elementares. Porém, vez ou outra, as elites deixavam-se entrever preocupadas com possíveis efeitos da profunda desigualdade sócio-econômica da *urbe*, ou melhor, da inevitável dissolução dos laços sociais verticais em função dos impactos da urbanização que acentuava as diferenças entre ricos e pobres. Segundo registros da época, representativos da perspectiva dominante, enquanto os primeiros concentravam cada vez mais riquezas, os últimos aglutinavam-se nos bairros “experimentando na carne viva os contrastes entre o conforto dos outros e a própria miséria”. Consequentemente, “começava nêles um disfarçado sentimento de revolta”. BRANDÃO *et al*, *Montes Claros notícia*, p. 16.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, *Nova cidade velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do Nordeste*, p. 49.

<sup>87</sup> De acordo com José Monteiro Fonseca, colunista em revista local de considerável circulação à época, em artigo intitulado “Montes Claros por dentro e por fora”, “Montes Claros (...) apresenta-se aos estranhos (...) como cidade turbulenta e teatro de desordens e arruaças, paraíso dos bandidos e dos valentões”. *Revista Montes Claros em Foco*, agosto de 1956, p. 12.

instrumentos destinaram-se a expandir as bases sociais de apoio às lideranças tradicionais entre os pobres – devido à migração, em constante crescimento e renovação –, ajustando-os ao comportamento político-social idealizado pelas classes dirigentes no decurso do processo de crescimento urbano-demográfico e estratificação sócio-espacial em vigor, o qual se revelou um tanto caótico e os reservou o limbo da experiência urbana.

Assim, os moradores dos bairros mereceram o “elogio” dos governantes. Justificando requerimento datado de 1948 ao presidente da Câmara, exemplarmente, um dos edis afirmou que “habita o bairro do Bonfim, uma população numerosa, trabalhadora e ordeira, que muito tem contribuído para o progresso material de nossa terra”. E continuava:

Não me parece justo que esses nossos patrícios, centenas dos quais sufragaram os nossos nomes, para que aqui defendessemos os seus direitos e aspirações, continuem privados do conforto elementar da iluminação elétrica.

Nestas condições, creio que o meu projeto terá andamento rápido e merecerá acolhida favorável dos meus nobres pares.<sup>88</sup>

A representação idealizada da cidade e seus moradores é evidente na fala do vereador. Uma expectativa definitiva acerca do papel sócio-político destes se mostra, um pouco mais discretamente, na pressuposição do seu trabalho, disciplina e voto como condições à conquista de seus “direitos e aspirações”, cuja defesa deveria ser confiada àquele e a seus “nobres pares”. A referência ao “progresso material”, sempre em destaque no discurso dominante, é outro ponto emblemático para compreendermos a natureza do mando dos políticos tradicionais. Apresentado como um interesse universal, parece-nos, ele se revelou dissociado do cotidiano popular. A médio ou longo prazo, os residentes do referido bairro, que se colocam entre os mais atuantes do período estudado, continuaram afligidos pela ausência ou ineficiência do fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água, pela falta de redes de esgoto e conservação das vias públicas.<sup>89</sup> Ao postular o pendor excludente do padrão imperante na política local no último século e, especificamente, em nossa cronologia, outra vez, podemos nos amparar em Laurindo Mékie Pereira. Ele foi convincente ao demonstrar no discurso

---

<sup>88</sup> APCM 004/APMC.47.01.27/000.005/1948/05/04, p. 2. 2 p. – Grifos nossos.

<sup>89</sup> Hoje situado praticamente em área central, o bairro Bonfim, que mais recentemente passou a ser chamado Morrinhos, tornou-se lugar de gravíssimos problemas urbanos referentes a situações de pobreza e violência.

dominante característico dos anos 1940 e 1950 a recorrência estrategicamente orientada a um modelo ideal de governante, o qual, indiretamente, destinava-se a modelar a participação política das classes subalternas. Segundo Pereira, as classes dirigentes alardeavam que “a política era algo reservado para homens ‘aptos’, destinados a esta função, ‘talhados’ para a liderança e para o domínio”. Virtudes “intelectuais” e/ou “tradicionais” eram selecionadas e supervalorizadas para inscrever em “dimensão superior” o líder político e reservar à população comum “inferioridade”, “submissão” e “incapacidade” de expressar-se autonomamente, características que a obrigariam “escolher alguém para guiá-la”.<sup>90</sup> O potencial de subjetivação dessas idéias entre os populares era considerável, pois, engendradas em uma atmosfera “muitas vezes familiar”<sup>91</sup> – isto é, em contextos em que relações sociais permaneciam “verticalizadas” ou “individualizadas”, exercendo um papel claramente conservador ao dissimular a exploração e diluir a formalidade da política representativa.<sup>92</sup>

Assim, a um só tempo, as elites montesclarenses respiraram os ares desenvolvimentistas dos anos 1950 e 1960,<sup>93</sup> rendendo-se às seduções da promissora modernidade urbano-industrial e temendo as modificações que esta poderia acarretar à família, à educação e, sobretudo, à postura social e política das classes populares.<sup>94</sup> A cidade das primeiras décadas do século, de perfil eminentemente rural, insipiente hierarquização e repleta de “solidariedades verticais” expressas no corriqueiro contato direto entre todos os seus membros<sup>95</sup> inclinava-se para o passado. Junto com ela, os pilares do domínio tradicional, a saber, o paternalismo e a autoridade patriarcal dos ricos sobre os pobres, o monopólio da força que tinham os primeiros, enfim, aquela atmosfera “familiar” de que se beneficiavam concatenando bases sociais aos seus

---

<sup>90</sup> PEREIRA, *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*, p. 87-88, 113, 152, 156 e 158. Não é difícil estabelecermos uma continuidade entre esta prática e a promoção da imagem dos profissionais liberais demonstrada por César Henrique de Queiroz Porto na vigência da “república dos coronéis”. PORTO, *Patrimonialismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*, 2002.

<sup>91</sup> PEREIRA, *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*, p. 118-120.

<sup>92</sup> Ao longo do presente texto os conceitos de “verticalidade” e “horizontalidade” são utilizados na acepção de QUEROZ, O coronelismo numa interpretação sociológica. *In.: História Geral da Civilização Brasileira*, p. 166-7.

<sup>93</sup> PEREIRA, *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*, p. 39, 87-88.

<sup>94</sup> BRANDÃO *et al*, *Montes Claros notícia*, p. 14-18.

<sup>95</sup> Segundo livro publicado pelo conhecido memorialista e político local Hermes de Paula, em 1957, cuja “aparência, pois, era de que não havia ricos muito ricos, nem pobres demasiado pobres. (...) o luxo tinha ares de inocência e não chegava a irritar ninguém”. PAULA, *Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes*, p. 237, *apud*, BRITO, *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estreps e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)*. p.75.

interesses e escamoteando a opressão que exerciam sobre os últimos. A expressão mais comum de tal conjuntura, práticas clientelísticas, personalismo, confusão entre as esferas do público e do privado e prejuízo à efetivação do direito, todavia, não desapareceram imediatamente. Manteve-se por todo o período estudado, só começando a perder espaço no alvorecer dos anos 1950.

### **1.3 Migrações e outros fatores do crescimento demográfico-urbano**

Dentre os temas presentes nos documentos produzidos pela administração pública municipal de Montes Claros no contexto pesquisado, a passagem pela cidade de correntes migratórias oriundas de áridas regiões rurais do noroeste mineiro e estados do nordeste com destino ao sudeste do país sobressai com nitidez.<sup>96</sup> A recorrência da temática na pauta de sucessivas gestões municipais evidencia a relevância deste fato social à reconstituição histórica do cenário de atuação dos atores cujas atitudes respeitantes ao político procuramos compreender, impondo-nos examiná-lo ainda que em linhas gerais. Propriamente, não se trata de uma digressão ao nosso objeto primordial. Os migrantes inserem-se no escopo do nosso trabalho por motivos vários. Os testemunhos fornecidos pelos dirigentes e outros observadores sobre o fato contêm pistas úteis acerca do processo de desenvolvimento histórico da *urbe* com suas inerentes contradições, permitindo-nos vislumbrar, notadamente, a interação entre migração, crescimento urbano-demográfico e expansão dos subúrbios. Por fim, as expectativas das autoridades frente aos “retirantes”, “trabalhadores nordestinos” ou “sem trabalhos”, como eram à época chamados os adventícios, é outro elemento que traz a questão para o âmbito dos nossos interesses, haja vista tratar-se de um aspecto do relacionamento entre poderes públicos e populares.

As adversidades do clima “sertanejo” não eram desconhecidas no contexto estudado. Pelo contrário, revelaram-se em episódios cruciais da história regional. De

---

<sup>96</sup> Estudos que versaram sobre a saga dos retirantes nordestinos assinalaram o ano de 1887 como divisor de águas no que concerne ao problema das secas, visto que somente a partir deste ano a migração para as cidades se consolidou como alternativa de sobrevivência recorrente às populações assoladas pelo fenômeno climático. Ver NEVES, *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*, 2000 e ALBUQUERQUE JÚNIOR, *A invenção do nordeste e outras artes*, 2001.

acordo com relatório administrativo de 1934, redigido pelo prefeito José Antônio Saraiva, “Montes Claros, de cinco anos a esta data, vem se sentindo rudemente castigada por secas permanentes e avassaladoras que, (...) podem ser comparadas com as do Nordeste Brasileiro”. A aproximação presente na reflexão do prefeito, que evidentemente não era gratuita, poderia ter baseado-se, ainda, nas vagas de retirantes que atravessavam o município em direção a São Paulo e nos impactos a elas associados com frequência pelas autoridades. A periodicidade do fenômeno coincidia com o atraso, insuficiência ou ausência das chuvas de verão nas áreas de origem dos migrantes que, fustigados pelas secas, atravessavam o setentrião mineiro estabelecendo como pousos, além de Montes Claros, as localidades de Pirapora, Janaúba e outras. Mas, provavelmente por dispor de maiores recursos, o município que pesquisamos constituiu-lhes paragem principal. Esta condição alarmou os governos locais que, sem exceções, desde muito cedo, preocupados em manter a população flutuante sob controle, mobilizaram-se com vista a obter investimentos estaduais e federais para a montagem de uma estrutura capaz de amortecer os impactos das migrações na região. Ao fim e ao cabo, aprendeu-se a extrair das retiradas algum proveito. Os malfadados hóspedes foram, com frequência, utilizados em serviços e obras da prefeitura. Definitivamente instituídos enquanto um problema social que necessitava ser urgentemente solucionado, e como esta solução extrapolava as possibilidades da prefeitura, passaram a justificar auxílios estatais à região.<sup>97</sup>

Montes Claros desfruta posição geográfica com características que a colocaram em inequívoco destaque face as demais cidades norte-mineiras. Além de tornar-se referência centrípeta em amplo espaço regional,<sup>98</sup> constituiu-se em ponto de convergência para produtos e pessoas que se deslocaram no eixo sudeste-nordeste em

---

<sup>97</sup> DPDOR/APMC/caixa 24/pacote 96/doc. 003.140/1934. Interessa ressaltar a associação entre Montes Claros ou o norte de Minas e o nordeste árido. Nos primórdios do trato dos administradores locais à questão dos retirantes encontramos manifestações primitivas de idéias-força em que, nas décadas seguintes, baseou-se notória mobilização das elites regionais em sistêmica campanha para obter junto a órgãos dos governos do estado e união investimentos diversos. As insistentes reivindicações acabaram conformando um “discurso da pobreza”, cuja tônica era equiparar as condições regionais à “miséria nordestina”. É provável que tal estratégia tenha fortes relações com a busca pela inclusão do norte de Minas entre as regiões beneficiárias dos investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE, criada em meados do período em estudo.

<sup>98</sup> Relatório administrativo datado em 24/02/1948 considerou como “municípios que giram em torno de Montes Claros”, dentre outros, “Brasília [de Minas], São João da Ponte, Francisco Sá, Grão Mogol, Bocaiuva, Coração de Jesus, Salinas, Pedra Azul, Jequitinhonha, Joaima, Almenara, Medina, Arassuaí, Montes Azul, São Francisco, São Romão, Manga”. DPDOR 007/APMC. 47.01.07/000.001/1942/06/22, p. 195. 341 p.

ambas as direções.<sup>99</sup> Assim, a sua situação geográfica fora com freqüência lembrada pelos dirigentes para ressaltar possibilidades e limites que colocava às suas gestões e ao futuro da *urbe*. Embora a percepção das dificuldades próprias à localização tenha prevalecido estrategicamente, não é impossível encontrarmos testemunhas que nela viram sinais de um futuro promissor. Em seu primeiro relatório administrativo ao governador Benedito Valladares, datado de 28 de junho de 1938, Antônio Teixeira de Carvalho, ou, como fora mais conhecido, “Dr. Santos”, nomeado prefeito em dezembro do ano anterior, teceu considerações relacionadas ao assunto em tom de empolgação.<sup>100</sup>

Segundo ele:

Devido a privilegiada situação de sua sede, como ponto terminal da E.F.C. do Brasil e de convergência de todas as rodovias do Norte de Minas, e mesmo do Sul da Baía, Montes Claros tornou-se um grande empório comercial do Estado, elevando-se assim ao nível dos maiores municípios mineiros. A sua sede, cidade do mesmo nome, conta com uma população superior a 12 mil habitantes; possui serviços de iluminação elétrica e abastecimento d'água (este de caráter provisório); possui também grandes estabelecimentos comerciais, de educandários e de diversões. É sem dúvida alguma: A Metrópole Norte Mineira. Na Central do Brasil, a Estação de Montes Claros, em relação a sua renda, está classificada como a segunda no Estado de Minas. O seu comércio é bastante desenvolvido, existindo grandes firmas atacadistas em todo o seu ramo. A indústria, apesar da falta do seu principal fator que é a energia elétrica, mesmo assim está em franca atividade.<sup>101</sup>

---

<sup>99</sup> Pólo econômico, político-administrativo e cultural desde a época do império, contendo os mais notáveis recursos e indicadores da urbanização regional, Montes Claros destacou-se especialmente após os anos de 1920 com a construção em sua sede de um complexo ferroviário da Estrada de Ferro Central do Brasil/EFCB dotado com estação de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, armazéns, depósitos e curral. Devido a sua situação geográfica, a cidade fez-se importante ponto de baldeação, catalisando não só as pessoas em trânsito “sertão a fora”, mas a distribuição de produtos agropecuários e manufaturados regionais e nordestinos para o sudeste, assim como, impôs-se no recebimento e distribuição de mercadorias industrializadas nos centros do sudeste com destino a localidades vizinhas do norte de Minas Gerais e estados do nordeste. A polarização do comércio atraiu órgãos públicos de relevância, consolidando a hegemonia do município na região.

<sup>100</sup> Prefeito especialmente afeito à prática da correspondência, em função dessa peculiaridade, elaborou copiosa, rica e representativa documentação sobre a temática dos retirantes, constituindo-se nosso principal esteio na abordagem do assunto uma vez que antecipa e reúne as características fundamentais da atuação dos poderes públicos locais frente à questão. Antônio Teixeira de Carvalho governou Montes Claros de dezembro de 1937 até o seu falecimento em maio de 1942. APCM. *Prefeitos de Montes Claros*, [1988].

<sup>101</sup> DPDOR 007/APMC.46.01.17/000.002/1938/06/28, p. 3. 54 p. Dez anos mais tarde, de acordo com informações da Agência de Estatística de Montes Claros, a população da sede municipal estaria em torno de 20.200 habitantes. Considerando-se subúrbios e distritos, chegaria aos 82.500. Haveria na cidade 21 estabelecimentos industriais com capital superior a CR\$ 100.000,00 e 68 com investimentos inferiores. Através de outro critério de classificação, as indústrias locais dividiam-se em seis de “grande escala” e 185 de “pequena escala”. As primeiras seriam “1 fábrica de tecidos, 1 de cortume, 1 sacaria, [3] frigorífico[s], serrarias e fabricas de moveis 1 de oleo e sabão, todas movidas a eletricidade”. As “pequenas fábricas” produziam sobretudo aguardente, rapaduras, gêneros alimentícios diversos e

A situação privilegiada de última cidade do curso dos trilhos da EFEB, a qual o prefeito associara a ascensão do município de Montes Claros a “grande empório comercial do Estado” e “Metrópole Norte Mineira”, contudo, era provisória. Durou até que a linha férrea consumasse a ligação do sudeste ao nordeste do país. Isto, todavia, não ofuscou sua importância, senão a aumentou. O avanço da ferrovia lançara um novo desafio à cidade que, deixando de ser “ponta dos trilhos”, consolidara-se lugar de trânsito por excelência.<sup>102</sup> Em meados de 1954, Luiz Victor Sartori, bispo local, ao questionar a administração municipal por não contemplar obras sociais no orçamento aprovado para o ano seguinte, deixara claro o papel de referência da localidade a populações de uma ampla região. Inconformado com o posicionamento dos dirigentes locais, o religioso afirmara nesta passagem em tom de crítica:

Ora, como é do conhecimento geral que a Cidade de Montes Claros acarreta consigo as consequências boas e más de sua natural posição de centro de todo esse atribulado Sertão Norte Mineiro. Dada a precária situação econômica, por fatores diversos, das populações do interior, é enorme a afluência de pobres que para cá demandam, na esperança de encontrarem alívio para a própria miséria, criando sérios e graves problemas de assistência social.<sup>103</sup>

De acordo com Sartori, a fim de minimizar as “consequências más” da localização geográfica do município, tradicionalmente, poderes públicos, Igreja, iniciativa particular e generosidade do povo uniam-se para assistir às vítimas da pobreza em progressivo agravamento. O rompimento dessa “aliança” resultaria graves problemas, uma vez que, como ficara registrado em petição feita em assembléia por um vereador preocupado com o fenômeno migratório e seus impactos já em meados do período examinado, “numa cidade como Montes Claros, centro de convergência de vários cantos do país, (...) passam elementos de tôdas as espécies”.<sup>104</sup> O testemunho de Sartori não nos deixa dúvidas que, na visão das camadas dominantes, o lado negativo de

---

materiais para construção civil. O setor comercial era mais desenvolvido, contabilizando 577 estabelecimentos, sete deles avaliados em mais de CR\$ 1.000.000,00. Abaixo destes, 65 constituíam patrimônios superiores a CR\$ 100.000,00. As atividades agro-pecuárias, que abarcavam 6.262 hectares, eram desenvolvidas por “618 grandes proprietários” e “5.498 pequenos proprietários”. DPDOR 007/APMC. 47.01.07/000.001/1942/06/22, p. 193. 238 p.; DPDOR 007/APMC. 47.01.07/000.001/1942/06/22, p. 195. 341 p.

<sup>102</sup> Com chegada da ferrovia, segundo testemunhos contemporâneos, os viajantes que passavam pela cidade aumentaram em pelo menos 20 vezes. FERREIRA, *Cidades de Porte Médio e Populismo*: Montes Claros, um estudo de caso, p. 18.

<sup>103</sup> APCM/PAD/1954.

<sup>104</sup> APCM/PAD/1963.

ser “centro de convergência” afigurava-se na “enorme afluência de pobres” em busca de “alívio para a própria miséria”.<sup>105</sup>

Já em 1932 a companhia Estrada de Ferro Central do Brasil/EFCB recebeu do governo federal autorização para “fornecer trens especiais [para] conduzir [a] São Paulo trabalhadores [de] Pirapora [e] Montes Claros”.<sup>106</sup> A atenção do executivo nacional para estas localidades explica-se em função do elemento de gravidade contido no processo migratório de “nordestinos” que “desciam” em grandes quantidades para o sudeste. Três anos mais tarde, poucos meses após ser “nomeado” prefeito “com a finalidade de dotar Montes Claros de água canalizada”,<sup>107</sup> José Antônio Saraiva endereçara a instâncias governamentais superiores correspondências informando que

(...) o êxodo de trabalhadores ruraes desta zona para S. Paulo, continua com uma intensidade alarmante, abandonando as fazendas, serviços de conserva de estradas e trabalhos da prefeitura, a qual já está lutando com dificuldades para obtel-os para os serviços de abastecimento d’agua desta cidade.<sup>108</sup>

O incômodo dos poderes públicos locais parece justificar-se diante dos números disponíveis sobre a migração. No período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 1935, a contagem dos retirantes já havia atingido a cifra de 10.101, quantidade relativamente maior que a registrada em todo o ano de 1934, quando os retirantes não teriam superado os 9.060.<sup>109</sup> Surpreendentemente, ambas as somas elevam-se acima do total estipulado para os habitantes da sede urbana do município ao longo de toda a década. De acordo com o relatório de balanço administrativo referente ao ano de 1934, então, os habitantes urbanos do município não ultrapassavam 8.360.<sup>110</sup> Somente entre 1940 e 1950, momento de significativo crescimento populacional, os moradores da sede municipal saltaram de 13.768 para 33.685, distanciando-se significativamente dos coeficientes de migrantes inter-regionais contabilizados nos anos 1930. Embora não haja estudos comprobatórios, esta curva demográfica, ao que tudo indica, tem estreita relação com a localização da cidade nas trilhas da retirada.

---

<sup>105</sup> APCM/PAD/1954.

<sup>106</sup> DPDOR/APMC/caixa 23/pacote 95/doc. 003.090/1932.

<sup>107</sup> APCM. *Prefeitos de Montes Claros*, [1988].

<sup>108</sup> DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 101/doc. 003.528/1935.

<sup>109</sup> Dados sobre o embarque de retirantes na cidade colhidos na EFCB. DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 101/doc. 003.532/1935.

<sup>110</sup> DPDOR/APMC/caixa 24/pacote 96/doc. 003.140/1934.

Nessas circunstâncias, o próprio Dr. Santos, referido páginas atrás, rapidamente abandonara a tônica otimista das referências iniciais à geografia do município. Poucos meses após o seu “entusiástico” relatório ao governador, manifestava observações preocupadas a um amigo seu que atuava no governo estadual, o escritor montesclarenses Cyro dos Anjos. A escolha da cidade por migrantes pobres como um dos palcos de sua epopéia retirada para o sudeste, utilizando-a como “estação” obrigatória, afastara a tranqüilidade do prefeito que, em maio de 1939, aparentemente muito preocupado, recorreu a seu companheiro na capital nestes termos:

Presado Ciro.

Certamente não lhe é desconhecido a quantidade de ‘sem trabalhos’ que vêm sempre se aportando nesta cidade, a espera de oportunidade para seguirem ao seu destino, com a maioria passando as maiores necessidades.

Esse acúmulo de imigrantes tem trazido serios resultados prejudiciais á nossa cidade. A saúde pública está seriamente ameaçada pelos casos de molestias infecciosas que se tem constatado ultimamente, como sejam variola tifo etc.

E, com a continuação desse pessoal aqui, teremos sempre infestada a nossa cidade com essas molestias, pondo em estado apreensivo a população.

Como a solução dessa situação, penso depender do Depto. Nacional de Imigração, eu pediria ao amigo interceder junto ao Sr. Gov., no sentido de debelar o numero de flagelados aqui acampados.<sup>111</sup>

Dr. Santos verificara empiricamente que o “acúmulo de imigrantes”, além demandar assistência social, colocava em “estado apreensivo a população” por “ameaçá-la” com suas “moléstias infecciosas”. Tratava-se, dessa maneira, de um caso para providências da administração pública. Diante dos limites do governo local face a amplitude e urgência do problema, encareceu ao amigo sua intervenção junto ao governador do estado solicitando-lhe providenciar ajuda ao Departamento Nacional de Imigração para “debelar o número de flagelados aqui acampados”. A notória preocupação do prefeito com a presença dos migrantes e a gravidade que atribuíra ao fato são perceptíveis na abundante correspondência que despachou a diversas autoridades governamentais em busca de auxílio. Enunciados por vezes dramáticos, contendo explicações detalhadas sobre as condições, origens e destino dos adventícios justificaram suas demandas, as quais abrangiam desde medidas paliativas à situação destes, como “passes”, suprimentos médicos e alimentares, a obras de grande porte para

---

<sup>111</sup> DPDOR/APMC/caixa 27/pacote 111/doc. 004.410/ 1939.01.23.

a região, destacando-se estradas e barragens. Até mesmo reflexões acerca do “caráter dos nordestinos” podem ser encontradas nesta documentação. Aos 10 dias do mês de abril do mesmo ano, concluiu e postou longo ofício ao Ministério do Trabalho. Começava com assertiva conclusiva, constatando:

Existe de fato um problema permanente migratorio de flagelados nordestinos na cidade de Montes Claros, cuja tendencia é de aumentar sempre, dada a periodicidade das sêcas que assolam as regiões do Nordeste Baiano e Pernambucano. E, portanto, um problema inevitável e constante sendo difícil obstar-se o êxodo desses elementos que fogem da morte pela miséria.<sup>112</sup>

Na visão do prefeito, a passagem de migrantes pela cidade era, inequivocamente, um “problema”, o qual lhe parecia “permanente”, “inevitável” e com “tendência” a “aumentar”. A impossibilidade de “obstar-se o êxodo desses elementos” resultaria da suposta motivação dos mesmos, a fuga da morte por uma “miséria” recrudescida pela “periodicidade das sêcas que assolam” as regiões que abandonavam. A pobreza emerge como elemento central da representação elaborada pelo dirigente acerca dos migrantes, fato que o identifica como seus antecessores e sucessores, bem como, às autoridades que, de modo geral, depararam-se com a questão migratória em suas jurisdições administrativas. Dessa maneira, balizou não só sua compreensão do fenômeno social como um todo, mas a sua percepção dos próprios atores, os quais descrevera nesta passagem:

Esses Flagelados amingam de todos os recursos, procuram espontaneamente Montes Claros, como ponto de convergência para se encaminharem para S. P. Em virtude do acúmulo, trás constantemente um grave problema social a esta cidade. O governo desta localidade não dispõe de recursos para socorrer os sem trabalhos e não dispõe de suficiente capacidade de absorção a essa gente que aflui em grandes massas diariamente, aglomerando-se nas ruas, praças e igrejas ao desabrigo e no ultimo estado de miséria e depauperante orgânico.<sup>113</sup>

Uma definição dos retirantes pela ótica da pobreza expressa-se, claramente, no fragmento acima. A própria nomeação dos atores o evidencia, uma vez que “flagelado” é aquele que sofre calamidade, suplício, açoite. Interessa pois refletirmos mais detidamente sobre opinião simplista, porém, dotada de potenciais implicações práticas e larga abrangência fundada na representação do retirante enquanto sujeito depauperado. Ela está situada no terreno mais amplo das representações dominantes

---

<sup>112</sup> DPDOR/APMC/caixa 27/pacote 112/doc. 004.449/10.04.1939.

<sup>113</sup> *Idem.*

acerca de indivíduos, grupos ou multidões assoladas pela pobreza extrema. Reflexões feitas em nosso trabalho sobre o tema fazem-nos atentar ao elemento de desconfiança ou indisposição das elites perante os pobres, que resulta (ou advém de) atribuir-se a estes uma conduta imprevisível, manipulável, tumultuosa e corruptora da moralidade, podendo justificar, até mesmo, segregá-los. De acordo com Frederico de Castro Neves, idéias como essas se projetaram especialmente na presença dos migrantes nordestinos. Assim, por onde quer que tenham passado, multiplicam-se alusões à sua suposta “barbárie”, fruto “da sua degeneração física e moral por conta da miséria”. Segundo o autor, isso se explicaria ao passo que, no imaginário das elites, a “barbárie ocupa o centro das percepções sobre os pobres e constitui um elemento da própria natureza da miséria”. Além das idéias de “barbárie” e “miséria”, inextricavelmente embutidas nos estereótipos sobre o pobre difundidos no senso comum e na política dominante, outro elemento de destaque na representação dos retirantes fora a associação de sua presença ao crescimento “das doenças, da criminalidade, da mendicância, da corrupção e da prostituição”.<sup>114</sup> Não fora diferente, como já deve ter ficado claro a essa altura, em Montes Claros. No imaginário das elites locais, aspectos negativos da vida urbana, tais como pobreza, mendicância, prostituição, periferia, favelas, dentre outros, foram frequentemente entendidos como “consequências más” da privilegiada situação da cidade enquanto ponto de convergência a migrantes oriundos de diversas regiões do país.

Dr. Santos, testemunha histórica de especial valor ao conhecimento da passagem e impactos sócio-políticos dos retirantes em Montes Claros no período estudado, ao seu modo, não deixara de neles identificar sinais, ainda que tênues, do par “miséria-barbárie”. Também não se eximiu de atrelar contradições sociais que surgiam na *urbe* em expansão à enorme afluência dos adventícios. O ofício que destinara ao Ministério do Trabalho acima referido mostra opiniões emblemáticas do prefeito a respeito de características comportamentais dos forasteiros. Teria ele

(...) notado que o nordestino não se fixa no solo porque ha evidentemente outra corrente que se forma de S. P. para cá, o nordestino que geralmente é um agricultor que desconhece os menores rudimentos de higiene e de educação e sobretudo um rebelde a aceitar metodos modernos de agricultura (...).<sup>115</sup>

<sup>114</sup> NEVES, *A multidão e a história*: saques e outras ações de massas no Ceará, p. 92-93.

<sup>115</sup> DPDOR/APMC/caixa 27/pacote 112/doc. 004.449/10.04.1939.

Devemos analisar com cuidado estas observações. Tendo em vista o modelo interpretativo delineado por Neves, o contexto em que as idéias expressas por Dr. Santos foram produzidas e, antes de tudo, a forma como foram apresentadas, é difícil não deduzir a associação das mesmas ao binômio “miséria-barbárie”, ou ainda, ao antagonismo “barbárie-civilização”. Ele parecia convencido da negatividade de uma conduta típica de “nordestinos”. A sua opinião sobre as condições econômicas e sócio-culturais destes expressar-se-ia sem prejuízos se os designássemos pobres, errantes e rudes, isto é, desprovidos de educação e “civilidade”. Não poderíamos, contudo, dissociar tais características de suas antípodas, situadas no estado de São Paulo, organização sócio-econômica baseada em padrões bastante diferentes dos verificados nas regiões de origem dos migrantes e na própria Montes Claros. Referência nacional de desenvolvimento aos setores dominantes à época, e não por outro motivo destino escolhido pela maioria dos que migravam, São Paulo surge nas linhas subseqüentes da correspondência em foco como modelo societário ideal. Suposto mais avançado, superior à “decrepitude” dos modos “sertanejos”, demonstrativo da necessidade de superá-los, este estado deveria, em sua condição de vanguarda, orientar a adequação econômica do restante do país. Dessa forma, assinalou Dr. Santos, afigurava-se “uma Escola formidável de aprendizagem”.<sup>116</sup> Pressupondo São Paulo o ápice de desenvolvimento e arquétipo ao avanço agrícola brasileiro, o prefeito propusera a utilização “patriótica” do processo migratório em benefício da difusão daquele modelo. Segundo ele, curiosamente, o potencial paulista de agente modernizador da agricultura nacional, mediante intervenção adequada e eficaz, poderia favorecer-se do “nomandismo” dos nordestinos para se genrealizar. Bastaria o governo brasileiro garantir a estes condições necessárias para alcançar seu destino, fossem eles em direção ao sudeste ou de volta às suas origens, uma vez que boa parte

(...) [d]esses elementos voltam trazendo conhecimento de agricultura pelos metodos modernos que na sua terra não aprenderia[m]. S. Paulo torna-se um elemento decisivo para o desenvolvimento da agricultura no nosso país.<sup>117</sup>

Evidentemente, não nos cabe discutir a validade histórica da extravagante hipótese construída pelo Dr. Santos. No entanto, o uso das retiradas a bem do avanço

---

<sup>116</sup> DPDOR/APMC/caixa 27/pacote 112/doc. 004.449/10.04.1939.

<sup>117</sup> *Idem.*

agrícola do país defendido por ele, por mais imponderável que pareça, reforçava sua argumentação por providências realistas. Nestas reside o nosso interesse. A tarefa de minimizar dramas inerentes à condição dos migrantes e à sua presença nas localidades situadas em seu trajeto, exigia consideráveis investimentos públicos. A chegada dos retirantes alimentava o debate geral, preocupando moradores, comerciantes, associações beneficentes, políticos e a imprensa ao criar a necessidade de abrigos, distribuição de alimentos, medicamentos, passes, empregos. A situação de miséria dos visitantes colocava a todos em estado apreensivo, ainda, por sugerir o risco de saques e epidemias, inspirando cuidados especiais com a segurança pública.<sup>118</sup> Assim a estrutura destinada ao amortecimento do impacto do fenômeno migratório, a cargo dos municípios, estados e, sobretudo, da presidência da República, era de fato ampla e incluía, também, medidas de grande porte como a construção de estradas de rodagem, linhas férreas e barragens. Nesse sentido, no momento em que escrevera o documento em discussão Dr. Santos ponderou que

(...) seria interessante, cumprindo o que determina o decreto 3.010, de 20 de agosto de 1938, que se fundasse nesta cidade uma hospedaria para emigrantes, até o embarque. Em se tratando de uma obra de grande alcance social e patriótica, esta Prefeitura, apesar de seus pequenos recursos orçamentários, está disposta a colaborar nessa obra, oferecendo o terreno para construção da hospedaria e dando, gratuitamente, água e luz.  
São essas as sugestões que me ocorrem no momento.<sup>119</sup>

Mas, antes de avançarmos no exame da obstinada busca dos poderes públicos locais por auxílios destinados a operacionalizar o problema migratório em Montes Claros e região, vale examinar melhor a identificação de elementos concernentes à miséria urbana à presença dos retirantes. Demonstrada pelo Dr. Santos quando expressou a Cyro dos Anjos sua preocupação com o avanço de “moléstias infecciosas” na cidade, foi, novamente, muito bem ilustrada por ele em correspondência expedida em 15 de outubro de 1940. Nesta data, endereçara ao Dr. Mário Pereira de

---

<sup>118</sup> Ao tratar com o secretário do interior do estado de Minas Gerais dos procedimentos militares exigidos pelos acontecimentos políticos nacionais de 1937, o prefeito Dr. Santos revelou-se notadamente receoso com relação à ordem de recolhimento do destacamento policial na região, assinalando em telegrama ao “prezado amigo conveniencia permanencia destacamento policial pelo menos em Montes Claros para atender qualquer necessidade nessa zona norte onde convergem milhares de imigrantes para São Paulo”. DEPDR/APMC/caixa 25/pacote 104/doc. 003.772, 01.12.1936-24.11.1937.

<sup>119</sup> DPDOR/APMC/caixa 27/pacote 112/doc. 004.449/10.04.1939.

Noronha, então à frente do Departamento Nacional da Criança na capital federal, ofício sobre prostituição infantil. De acordo com o prefeito,

A cidade de Montes Claros, em virtude de sua situação geográfica tornou-se centro de grande movimento comercial. Escoadouro natural de toda a região norte mineira, sul da Baía e grande parte do nordeste brasileiro, Montes Claros recebe uma enorme população flutuante. Talvez por isso de certo tempo a esta parte, o número de menores que se transviam na vida, tornou-se assustador. (...) o delegado (...) apresentou-me uma fotografia com número de 38 menores impúberes e prostituídas.<sup>120</sup>

Como sabemos, a representação dos retirantes no imaginário das sociedades que os abrigavam temporariamente ao longo da sua penosa trajetória situava-os em um contexto de exacerbada miséria. As terras de onde provinham tinham fama de miseráveis devido às secas avassaladoras que as assolavam periodicamente. Desse modo, ao iniciar o seu percurso, os migrantes levavam consigo “parcos recursos”, que “aminguam” e “se esgotam rapidamente” na viagem ou a espera de “passes” nas estações de trem.<sup>121</sup> Não raras vezes, seu destino era a “morte pela miséria”, da qual fugiam obstinadamente, lançando mão dos meios disponíveis.<sup>122</sup> O drama da situação ficou bem retratado em caloroso debate ocorrido na assembléia municipal sobre a presença dos retirantes em 1963. Na ocasião, um vereador solicitara categoricamente à presidência do órgão encaminhar através do governador do estado um pedido de esclarecimentos à direção estadual do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Intencionava saber se a “direção-geral do INIC tem conhecimento de que, na ‘gare’ da estação ferroviária de Montes Claros grande número de retirantes, nas piores condições humanas possíveis, permanecem (...) aguardando ‘passes’” e que, conseqüentemente, “várias mortes já se verificaram na referida estação, de retirantes, por falta de assistência e de interesse do órgão”. Afinal de contas, assinalara o mesmo vereador, o *Jornal de Montes Claros* de 6 de junho “registra mais uma morte na estação da Central”.<sup>123</sup> Na visão das autoridades, portanto, ao passo que aproximava aos retirantes a ameaça terrificante de uma morte funesta, para si mesmos ou para seus entes queridos, o flagelo que sobre eles pesava os degradava paulatinamente. Dessa forma, à sua

---

<sup>120</sup> DPDOR/APMC/caixa 29/pacote 116/doc. 004.763/1940.10.15.

<sup>121</sup> DPDOR/APMC/caixa 27/pacote 112/doc. 004.449/10.04.1939; DPDOR/APMC/caixa 31/pacote 127/doc. 005.281/1947.02.17.

<sup>122</sup> DPDOR/APMC/caixa 27/pacote 112/doc. 004.449/10.04.1939.

<sup>123</sup> APCM/PAD/1963.

presença puderam associar males como a prostituição infantil, furtos, epidemias, tidos por conseqüências da degradação física e moral ocasionada pela extrema miséria que comprimia suas experiências de vida.<sup>124</sup>

A representação construída pelas camadas dirigentes locais no curso dos anos a respeito dos retirantes tornara-se cada vez mais complexa, adquirindo ainda outras facetas e, possivelmente, finalidades práticas. A cada estação seca, novos elementos eram incluídos na narrativa do fenômeno às instâncias governamentais superiores, constituindo uma espécie de “discurso da pobreza” destinado a credenciar o município aos benefícios possibilitados pelo Estado às regiões afetadas. Portanto, a equiparação do norte de Minas às zonas áridas nordestinas apresenta uma conotação estratégica, escamoteando a intenção das elites de beneficiarem-se para além da solução do problema dos adventícios. Por este viés, entendemos o fato das descrições tornarem-se cada vez mais ricas em detalhes, bem como, a diversificação das reivindicações da administração municipal. Exemplarmente, em 1947, o prefeito Demosthenes Rokat escreveu ao Interventor Alcides Lins em Belo Horizonte este ofício com informações pormenorizadas e impactantes sobre a temporada migratória daquele ano. Segundo Rokat, que acabava de ascender ao cargo,

Existem presentemente vg. aqui em Montes Claros vg. sem incluir Janaúba vg. cerca de mil e duzentos retirantes com famílias e com poucos recursos que se esgotam rapidamente vg. esperando ocasião de adquirirem passagens para S. Paulo vg. visto aqui não haver possibilidade de conseguirem meios para sua manutenção pt. Chegam diariamente caminhões carregados de retirantes vg vindos de todo o norte do paiz como Sergipe vg Alagoas vg Paraíba vg Pernambuco e Bahia e mesmo da região Norte de Minas pt. São velhos vg mulheres vg crianças e homens completamente desamparados pela falta de alimentação e que desejam atingir S. Paulo como o el-dourado que aliviará a fome que os devóra pt Morrem constantemente nas ruas desta cidade pobres retirantes vg e quando depois de muito esperar e lutar vg conseguem logar nos trens comuns vg não chegam ao fim da viagem porque morrem em caminho não conseguindo atingir a terra da promessa pt É um quadro lacinante que se apresenta aos meus olhos diariamente e é com a alma amargurada pela visão diréta de

---

<sup>124</sup> Sabe-se que o dramático desenrolar das migrações circundava-se de boatos segundo os quais os retirantes envolviam-se não só em saques como se alimentavam de seus pares mortos a fim de manterem-se vivos. NEVES, *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*, 2000. A documentação investigada não traz informações sobre a ocorrência desses fatos em Montes Claros. Há apenas receio entre dirigentes e comerciantes locais, meras especulações sobre a possibilidade dos estabelecimentos da cidade serem saqueados mediante suposta constatação do aumento da ocorrência de furtos e assaltos associados à presença dos forasteiros.

tanto sofrimento e impotente para [amenizar] que venho fazer um apêlo veemente ao vosso espírito humanitário e a vossa formação moral vg. solicitando um lenitivo vg. uma solução caridosa para tanta dor pt.<sup>125</sup>

O trecho, embora longo, merece ser visualizado inteiramente para que possamos apreender o seu revelador encadeamento lógico, que prepara seu desfecho abaixo transcrito. Entre as manifestações preocupadas e solicitações de auxílio ao governo deixadas por administradores locais, Roket faz-se particularmente convincente e ilustrativo. A sua estratégia de relatar a desventura material dos migrantes situa-se em uma linha de continuidade que integra processo amplo e orientado composto de contribuições de antecessores e sucessores seus, pelo qual se conquistou a legitimação do norte de Minas enquanto continuação do sertão nordestino e incluiu-se a região na pauta das políticas nacionais de combate a problemas relacionados às secas concentradas pela SUDENE. Na construção narrativa realizada pelo prefeito como na estratégia política das elites, a representação de um “quadro lancinante” de miséria, povoado por “velhos vg mulheres vg crianças e homens completamente desamparados”, devorados pela “fome”, “sofrimento”, “dor” e, enfim, pela “morte”, destinara-se a demonstrar a necessidade de ajuda governamental à região. Este apoio, justificado por questões imediatas da problemática migratória, entretanto, deveria chegar preferencialmente através obras públicas de elevado valor e fins transcendentais a esta. Vejamos a conclusão do documento redigido por Roket. Nela o dirigente defendeu que,

(...) para evitar a mobilização dessa massa de retirantes vg julgo vg salvo melhor juízo vg que os Governos Federal e Estadual devem promover imediatamente a realização de obras públicas como ativar os trabalhos da construção da ligação Norte-Sul a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro e iniciar a construção e reconstrução de estradas de rodagem na região avassalada pelas sêcas pt Prometo seguir até essa capital dia 18 porem estimaria muito que minha primeira sugestão fosse resolvida satisfatoriamente pt.<sup>126</sup>

É fácil perceber que o prefeito tentara transmitir a idéia de que tão adversa era a situação dos forasteiros que, continuando naquele estado, possivelmente, não tardariam a se “mobilizar”, uma vez que se viam entre a vida e a morte. Caso isso acontecesse, danos sérios sucederiam aos negociantes, repartições públicas e demais habitantes de Montes Claros. Dessa forma, a imprescindível garantia da “ordem

---

<sup>125</sup> DPDOR/APMC/caixa 31/pacote 127/doc. 005.281/1947.02.17.

<sup>126</sup> *Idem.*

pública” exigia ao estado e à união a criação imediata de oportunidades de emprego e sustento aos “sem trabalhos”, que chegavam à cidade em grande número dia após dia. Assinalando a “propensão” destes à “desordem”, ao que tudo indica com base na crença em sua degradação pela miséria, Roket encontrara meio de justificar a continuação da ferrovia norte-sul, reformas nas estradas de rodagem existentes e construção de novas. Apontando nas obras uma possibilidade de evitar o pior, encareceu a seu destinatário resolução satisfatória e imediata, em especial, à continuação dos trilhos, a que parece vincular-se a promessa de breve visita à capital. A sua gestão, contudo, não se estendeu aos três primeiros meses de 1947. Engenheiro de formação, Roket fora nomeado pelo governador do estado para chefiar a obra ferroviária, conduzindo o trem até Montes Azul.<sup>127</sup>

Cabe-nos assinalar que a exemplo do que fizera Roket na correspondência discutida acima, inúmeros governantes locais inscritos no período estudado, notadamente prefeitos, discursaram continuamente acerca dos retirantes. Assim, em médio ou longo prazo, elaborou-se determinada representação desses atores e do fenômeno migratório eficazmente orientada à realização de interesses político-econômicos dominantes. As providências solicitadas aos governos estadual e federal para debelar problemas relacionados aos adventícios – em regra, a construção de estradas de rodagem, prolongamento da rede ferroviária, barragens e açudes –, não se justificam convincentemente sendo a situação dos migrantes sua única razão de ser. Enquanto recursos infra-estruturais de peso, essas realizações contribuíram à consolidação da centralidade de Montes Claros no norte de Minas e da sua condição de entreposto para o qual se convergia inevitavelmente ao transcorrer o eixo norte-sul. Portanto, seu maior potencial está em estimular o desenvolvimento econômico almejado pelos setores político-econômicos hegemônicos. Dessa forma, a utilização da dramática situação dos migrantes como argumento na defesa dessas obras oferecera ao esforço envidado pela administração municipal, a bem dos negócios regionais, a conotação social que lhe faltava por não priorizar a melhoria das condições de vida dos grupos populares.

---

<sup>127</sup> APCM. *Prefeitos de Montes Claros*, [1988].

Em 1963, o vereador Ubaldino de Assis de Oliveira ocupou interinamente a vice-presidência da Câmara Municipal, oportunidade em que escreveu ao governador do estado, José Magalhães Pinto, narrando implicações da seca que atingia a região à cidade de Montes Claros. O documento por ele elaborado contém valiosas pistas sobre as representações dominantes acerca dos adventícios, ao passo que reforça a imagética da miséria moral e socialmente corruptora realçando a instrumentalização do fenômeno no discurso político hegemônico. Iniciou seu testemunho descrevendo um cenário dramático, lacerado por extrema pobreza. De acordo com ele,

Levados pela dolorosa e trágica situação por que atravessa toda esta região norte mineira, face a inclemência da prolongada sêca, (...) que vem alarmando e trazendo toda população em verdadeiro clamor público com as piores expectativas de precários e amargos dias e conseqüentemente já trazendo a esta cidade levadas e mais levadas de lavradores, desesperados pelos prejuízos sofridos, em busca de outros recursos para sua sobrevivência.<sup>128</sup>

A sequeidão alarmava a todos, ao certo, devido às expectativas de seu prolongamento, que se anunciava não só enquanto agravante contínuo à situação rural e ao aumento da migração para a cidade.

Além desse quadro desolador e profundamente lamentável, assistimos ainda, perambulando pelas ruas de nossa cidade, os esmoleres aumentando consideravelmente sem que sejam verdadeiros mendigos e os desempregados surgindo a todo instante, a procura de empregos. Muito mais grave ainda é que os roubos e mesmo assaltos já começam a se verificar em nossa cidade e tudo isso, senhor Governador, culpamos exclusivamente o flagelo dessa tremênda sêca, pois o nosso trabalhador é realmente honesto e possuidor do melhor propósito de produzir e trabalhar, mas mesmo o tempo e outras circunstâncias imprevisíveis têm sido fatores negativos para a efetivação dos seus sadios objetivos.<sup>129</sup>

Em outras palavras, a aridez climática extirpava as condições naturais de produção e manutenção da vida no campo, expulsando grande quantidade de lavradores rumo à cidade. Migravam, pois, em busca de formas alternativas de sustento. Entretanto, deparavam-se no município com realidade talvez igualmente desfavorável, em função das limitações da administração local e das possibilidades da *urbe* diante de tamanho contingente “sem trabalho”. Vendo-se entre a vida e a morte, para livrar-se desta, na interpretação do vereador, os migrantes eram impelidos, ainda, a abandonar

---

<sup>128</sup> APCM/PAD/1963.

<sup>129</sup> *Idem*.

seus valores indubitavelmente positivos, cometendo atitudes vis e prejudiciais ao corpo social. Desse modo, apesar do caráter honesto e bem intencionado do trabalhador regional, explicava-se a proliferação da mendicância e, até mesmo, dos “roubos” e “assaltos”. Era preciso assim, de alguma maneira, resgatar essa “pobre gente” da situação de miséria “depauperante” em que se encontrava, relembando um conceito registrado pelo Dr. Santos.<sup>130</sup> Para Ubaldino de Assis Oliveira não restavam dúvidas, “urge, portanto, que os Poderes Públicos venham em auxílio dessa classe menos favorecida pela sorte”, que “representa, inegavelmente, uma grande parcela de nossa comunidade”. A ajuda governamental em benefício dos flagelados, como de praxe, deveria vir em recursos de ordem imediata e recursos duráveis. Os primeiros visavam, por um lado, prover os trabalhadores rurais emigrados com “gêneros alimentícios” e “medicamentos”, por outro, garantir condições de permanência àqueles que resistiam em suas terras, “até que seja resolvida esta calamitosa situação”. Este objetivo justificava a “distribuição” de “sementes de milho, feijão, algodão e capim para um novo plantio” aos “agricultores desempregados”, bem como, “obras de aceleração (...) de novas áreas para novos plantios”, “financiamentos adicionais com dilatação de prazo”. Os recursos de ordem durável abarcavam obras públicas infra-estruturais, as quais, construídas com a força de trabalho dos migrantes, garantiria a eles sustento enquanto durasse a estiagem e, ao mesmo tempo, ampliariam as condições necessárias à reprodução do capital regional.<sup>131</sup>

Com efeito, em termos de investimentos em infra-estrutura, Oliveira sugeriu ao governador efetuar “terraplanagem restante da ligação de todo Polígono da Sêca do Estado”. O mesmo serviço deveria ser empreendido em “mais de 40 quilômetros na ligação Montes Claros-Corinto”. O edil lembrara ao superior ser conveniente, ainda, a “construção da estrada Montes Claros-São Romão-Brasília”, obra pela qual, durante alguns anos, os setores dominantes regionais empreenderam, debalde, significativa mobilização. Tais investimentos justificavam, explicitamente, apenas pela “abertura de frente de serviços de terraplanagem” e “construções de novas rodovias” que permitiria

---

<sup>130</sup> DPDOR/APMC/caixa 27/pacote 112/doc. 004.449/10.04.1939.

<sup>131</sup> APCM/PAD/1963.

(...) o máximo de aproveitamento da mão de obra disponível de milhares de desesperados-rurícolas (...) atingidos pelas consequências da seca e que se acham sem emprego, em grande número, sem a menor assistência ou renda para sua sobrevivência.<sup>132</sup>

Embora o socorro aos flagelados através de oportunidades de emprego e sustento embasasse as solicitações do município ao governo do estado, antes de tudo, as obras em questão compunham a pauta central dos interesses econômicos dominantes. Assim, o apoio dispensado à “classe menos favorecida pela sorte”, não só mediante a emergência dos retirantes, revestia-se de aplicabilidade utilitária, legitimando a característica orientação elitista dos governos municipais. Estratégias discursivas de cunho político notadamente conservador serviram a este propósito. Assistimos pois à “narrativa da pobreza” denunciar o migrante degenerado pela miséria como ameaçava constantemente ao “coeso corpo social montesclarenses”, suposto de caráter “ordeiro e laborioso”. Juntas, estas representações destinaram-se a legitimar a obtenção de benesses dos poderes superiores, que garantiriam o futuro do município, pressuposto de grande “progresso”, haja vista as características positivas de seus habitantes e à localização privilegiada da *urbe*. As imagens do retirante e do povo local, embora diferenciadas, convergiam com vistas a persuadir os governos estadual e federal a atenderem demandas político-econômicas dos setores dominantes regionais, legitimando-as, conformando uma idéia-força. Enquanto cidade promissora, Montes Claros deveria ser auxiliada contra elementos que se opunham ao destino progressista cristalizado em seu imaginário político. A ênfase no problema da pobreza associada às condições climáticas regionais ensejava a identificação do norte de Minas ao nordeste pobre e árido. Durante muitos anos esta associação foi trabalhada, acabando por justificar a criação da área mineira do nordeste e a inclusão da região no âmbito de atuação da SUDENE. Como os investimentos do órgão permaneciam ainda no terreno das expectativas, de sua parte, o vereador citado acima procurava estimulá-los.<sup>133</sup>

Assim, na perspectiva dos interesses hegemônicos representados pela administração local, a presença dos adventícios tinha seu lado “positivo”. A viabilização de obras infra-estruturais para a região dependia diretamente de

---

<sup>132</sup> APCM/PAD/1963.

<sup>133</sup> Indicam-no sugestões como o “imediato início das obras da Barragem Bico da Pedra”, “construção de açudagem, tanques (barreiros como são chamados no Nordeste)”, “poços tubulares”, “mobilização dos bancos estaduais, no sentido de amparar os agricultores da região”. APCM/PAD/1963.

investimentos do estado e união. Na medida em que as oportunidades de emprego aos trabalhadores locais e de outras regiões tornavam-se escassas em função da seca e pelas dificuldades de deslocamento, muitos deles aportavam-se na cidade a procura de meios de sustento, motivo elementar do êxodo, configurando um problema insolúvel mediante as possibilidades do governo local, este se via em situação especialmente favorável para apresentar suas demandas voltadas à ampliação das bases materiais necessárias ao crescimento econômico do município e do norte de Minas, dada à condição de justificar suas solicitações enquanto benefícios imprescindíveis diante de verdadeiras tragédias sociais desencadeadas pela falta de chuvas. Assim, o apoio estatal não só viabilizava o controle sobre a multidão de pobres que vagueava pelas ruas de Montes Claros proporcionando o “horível espetáculo da fome”<sup>134</sup> que deixava apreensivos os autóctones de todas as camadas sociais, mas a convertia em força de trabalho empregada na criação das condições exigidas à expansão capitalista.

A curto ou médio prazo, portanto, encontrava-se boa solução ao problema. Contudo, não se poderia isentar a cidade, por completo, dos impactos do processo migratório. As oportunidades oferecidas aos migrantes, sobretudo as obras públicas, garantindo-lhes o que buscavam alhures, implicavam a permanência de parcelas dos mesmos. A consequência mais evidente do fato parece ser o alargamento das margens da *urbe*, verificado ao longo dos anos pesquisados. Desse modo, simultaneamente à construção do elo ferroviário entre Montes Claros e Monte Azul, na passagem dos anos 1940 e 1950, observamos expressivo salto demográfico.<sup>135</sup> Suscitando explicações relacionadas à obra, o fato torna evidente o atrativo populacional desempenhado por realizações dessa natureza. Parece correto supor que trabalhadores empregados na construção do referido trecho ferroviário, da mesma forma que em partes da estrada construídas anteriormente e noutros empreendimentos, ao certo numerosos e em grande parte de procedência nordestina, tenham se fixado nos bairros periféricos de Montes Claros durante e após os trabalhos. Embora a confirmação dessa hipótese requeira estudo demográfico ainda não realizado, incompatível aos limites e propósitos deste trabalho, o fato da intensidade do processo migratório e do crescimento populacional

---

<sup>134</sup> DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 105/doc. 003.783, [1937].

<sup>135</sup> Em meados dos anos 1930 contavam-se cerca de 9.000 habitantes urbanos. Em 1940 a cifra não ultrapassara os 20.200. O censo geral de 1950 registrou 33.685 e o recenseamento de 1960, por fim, concluiu haver 60.000 habitantes na sede municipal.

urbano do período em questão não poderem ser explicados em função de um processo de industrialização local, ocorrido somente a partir de meados dos anos 1970, a nosso ver, confere a ela razoável credibilidade. Além disso, como foi visto, a ligação ferroviária potencializava a migração entre norte e sul enquanto alternativa de transporte eficaz e acessível. Logo, o já conhecido significativo fluxo de viajantes e mercadorias de toda natureza na estação da cidade tornara-se sensivelmente mais intenso, deixando suas marcas na conformação sócio-econômica do município no contexto estudado.

#### **1.4 Periferia**

Em razão das inovações infra-estruturais implementadas no norte de Minas e em Montes Claros nas primeiras décadas do século XX, com destaque à linha férrea, o período subsequente assistiu a significativo crescimento comercial, a alguns avanços na área da manufatura e à abrupta expansão demográfico-urbana mencionada. Essas mudanças acompanharam-se de acelerada fragmentação da sociedade local em distinções sócio-econômicas cada vez mais acentuadas. Em fins da primeira metade do século, a periferia tornara-se, definitivamente, parte da paisagem do município, como espaço marcado pela predominância de moradores economicamente desprivilegiados.<sup>136</sup> Os setores mais pobres da população concentravam-se nos lugares mais remotos e menos equipados, excluídos da pauta de prioridades dos poderes públicos municipais, apesar de acenarem com as maiores carências. Este movimento denuncia contradições profundas, obliteradas no discurso dominante para legitimar tanto a exclusão quanto a hegemonia e o privilégio. O poder aquisitivo e a influência dos segmentos abastados permitiram-lhes apropriarem-se das áreas privilegiadas da *urbe*. À população

---

<sup>136</sup> O emprego do termo “periferia” ao longo do texto corresponde à sua acepção corrente nas ciências sociais. De acordo com Teresa Pires do Rio Cladeira, em tal contexto, “a palavra é usada para designar os limites, as franjas da cidade, talvez em substituição a expressões mais antigas, como ‘subúrbio’. Mas sua referência não é apenas geográfica: além de indicar distância, aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado em termos de serviços públicos e infra-estrutura urbana”. CALDEIRA, *A política dos outros*. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos, p. 7.

trabalhadora restara apenas a opção de ir morar nos bairros distantes, onde se desfruta(va) as condições mais adversas de subsistência.<sup>137</sup>

Gildete Brandão, Milene Aparecida Carvalho, Wilma Terezinha Ferreira, Iobe Botelho Araújo Gomes e Sofia Rabelo, no começo dos anos 1960, registraram observações ilustrativas a respeito da expansão urbana e condições de vida das classes populares no município estudado. Segundo elas, “Para Montes Claros vem o rico, o remediado, o pobre e o miserável. Estes últimos arrancham[-se] na periferia da cidade em casebres, formando as tradicionais favelas”.<sup>138</sup> Os lugares mais distantes, com moradias precárias, portanto, apresentavam-se como alternativa habitacional imperativa a uma parcela populacional significativa e crescente. Noutra passagem do mesmo trabalho, poucas páginas adiante, sintomaticamente, os “pobres” e “miseráveis” confundem-se com a classe trabalhadora. Eis a anotação das autoras. Elas acreditavam que,

Em Montes Claros, a família do operário, mesmo do operário qualificado, é pobre. Devido ao frenesi de construções que acometeu a cidade, formaram-se numerosos bairros operários. Somente a mão de obra qualificada recebe o salário mínimo. Na zona mais próxima do perímetro urbano, encontramos as famílias dos empregados no comércio e na indústria. Na zona afastada, situam-se as famílias mais pobres. São vítimas das doenças, da falta de higiene e principalmente da fome. Vieram do Nordeste ou da vizinhança rural.<sup>139</sup>

O texto serve-nos de base para algumas considerações. Ao fim do período investigado, década de 1960, majoritariamente, os “operários” locais não haviam conquistado amparo satisfatório da legislação social e trabalhista nacional, visto que o salário mínimo era “privilégio” dos trabalhadores qualificados. Ao certo, na cidade e no campo, predominava o trabalho informal, culturalmente incrustado por força da longa predominância do setor agro-pecuário na economia regional. Além disso, a renda mínima estipulada pelo governo não livrava os beneficiados, suas famílias e a classe como um todo de pobreza notória aos observadores. Mesmo os empregados “no comércio e na indústria”, que detinham alguma qualificação, residiam fora “do

---

<sup>137</sup> Devemos advertir que o processo de “hierarquização” sócio-espacial em Montes Claros não atinge níveis absolutos no período estudado nem nos dias de hoje. Podemos, obviamente, perceber estratificações sociais no interior dos bairros periféricos. Entretanto, interessa notar que neles prevalecem moradores pouco abastados. Como veremos adiante, nítidas implicações sobre a atuação política das camadas populares decorrem desse fato.

<sup>138</sup> BRANDÃO *et al*, *Montes Claros notícia*, p. 12.

<sup>139</sup> *Idem*, p. 15-16.

perímetro urbano”. Habitavam a “zona mais próxima” do centro, é certo, o que aquela altura, com dezenas de bairros já formados, sem dúvida deveria ser uma vantagem. Contudo, ainda assim, moravam nos chamados “bairros operários”, dito de outro modo, bairros pobres. A acentuação do fenômeno migratório já nas primeiras décadas do século deve ser considerada mesmo determinante da frenética expansão habitacional em direção às áreas distantes a partir dos anos 1940. Vale reiterar as autoras citadas, por fim, naquilo que toca à precariedade das condições de vida dos moradores periféricos: migração, pobreza, moradias inadequadas, falta de estrutura urbana, fome, doenças.

Em seu estudo, Cândida Maria dos Santos Veloso afirmou que, até meados dos anos 1940, a ocupação territorial do município deu-se “de forma contida”, “alicerçada em seu núcleo central, a praça Dr. Chaves”, tendo como limites, de um lado, o rio Vieira, de outro, os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil/EFCB.<sup>140</sup> Esta área, designada “perímetro urbano” ou “zona urbana” pelos contemporâneos, cedeu lugar ao atual centro da cidade. Desse modo, os primeiros bairros situaram-se em regiões relativamente próximas, salvo o bairro Santos Reis. Este surgiu na década de 1930, foi pioneiro em transpor o curso d’água a norte do centro, localizando-se nas terras de antiga fazenda da família Mendonça, em um ponto consideravelmente distante. Contudo, a expansão territorial iniciou-se pelo lado leste da sede municipal. Nos anos 1920, em terreno íngreme de propriedade da Igreja, circundado pela linha férrea, ergueu-se o primeiro bairro local, o Morrinhos.<sup>141</sup> As fronteiras orientais do município continuaram a se expandir no decênio seguinte, cedendo espaço aos bairros Alto de São João e Roxo Verde, povoações também situadas em terras da Igreja e às margens dos trilhos.<sup>142</sup>

Com a década de 1940, já dissemos, abriu-se uma fase de acelerado crescimento demográfico-urbano, marcada pela proliferação de moradias populares em todas as direções. Nesse sentido, inicialmente, a classe trabalhadora em expansão apossara-se de terrenos da Igreja, as chamadas “terras de Santo”. Logo não a restaria opção diversa a residir nas localidades mais distantes. Por conseguinte, fazendas e chácaras vizinhas, pertencentes às classes fundiárias, logo começaram a transformar-se

---

<sup>140</sup> VELOSO, *Outros modos de viver: pobreza em Montes Claros (1960 a 1980)*, p. 87.

<sup>141</sup> Embora tenha sido mais tarde denominado Bonfim, atualmente responde pela nomenclatura original.

<sup>142</sup> VELOSO, *Outros modos de viver: pobreza em Montes Claros (1960 a 1980)*, Anexos, Quadro I: Bairros e Vilas Pobres de Montes Claros.

em bairros. Algumas foram desapropriadas pela prefeitura para loteamentos. Entretanto, houve bairros que surgiram de “invasões”. Os donos originais tiveram que aguardar ressarcimento do município e nem sempre a situação foi completamente regularizada, sobretudo, para os novos moradores. E se até o final dos anos 1930, como vimos, contavam-se apenas quatro bairros, ao término dos anos 1940, mais nove haviam se formado, dentre eles, o Santo Expedito, o bairro Casas Populares (anexo ao Morrinhos) e a Vila Ipê, também chamada de Vila Operária. Nos anos 1950 sete novas povoações vieram à luz, incluindo as vilas Brasília e Guilhermina. Por fim, o decênio de 1960, superando e muito os números anteriores, contabilizou quinze novos bairros. Desse período datam o Santa Rita, o Renascença, o Maracanã e o Major Prates e outros.<sup>143</sup>

A hierarquização hodierna da cidade, portanto, não abarca toda a época que estudamos. Em princípios do século, os distintos setores sócio-econômicos avizinham-se em modesta superfície. Esse quadro inicial caracterizava-se pelo convívio “por vezes familiar”, segundo observou Laurindo Mékie Pereira, entre autoridades e toda a gente do lugar.<sup>144</sup> A partir de meados dos anos 1940, entretanto, principiou a diluir-se face a impetuoso e não-planejado crescimento demográfico-urbano. A parcela numericamente majoritária da população, secularmente submetida a dramáticas condições de vida, crescia a olhos vistos. Em meio a isso, indivíduos maltrapilhos mendigavam pelas ruas, na estação ferroviária e outros locais públicos. A imprensa os denunciava incansavelmente. Simultaneamente, informações sobre “imundos” aglomerados residenciais, onde não se observava a quase nenhum critério higiênico, induziam à associação das habitações populares a focos de doenças. Nessas circunstâncias, os mandantes locais não tardaram a condenar suas condições sanitárias. Chegara o momento em que a desventura dos pobres não mais poderia conviver lado a lado com os bem aventurados. De acordo com Cândida Maria dos Santos Veloso, aí começa a se manifestar e impulsionar ações concretas a indisposição das elites diante da presença indistinta dos pobres no centro urbano, não obstante, de maneira dissimulada.

---

<sup>143</sup> O crescimento da *urbe* observado entre 1940 e o fim dos anos 1960 só foi ultrapassado no contexto da industrialização incentivada pela SUDENE nas décadas de 1970 (quando a sede municipal acresceu-se de vinte e quatro bairros) e 1980 (surgindo outros onze até 1982). VELOSO, *Outros modos de viver: pobreza em Montes Claros (1960 a 1980)*, Anexos, Quadro I: Bairros e Vilas Pobres de Montes Claros. Os bairros que nomeamos destacaram-se enquanto periféricos e populares, tinham elevados índices populacionais, característica que mantêm ainda hoje, e seus habitantes alçaram proeminência no conjunto das intervenções reivindicatórias junto aos poderes públicos locais encontradas na documentação analisada.

<sup>144</sup> PEREIRA, *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*, p. 120.

Motivados a afastar os pobres do centro, segundo a autora, alguns dirigentes teriam passado a divulgar, desde fins do século XIX, insistentemente, o risco iminente de surtos epidêmicos vindos dos aglomerados habitacionais populares que “poderiam afetar indiscriminadamente os habitantes da cidade”. Tempos mais tarde, com um discurso mais lapidado, calcado em suposta “preocupação com melhores condições de vida da (*sic.*) população”, as autoridades locais teriam orientado a construção do referido conjunto de casas populares no bairro Bonfim, concluído em 1946. Para Veloso, essa “política habitacional”, paradoxalmente, escamoteava um “projeto de segregação espacial dos pobres”, gênese da cidade “espraiada e estratificada” dos dias de hoje.<sup>145</sup>

Nos anos subseqüentes, verificamos outras ocasiões em que os dirigentes municipais empenharam-se pela viabilização de habitações populares em regiões afastadas do “perímetro urbano”. As circunstâncias do contexto, no entanto, levam-nos a desacreditar no desejo elitista de ver o centro livre das moradias deficientes ocupadas pelas classes trabalhadoras ou dos mendigos enquanto único possível determinante da ação dos administradores. Nesse campo, o preconceito, sem dúvida existente, não pode sobrepor-se como justificativa à necessária inclusão da cidade na pauta de políticas de habitação popular efetuadas desde princípios da década de 1940 por intermédio do Ministério do Trabalho e governos estaduais, mais tarde, consolidadas na Fundação Casa Popular/FCP.<sup>146</sup> O órgão federal tornou-se responsável por “vasto programa habitacional” destinado a equacionar dificuldades inscritas na problemática sócio-política rural e urbana brasileira.<sup>147</sup> Além disso, havia motivos irresistíveis os quais os dirigentes locais não poderiam ignorar procurando obter estrutura habitacional popular

---

<sup>145</sup> VELOSO, *Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros (1960-1980)*, p. 85-89.

<sup>146</sup> Em 1946, telegrama expedido pela prefeitura de Montes Claros a Octacílio Negrão de Lima, ministro do trabalho do governo Dutra, datado de 26 de junho, informa que mediante “grande manifestação popular” ocorrida na cidade, o deputado Milton Prates, “representando todos os municípios do Norte de Minas vg transmiti[u] [a] população noticia do Ministerio do Trabalho recomendando a construção em Montes Claros [de mais] 250 casas populares vg dentro do plano do governo solucionando instante problema [de] habitação pt”. Ainda segundo a correspondência, a notícia foi recebida com o “maior entusiasmo” pelo “povo montesclarensense”. DPDOR 007/APMC.47.01.07/000.001/1942/06/22, p. 228. 235 p. Telegrama do governo municipal a José Rodrigues Seabra, secretário de obras públicas de Minas Gerais, datado de 09 de junho de 1949, informa que se encontra “em fase de conclusão [as] primeiras casas populares localizadas [na] Vila Sumaré desta cidade”, fazendo-se necessário “autorizar ao Serviço de Força e Luz local prolongamento [da] iluminação pública áquela vila pt.” Telegramas posteriores revelam que em 04 de julho o conjunto habitacional composto de 50 casas encontrava-se pronto, bem como, que a demanda ao prolongamento da rede de distribuição de energia para o local foi ampliada para “varios bairros populosos desta cidade”. DPDOR 007/APMC.47.01.07/000.001/1942/06/22, p. 3. 341 p.

<sup>147</sup> DPDOR/APMC/caixa 36/pacote 141/doc. 005.805/04.07.1957 e 27.04.1957.

ao município, necessidades da ordem da questão dos migrantes, do *déficit* habitacional enfrentado pelos trabalhadores pauperizados, da especulação imobiliária, da proliferação não planejada dos bairros periféricos que cresciam sem estrutura urbana, etc.

As demandas municipais na área habitacional adequavam-se perfeitamente aos propósitos do governo federal para com a FCP. O prefeito Geraldo Athayde recorreu à presidência nacional do órgão estabelecido no Rio de Janeiro, em 1957, solicitando “a construção de 50 (cincoenta) unidades de casas populares nesta cidade”. A aprovação ao seu projeto dependia do cumprimento de alguns pressupostos da política efetuada pelo governo federal. Tendo-os em vista, Athayde garantiu “a doação” de terrenos “com as medidas regulamentares, situados na zona suburbana da cidade”, porém, dotados com a infra-estrutura exigida pela FCP nas áreas de loteamento no tocante ao abastecimento de energia e iluminação elétrica pública e doméstica, fornecimento de água e sistema de escoamento de esgotos.<sup>148</sup> Simeão Ribeiro Pires, legatário do empreendimento iniciado por seu antecessor, interessado em dar continuidade ao mesmo, reafirmou em 1959

(...) a necessidade e conveniência de se entrar em entendimento com o Exmo. Sr. Presidente da República e com o Sr. Presidente da Fundação Casa Popular, no sentido de se obter (...) a construção de mais 100 (cem) Casas Populares para a nossa cidade, com a finalidade de atender, ao menos em parte, à premente necessidade de moradia para a classe obreira (...).<sup>149</sup>

A solicitação justificava-se com base na existência de loteamento conforme exigências da FCP, pela urgência desencadeada pelo “alto custo de vida preços elevados dos aluguéis e carência de habitações de alcance popular em nosso meio”.<sup>150</sup> Assim, figura como medida paliativa ao agravamento das dificuldades enfrentadas pela parcela mais pobre da população, “a classe obreira”, em tempos de significativo aumento das intervenções populares na política. 1959 surge-nos como marco em relação à participação política popular na cidade. Então os reclames das camadas pobres atingiam incidência inédita, destacando-se intervenções coletivas, com ampla participação das “associações de classe” dos trabalhadores. Essa “agitação” fora percebida por Laurindo

---

<sup>148</sup> DPDOR/APMC/caixa 36/pacote 141/doc. 005.805/04.07.1957 e 27.04.1957.

<sup>149</sup> DPDOR/APMC/caixa 37/pacote 144/doc. 005.890/04.02.1959.

<sup>150</sup> *Idem*.

Mékie Pereira, em particular, “em mobilizações contra a carestia”. Ele explicou o fato lembrando-nos que, embora os anos 1950 tenham sido de relativa euforia para as elites locais, beneficiárias da política nacional-desenvolvimentista, a maioria da população experimentara sensação contrária, enfrentando “grandes dificuldades”, dentre elas, “agudo desemprego e acentuada elevação do custo de vida”.<sup>151</sup> Devemos acrescentar à reflexão do autor que em 1959 reivindicou-se em Montes Claros algo mais que medidas pertinentes ao controle do preço da carne e de gêneros alimentícios de primeira necessidade, cujo destaque não questionamos e abordaremos em momento apropriado, tratando-se de tema especialmente caro aos populares. Os habitantes dos bairros, coletivamente, exigiram aos dirigentes municipais, ainda, reparos em vias públicas, policiamento, iluminação, construção de prédios escolares. Através de suas “associações de classe”, reivindicaram também pagamento de ordenados atrasados a funcionários municipais, ajustes salariais, participação de representantes seus em comissões do governo local responsáveis por questões de interesse popular etc. Dessa maneira, como pretendemos demonstrar analisando as formas coletivas da participação popular no município, é preciso postular que a eminente mobilização verificada na passagem dos anos 1950 aos 1960 explica-se em função do amadurecimento político-associativo das classes trabalhadoras locais, em alguma medida, tributário a repercussões da mobilização que envolveu os movimentos sociais, lideranças e partidos vinculados à tradição trabalhista no quadro político brasileiro às vésperas do golpe civil-militar de 1964.

Retomando o viés interpretativo aberto pelas reflexões realizadas por Veloso e Pereira, importa refletir melhor sobre a impressão de um município dividido em duas partes distintas ao longo da cronologia investigada. Somos da mesma opinião, mas fazemos alguns esclarecimentos. As fontes administrativas sugerem-nos relativizar a força prática do ideal de cisão da *urbe* em cidadelas diferenciadas, que manteriam os “ricos” de um lado e os “pobres” de outro, enfatizada no trabalho da autora. Esta intenção, conforme aludimos, embora presente, por si só, não explicaria satisfatoriamente a hierarquização sócio-espacial responsável pela concentração dos menos favorecidos nos subúrbios ou as intervenções dominantes na área habitacional. É certo que processo não refletiu apenas a desigual distribuição de renda entre a

---

<sup>151</sup> PEREIRA, *A cidade do favor*: Montes Claros em meados do século XX, p. 39, 87-88.

população. Delineou-se, também, sob dimensão política, dedutível do interesse prematuro dos poderes públicos na estética e estrutura do “perímetro urbano” em contraposição a longo desinteresse pela área “zona afastada”. Já em 1938, incluiu-se nas “Posturas Municipais” que, “Na zona central da cidade, os terrenos por edificar serão obrigatoriamente fechados por muros artísticos de 2,50 de altura, providos de porta, devendo o projeto ser submetido à aprovação da Prefeitura”.<sup>152</sup> Mais tarde, mediante às comemorações do centenário da cidade, em 1957, a antiga disposição legal serviu amplamente ao projeto de subjetivação do ideal da cidade centenária e moderna.<sup>153</sup> Oportunamente, o diretor do Serviço de Obras da Prefeitura, Sr. Joaquim José da Costa Júnior, escreveu, inusitadamente, vários ofícios a moradores e proprietários do centro com o seguinte informe:

Desejando a administração atual desta Prefeitura apresentar um melhor aspecto de nossa cidade por ocasião dos festejos do Centenário a se realizarem em 03 de julho do corrente ano e, de conformidade com o § 5º do artigo 622 do Decreto-Lei nº. 28 de 13 de agosto de 1938, convido-lhe a proceder a construção do(s) muro(s) de sua propriedade, situado(s) a rua (...) (praça) (...) iniciando os respectivos serviços dentro de (30) dias, contados da data de hoje. Certo de ser atendido neste justo apelo e que é também uma exigência das leis municipais, apresento-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.<sup>154</sup>

Todos os documentos desse teor encontrados destinaram-se a moradores centrais. Notamos pois, embora implicitamente, que de fato a “política urbanística” dos dirigentes locais inclinava-se a reservar o centro da cidade às elites e priorizá-lo em diferentes aspectos. Esta suspeita é reforçada ao observarmos os debates realizados nas reuniões da assembleia municipal, por via da ausência de considerações do gênero referentes à periferia, até 1963. Neste ano, mesmo diante da existência de dezenas de bairros pobres, um vereador ainda destoava aos demais ao reivindicar fiscalização necessária para “não permitir” novos “loteamento[s] sem que não esteja[m] em condições de construção exigindo para os mesmos, instalação de água, esgoto e meio fio”. Ainda mais inusitado tornava-se ao defender a obrigatoriedade de se “fechar alinhamento de propriedades abertas” nos bairros. Mais comuns eram as solicitações de

---

<sup>152</sup> Lei de número 28, segundo parágrafo, datada de 21 de novembro de 1938. DPDOR/APMC/caixa 37/pacote 145/documento 005.916/20.04.1959.

<sup>153</sup> Acerca da “invenção do centenário” ver PEREIRA, *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*, p. 46-69 e PEREIRA; OLIVEIRA, *A invenção do 03 de julho em Montes Claros*, 2003.

<sup>154</sup> DPDOR/APMC/caixa 36/pacote 141/doc. 005.802/23.04.1957.

serviços de recuperação nas vias de acesso a estes, “retirando barrancos das ruas para servidão do pedestre”,<sup>155</sup> medida que, provavelmente, tinham como motivações principais melhorar o aspecto da cidade, aproximando-a da *urbe* idealizada, e facilitar o acesso às propriedades rurais que os poderosos mantinham em seu entorno.

A propósito, Gy Reis Gomes Brito ressaltou o caráter conservador, elitista e excludente do “progresso” em Montes Claros nas décadas de 1910 e 1920, ainda que indiretamente, esclarecendo algo sobre o nosso contexto de investigações. Seu trabalho procurou demonstrar não só que o elitismo é uma das mais fortes e profundas características históricas da personalidade dos governos locais, haja vista a sua duração secular. Desse modo, já naqueles anos, as iniciativas municipais na área da urbanização, afirmou Brito, pendiam claramente a auto-favorecerem as elites a despeito da reprodução ou agravamento da situação de marginalidade das camadas populares. Assim, concluiu o autor em conformidade com nossa interpretação,

(...) os projetos de urbanização da cidade estavam, em sua maioria, voltados para a parte central da cidade, especificamente em volta das praças Dr. Carlos e Matriz, onde de fato se encontravam as residências e os comércios dos ‘coronéis’ e ‘doutores’ da cidade. Raríssimas vezes encontramos projetos que versam sobre a melhoria ou qualidade de vida de alguns moradores que residiam na periferia da cidade e, quando encontramos, era novamente para beneficiar as estradas que levavam às propriedades rurais desses senhores.<sup>156</sup>

No período que se abriu em 1930, como vimos, os bairros populares continuaram a surgir e crescer desprovidos de qualquer planejamento e recursos sociais básicos, com o agravante aceleração do processo em virtude dos impactos da ferrovia.<sup>157</sup> Contudo, somente no desenrolar da década de 1960 os dirigentes locais mostram-se mais concretamente empenhados em planejar e ordenar a expansão vivenciada e esperada para o futuro da cidade. Provavelmente, o repertório dos problemas sociais incidentes sobre a população periférica, somado à crescente mobilização das camadas populares, verificada local e nacionalmente, já tornava a questão incontornável. Assim, após anos sem se notar qualquer iniciativa do gênero, em

---

<sup>155</sup> APCM/PAD/1963.

<sup>156</sup> BRITO, *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estreps e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)*. p. 78.

<sup>157</sup> Não é demais realçá-los em sua natureza nas palavras de John Wirt: “A ferrovia que fez de Montes Claros o centro comercial do norte de Minas atraiu muitos forasteiros, frequentemente de origem humilde”. WIRT, *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*, p. [126], *apud*, BRITO, *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estreps e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)*. p. 91.

1963, o prefeito municipal Simeão Ribeiro Pires apresentou à Câmara dos vereadores “para apreciação e aprovação” o que chamou de um “Plano Diretor” para o município, argumentando que “não mais se concebe uma cidade do porte de Montes Claros, sem planejamento urbanístico”. Apesar de ser aquela, conforme ressaltou ele próprio, “uma tentativa modesta, (...) mais facilmente realizável”, acreditava que “significa[ria] um benefício de alto alcance para nossa cidade”.<sup>158</sup>

Desse modo, até o princípio dos anos 1960, a intolerância das classes privilegiadas em relação aos desfavorecidos em geral não parece ter alçado sistematização necessária para ser, exclusivamente, responsabilizada pela marginalização das camadas populares, que resultou uma inflexão significativa na paisagem inicial do município, assim como, a médio prazo, no padrão político-comportamental de seus habitantes mais humildes. É possível afirmar que uma política urbanística, no sentido próprio do termo, embora idealizada e ocasionalmente discutida pelos mandantes, não se efetivou no período investigado.<sup>159</sup> Portanto, inexistiu a condição elementar à instituição planejada de um espaço organizado hierarquicamente, isto é, com áreas distintas para habitações de ricos e pobres, sendo os últimos destinados à periferia e os primeiros encastelados no centro. Todavia, o descuido dos poderes público-administrativos em planejar o acentuado crescimento experimentado pela sede municipal, não isento de algum descaso pelos pobres, somado a fatores sócio-econômicos vários, facultou às elites, por fim, lograrem conduzir a emergência, no centro do sertão norte-mineiro, de uma *urbe* perfeitamente estratificada, que deixa muito pouco a desejar frente a qualquer cidade “estruturada de uma maneira tal que destina aos trabalhadores de baixa renda não apenas o pior espaço, mas a pior qualidade de vida”.<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup> Entretanto, não encontramos o referido “Plano Diretor” na documentação consultada. APCM/PAD/1963.

<sup>159</sup> De acordo com Marcelo Valmor Ferreira, pesquisador do período compreendido entre 1976 e 1984, no qual se dedicou a investigar a ascensão política de Luiz Tadeu Leite, liderança local que se destacou por estabelecer uma relação singular com as camadas mais pobres da população e fundar suas candidaturas em alianças atípicas por prescindir do apoio das classes dominantes tradicionais e mesmo por se oporem a elas, “a primeira tentativa de se dotar a cidade de instrumentos viáveis para um crescimento organizado partiu do I Plano Diretor que foi iniciado em 1969 e concluído em 1970.” FERREIRA, *Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, um estudo de caso*, p. 115.

<sup>160</sup> CALDEIRA, *A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*, p. 64.

### 1.4.1 Pressões centrífugas

O cenário urbano fragmentado, já bem definido na passagem dos anos 1940 aos 1950, fora delineado mediante a combinação de diversos fatores, tais como a ferrovia, as migrações, a polarização do comércio regional, o crescimento urbano não planejado, a pobreza e fragilidade política inicial das classes trabalhadoras contraposta à longa hegemonia das classes ricas e conservadoras. Embora vários, historicamente, estes elementos coadunaram-se à ascensão político-econômica de Montes Claros ao longo do século. Daí o caráter não só vertiginoso, mas paradoxal e, às vezes, desconcertante desse processo. O embaraço vem de longe e atravessa o contexto estudado. No registro feito pelo memorialista Urbino de Souza Vianna, a presença de pedintes nas primeiras décadas parecia provocar algum estarrecimento ao autor e seus contemporâneos. Segundo ele, “Não sabemos a causa principal da quantidade enorme de mendigos que infestam a cidade”.<sup>161</sup> Décadas depois, o constrangimento mantinha-se na ordem do dia. Na primeira assembléia legislativa realizada em maio de 1950, destacou-se o pedido das “Damas de Caridade”<sup>162</sup> para que os vereadores solicitassem ao prefeito Alfeu Gonçalves de Quadros “seu valioso entendimento com o Sr. Delegado de Polícia local, no sentido de serem tomadas as necessárias providencias quanto [a]os falsos mendigos que ultimamente vem perambulando pelas ruas desta cidade”. A indicação fora “unanimemente aprovada”. Ao encaminhá-la ao poder executivo, João Lopes Martins, presidente da Câmara, destacou o consenso como motivo inquestionável para “uma solução acertada e satisfatória do assunto em questão”.<sup>163</sup>

A essa altura já podemos constatar que, desde que não errassem pelo “perímetro urbano”, dificilmente os pobres entravam no raio de preocupações das elites, fossem estas responsáveis pela administração municipal, pela caridade ou pelo relato memorialístico. E se nos perguntamos se compartilhavam desta peculiar sensibilidade os “ilustres” ocupados em alimentar a opinião pública com notícias e comentários jornalísticos – conferindo aos acontecimentos marcantes do dia-a-dia do município e região o colorido dos interesses das classes dominantes –, somos levados a responder

---

<sup>161</sup> VIANNA, *Monografia Histórica, Geográfica e Descritiva de Montes Claros*, 1916, *apud*, BRITO, *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estreps e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)*. p. 91.

<sup>162</sup> Tradicional associação beneficente formada por mulheres católicas provenientes da elite local.

<sup>163</sup> APCM 004/APMC.47.01.07/000.002/1947/12/23, p. 131. 132 p.

também de maneira afirmativa. Aos 25 de março de 1945, por exemplo, inusitadamente, a coluna *Nota do Dia*, integrante do semanário *Gazeta do Norte*, sempre subscrita por *P. Q.*, trouxe aos seus leitores um comentário referente à questão das crianças de rua – isto é, para sermos fiéis ao ponto de vista do autor, “o problema” da “vagabundagem na cidade”. Na matéria, *P. Q.* baseava-se em experiência própria. Segundo ele, por “um dever social”, ou seja, para recepcionar um conhecido, estivera, dias atrás, “na estação da central do Brasil”, ocasião em que ficou

(...) plenamente decepcionado com a abundancia de creanças desocupadas e maltrapilhas que fazem da plataforma da Central sua sala de visitas.

Jogam. Cumprimentam-se com palavras as mais obscenas. Lutam. E uma algazarra infernal ecôa por toda praça que é término da Avenida Francisco Sá.<sup>164</sup>

O tom de desaprovação à presença da meninada pobre na estação, a ênfase à sua aparência, modos e comportamento, revelam o incômodo sentido por *P. Q.* diante do alvoroço que faziam. Mas, o desenrolar do texto elimina qualquer indício de comoção ou impulso a providências necessárias frente à dramática condição social que impelia aquelas crianças dos subúrbios a deixarem suas casas com o objetivo de obter ali, local de intenso fluxo de passageiros, algo mais para o seu sustento. As reais preocupações do colunista eram, claramente, de outra ordem. Esclarecendo-nos os motivos de fato o inquietavam, contentara-se a denunciar que

O respeito a quem vai esperar um amigo na ‘gare’ da Central desapareceu. E quando vem chegando a composição uma verdadeira ‘avalanche’ de vagabundos se despeja nos carros, insolentemente, arrancando aos passageiros malas, embrulhos e tudo que as mãos podem pegar. O passageiro deve comentar consigo mesmo: – Será possível? Estamos em cidade civilizada?<sup>165</sup>

O conceito que tinha *P. Q.* sobre aquelas crianças explicita com limpidez ainda maior sua percepção e julgamento acerca do problema: “vagabundos” que como uma avalanche despejavam-se ofensiva, desrespeitosa e agressivamente sobre os passageiros do trem. Os visitantes, evidentemente, o autor da matéria via por um viés oposto aquele pelo qual representava os locais. Estes, prejudicialmente, ofereciam aqueles uma primeira amostra de “hospitalidade” – ou “barbárie”. Embora não tenha usado literalmente esta denominação, provavelmente, parecer-lhe-ia mais adequada que

---

<sup>164</sup> *Gazeta do Norte*, 25 de março de 1945.

<sup>165</sup> *Idem*.

a outra. Na intenção do colunista, “o passageiro” a questionar a si próprio ter ou não desembarcado em terras “civilizadas” podia ser uma alusão a educados, ricos e refinados investidores que, eventualmente, aportavam-se na cidade a procura de negócios. Tal conjectura denota a preocupação das camadas hegemônicas da época em transmitir boas impressões da *urbe* e de sua população, ou seja, em cativar os forasteiros abastados e seus capitais através de exemplos de “civilidade”. Dessa maneira, é significativo que a atitude imediata do nosso porta-voz dos anseios dominantes de antanho aproxime-se da providência tomada pelas “Damas de Caridade”. A questão dos menores na Central, como a dos mendigos nas ruas da cidade, afigurava-se como um “caso de polícia”. Assim *P. Q.* a anunciou nestas linhas:

Daqui temos elogiado o modo de ação da Delegacia Especial de Política em M. Claros.

Daqui, pois, desejando colaborar com aqueles que tanto se esforçam pela ordem na cidade, apelamos, no sentido de coibir aquele triste espetáculo da Central.

Já é um problema a cogitar e resolver. A vagabundagem cresce na cidade. Como remedia-la?<sup>166</sup>

Alternativas estavam dadas. Reprimir a mendicância, banir os esmoleres do centro, detê-los nos bairros onde deveriam abrigar-se também os trabalhadores pobres ou mandá-los para longe nos vagões que partiam diariamente da estação local. A assistência social, à maneira estatal ou religiosa, também não era descartada. Em todo caso, legitimava o emprego do aparato policial para evitar a exposição da pobreza em locais “inapropriados”. Desse modo, um conjunto de meios de controle e exclusão fora ao menos cogitado por autoridades locais de toda espécie, articuladas entre si para efetuar, como apreciavam dizer, a “patriótica e humanitária missão” de “minimizar a pobreza” dos “desfavorecidos pela sorte”. Para termos um bom exemplo, convém avançar a 1948. Neste ano,

O CONSELHO PARTICULAR DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, em Montes Claros, ao qual está subordinada a ‘Cidade Cristo Rei’, situada no bairro Alto São João, com a área de perto de 100.000 metros quadrados, tendo em vista a bôa vontade do Poder Municipal Constituído, assume a responsabilidade de levar avante o plano de minorar a pobreza e retirar das nossas ruas o panorama triste e por vezes desolador do mendicante (...).<sup>167</sup>

---

<sup>166</sup> Gazeta do Norte, 25 de março de 1945.

<sup>167</sup> A entidade católica correspondia-se em papéis timbrados com a identificação máxima do órgão, setor e a epígrafe “Louvado seja nosso senhor Jesus Cristo”. Os seus membros diretores identificavam-se perante seus destinatários como “Seus servos em Jesus Cristo Nosso Senhor”. APCM/PAD/1948.

Junto à Igreja Católica e com a participação de leigos, a Sociedade São Vicente de Paulo intencionava construir no referido bairro, onde possuía o terreno denominado Cidade Cristo Rei, um abrigo para mendigos. Contando com alguma “boa vontade” da prefeitura, o projeto foi colocado em funcionamento. Mais tarde, assumiu as funções de asilo para idosos desamparados e a distribuição de leite para crianças pobres. Viera a cumprir pois, em alguma medida, os propósitos de “reduzir a pobreza” e “tirar esmoleres das ruas”. Contudo, conformou-se a dimensões mais modestas que as idealizadas. Simultaneamente à proposta, João Lopes Martins, então presidente da Câmara, conhecera as condições a princípio estipuladas para realização do trabalho com os “pobres de Cristo”. A prefeitura deveria edificar no dito local um “pavilhão principal (...) com todos os requisitos higiênicos indispensáveis e cômodos necessários ao seu funcionamento”. A construção foi efetivada, embora não possamos afirmar se em conformidade com os preceitos dos religiosos. Debalde, estes ainda postularam uma ambiciosa, perene e legalmente garantida fonte de subsídios, “afim-de evitar que a manutenção dos mendigos pela mesma sofra solução de continuidade”,<sup>168</sup> conseguindo apenas incluir a Cidade Cristo Rei entre as obras assistenciais precariamente incentivadas pela administração do município.

Importa, especialmente, conhecer a última exigência feita pela entidade devota, a qual inclui a elite religiosa entre os que então almejavam uma cidade livre de miseráveis, manifestando intenção de buscar este objetivo através de alguma forma de segregá-los. Por fim, para implementação do projeto da Cidade Cristo Rei, defendeu-se o comprometimento do executivo municipal a tomar providencias para que

As autoridades policiais se disponham a ajudar os vicentinos na fiscalização dos pobres, não permitindo aos mesmos a sua permanência nas ruas da cidade, salvo por motivos justos e comprovados, sob pena de serem os faltosos encaminhados ao Fórum, aonde deverão permanecer até que seja o fato comunicado a Direção da Cidade Cristo Rei, que determinará as providências a tomar. – O mesmo deverá ser obedecido com respeito aos indigentes que para esta cidade forem trazidos em caminhões ou outros meios de transporte, vindos de outras localidades, ressalvando, é claro, os que estiverem apenas de passagem.–

---

<sup>168</sup> A sugestão inicial da entidade aos vereadores fora submeter todos os cidadãos a um acréscimo de 5% sobre o valor de cada um de seus impostos, cabendo à prefeitura crescer em igual porcentagem a somatória total dos tributos arrecadados pelo município, o que, obviamente, não veio a se efetivar. APCM/PAD/1948.

Estamos convencidos de que assim procedendo, estaremos contribuindo com o Poder Público, de modo satisfatório, para por termo ao aspecto sombrio que tão mal impressiona ao nosso visitante.—<sup>169</sup>

A exposição das profundezas da desigualdade social nas ruas mais freqüentadas, em plena luz do dia, contradizia desconcertantemente a idealização da cidade difundida pelas elites aos quatro cantos para legitimar seus interesses; denunciava a primazia de meras aspirações como característica constitutiva do discurso oficial acerca da cidade.<sup>170</sup> Mesmo assim, ou por isso mesmo, este não deve ser subestimado. Como Tvezan Todorov, acreditamos “que os discursos são, eles mesmos, motores da história, e não apenas suas representações”,<sup>171</sup> pois incidem sobre os imaginários tornando atos concretos tanto possíveis como aceitáveis.<sup>172</sup> A idealização estratégica do município, para se tornar aparentemente verossímil e cumprir com a finalidade de atrair investidores, exigia medidas concretas. No dizer rebuscado dos caridosos vicentinos, era mister “por termo ao aspecto sombrio que tão mal impressiona ao nosso visitante”. Não restam dúvidas. Dito de forma menos metafórica, convinha obstruir definitivamente a “permanência” e as andanças dos pobres em demasia no “perímetro urbano”. Somente a assistência social, entretanto, não bastaria. Os poderes municipais e a força policial deveriam aliar-se à Igreja para uma solução satisfatória, um “albergue” erigido fora do núcleo central da *urbe* onde os “visitantes” que aportavam do trem deveriam deter seus olhares. Resta saber como e em que medida ações desta ordem se concretizaram. O tema fica a merecer estudo mais específico e aprofundado.<sup>173</sup>

---

<sup>169</sup> APCM/PAD/1948.

<sup>170</sup> Em 1956, José Monteiro Fonseca mostrou-se exímio intérprete das expectativas dominantes a respeito da *urbe*. Sintetizou bem no artigo “Montes Claros por dentro e por fora”, publicado em revista local, as idéias-força que referenciavam os seus propósitos para a cidade, seus habitantes e, logo, as suas ações administrativas. Se podemos crer nas assertivas de Fonseca, no discurso das autoridades locais, Montes Claros seria uma “cidade eminentemente mineira”, “acolhedora e pacata”, “possui[ndo] um povo laborioso e ordeiro, inteligente e hospitaleiro” com “qualidades inatas de bondade e a fibra inquebrantável do sertanejo”, em uma palavra, “um povo civilizado”. Desse modo, embora “esquecida” pelos governos estadual e federal, a municipalidade “projeta-se no cenário da vida nacional”. Revista Montes Claros em Foco, agosto de 1956, p. 12. E, sendo o desamparo estatal sua única porém solúvel limitação, não se desviaria de “um porvir radiante”. Revista Montes Claros em Foco, novembro de 1956, p. [?].

<sup>171</sup> TODOROV, *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*, p. 14-15.

<sup>172</sup> BACZKO, *Imaginação social*, p. 311.

<sup>173</sup> No curso das décadas seguintes, a Cidade Cristo Rei, situada ao lado da Igreja do bairro Alto São João, fora freqüentada por pobres atraídos ou impelidos pela caridade vicentina. Aos poucos, muitos foram se fixando por ali, nas redondezas da paróquia, em terras de propriedade desta. Barracos foram sendo construídos, originando uma pequena “favela” que, formalmente, preservou o nome original atribuído ao terreno. Todavia, foi alcunhada “Feijão Semeado”, nome pelo qual ficou mais conhecida a comunidade atualmente situada entre as que registram os índices mais alarmantes de pobreza e violência na cidade. O

### 1.4.2 O cotidiano dos moradores periféricos

Os traços do modo de vida dos moradores das margens da *urbe* revelados pela documentação analisada colocam-nos diante do passado de homens e mulheres de escassas condições. Ao fundo de suas experiências de vida, revela-se “uma ‘realidade’ marcada pela ausência, em que as carências abundam sobre poucos recursos sociais disponíveis”.<sup>174</sup> Assim, a falta de solução elementar como desemprego, fome, doença, autoritarismo político e supressão do direito, antepunham-se outros tantos. Ruas calçadas e limpas fora do “perímetro urbano” só existiam num plano imaginário. A iluminação pública e privada, quando havia, era precária, ocorrendo o mesmo com os sistemas de esgoto, as escolas, o abastecimento de água etc. Essa grande parte da população, assinalou Gy Reis Gomes Brito, dependia de “iniciativas próprias, para captação e uso da água”. Alguns perfuravam cacimbas ou cisternas no quintal de casa, fontes que comumente supriam à família proprietária ou residente e alguns vizinhos. No entanto, muitos dependiam da disponibilidade do “precioso líquido” nos “raros poços artesanais” ou “chafarizes” existentes em determinados pontos da cidade, sendo pois corriqueiras as cenas de pessoas com “lata d’água na cabeça”. Em todo o período estudado, muitos habitantes desconheciam alternativas às fontes comunitárias. Desse modo, a coleta coletiva da água chamou atenção de diversos analistas, inclusive do próprio Brito, que ressaltou, aparentemente surpreso, que em “redor desses chafarizes”, “poças de lama e acúmulo de lodo” demonstravam “um verdadeiro descaso público pela higiene”.<sup>175</sup> Mais estupefatos parecem ter ficado Reis e Bulhões, sobretudo, perante a concentração popular nas chamadas “aguadas públicas”. Conforme descreveram,

Nas ruas, a população menos favorecida – que é sempre, infeliz mas fatalmente, a grande maioria, quando não a quase totalidade – disputava, à violência ou à paciência, algumas gotas do precioso néctar, bastantes ao menos para as urgências da sede, já que às da mais modesta higiene não era lícito dar sequer ouvidos (...), e junto às torneiras das esquinas e dos chafarizes formava a população contristadoras taminas, em que cada qual esperava – inativo, impaciente e rusguento – horas sem termo pela sua vez de encher às

---

asilo foi transferido para outro lugar. A Igreja continua a assistir os habitantes locais com educação religiosa e medidas contra a pobreza. Fala-se, há algum tempo, em planos governamentais para a “urbanização” da área, hoje central, e transferência parcial de seus habitantes para projetos de habitação popular situados em novos bairros.

<sup>174</sup> CARDOSO JR, *História, cotidiano popular e política*: Montes Claros entre 1930 e 1964, p. 14.

<sup>175</sup> BRITO, *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estreps e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)*. p. 58.

gotas uma pequena lata, quando não um simples moringue, apenas suficiente para iludir a sede, ou cozinhar a alimentação do dia.<sup>176</sup>

Os padrões de asseio ou tratamento da água enquanto requisito para o consumo humano vigentes à época eram, de certo, algo diferentes dos praticados na atualidade. A água purificada por métodos sanitários não era acessível à imensa maioria daqueles moradores. As primeiras iniciativas dos poderes públicos para “captação de água potável” em Montes Claros vieram com os trilhos da EFCB, renunciando “novos ares de qualidade de vida”. Contudo, a lei que então autorizou a Câmara a providenciar a “canalização de água” limitava o serviço à “zona urbana” e à estação,<sup>177</sup> e só veio a efetivar-se em 1938.<sup>178</sup> Portanto, as dificuldades das populações dos bairros com o abastecimento de água persistiram ainda por muito tempo. Assim, conforme mencionado em plenário aos 18 de fevereiro de 1956, a “retirada” de um “chafariz” localizado “na rua da Baía, em frente a casa do Sr. José Tavares, no Bairro dos Morrinhos”, acarretou “sofrimento” e insatisfação à “gente pobre e laboriosa” do lugar, “dada a grande falta que o mesmo vem fazendo”. O problema levou os vereadores a decretarem, em pouco mais de um mês, a “reposição” da fonte pública.<sup>179</sup> Noutro caso exemplar, datado em meados de julho do mesmo ano”, segundo o vereador Cândido Simões Canela, procuraram-no “inumeros habitantes” da Vila guilhermina, extensão do bairro Santo Expedito, “suburbio desta cidade”. Objetivavam obter do prefeito a instalação de um reservatório d’água no local, habitado por cerca de quinhentas pessoas. Ao encaminhar a este a solicitação, Canela ressaltou a importância do benefício àquela “população que está passando as maiores privações com a falta do precioso liquido, que é apanhado a quase um quilometro de distância”.<sup>180</sup> Na mesma época, os moradores do bairro Roxo Verde encontravam-se “há dois meses desprovido[s] de tão indispensável e necessário liquido”, segundo pronunciamento do vereador Pedro Martins de Santana em plenário.<sup>181</sup> O problema continuou e, em 1959, o edil Arthur Fagundes de Oliveira

---

<sup>176</sup> REIS; BULHÕES, p. 22-3, *apud*, BRITO, *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estreps e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)*. p. 59. Embora o tenha citado algumas vezes, Brito não informa a referência completa do trabalho de Reis e Bulhões em suas notas ou bibliografia. Assim, não conhecemos o título do texto citado, bem como, não podemos precisar a data de sua publicação.

<sup>177</sup> BRITO, *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estreps e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)*, p. 59.

<sup>178</sup> Datas que marcam o progresso de Montes Claros. *In.*: BRANDÃO *et al*, *Montes Claros notícia*, p. 2.

<sup>179</sup> APCM/PAD/1956; APCM 005/APMC.49.01.07/000.002/1955/02/01, p. 212. 303 p.

<sup>180</sup> APCM/PAD/1956.

<sup>181</sup> APCM 005/APMC.49.01.07/000.002/1955/02, p. 98. 303 p.

propôs “ser perfurado um poço tubular no Bairro Roxo Verde, para abastecimento de água aos seus habitantes, dado á precariedade do precioso liquido naquela parte da cidade”. O seu pedido fora “aprovado por unanimidade”.<sup>182</sup>

A “luz elétrica”, fornecida ao “perímetro urbano” a partir de 1917,<sup>183</sup> também demorou a beneficiar os subúrbios. No mais antigo bairro local, o Morrinhos, em 1959, parcela significativa das ruas ainda “se acha às escuras, trazendo intranquilidade a todos que ali residem”.<sup>184</sup> Inexistindo iluminação nas vias públicas de acesso ao centro, os moradores eram tomados pela escuridão noturna em suas longas caminhadas de volta do trabalho para casa. No interior de seus domicílios, passavam as noites sob a claridade de candeias. A situação nos demais bairros populares não parecia ser outra. A “colocação dos braços de luz nos postes da rua Vila Brasília, no trecho compreendido entre o antigo posto de fiscalização e o Bairro Santos Reis”, fora longamente reivindicada pelos residentes deste, que dependiam do caminho para irem “à cidade”. Durante muito tempo, igualmente, batalharam sem sucesso por iluminação domiciliar.<sup>185</sup> Em condições semelhantes, em maio de 1962, o Alto Santo Expedito, “cuja população se densifica e necessita desse bem público”, aguardava desfecho das primeiras negociações entre a prefeitura e CEMIG “para promover os meios de iluminar as ruas abertas á direita da caixa d’água”.<sup>186</sup>

A distância e a ausência de iluminação pública não eram dificuldades únicas ao ir e vir dos habitantes periféricos a afazeres cotidianos na “cidade”. As ruas dos subúrbios encontravam-se frequentemente mal conservadas, o que, além de prejudicar a qualidade de vida nos bairros, podia acarretar, em alguns momentos, completo isolamento em relação ao centro. Não havendo qualquer tipo de pavimentação, a

---

<sup>182</sup> APCM 006/APCM.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 16. 945 p. O vereador Robson Crusoé Lourdes de Macedo Moura dirigiu à presidência da Câmara, em 20 de junho de 1960, requerimento ao poder executivo a fim de “corrigir o sistema de distribuição de água para o bairro Roxo Verde”. DPDOR 008/APCM.50.01.05/000.001/1959/02/04, p. 289. 411 p.

<sup>183</sup> BRITO, *Na terra dos coronéis: progresso para quem?* Estrepes e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926), p. 70.

<sup>184</sup> DPDOR 008/APCM.50.05.03/000.001/1959/05/20, p. 5. 23 p.; APCM 006/APCM.50.01.05/000.002/1959/02/02, 310 p. 945 p.

<sup>185</sup> DPDOR 008/APCM.50.01.05/000.001/1959/02/04, p. 49. 411 p. A luz elétrica tardou a chegar àquela comunidade. Somente em 24 de dezembro de 1964, o prefeito municipal encaminhou ao chefe do escritório da Companhia Energética de Minas Gerais/CEMIG em Montes Claros ofício solicitando “especial atenção em nos atender na ligação de luz no Posto Policial do Bairro Santos Reis”. DPDOR 009/APCM.51.05.01/000.001/1963/02/21, p. 06. 8 p.

<sup>186</sup> DPDOR 008/APCM.50.01.05/000.001/1959/02/04, p. 383. 411 p.

estiagem trazia o incômodo da poeira, que invadia as casas acarretando aos residentes problemas respiratórios relativamente freqüentes. Por volta dos meses de novembro e dezembro, as primeiras chuvas afastavam temporariamente os efeitos maléficos do sol veemente, mas traziam outras dificuldades. As ruas tornavam-se lamacentas e escorregadias. Testemunharam bem esse quadro quarenta e cinco habitantes do bairro Bonfim em 1959, escrevendo a um dos vereadores locais este requerimento:

Exmo, Snr.  
José do Amparo Oliveira  
Moc.

Nós abaixo assinados, moradores à rua Santa Efigenia e adjacencias, solicitamos do prezado amigo tomar providências, junto a quem de direito, sobre reparos e encascalhamento da rua Santa Efigenia; pois, no periodo da chuva a rua torna-se quase intransitavel por causa da lama e na seca a poeira invade nossas residências. Agradecidos aguardamos sua valiosa atenção.<sup>187</sup>

O estado de abandono das vias públicas dos bairros, assim como das vias que os ligavam ao centro, era notório. Em assembléia realizada aos 21 de junho de 1959, por exemplo, os edis Joaquim de Abreu Silva e Geraldo Corrêa Machado argumentaram aos seus pares que a Rua Santa Efigênia, “principal via de acesso entre a cidade e o Bairro Casas Populares”, assim como entre o Morrinhos e aquela, encontrava-se “em precário estado, dificultando o inclusivo trânsito da mesma”. De acordo com eles, caberia não só ser “encascalhada”, mas preservada “contra o abuso de se jogar lixo” em seu curso, verdadeiro “perigo a saude dos seus moradores”.<sup>188</sup> Mas os problemas de alguns moradores em relação à precariedade das vias públicas seriam consideravelmente mais graves. Após ser deliberada a questão anterior, José Laércio Peres de Oliveira tomou a palavra para defender

(...) a necessidade urgente de ser construída uma ponte ou atêrro sôbre o Córrego do Cintra, na altura da Rua Turmalina, rumo ao Curral de Embarque de Gado da Central do Brasil, ligando a Vila Ipiranga ao Bairro Alto São João nesta cidade.<sup>189</sup>

---

<sup>187</sup> APCM/PAD/1959.

<sup>188</sup> DPDOR 008/APMC.50.01.05/000.001/1959/02/04, p. 228. 411 p. Em 06 de abril de 1960, foi encaminhado ao executivo por intermédio da presidência do legislativo requerimento “de autoria do vereador João Paulo Botelho, solicitando reparos em todas as vias públicas do Bairro Bonfim, que se acham em lastimável estado de trânsito e colocação de braços de luz nos postes existentes na Vila Sumaré, no núcleo residencial das Casas Populares”. DPDOR 008/APMC.50.01.05/000.001/1959/02/04, p. 228. 411 p.

<sup>189</sup> DPDOR 008/APMC.50.01.05/000.001/1959/02/04, p. 229. 411 p.

Justificou seu requerimento relatando que

Os moradores da Vila Ipiranga vivem encurralados e, para demandarem à Cidade, são obrigados a grandes caminhadas, para se servirem de uma ‘pinguela’ em estado precário, que põe em perigo constante a vida daqueles moradôres. Na estação chuvosa, o drama aumenta e a saída e entrada à vila, torna-se reservada aos homens, porque, as creanças e as mulheres não se arriscam e não podem se submeter à ginástica das locomoções.<sup>190</sup>

Situações como as mencionadas acima faziam parte do dia-a-dia de quem residia nos subúrbios, no dizer de João Valle Maurício, presidente do legislativo em 1959, “em estado de *quase* abandono”.<sup>191</sup> Com efeito, nesse mesmo ano, José Laércio Peres de Oliveira propôs “a instalação de telefones públicos nos bairros da Cidade, em pontos centrais e acessíveis”. A medida fora apresentada “como um dos meios de assistência” necessários às populações dos mesmos, facilitando “se comunicarem com o centro urbano para solução dos seus problemas pessoais e coletivos”.<sup>192</sup> Mas, se a expansão da *urbe* trazia algumas soluções, a cada momento, novas dificuldades irradiavam-se em seu interior: os córregos que cortavam a periferia tornavam-se poluídos, ameaçando à saúde dos habitantes, a violência ultrapassara os limites do “código” político dominante e, em suas novas formas, tornava mister o policiamento ostensivo nas áreas afastadas, etc. Entretanto, aos moradores destas nada fora *dado*, nem mesmo a regularização de seus endereços. Desse modo, as soluções cabíveis a estes e outros problemas mencionados neste capítulo exigiram muito reclamar aos poderes públicos. A seguir, passamos a investigar os mecanismos empregados com esta destinação, considerando desde os meios voltados à superação de dificuldades de ordem pessoal às maneiras encontradas para realização de interesses coletivos.

---

<sup>190</sup> DPDOR 008/APMC.50.01.05/000.001/1959/02/04, p. 229. 411 p.

<sup>191</sup> DPDOR 008/APMC.50.01.05/000.001/1959/02/04, p. 36. 411 p. – Grifo nosso. É interessante acrescentar que, até meados de 1959, legalmente, não faziam parte do “perímetro urbano” os bairros Alto São João, Cintra, Jardim América, Maracanã, Nossa Senhora de Fátima, Novo Horizonte, São Geraldo, São Judas Tadeu e Todos os Santos, as vilas Ipê, Ipiranga, Magalhães e Monte Alegre e o loteamento Toncheff, dentre outros. Sendo “considerados propriedade rural”, sofriam “bi-tributação, prejudicando aos seus proprietários” – isto é, pagavam imposto territorial ao estado e ao município. Na sala das sessões da Câmara, em 03 de novembro, discutia-se Projeto de lei para uma “nova delimitação da zona urbana” que os incluísse “com a finalidade de melhor determinar a orientação dos lançamentos de impostos e também de facilitar a elaboração de um Plano Diretor da Cidade”. APCM 006/APCM.50.01.05/000.002/1959/02/02, 221 p. 945 p.; APCM 006/APCM.50.01.13/000.009/1959/11/03, p. 07. 10 p.

<sup>192</sup> APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 267-8. 945 p.

## **Capítulo 2:** **Os primeiros contatos populares com o poder:** **“pedir” pessoalmente e “pedir” por escrito**

### **2.1 Um cenário animado por indivíduos sem recursos, intermediários influentes e poderosos**

Como vimos no capítulo anterior, em meados da década de 1940 o crescimento urbano-demográfico já começava a imprimir marcas significativas na paisagem da cidade quanto à expansão da periferia. No entanto, até então, a convivência e a prática políticas apoiavam-se, geralmente, em laços sociais verticais, bastando-se os atores investigados, quase sempre, a iniciativas individuais de ingerência no âmbito dos poderes municipais, as quais constituem objeto da reflexão desenvolvida neste capítulo. Talvez não pudessem mesmo proceder de outro modo. De resto, predominavam as relações de natureza pessoal entre titulares dos diversos cargos do governo municipal, entre estes e membros de outras instâncias dos poderes públicos. Também seus parentes, amigos, conhecidos, correligionários e munícipes em geral, estes em condições específicas, procuravam-nos pelos mesmos meios. Neste cenário político autoritário, reverberando as normas e valores sociopolíticos imperativos à época, duas modalidades populares de intervenção e expressão na política destacaram-se, a saber, procurar diretamente aos dirigentes fazendo-lhes pedidos de ordem pessoal e endereçar-lhes cartas com súplicas da mesma natureza. Em virtude dos diversos impactos da aceleração verificada no processo de expansão urbana, as décadas posteriores caracterizar-se-iam pelo refluxo desses artificios especialmente destinados à expressão do indivíduo. Embora não tenham desaparecido, desanimaram mediante o significativo

acréscimo observado na recorrência às formas de participação coletivas e mais formais analisadas no capítulo seguinte, típicas da chamada “experiência democrática”.

Compreendemos que ao apresentar à autoridade uma queixa ou pedido o indivíduo ou grupo realizava, antes de tudo, uma experiência histórica. Impulsionava-os a busca de soluções para problemas prementes enfrentados em seu cotidiano. Deparando-se aos descaminhos da esfera política, optavam em meio a possibilidades concretas, ao certo, em maioria limitadas e muito distantes de serem ideais. O contato direto e as cartas constituíram pois recursos possíveis à transformação positiva da experiência individual, isto é, para uma resistência dentro da condição em que se viam historicamente inseridos os sujeitos pesquisados. A historicidade, assim como a iniciativa e o discernimento destes, são pilares fundamentais à efetivação das diversas modalidades populares de participação inscritas no período. Não havia então muitos meios de se colocar diante dos poderosos detentores do comando, na prática, quase proprietários dos recursos sociais existentes na cidade, demandas por melhores condições de sobrevivência. Portanto, permitimo-nos entender que, do ponto de vista das classes populares, o contato e as cartas pessoais eram estratégias de intervenção e expressão tão necessárias e legítimas quanto abaixo-assinados e associações, embora estas se caracterizassem mais propriamente como formas políticas por pressupor organização coletiva. Afinal, todas compunham um mesmo repertório de participação, sendo dispostas alternadamente segundo sua adequação às circunstâncias do momento.

### **2.1.1 Um episódio ilustrativo, alguns esclarecimentos complementares**

Em 1956, Sebastião de Oliveira Aquino, morador do distrito de Mirabela – lugarejo submetido à administração municipal de Montes Claros e como os demais distritos (por mais tempo) à “velha política” vigente na cidade entre 1930 e meados da primeira metade do século –, escreveu longa carta ao prefeito. Solicitava-lhe medidas paliativas à situação em que se encontrava seu “tão humilde e abandonado distrito” carente de diversos melhoramentos, dentre os quais, “a bem da coletividade”, urgiam a construção de prédio escolar, reparos em ruas e estradas. Num recorrente “beija-mão”, encareceu ao destinatário as qualidades de “representante eleito”, “pessoa culta e capaz para administrações superiores”, que muito orgulhava os montesclarenses do centro

urbano, bairros e distritos. Interessa-nos neste episódio, todavia, o que tinha de excepcional e, simultaneamente, revelador da atmosfera sociopolítica imperante no município durante a primeira metade do século. De forma especialmente evidente, Aquino estruturou seu discurso a partir de elementos extraídos de uma dimensão representacional da política socialmente compartilhada. Nesse sentido, encetou inaudita reflexão. Dizendo-se não ser “nenhum chefe político”, “um dos muitos correligionários<sup>193</sup> de V. Excia. componentes do glorioso PSD facção (...) de Mirabela”, concluiu com esta catártica assertiva: “Sinto em mim as necessidades dos mais e é ésta uma das razões que tomo a liberdade de (...) apresentar-vos esta simples e particular presença”.<sup>194</sup>

Equiparando-se aos demais habitantes do lugar, Aquino reclamou a si próprio a representatividade que lhe atribuímos em seu contexto pelo viés de entendimento em que nos referenciamos acerca da historicidade dos imaginários. O papel destes na vida dos grupos sociais, na conformação das concepções de mundo das coletividades e indivíduos que as integram, não permite aos últimos se isentarem completamente à dimensão sócio-imaginária de suas experiências. Do contrário, condenar-se-iam ao isolamento em relação seus contemporâneos.<sup>195</sup> Dito de outra maneira, como Carlo Ginzburg, autor de célebre biografia histórica, não duvidamos que “um indivíduo medíocre” ou comum seja “representativo” o bastante para “ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico”.<sup>196</sup> Tal orientação teórico-metodológica – em que se sustenta outra máxima da micro-história, bem sintetizada por Giovanni Levi, segundo a qual “fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno geral”<sup>197</sup> –, traz em si a força de um axioma, uma vez que dificilmente se discordaria de Ginzburg por ter afirmado que “da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não

---

<sup>193</sup> O apoio político-eleitoral aumentava as chances dos pretendentes às dádivas da autoridade. Oposicionistas não teriam chances. Os indiferentes, como ficará claro, tinham seu ingresso às redes clientelares dominantes condicionado a outras qualidades valorizadas pelos governantes e seus mediadores, dentre elas, a “humildade”, a “honestidade”, a “dedicação ao trabalho”, o reconhecimento à legitimidade do mandante, expresso em adjetivações como “representante eleito”, “humanitário”, “caridoso”, “culto” e “capaz”.

<sup>194</sup> APCM/PAD/1956.

<sup>195</sup> BACZKO, *Imaginação social*, 1985.

<sup>196</sup> GINZBURG, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, p. 20.

<sup>197</sup> LEVI, Sobre a micro-história. In.: BURKE (Org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, p. 158.

ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação”. Se portanto concordamos com o autor que, “como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”,<sup>198</sup> podemos acreditar que há nos enunciados formulados por Aquino e outros missivistas concepções do político e outros domínios, quando menos vestígios destas, que nos informam sobre o universo sócio-cultural mais amplo em que viveram.<sup>199</sup> Assim, sintomaticamente, este correspondente advertiu ao seu interlocutor: “nós”, correligionários do PSD,

(...) *sentimos assim como sêntem decepcionados os nossos companheiros políticos (eleitores)* que até então não fomos e não podemos fornecer nenhum benefício pela parte administrativa municipal; precisamos mostrar que a política é para fazer benefício depois de adquirida a posição diante de tantos esforços (...) eu vos digo que em absoluto não podemos ficar assim.<sup>200</sup>

Vê-se que a prática de cambiar o sufrágio era aspecto padrão da conduta política nas vizinhanças rurais da *urbe*. Sendo esta tradicionalmente governada pelos chefes políticos pessedistas e seus correligionários – ao que se sabe, bastante afeitos aos “antigos métodos” de conquista do voto e graças a isso praticamente imbatíveis nos pleitos realizados no interior –, mesmo os habitantes da sede municipal, a despeito da expansão urbana e descoberta de formas coletivas de intervenção e expressão, não estiveram imunes ao fisiologismo da política local, bem traduzido pela afirmativa de que “a política é para fazer benefício”. Um “pacto” informal, embora nem um pouco dissimulado, tendo como esquepe aquela representação utilitária do apoio político-eleitoral, balizava as relações e compromissos estabelecidos entre populares e seus representantes efetivos ou potenciais. Por conseguinte, a incondizente ausência de retribuições esperadas da atual administração pelo eleitorado do distrito, votantes do “glorioso PSD”, segundo Aquino, acarretara um “tom lóbrego em todos os setôres e principalmente na parte tocante a politica administrativa do Município”.<sup>201</sup>

O mesmo ocorreria em qualquer parte deste, em especial ao longo das duas primeiras décadas da cronologia pesquisada quando as proporções da cidade eram

---

<sup>198</sup> GINZBURG, *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, p. 20.

<sup>199</sup> Obviamente, acreditamos que as demais componentes do repertório de formas populares de intervenção e expressão na política inscrito no contexto pesquisado apresentam a mesma valia.

<sup>200</sup> APCM/PAD/1956 – Grifos nossos, parênteses do autor.

<sup>201</sup> APCM/PAD/1956.

reduzidas e menores as distâncias que separavam eleitores e políticos. Aos indivíduos pertencentes às camadas populares, nessas circunstâncias, a possibilidade de dirigirem-se oralmente ou por escrito a estes para lhes fazer demandas pessoais tornava-se particularmente atraente. Mas, a acessibilidade aos mandantes não deve, contudo, ser confundida com livre participação ou representatividade política satisfatória. As elites, obviamente, encontravam na proximidade com os subalternos antes de tudo um recurso para controlá-los, não raro, de modo coercitivo. Ao tentarem auferir pessoalmente benefícios aos poderosos, por sua situação de marginalidade sócio-econômica e política, os suplicantes poderiam ser, com alguma facilidade, forçados à submissão por seus interlocutores, que desfrutavam posição antípoda. Confiadas às classes dominantes, as instituições públicas locais sujeitavam-se a (ab)usos acentuadamente conservadores e nada democráticos. Por meio destas, certas autoridades controlavam as possibilidades de sobrevivência à enfermidade, concediam e retiravam oportunidades de emprego, reconheciam ou suprimiam direitos em um raio relativamente amplo, concorrendo apenas com rarefeito impacto da assistência social do Estado. Aos que se agarravam às bordas do tecido social, desse modo, impunha-se demandar proteção aos chefes políticos locais, curvando-se – porém resistindo como possível – à “velha política”, com certeza, não sem prejuízos à conquista de direitos.

Quanto mais recuamos no tempo, mais o cenário político estudado mostra-se determinado por elites capazes de regular, por meios próprios ou públicos, a distribuição dos recursos sociais disponíveis. Conseqüentemente, por seu turno, os setores desprivilegiados pautam suas ações em noções pragmáticas acerca das atribuições do político de modo tanto mais claro e preponderante quando nos detemos ao início da cronologia pesquisada. Aliás, ao lado do paternalismo que obliterava a exploração exercida pelas camadas dominantes sobre estes, tal fisiologismo parece ser o que tornara possível, eventualmente, a união de interesses tão diversos em lado único. Ocorria pois que os líderes políticos, em sua azáfama por se perpetuarem no poder, além de argumentar, imaginar, representar e idealizar em defesa da duvidosa universalidade de seus projetos de poder, nutriam atitudes autoritárias e clientelistas fundadas na privatização de bens simbólicos e materiais não raro públicos. Convertendo favores, esmolas, caridade e outros elementos em apoio, fidelidade e submissão política, com efeito, permutavam direitos em privilégios. Assim, bem ou mal, obtinham sustentação à

situação hegemônica desfrutada secularmente, ao custo de relações que, por motivos alheios à representatividade política, buscavam atrair as camadas menos favorecidas para o lado dos antigos “mandões”.

Desse modo, seria ao certo forçoso que os populares se contentassem com oportunidades esporádicas e restritas, como por exemplo, as campanhas eleitorais, fazendo delas o melhor uso possível. Em tempos de eleições a política abria-se ao público, tentando disfarçar sua limitação vocacional aos interesses dos próprios governantes. Então, tornava-se possível aos desprivilegiados interporem algumas demandas, não sendo difícil obter o compromisso, ainda que verbal, dos chefes políticos em atendê-las. O comprometimento, investido de importância moral, favoreceria a cobrança de benefícios em situações futuras. Isso de fato importava aos populares, não sendo eles auto-representados nos quadros político-administrativos. Relembrando os indícios fornecidos por Aquino,<sup>202</sup> podemos afirmar que o “povo” participava das eleições mediante promessas dos candidatos aos cargos públicos em solucionar seus problemas cotidianos. A legenda partidária seria algo provavelmente desimportante, senão enquanto formalidade exigida às candidaturas, salvo casos excepcionais. O voto convertia-se em moeda de troca, sendo confiado, a título de investimento, a futuras realizações administrativas ofertadas pelos candidatos para sua obtenção. Portanto, a própria coerção paternalista exercida sobre os pobres oferecia-lhes uma alternativa – muito pouco eficaz se vista retrospectivamente – às limitações da política convencional que não reservava espaço satisfatório aos interesses destes. Em alguma medida, os políticos locais não eram de todo refratários a indivíduos ou grupos da sociedade que os procurassem com suas reivindicações. Interessadamente, estiveram sempre atentos aos anseios populares, por vezes, como observou Laurindo Mékie Pereira, respondendo-lhes com medidas efetivas, uma vez que estes dispunham das mencionadas estratégias submissas ou insurgentes de participação política e, de acordo com as especificidades do momento, do voto.<sup>203</sup> O resultado era uma relação recíproca, embora restritiva à emergência autônoma das classes subalternas na esfera política municipal, entre estas e os poderosos, cujos primeiros traços iniciais, ainda que parcialmente, desvaneceriam mediante os desdobramentos da experiência urbana, dando margem a outros modos de

---

<sup>202</sup> APCM/PAD/1956.

<sup>203</sup> PEREIRA, *A cidade do favor*: Montes Claros em meados do século XX, p. 93, 158 e 161.

intervenção, os quais discutiremos nos capítulos subseqüentes. Por ora, vejamos como era o comportamento predominante entre dos atores estudados na política por volta dos anos 1930 e 1940.

## **2.2 O acesso direto aos poderosos**

O arraigamento da prática popular de “pedir” ou “reclamar” diretamente aos políticos, percebido ainda nos dias de hoje, especialmente na rotina do poder legislativo e nas campanhas eleitorais, permite-nos depreender que em tempos acentuadamente paternalistas fora ela meio utilizado com freqüência pelos atores estudados para intervir na esfera política municipal e expor suas demandas. Entre 1930 e 1964, concentrando-se sobretudo na primeira metade do período, no desvão da informalidade, indivíduos carentes de auxílio dirigiam-se em grande número às autoridades solicitando ajuda. Nessas circunstâncias, todavia, no mais das vezes, a apresentação dos pedidos bastou-se à oralidade, furtando-nos o acesso às falas dos pleiteantes em si mesmas. Delinear este velho uso no contexto pesquisado e explorar os sentidos nele fixados exige-nos, portanto, recolher suas pistas na correspondência estabelecida entre membros da administração pública local, poderosos da região e titulares de funções importantes noutras instâncias. Através desta documentação, encaminharam-se alguns pedidos populares aos controladores dos bens pretendidos. A apresentação direta de súplicas às autoridades, que a nós se revelou empiricamente como a forma mais recuada de intervenção e expressão de indivíduos presumivelmente pobres na esfera política municipal, dependendo da situação do pretendente e do seu protetor em relação ao bem em vista, podia envolver, desde a solicitação inicial até a fase da possível outorga, vários intermediários. Assim, passamos a examinar uma prática popular referente à política e, simultaneamente, vislumbrar a efetividade e abrangência do clientelismo político naqueles anos.<sup>204</sup>

---

<sup>204</sup> O clientelismo foi discutido apenas enquanto aspecto respeitante às condições de participação política das classes populares.

### 2.2.1 Bispo, Lima, Cordeiro e os mecanismos do poder

A correspondência administrativa ordinária nos leva a crer que, na primeira parte do período que recortamos, o clientelismo se manifestava com inabalável espontaneidade no relacionamento entre os mandantes, nas providências por eles tomadas e em suas relações com a sociedade de maneira geral, constituindo o aspecto elementar da encenação da hegemonia.<sup>205</sup> Dificilmente um indivíduo pertencente às camadas menos favorecidas poderia se recusar a “dobrar os joelhos” aos poderosos mesmo em situações cotidianas. Em regra, teria prestado ou prestaria serviços a um ou outro chefe político possuidor de grande patrimônio ou cargo que facultasse amplo controle das oportunidades de emprego disponíveis. Escapando à labuta nos negócios particulares das classes ricas, quase certamente, teria que trabalhar no setor público, opção que também não dispensava deferências. Além disso, frequentemente, mesmo eventualidades como a doença levavam sujeitos sem recursos à dependência dos “favores” ou “caridades” dos poderosos. Em 25 de abril de 1935, Floriano Neiva de Siqueira Torres, prefeito de Montes Claros, escreveu ao provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte o seguinte texto:

Tomo a liberdade de apresentar-lhe o portador deste Snr. Oswaldo Eustachio Bispo, que vae a esta capital com o fim de tratar de sua saúde e como o mesmo não possui recursos financeiros, peço a V. S. o obsequio de internal-o como indigente nesse estabelecimento de caridade onde V. S. é competente Provedor.  
Com os meus antecipados agradecimentos, subscrevo-me.<sup>206</sup>

Oswaldo Eustachio Bispo, indivíduo doente e pobre, cujo domicílio não podemos precisar, necessitava tratar de sua saúde na capital. Destituído de meios próprios para solucionar seu problema, que possivelmente configurava uma questão de vida ou morte, encaminhou-se ou foi encaminhado até o prefeito, a quem fez um pedido de ajuda. O dirigente tornou-se então responsável pelo único registro do episódio, cuidando de intermediar a demanda ao mais elevado membro da cadeia, o controlador do bem em vista, situado em Belo Horizonte. Do ponto de vista de Bispo, a

---

<sup>205</sup> No sentido gramsciano, conforme entendido por Edward Palmer Thompson. THOMPSON, *As peculiaridades dos ingleses*. In.: NEGRO; SILVA (Orgs.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, p. 146-9.

<sup>206</sup> DPDOR 006/APMC.43.01.01/000.001/1934/09/11, p. 37. 93p.

possibilidade de escapar à “situação-limite” em que se encontrava,<sup>207</sup> bem como, ao desamparo e isolamento inerentes à sua condição de indivíduo sem recursos, dependia da ingerência da autoridade pública, cujos poderes exclusivos abririam caminho ao “provedor”. Situações como estas se multiplicam na correspondência administrativa. Em conjunto, permitem-nos identificar uma ampla e articulada rede clientelar em funcionamento. Vejamos mais exemplos. A história de Manuel Ferreira de Lima, a qual tentamos reconstituir abaixo, assemelha-se bastante à de Bispo. Porém, enquanto este se revelou ao ser encaminhado pelo prefeito ao detentor do recurso pretendido, Lima teria se apresentado ao titular máximo do executivo local, Dr. Santos, para obter o mesmo encaminhamento, portando esta carta datada em 21 de maio de 1940:

Presado amº

É portador desta ahi Manuel Ferreira Lima, o qual acha-se passando mal dos olhos, já tendo um vista perdida e outra perturbada, sendo elle pobre não podendo pagar tratamento resolveu ir a Belo Horizonte, a fim de ver si é possível internar em um hospital.

Sendo que, sem uma guia de uma autoridade<sup>208</sup> disendo ser indigente não pode internar, peço-lhe o favor de fornecer do mesmo algum documento para facilitar e mesmo internar. Manoel (*sic.*), foi um companheiro que muito trabalhou, a bem da nossa politica.

Sem mais, desde já agradeço-te.

(...)

[Fabrício] Pereira de Souza.<sup>209</sup>

Graças ao registro produzido por Fabrício Pereira de Souza sabemos que Manuel Ferreira de Lima encontrava-se relativamente afastado da autoridade municipal. Residia na zona rural, no distrito de “Pathys” ou adjacências, localidade confiada à jurisdição administrativa de Montes Claros. Ao buscarmos refazer o caminho por ele percorrido em função da necessidade de tratar de sua doença na capital, fica claro que, por si mesmo, não obteria a internação. Afinal, a assistência médica aos despossuídos

---

<sup>207</sup> Conforme estudos realizados por Elisa Pereira Reis, a busca individual por auxílios de detentores de posições no âmbito dos poderes públicos tende, na maioria das vezes, a configurar “um exemplo do recurso à autoridade para a garantia do exercício de um direito natural” – a vida. REIS, *Opressão burocrática*: o ponto de vista do cidadão, p. 167. Esta hipótese parece se confirmar em nossa pesquisa no tocante às intervenções individuais que tomaram as formas do contato direto ou da correspondência.

<sup>208</sup> Provavelmente, um ofício ao dirigente do sanatório semelhante aquele de que Bispo foi objeto.

<sup>209</sup> DPDOR 007/APMC.46.01.07/000.001/1937/12/09, p. 458. 621 p. Bispo, protagonista do caso anterior, pode ou não ter sido, igualmente, intermediado à prefeitura. Caso tenha, a sua carta de apresentação desapareceu, do mesmo modo que a “guia” que Lima lá teria ido buscar. Assim, convém assinalar que as pistas referentes aos contatos dessa natureza entre populares e poderosos encontradas na correspondência destes são em regra incompletas, diferenciando-se dos episódios em que os favorecidos não se encontravam propriamente em situações de desamparo e se apoiavam em figuras demasiado influentes, situados fora do nosso escopo. Isto confere valor especial a registros feitos por expositores como Fabrício Pereira de Souza, capazes de abarcar alguns detalhes dos casos relatados.

pressupunha a apresentação de “guia” expedida por uma autoridade, espécie de “atestado de indigência”, no caso, subscrito pelo prefeito. Poderíamos atribuir esta formalidade à vantagem da demanda sobre a disponibilidade do benefício, concluindo tratar-se de uma medida disciplinadora. Mas é improvável que não fosse instrumento de clientelismo político. Apostamos nesta hipótese. Souza seria alguém influente no distrito de “Pathys” e junto à administração do município, intercedendo em algumas questões concernentes aos poderes públicos no referido lugar. O seu método promovia o acesso direto dos necessitados à autoridade municipal, personalizando ações administrativas. A prerrogativa de intermediar demandas favorecia aquele que a colocava em prática, que obtinha o respeito e gratidão dos beneficiados, assim como, aos dirigentes locais, que pelas mesmas razões poderiam constituir bases eleitorais.

O acesso dos populares dos distritos às providências da municipalidade, no período em questão, parece de fato ter dependido da mediação de elementos dotados de poder econômico e influência ou – como se costumava dizer à época – “conhecimento”.<sup>210</sup> Noutro caso respeitante à zona rural do município, o ferrenho controle personalista dos poderosos sobre a máquina administrativa, os bens desta alçada e daqueles que dela dependiam evidencia-se de maneira particularmente clara. Do distrito de Santo Rosa, em 5 de julho de 1940, partiu outra correspondência ao Dr. Santos. Novamente, pedia-se sua intervenção em favor do internamento de um doente. O texto datilografado em papel timbrado da firma *A Primavera* fora escrito por Agenor de Oliveira, agricultor, negociante e industrial proprietário da dita empresa, criada em Santa Rosa e com filial em São Pedro da Garça, de onde viera Augusto Cordeiro, provavelmente um funcionário, para cuidar de sua saúde. O correspondente assim expôs o caso:

Presado Amigo,

O apresentante desta Snr. Augusto Cordeiro, homem chefe de grande família, trabalhador e que se acha gravemente abalado pela sua saúde, soffrendo febres apanhada (*sic.*) em S. Pedro da Garça.

Como se acha sem recursos para o seu tratamento, então veio me pedir uma guia para se enternar na Santa Casa de Misericórdia, como não tenho conhecimento com o Provedor desse Instituto de Caridade, por isso tomo a liberdade de solicitar do distinto Amigo a internação do mesmo, pois, V. Excia. é o único que poderá attender tão justo apello.

---

<sup>210</sup> A situação dos pobres urbanos não seria muito diferente. Neste caso, o acesso aos membros do governo municipal poderia dispensar intermediários, mas a conquista individual de benefícios mantinha o caráter personalizado.

Mui penhorado vos agradeço, e, aqui ao vosso inteiro dispor, subscrevo-me com particular estima e leal apreço.  
D. V. Excia. Amigo atto. e obro. Cro.  
Agenor de Oliveira.<sup>211</sup>

A história parece se repetir. Cordeiro, habitante da zona rural, adoeceu. Sem recursos próprios para o tratamento, a exemplo do que fizeram Bispo e Lima, dirigiu-se a um “superior” que pudesse ajudá-lo a obter assistência médica gratuita. Agenor de Oliveira, procurado pelo enfermo, não tendo “conhecimento” com o detentor do benefício visado, encaminhou-o à pessoa certa para auxiliá-lo em sua situação. Deu-lhe carta apresentando-o ao prefeito municipal, que seria “o único” dotado do “conhecimento” necessário com o provedor do “Instituto de Caridade” para emitir a “guia” solicitando-o internar o doente – sugerindo, pois, não haver autoridade local, senão o chefe do executivo, habilitada a interceder nesses casos. Esta aparente centralização, se de fato existiu, deve ter feito com que incontáveis indivíduos em situação de doença e escassez passassem pelo gabinete do Dr. Santos ao longo dos quase cinco anos em que esteve à frente do governo municipal (1937-42). Talvez, esteja aí uma das razões para o destaque deste – notável adepto da correspondência e da troca de favores – face a seus antecessores e sucessores.<sup>212</sup>

Também há indícios de que, no período em vista, a conduta personalista dos mandantes em assuntos administrativos que envolviam demandas populares, cujo efeito mais importante do ponto de vista do comportamento popular na política parece ter sido a multiplicação de atores pragmáticos e dependentes, impunha condições ao acesso às “dádivas” do poder. Aí residiria a eficácia do tipo de governo empreendido pelos setores hegemônicos em moldar à reprodução da “velha política” o modo dos subalternos dirigirem-se aos detentores do poder. O gozo dos recursos sociais<sup>213</sup>

---

<sup>211</sup> DPDOR 007/APMC. 46.01.07/000.001/1937/12/09, p. 486. 621 p.

<sup>212</sup> Após a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República a Câmara Municipal deu lugar a um Conselho Consultivo cujos membros eram nomeados pelo governador do estado. Em julho de 1936 aquela retomou suas atividades dotada de poderes para eleger prefeitos. Porém, sofreu nova interrupção em novembro de 1937, após a emergência do Estado Novo. Dr. Santos foi conduzido ao cargo de prefeito em substituição a Alfeu Gonçalves de Quadros. Durante alguns anos, as atividades legislativas estiveram suspensas por determinação do novo regime político nacional. Dessa maneira, a administração pública municipal centralizou-se no poder executivo, tornando-se notório o uso acentuadamente privado da burocracia, em tese, contrariando a lógica tecnocrática apontada pelo governo federal. Quadros retornou à prefeitura em 1942, após a morte do Dr. Santos. Lá ficou até 1946. Em 1947, a Câmara Municipal voltou a funcionar.

<sup>213</sup> Designação que, na prática, revela-se enganosa à medida que controlados de maneira privada pelos mandantes.

regulados pelos governantes seria permitido prioritariamente àqueles que se enquadrassem em um dado perfil, o qual podemos identificar nas características atreladas aos solicitantes por seus intermediários, não bastando como critério de acesso, portanto, a mera necessidade. Assim, somente Floriano Neiva de Siqueira Torres ao fornecer a Bispo “guia” para que este buscasse internamento na Santa Casa de Misericórdia em Belo Horizonte eximiu-se de apontar características comportamentais respeitantes ao doente, limitando-se a atestar sua carência de recursos para justificar sua internação como indigente.<sup>214</sup> Provavelmente, o interesse na minúcia restringia-se ao âmbito político local, visto que Fabrício Pereira de Souza não privou o Dr. Santos de atender a “um companheiro que muito trabalhou, a bem da nossa política”<sup>215</sup> e Agenor de Oliveira enfatizou que o seu “protegido” era “homem chefe de grande família” e “trabalhador”.<sup>216</sup> Dessa maneira, a adesão manifesta dos necessitados à política dos detentores dos recursos visados era uma garantia certa à atenção destes, mas também não era dispensável a dedicação ao trabalho, noutros termos, um comportamento ordeiro, aspecto central do modelo idealizado de “cidadão” discutido alhures por meio de suas manifestações no discurso dominante. Convém ilustrar melhor.

Ao prefeito do município de Bariry, estado de São Paulo, Sr. Sebastião Negrão, em 1935, escreveu Floriano Neiva de Siqueira Torres. A correspondência emitida pelo administrador de Montes Claros seria bem definida como uma carta de recomendação. Tinha como objeto o “Snr. Waldemar Rocha dos Santos”, morador local que decidiu ir àquela localidade “em procura de melhores condições de vida”, isto é, em busca de trabalho. A fim de garantir ao migrante a colocação almejada, o intermediário enfatizou tratar-se de “um rapaz de bom procedimento honesto, criterioso e trabalhador”, assegurando ao destinatário, ainda, a sua própria gratidão pelo “acolhimento que ao mesmo dispensar”. No estado vizinho, esperava Torres, seu destinatário procuraria meios para situar Santos e, logo, obter o reconhecimento de

---

<sup>214</sup> DPDOR 007/APMC. 46.01.07/000.001/1937/12/09, p. 486. 621 p.

<sup>215</sup> Esta “credencial” reforça a hipótese de uma rede clientelar centrada no governo local que se irradiava além da *urbe* exercendo força centrípeta sobre as populações rurais, votantes como os moradores da sede municipal, os quais se pretendia pois integrar ao centro administrativo pelos meios da “velha política”. DPDOR 007/APMC.46.01.07/000.001/1937/12/09, p. 458. 621 p.

<sup>216</sup> DPDOR 007/APMC. 46.01.07/000.001/1937/12/09, p. 486. 621 p.

ambos.<sup>217</sup> Por volta de 1937, o sucessor de Torres, Dr. Santos, recebeu carta do seu mais notável e freqüente correspondente, Cyro dos Anjos, funcionário do governo estadual em Belo Horizonte, que lhe pedia “benevolento acolhimento ao pedido que o Jair lhe vai fazer do Alcides Curtiss Lima”. O remetente-intermediário afirmava ser este “um rapaz correto e trabalhador”, e assegurou ao prefeito: “se você puder fazer algo por ele, acredito que corresponderá a sua boa vontade”.<sup>218</sup> Logo, práticas de natureza clientelista ultrapassavam os rincões setentrionais concatenados em torno do município estudado. Embora não possamos demonstrá-lo nos limites desse trabalho, não é arbitrário afirmar que elas conferiam o tom à política naqueles anos em escala bem mais ampla que nosso escopo.

### **2.2.2 A presença dos moradores urbanos perante aos dirigentes municipais: outras demandas**

No dia 7 fevereiro de 1934, motivado por “reclamações sobre o exgôto do Sanatório Santa Terezinha”, o prefeito Carlos Pereira dos Santos correspondeu-se com o Waldemar dos Anjos, chefe do Centro de Saúde Pública local. Teriam “chegado ao conhecimento desta Prefeitura” queixas segundo as quais os dejetos da instituição médica estavam sendo “despejado[s] no rio em virtude da fossa destinada a esse fim ter sido destruída pelas ultimas chuvas”. Santos recomendou ao seu auxiliar, pois, “mandar fazer uma vistoria e providenciar no sentido de sanar inconveniente que visa á saúde do povo desta cidade”.<sup>219</sup> Coincidentemente, em ofício com a mesma data da comunicação do prefeito, Waldemar dos Anjos afirmou ao chefe do executivo que estavam “chegando a este Centro várias reclamações contra a existência de uma coleção de água estagnada no bairro ‘Roxo-Verde’, á beira da estrada de Juramento”. Não havendo no setor de saúde “material e pessoal necessarios ao serviço de drenagem”, segundo ele,

---

<sup>217</sup> DPDOR 006/APMC.44.01.03/000.001/1935/07/03, p. 47. 387 p. Como foi visto no Capítulo 1, o fluxo migratório de pessoas em busca de trabalho e, conseqüentemente, “melhores condições de vida” naquelas paragens fora intenso durante toda a cronologia investigada, despertando alguns cuidados e providências dos dirigentes locais que logo perceberam o potencial político-econômico do fato. Explorando-o, articularam-se com diversas instâncias dos poderes públicos estadual e federal, bem como, com lideranças de outras localidades visadas pelos retirantes. Assim, as atitudes tomadas diante do problema evoluíram de medidas simples, como a que vimos acima, a uma atuação sistemática visando converter a migração em justificativa para massivos investimentos governamentais em Montes Claros e região.

<sup>218</sup> DPDOR 007/APMC.46.01.07/000.001/1937/12/09, p. 86. 292 p.

<sup>219</sup> DPDOR 006/APMC.40.01.03/000.001/1933/01/31, p. 21.

convinha a prefeitura “determinar as providências cabíveis no caso”.<sup>220</sup> A menção às “reclamações” populares é quase tão vaga neste registro quanto no primeiro – a mesma imprecisão enuncia-se noutros episódios da mesma natureza. O prefeito, especialmente, não esclarece se os moradores foram pessoalmente apresentar as “reclamações” que tinham “chegado ao conhecimento desta Prefeitura”, formulação que dá margem à existência de intermediários ou informantes que poderiam não ser exatamente os afetados. Diferentemente, Waldemar dos Anjos disse “chegando a este Centro várias reclamações”. Não se tratando de mera variação discursiva, este apontamento é claramente menos alusivo a mediações, sugerindo que os reclames foram levados diretamente ao responsável por atendê-los. De resto, não se sabe, por nenhuma das testemunhas, se as queixas foram feitas individualmente, sucedendo-se uma a uma, se várias pessoas reuniram-se em grupo para se manifestarem ao chefe do centro, depois ao prefeito ou se, em ambos os setores, estivera(m) presente(s) representante(s) dos interessados.

Tal ambigüidade induz-nos a uma hipótese, de qualquer modo, necessária. Ainda que não pronunciados aos poderes competentes pessoalmente, através de requerimentos, abaixo-assinados e outros meios, os descontentamentos populares faziam-se conhecer aos administradores ou estes buscavam inteirar-se deles através das queixas do dia-a-dia, dos rumores que circulavam através de conversas nas portas das casas, em mercearias, feiras, mercados, bares, esquinas, no trabalho e nas associações funcionando como uma espécie de “opinião pública”, a qual os dirigentes não podiam ignorar, visto que o sucesso do trabalho de auto-promoção destes no âmbito político impunha acompanhar as tendências profundas das expectativas populares, recrudescer, aprofundar e estimular disposições já manifestas.<sup>221</sup> Desse modo, o diálogo popular acerca dos problemas enfrentados cotidianamente na *urbe* em expansão passava a constituir um circuito de comunicação através do qual as demandas “chegavam ao conhecimento” de diversos destinatários, inclusive aos responsáveis por atendê-las, os quais não poderiam permanecer indiferentes a tais estímulos. Ao mesmo tempo, o burburinho alimentava relacionamentos já estabelecidos e criava novos laços entre os

---

<sup>220</sup> DPDOR/APMC/caixa 24/pacote 96/doc. 003.140/07.02.1934.

<sup>221</sup> BECKER, A opinião pública, *In.*: RÉMOND, *Por uma história política*, p. 192; BACZKO, *Imaginação social*, p. 307; CARVALHO, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 89.

atores investigados, expandido um determinado raio de sociabilidades. Assim conduziam-se para a elaboração de uma identidade comum, ideais e concepções afins, o que, mais tarde, culminaria em uma inflexão na presença dos mesmos no cenário político local. Por outro lado, aceitando que os habitantes do Roxo-Verde procuraram pessoalmente o Serviço de Saúde do município para denunciar o acúmulo indevido de água à beira do caminho que lhes possibilitava acesso ao “centro urbano”, pedindo ao responsável pelo setor que tomasse as providências necessárias, começamos a vislumbrar o recurso direto aos dirigentes enquanto estratégia popular de luta por soluções a problemas coletivos urbanos – frente de atuação que acompanhamos mais de perto no *Capítulo 3* através dos abaixo-assinados.

Ainda em 1934, Carlos Pereira dos Santos despachou ao chefe do Serviço de Força e Luz, o Cel. Luiz Antônio Pires, “tendo em vista um pedido a mim feito por um morador á rua Padre Augusto, para que seja (*sic.*) colocado uma lampada eletrica em um poste já existente na mesma rua”, solicitando “mandar fazer esse serviço”. Quatro meses depois, “havendo pedidos para que seja provido de iluminação” um poste situado à rua Camilo Prates, e visto “tratar-se de um melhoramento local”, o prefeito substituto Floriano Neiva de Siqueira Torres também requisitou providências ao responsável pelo serviço de abastecimento de energia e iluminação da cidade. Em 1935 este receberia novo pedido da prefeitura, desta vez, para providenciar o “augmento [da] iluminação pública em oito postes já existentes no prolongamento” da rua Brejo das Almas, segundo o prefeito José Antônio Saraiva, “atendendo a pedidos de vários moradores”.<sup>222</sup> Embora declinantes, registros dessa natureza podem ser encontrados em todo o período. Em março de 1950, estive no “Serviço de Policia Sanitária” João Rodrigues Lima. O morador da rua Corrêa Machado queixou-se da interrupção do esgoto “em frete de sua casa” e conseqüente derramamento de “dejétos em uma vala em céu aberto”, percorrendo “desde a rua Melo Viana até a linha da Central”. Após confirmar pessoalmente a “irregularidade”, o Dr. José Pinto Machado, chefe do setor, decidiu solicitar ao prefeito “a gentileza de mandar sanar este inconveniente”, o que foi feito em menos de uma semana.<sup>223</sup> Em correspondência datada em 1955, o vereador Cândido Simões Canela informou ao presidente da Câmara que “inúmeros moradores” da praça

<sup>222</sup> DPDOR 006/APCM.42.01.02/000.001/1934/05/026, p. 10. 66 p.; DPDOR/APMC/caixa 24/pacote 99/doc. 003.368/11.09.1934; DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 100/doc. 003.471/28.06.1935.

<sup>223</sup> DPDOR 007/APMC.47.05.03/000.001/1943, p. 4. 29 p.

Dr. Chaves dirigiram-lhe “reclamação pessoal” sobre “depredações” feitas “por crianças e inúmeros desocupados que ali se reúnem, principalmente aos domingos”. Diante disso, Canela solicitava a “permanência de um guarda-municipal, no jardim da praça”, para “reprimir” aqueles atos que vinham provocando a indignação dos moradores. Naquele ano o edil ainda recomendou à presidência do Legislativo que apresentasse ao prefeito municipal requerimento “atendendo as súplicas de inúmeros moradores da ‘Rua General Carneiro’ (...) a-fim-de que ele ordene (...) seja proibido o depósito de lixo e animais mortos no terreno vago (...) situado na dita rua”. Segundo Canela, “os ditos moradores reclamam, também, que o caminhão da limpeza pública não faz a coleta do lixo que ali se deposita há mais de seis meses”.<sup>224</sup> Indicando ampliação na aplicabilidade do reclame direto aos políticos quanto às demandas populares, em meados de 1949, durante o exercício de Alfeu Gonçalves de Quadros, pela primeira vez, chegaram “várias reclamações a esta prefeitura sobre a elevação de preços de alguns generos de primeira necessidade”, motivando medidas para a “organização de Comissão Municipal de Preços” destinada a “normalizar a situação”.<sup>225</sup>

Alguma eficácia tivera a prática popular de contatar diretamente os administradores para solicitá-los atendimento às suas necessidades, não obstante o seu refluxo diante da emergência da atuação coletiva formal – à qual, provavelmente, a primeira figurara como um degrau primitivo no cenário urbano. Como deve estar claro a esta altura, o atendimento favorável do poder público às demandas populares apresentadas individual ou coletivamente por este método ou qualquer outro não se explicaria como resultado de um procedimento aleatório dos chefes políticos locais. Obedeceria à lógica do pragmatismo fisiológico que permeava as relações políticas e unificava aquele corpo social, servindo à imperiosa luta do poder contra “seu arbitrário”, necessária à sua continuidade.<sup>226</sup> O caráter aparentemente mais clientelista dos habitantes rurais e do tratamento a eles dispensado por seus interlocutores corresponde aos obstáculos que dificultavam aos primeiros acessarem suas finalidades, necessitando, em regra, do auxílio de intermediários. A impessoalidade perceptível na atitude dos moradores da sede municipal ao se apresentarem às autoridades explica-se pela possibilidade de um relacionamento propriamente direto, isto é, sem intermediação,

---

<sup>224</sup> APCM, *Solicitações e Comunicações Diversas*, 1953 a 1959.

<sup>225</sup> DPDOR/APMC/caixa 33/pacote 132/ doc. 005.524/08.08.1949.

<sup>226</sup> BACZKO, *Imaginação social*, p. 310.

assim como, por se destinarem a solucionar suas aflições enquanto viventes de um espaço urbano. Não devemos esquecer ainda que, além de manterem um contato mais intenso com a questão administrativa, dispunham de um repertório de formas de intervenção e expressão na política constituído de alternativas várias, dentre as quais figurava a escrita íntima aos dirigentes, comparativamente pragmática ao procedimento dos suplicantes que acompanhamos nesta seção e amplamente utilizada na busca de benefícios pessoais, como veremos adiante.

### **2.3 Cartas pessoais às autoridades: “fragmentos de um discurso político”**

Embora continuemos acompanhando os passos de indivíduos sem recursos expondo demandas particulares às autoridades municipais, a partir de agora, deixaremos que eles próprios se pronunciem. Enfim, passamos ao exame de enunciados escritos a próprio punho por moradores da sede municipal em condições de adversidade em cartas destinadas aos governantes. Algo semelhantes ao recurso direto e individual a estes em regra efetuado por habitantes distritais, as missivas pessoais constituíram outro sinal embrionário da descoberta dos poderes públicos como fonte de possíveis auxílios. Sendo assim, também não apresentavam claro discernimento entre a ingerência dos poderosos e suas funções institucionais. Não devemos, todavia, subestimá-las enquanto iniciativa capaz de solucionar problemas e expressar expectativas das classes populares na esfera política local no início do período estudado. Se a atitude de pedir pessoalmente ajuda aos poderosos serviu à expressão individual na política entre moradores do campo, a escrita epistolar, produzida intimamente, prestou-se mormente aos moradores (sub)urbanos para fins semelhantes. Portanto, conforme observação feita por Luciana Quillet Heymana, devemos vê-la não só enquanto uma “forma de expressão”, mas como um “modo de ação”.<sup>227</sup> Isto é, para citarmos Elisa Pereira Reis, em certo sentido, consideramos que a correspondência representa “em si mesma uma atividade política”, ao passo que destinada a convencer outrem, situado no âmbito do poder propriamente dito, a agir em favor do remetente, podendo pois conter

---

<sup>227</sup> HEYMANA, *Quem não tem padrinho morre pagão*: fragmentos de um discurso sobre o poder, p. 2.

“representações sociais do universo político”.<sup>228</sup> Os textos de moradores, em geral, denunciam dificuldades individuais vivenciadas por habitantes humildes de diversas regiões da *urbe* que, através destes documentos, solicitavam providências que minimizassem a adversidade de suas experiências a quem pareciam acreditar ter poderes suficientes para interceder em seu benefício e, talvez, o dever de fazê-lo. Nesse sentido, intentavam persuadir os administradores a providências favoráveis às demandas apresentadas, revelando alguns mecanismos de “negociação política”. Embora a maioria das perguntas feitas sobre sentimentos, concepções e expectativas dos atores acerca do político dissolvam-se no mais absoluto silêncio, rompido apenas renitentemente pela rarefeita “escrita popular”, é nosso desafio tentar vislumbrar os bilros movimentados na tecedura do passado desses sujeitos sempre fugidios à história. Através de sua “escrita de si”, em última análise, pretendemos inferir nuances da dimensão sócio-representacional da política que orientou suas condutas enquanto coletividade nesse terreno em princípios do período investigado.

O critério utilizado para determinar a condição social dos atores que se pronunciaram através de cartas – e, por conseguinte, para a seleção destas – consistiu na avaliação das características dos discursos proferidos por eles. Os missivistas que nos interessam são aqueles que apresentam em suas narrativas indicações que nos permitem constatar sua escassez de recursos econômicos. Nesses casos, há sempre um tom dramático nas exposições, em geral, orientadas por assertivas que procuravam atestar as dificuldades enfrentadas pelos remetentes que, por vezes, designavam-se a si mesmos, literalmente, “pobres”. A primeira carta dirigida por um autor presumivelmente das classes populares a um dirigente local encontrada em nossa pesquisa remonta a 1937. Nela Dinezio Martins da Fonseca solicitou ao prefeito Dr. Santos “uma colaboração” para conseguir emprego. Nosso antecipado correspondente, cujas últimas esperanças residiam na acolhida favorável de seu pedido pelo prefeito, exemplifica-o bem, dizendo experimentar “situação precária”, “as piores circunstâncias” e encontrar-se “completamente deslocado”. Assim Martins da Fonseca narrou sua desventura.<sup>229</sup>

---

<sup>228</sup> REIS, *Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão*, p. 173.

<sup>229</sup> Evidente dificuldade com a cultura escrita, perceptível em quase todos os registros analisados, como sabemos, também não é indício desprezível de que provieram de níveis sociais afetados pela pobreza. A pouca familiaridade dos atores estudados com a cultura escrita resulta nas fontes que produziram incongruências demasiado numerosas em relação ao padrão gramatical coevo e atual. Atentos a esta

Cordiais Saudações,

Na presente carta, venho a V. Sc'a pedir-lhe carinhosamente, afim de solicitar-lhe uma colaboração, que me acho em situação precaria e privado nas peor circunstancias,. e espero respostas satisfatoria, p<sup>a</sup> que eu possa exercer em qualquer cargo,, Suponho que a V. Sc'a não deixara, eu em falta desse meu pedido, pois que estou completamente deslocado p. e julgo que o senhor será o único que poderá fazer-me este beneficio.

Sem mais aguardo a resposta mais urgente possível, e subscrevo-me com alta estima e consideração.<sup>230</sup>

Aqueles eram tempos de oportunidades restritas e exacerbado clientelismo, o que torna o fato de estar “desempregado”, grave em si mesmo, incomparavelmente melhor designado pelo próprio missivista, que se definiu “completamente deslocado” – situação provavelmente mais preocupante. Não podemos precisar por quanto tempo, todavia, é bem provável que ele tenha se movido de um lado para outro, experimentando sucessivas frustrações, até ter a idéia de escrever ao prefeito pedindo-lhe “exercer em qualquer cargo”.<sup>231</sup> Esta suspeita advém da distinção conferida ao dirigente como “o único” a quem ainda demandar, esperançosamente, “este beneficio”. A proximidade semântica entre “único” e “último”, termos praticamente substituíveis na colocação do correspondente, sugere-nos que, por razões insondáveis, àquela altura, não mais vislumbrava outra maneira de empregar-se. Um ofício no serviço público, obtido através da maior autoridade municipal, constituiria chance derradeira, permitindo-lhe entrar para as redes clientelares que circundavam os poderosos. Extinguindo-se esta possibilidade, talvez, sua próxima alternativa fosse buscar melhores condições de vida noutra lugar, como era comum à época.

Ao certo, as intervenções efetuadas na esfera política municipal através da escrita epistolar por indivíduos pertencentes às camadas da população cujos níveis de subsistência estavam próximos aos mínimos necessários, revelam-nos atores com expectativas reduzidas à possibilidade de se colocarem como dependentes de “favores” distribuídos privadamente por chefes políticos. Não é fator indiferente para explicar este

---

marca do contexto investigado, fizemos a transcrição dos textos populares preservando sua grafia original e, para não poluí-los visualmente, não utilizamos o recurso “(sic.)”.

<sup>230</sup> DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 105/doc. 003.392A, 1937.

<sup>231</sup> Os limites da correspondência, como dissemos, fazem com que muitas perguntas permaneçam sem resposta, colocando em xeque qualquer afirmação mais contundente. Não nos resta opção senão envidar um esforço interpretativo voltado à elaboração dos fragmentários vestígios documentais disponíveis, método que cremos ser necessário e legítimo tratando-se de uma análise histórica em terreno tão movediço.

padrão comportamental, dentre outros, a vigência da década de centralização administrativa estadonovista, justamente, num período em que as intervenções populares na política local tendiam a priorizar meios individuais de expressão. Sendo finalidade da centralização burocrática extirpar o clientelismo “institucionalizado” nos municípios, no caso em estudo, pelo menos, não obteve o resultado esperado, seja no comportamento dos dirigentes ou dos diversos extratos da população. A concentração do poder local aumentava significativamente o destaque dos prefeitos, personalidades dotadas de vasto prestígio tradicional. A combinação da autoridade burocrática à consuetudinária tornava-os aparentemente ainda mais poderosos, em especial, aos olhos de interlocutores fragilizados e à beira do desespero – posição esta por si só capaz de robustecer o destinatário. Logo, a emergência do novo sistema político, em âmbito municipal, revigorou uma tendência culturalmente enraizada e materialmente determinada à deferência entre as classes populares em um cenário secularmente animado por verdadeiros “mandões”. A impressão que temos é que se intensificou aquele tipo de relação política, tornando-o, por algum tempo, a base do vocabulário simbólico e da ritualística do poder hegemônico, por conseguinte, impondo-a aos que se candidatavam às dádivas dos governantes municipais.<sup>232</sup>

Em 1944, uma senhora septuagenária narrou suas mazelas ao governador “Benedicto Valladares”. Chamava-se Antônia Maria de Amorim e atravessava momentos difíceis. Decidindo-se a procurar ajuda, produziu carta que ilustra bem o parágrafo anterior. Expressou-se nos seguintes termos:

Apesar de me achar bem pequena para dirigir-me a Vossa Excia., espero que serei atendida neste pedido. Sou uma velha de 73 anos de idade e me acho completamente desamparada, sem uma casa para morar e sem recursos até para manter, resolvi vos dirigir pedindo um auxilio ao menos para comprar um quartinho para ficar mais socegada até findar os meus ultimos dias. Eu tinha um filho, mas infelizmente ele morreu debaixo de uma barreira da estrada de ferro e eu fiquei desamparada. Ciente de vossa bondade, tomei esta resolução de pedir-lhe esta esmola, que espero ser atendida.  
Agradecendo o vosso auxilio subscrevo-me com apreço.<sup>233</sup>

---

<sup>232</sup> Com o retorno do legislativo local notamos relativa descentralização das missivas, que passaram a ser endereçadas também aos presidentes do legislativo, mas raramente aos demais vereadores. Logo, a escolha do destinatário não deve ser vista como algo aleatório e o comportamento assumido pelos atores deve ser considerado mediante o contexto político em que intervieram.

<sup>233</sup> DPDOR/APMC/caixa 31/pacote 124/doc. 005.195, 20.09.1944.

De modo geral, a exemplo de Maria de Amorim, os autores das demais cartas examinadas demonstravam perfeita consciência da assimetria inerente às suas relações com os poderosos, o que, certamente, tinha alguma implicação na maneira reverente como se posicionaram diante deles. É sugestivo, pois, que para admitir de forma explícita a superioridade hierárquica de seu interlocutor e prestar-lhe a cabível deferência, a correspondente tenha recorrido a fórmulas subservientes a tal ponto que chegam a nos soar alegóricas ou teatralizadas. Reconhecendo-se “bem pequena” para se dirigir ao governador, ela ampliava, proporcionalmente, a “grandeza” deste, ainda mais acentuada pelo notório tom de submissão presente em toda a evolução do texto. Seus artifícios discursivos denotam que estava convencida – ou assim quis fazer crer – que, ao procurar tão elevada ajuda, “importunava indevidamente” alguém que deveria se ater a tarefas mais “grandiosas”. Mas a sua atitude reconhecidamente em descumprimento à “norma” ou “formalidade” justificar-se-ia, em primeiro lugar, por força da sua necessidade. “Sem recursos até para [se] manter”, fora impelida àquela “intromissão” para pedir o “auxílio” ou “esmola” de que precisava. A explicação é convincente. Com a trágica morte do filho, Maria de Amorim viu-se “completamente desamparada”. Porém, continha um segundo aspecto, tão persuasivo quanto o primeiro ou mais. Conforme podemos depreender, não só por enfrentar tamanhas dificuldades, como também porque “ciente de vossa bondade”, a missivista encorajara-se à “resolução” de escrever, uma vez que, em seu entendimento, a benevolência do destinatário sinalizava que deveria “ser atendida”. Isto é, a suposta virtude do governador era vista como uma permissão tácita, uma brecha nas “barreiras” estabelecidas entre os “sem recursos” e os que detinham o controle sobre estes. Em uma palavra, em vista de situação tão claudicante, sendo um homem virtuoso, como certamente gostaria de ser visto, o destinatário abriria uma exceção para atender a suplicante. De fato, conforme informou o próprio governador ao executivo local, foram concedidos a Maria de Amorim Cr\$ 300,000.<sup>234</sup>

Esta interpretação vai ao encontro de observações feitas por Roger Chartier sobre a cultura popular, não obstante noutro contexto. Em conformidade com o autor, parece-nos que

---

<sup>234</sup> DPDOR/APMC/caixa 31/pacote 124/doc. 005.195, 20.09.1944.

(...) a força com a qual os modelos culturais impõem sentido não anula o espaço próprio da sua recepção, que pode ser resistente, matreira ou rebelde. (...) É preciso, ao contrário, postular que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações. Nem a cultura de massa do nosso tempo, nem a cultura imposta pelos antigos poderes foram capazes de reduzir as identidades singulares ou as práticas enraizadas que lhes resistiam. O que mudou, evidentemente, foi a maneira pela qual essas identidades puderam se enunciar e se afirmar, fazendo uso inclusive dos próprios meios destinados a aniquilá-las.<sup>235</sup>

Guardemos estas valiosas observações, que explicitam o caráter estrategicamente orientado da correspondência popular individual. Passemos ao exame de mais um caso, o de Sebastiana Gonçalves de Alencar. Moradora da Vila Operária, mãe de seis filhos, viúva há dois anos, ela escreveu ao Dr. Santos em 1939. No seu próprio dizer, encontrava-se em “situação horrível”. Sem condições para garantir o sustento de sua família em Montes Claros, decidira mudar-se para a capital, onde havia possibilidade de emprego para os filhos, necessitando de “passes” para a viagem. Vejamos sua própria narração:

Saudações

Achando-me numa situação horrível, venho implorar a V. S. para arranjar um passe para mim ir para Bello Horizonte com meus filhos, porque se não vejo eles morrerem aqui até de fome, não acho emprego aqui para eles. Está dentro de dois anos que perdi o marido aqui e desde então vivo sofrendo as peores amarguras e basta dizer que até fome meus filhos já tem sofrido, os quaes são 6, não sou d'aqui e não tenho proteção de ninguém. Já pedí varias pessoas para arranjar um passe para mim, mas ninguém teve dó de mim. Fui pedir esses homens que estão aqui, dando passe, mas, eles só dão para São Paulo<sup>236</sup> e me disseram que recorresse ao Snr. para arranjar para mim ir para Bello Horizonte. Faz seis meses que tenho promessa de emprego p/ meus filhos lá e não posso ir, sei que [se] V.S. não arranjar está ruim porque vejo meus filhos morrer. Peço arranjar pelo amor de Deus. (...)

No mais peço desculpar-me e confesso dede já eternamente agradecida.

Da creada Obrigada.<sup>237</sup>

Sebastiana Gonçalves de Alencar, às voltas com a fome e a morte de seus entes queridos, encontrava-se em situação particularmente árdua. Assim, enquanto os correspondentes já citados “pediam”, ela chegou a “implorar” ajuda ao atingir o ponto

<sup>235</sup> CHARTIER, *Cultura popular*: revisando um conceito historiográfico, p. 181-2.

<sup>236</sup> Referência a funcionários do serviço de imigração do governo ou de fazendeiros paulistas que vinham a Montes Claros em épocas de “retirada” para dar auxílio ou aliciar “sem trabalhos” rumo a São Paulo, estado para o qual os migrantes em geral se dirigiam.

<sup>237</sup> DPDOR 007/APMC 46.01.07/000.001/1937/12/09, p. 329. 621p.

comum de enxergar apenas uma saída às suas dificuldades, qual seja, a obtenção dos benefícios almejados através dos “favores” da autoridade. A viúva, mais detalhista e enfática ao se referir às suas “amarguras”, evidenciou-nos melhor o caminho percorrido antes de, finalmente, escrever ao prefeito. A esse respeito, interessa-nos presumível encadeamento entre circunstâncias como “não ser da cidade”, “não ter proteção de ninguém” e “não encontrar nesta emprego para seus filhos”. Não se tratando de contingências fortuitamente justapostas – ao menos para a protagonista –, mas de fatores interligados por uma relação segundo a qual a ausência de proteção, determinante da condição dos atores, era ditada pela origem dos mesmos noutra lugar, voltamos ao problema da rede clientelar irradiada do poder municipal a partir do controle personalista exercido sobre recursos públicos convenientemente destinados à proteção de indivíduos em condições adversas com vistas a angariar seu apoio e submissão pessoal para fins políticos. Para atingir seus objetivos, a missivista procurava beneficiar-se justamente desse circuito, do qual, evidentemente, encontrava-se excluída. Por isso, debalde, procurou o auxílio de diversas pessoas até, por sugestão de alguém, enfim, recorrer ao prefeito, cujas hipotéticas providências mantinham-lhe viva frágil e derradeira esperança, visto que, até então, “ninguém teve dó”. Em conformidade com os modos inerentes à relação clientelista, antes de se despedir, ela afiançou-se no “amor de Deus”, desculpou-se humildemente por sua atitude e se disse já “eternamente agradecida”. Ao acabar a carta, pôs-se como uma “creada” do mandante, talvez, um pouco sensibilizado pelo esforço de Sebastiana Gonçalves de Alencar em despertar sua “caridade”.

Como sugerimos algumas vezes, as experiências protagonizadas pelos atores sociais de modo geral e, logo, as que acompanhamos na esfera política municipal, são clivadas por inextrincável interação com as representações. Com base na emergência, seleção e/ou determinada justaposição de conhecimentos concernentes a um dado momento, sujeitos imiscuíram-se em ocasiões várias, daí a diversidade de formas destinadas a expressar suas demandas e as variações de conduta no contexto de um mesmo recurso. Mas há também repetições, coincidências ou continuidades. As cartas, embora dirigidas a personalidades públicas, em sua imensa maioria, pretendiam auxílios pessoais, fazendo apelos emocionais mediante lúgubres situações de vida e

freqüentes referências a Deus,<sup>238</sup> contendo outras características comuns, dentre elas, a supervalorização dos afazeres da autoridade e desta em si em detrimento da importância das providências solicitadas e dos próprios solicitantes. É por meio das convergências identificáveis no contexto de cada modalidade de registros produzidos pelas classes populares, bem como em seu conjunto, que se pode revelar à pesquisa histórica algo sobre o aspecto cultural do comportamento político dos atores enquanto coletividade. A propósito, parece-nos ilustrativa e necessária a uma melhor delimitação do nosso campo de interesses a noção de “economia moral dos pobres”, cunhada por Edward Palmer Thompson em estudos acerca de experiências sociais horizontais e verticais vivenciadas por plebeus ingleses setecentistas. *Grosso modo*, ela ressalta a inequívoca presença de um conjunto próprio de tradições, valores, “normas”, “obrigações sociais” e noções de “bem estar comum” em função dos quais os atores julgavam legítimos ou não os termos concretos da dominação e balizavam suas condutas.<sup>239</sup> Inspirados pela interpretação thompsiniana podemos supor, como Eduardo Silva, que no universo estudado “uma queixa pressupõe, para ser formulada, tanto quanto para ser socialmente aceita, o reconhecimento de um direito”. Dito de outra maneira, “ninguém se queixa senão do que possa considerar um direito (ou que seja socialmente reconhecido como tal)”.<sup>240</sup>

De fato, cotejando as cartas supracitadas, bem como exemplares analisados a seguir, certas ressonâncias tornam-se evidentes, indicando noções, normas, crenças, sentimentos ou valores atinentes às “dimensões subjetivas da política” – lembrando a interessante expressão referida por Karina Kuschmir e Leandro Piquet Carneiro<sup>241</sup> – em que possivelmente se orientaram as incursões dos missivistas no campo político. Como sabemos, através da correspondência pessoal, em regra, deparamo-nos com atores que se atribuíam “horríveis” situações de “miséria”, agravadas por “desamparo”, “doenças” e, às vezes, pela “velhice”. Alguns deles diziam experimentar a “fome” e entrever a “morte” se anunciar. Estamos, pois, diante de um conjunto sócio-econômico mais ou

---

<sup>238</sup> Segundo Luciana Quillet Heyamana é comum que os correspondentes “acenem com recompensas de natureza religiosa”, porquanto, “não dispõe[m] de outros recursos para demonstrar reconhecimento além das preces pela saúde e felicidade daquele que vê[em] como provedor dos recursos solicitados”, vistos como “favores”. HEYMANA, *Quem não tem padrinho morre pagão*: fragmentos de um discurso político, p. 5-6.

<sup>239</sup> THOMPSON, *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional, p. 152-153.

<sup>240</sup> SILVA, *As queixas do povo*, p. 34 e 145.

<sup>241</sup> KUSCHNIR; CARNEIRO, *As dimensões subjetivas da política*: cultura política e antropologia da política, 1999.

menos homogêneo de pessoas que “pediam”, “solicitavam” ou “imploravam” benefícios individuais, aparentemente destituídos de interesse político *strictu sensu*, a destinatários predominantemente titulares de poderes executivos. Diante destes, assumiam os suplicantes uma conduta marcada por hiperbólica deferência, lançando mão, enquanto instrumento persuasivo, de apelos emocionais e/ou religiosos. Encontrando-se já demasiado evidentes os indicadores da faceta emocional das cartas e, ainda, objetivando fugir às meras formas estereotipadas dos documentos do gênero, embora sem garantias de total sucesso, convém tentarmos elucidar melhor sua nuance religiosa, que não exclui e sim acentua seu matiz plangente. Esta se mostra também nas expectativas morais supostamente nutridas acerca dos governantes. Destes, cuja hipotética ação em benefício dos desfavorecidos fora designada sobretudo como “ajuda”, “auxílio”, “esmola”, “favor” e, muito raramente, em respeito ao “direito”, esperava-se “caridade”, “bondade”, “benevolência”, “clemência”, “compaixão”, “dó”, “pena”, em suma, “o amor de Deus”. Notoriamente, portanto, as perspectivas dos solicitantes sobre a atuação dos poderosos relacionavam-se à prática destes a bem de outrem, os “sem recursos”, o que nos habilita sem prejuízo, acreditamos, sintetizá-las no ideal da “caridade”, haja vista a abrangência deste.

Observando mais detidamente a enorme demanda à caridade no âmbito das cartas, constatamos que esta virtude, da maneira como teria sido percebida no imaginário popular acerca do político, podia abarcar valores como “justiça” e “legitimidade” do poder. Embora menos recorrentes, quando referidos, estes atributos inseriam-se em contextos semânticos semelhantes àqueles em que se apelava à caridade, sendo igualmente vinculados ao caráter das autoridades pelos missivistas. O que queremos de fato sugerir é que no imaginário dos atores as noções de caridade, justiça, legitimidade e outras teriam conteúdos de certo modo intercambiáveis, não obstante lhes fosse mais comum evocá-los pelo uso do primeiro termo, mais corrente dentre seus correlatos e, provavelmente, capaz de abrangê-los quando empregado. A caridade parece bastante eficiente para expressar expectativas direcionadas aos poderosos através da escrita epistolar. Sem embargo, sob seu desígnio, poderíamos cingir predicativos como bondade, compaixão, justiça, humanidade e, por conseguinte, legitimidade. Esta é uma vantagem do seu uso. Outra advém de sua colocação entre as máximas virtudes da teologia, seguindo-se à fé e à esperança. Naturalmente, esse destaque a faria mais

familiar aos atores, que não parecem desatentos à conveniência do seu chamamento religioso em tempos de considerável devoção. Nesta ótica, é lícito suspeitarmos que a validade atribuída ao poder pelos missivistas assentava-se em visão de mundo sustentada por bases religiosas. Referências freqüentes a Deus em terreno político sinalizam-no, indicando que os autores das cartas referenciavam-se em uma complexa representação deste, sendo simplificação grosseira procurarmos destacar dela o que teria de religioso. Assim, as noções de legitimidade do poder presentes na correspondência individual – implicitamente, é óbvio, uma vez que foram bem outras as razões que moveram os seus autores à escrita – tendem a se expressar através do piedoso ideal da caridade, próprio da religião por eles professada, responsável por conceituar a maioria de suas experiências, sentimentos e esperanças.

Etelvina Xavier Batista, viúva, pobre, doente, mãe de cinco filhos, remeteu ao prefeito Alfeu Gonçalves de Quadros em 1942 queixando-se contra a interrupção de “auxílio” pecuniário a ela concedido pela prefeitura. Segundo afirmou, não recebera mais que a primeira parcela do benefício, até onde podemos inferir, a princípio estipulado para um período de seis meses. Sem entrar no mérito desse desacordo, interessa-nos discernir, em conformidade as suposições feitas acima, “valores” presentes no horizonte da autora da reclamação encaminhada nesta carta:

Ilmo Sr Prefeito, D<sub>r</sub> Afreu  
O fim desta, é para pedir a vossa bondosa pessoa ter me compaixão de mim  
Sou uma viuva com 5 filhos sem recurso nenhum  
E, venho pedir-lhe para o Sr. dar nova ordem sobre auxilio 50,00 cruzeiros que o S<sub>r</sub> deu ordem, S<sub>r</sub> José Maria Pimenta para elle receber para mim já tem 6 meses e só recebi 1 mez.  
Peço S<sub>r</sub> ter pena da pobre viuva doente com 5 filhos  
D<sub>r</sub> peço pôr favôr dar a resposta desta se for possivel o portadôr.  
Auvendo algum empecilio sobre a resposta no momento, meu endereço Rua General Carneiro no. 113  
E, desde já fico terminadamente a agradecida. E, Deus que lhe pagará por mim.<sup>242</sup>

Na formulação de Etelvina Xavier Batista, a “bondade” aparece como característica inerente à “pessoa” do prefeito. Sendo assim, nada mais natural que este se “compadecesse” pela condição de “pena” em que se encontravam a correspondente e seus filhos, restituindo a ela o “auxílio de 50,00 cruzeiros”. Da maneira dramática como

---

<sup>242</sup> DPDOR 007/APMC.47.01.07/1942/06/22, p. 14. 238 p.

representou sua situação, conscientemente ou não, ainda que de forma dissimulada, a missivista fornecia ao mandante ensejo apropriado para comprovar sua suposta virtude, realizando aos olhos da sociedade uma “obra de caridade” a bem de uma família necessitada. Dessa maneira, mesmo em casos em que não fora literalmente mencionada, a noção de caridade parece expressar adequadamente as expectativas dos suplicantes em relação ao poder e aos poderosos. Uma vez beneficiados, Etelvina Xavier Batista e família devotariam perpétua gratidão ao benfeitor. E, “sem recurso nenhum” para fazê-lo por si mesmos, recomendariam a Deus que providenciasse recompensa digna a este. Entretanto, não foram contemplados em seu pedido.<sup>243</sup> Esta negativa deve ter constituído motivo deveras suficiente para a solicitante decepcionar-se com a política. As parcelas de “50,00 cruzeiros” haviam sido antes deliberadas. Isto arrazoava o seu pedido, favorecendo a crença da missivista na “justiça” do mesmo, o que impulsionara esta nova investida. Ademais, segundo conjecturamos, a condição para a queixa se efetivar repousava exatamente no reconhecimento social do “direito” à providência em vista. Mas não só este pré-requisito sugere-nos que a correspondente tinha em mente alguma idéia de justiça. Também ao considerar o prefeito bondoso numa incitação à sua caridade, devido à abrangência dessa representação, leva-nos a cogitar sobre àquela expectativa.

Outro correspondente expressou-se de modo mais explícito sobre a demanda por justiça e suas possíveis conexões no contexto da correspondência individual. Chamava-se Benedito Gomes de Macedo. Já idoso, ele dirigiu longa missiva à presidência da Câmara e demais vereadores municipais em meados de 1948. Iniciava assim a sua argumentação:

Como é do conhecimento de todos os montes clarenses o meu estado atual: sou um dos homens mais conhecidos, um dos mais pobres e um dos mais velhos desta cidade, pois, já completei 80 anos e acho-me sem recursos para o meu sustento e da minha pobre velha doente (...) cégo em situação de completa miséria!<sup>244</sup>

Como a grande maioria dos missivistas solitários, o autor desta carta e sua “pobre velha doente”, ambos acometidos por dificuldades senis, encontravam-se em

---

<sup>243</sup> A missiva fora devolvida pelo prefeito a seu secretário de gabinete com a seguinte observação anotada no verso para que este providenciasse resposta à requerente: “Não é possível. [rubrica]”. DPDOR 007/APMC.47.01.07/1942/06/22, p. 14. 238 p.

<sup>244</sup> APCM 004/APMC.47.01.07/000.002/1947/12/23, p.69-70. 130 p.

“situação de completa miséria”. Não obstante, diferentemente dos que em regra recorreram à mesma alternativa de intervenção e expressão na política a fim de melhorar sua condição, Gomes de Macedo não se restringiu a clamar caridade aos poderosos, embora não a descartasse. Ele tinha a seu favor longa dedicação pretérita ao serviço público, iniciada em 1906. Segundo afirmou, a partir de então desempenhou funções como “escrivão de paz”, “fiscal procurador” e “encarregado de obras”, devotando quase toda sua vida “exclusivamente a serviços públicos municipal, estadual e federal”. Em 1935, contudo, fora exonerado “sem causa justificada” do cargo que ocupava. Não demandava, pois, esmolas, mas o prêmio “justo” por seus quase trinta anos de trabalho. Pretendia ser “recompensado”. Assim, continuava Gomes de Macedo:

Em vista da exposição acima descrita, venho pedir que me seja concedida uma ajuda de custo, para que eu e minha pobre velha possamos viver os poucos dias que nos restam, mais tranqüilos. Confiado no elevado espírito de justiça e caridade de V. Excia., como legítimos representantes do povo deste município, espero ser atendido.<sup>245</sup>

A “ajuda de custo” seria uma espécie de aposentadoria, àquela época, conquista já efetuada por algumas categorias de trabalhadores. Todavia, mais emblemático à nossa reflexão é o fundamento da confiança de Gomes de Macedo em ser atendido, a qual repousava “no elevado espírito de justiça e caridade” dos “legítimos representantes do povo deste município”. Tendo por certo o suposto caráter destes, o missivista não precisava mesmo temer qualquer desapontamento. “Justiça”, “caridade” e “legitimidade dos representantes políticos” imbricaram-se em sua assertiva de tal modo que, ao nosso exame, aquelas virtudes podem ser tomadas por esteios desta condição mister ao poder. Assim, a despeito do que aquele dito pudesse conter de pura cerimônia, rigorosamente, não permitiria aos seus destinatários parecer diverso ao consentimento solicitado por Gomes de Macedo, ao custo de preservar ou desmentir tão útil representação. A particular clareza ou correção terminológica, a singular espontaneidade em vincular tais atributos à política, ao certo, beneficiaram-se da experiência do solicitante no interior da máquina administrativa, que o possibilitou conhecer, como poucos correspondentes do gênero, nenhum de sua condição, as “formalidades” do exercício político. Importa observar, no entanto, que nesta ocasião

---

<sup>245</sup> APCM 004/APMC.47.01.07/000.002/1947/12/23, p.69-70. 130 p.

ele não despachava uma correspondência ordinária, como muitas das quais suas funções públicas o teriam exigido. Motivava-o uma questão vital. Experimentava o mesmo impulso que seus congêneres, equiparando-se a eles. Assim, graças às especificidades de sua vivência, forneceu-nos expressão mais precisa à representação do político em que se orientavam os populares em situações de maior adversidade ao buscarem se fazer ouvir às autoridades através das cartas.

Dessa maneira, acreditamos que os recorrentes apelos ao “espírito justo e caridoso” dos poderosos no período investigado referiam-se ao que nós chamaríamos direito e cujo respeito determina a legitimidade do poder. Uma delimitação mais clara entre justiça, caridade e legitimidade política no imaginário popular deve ser procurada a partir de meados dos anos 1950 e em formas coletivas de intervenção. Muitos anos mais tarde as cartas pessoais endereçadas a autoridades governamentais mantinham, predominantemente, o mesmo viés dramático e deferente. Vejamos dois exemplos ilustrativos. O primeiro é o de João Maurício dos Santos. Em 1961 ele escreveu a João Valle Maurício, então presidente da Câmara, versando o seguinte:

Permita-me qui eu João Maurício dos Santos venho aos pés de V. Excia, mais uma vêz, emprovar, e pedir em nome de Deus, a caridade que a dias recorrei a V. Excia em minha situação. Pois sou um miseravel pobre, e o jeito que tenho é apelar com os filhos de Deus, afim de ver se possa arranjar minha transferência para Nevés, sendo que para este fim tenho que pagar um Advogado afim de arranjar a transferência para mim, e eí por este motivo, que eu peço a V. Excia, e mais algum filho que pudér me fazer uma caridade com um auxilio, e desde ja eu agradeço em nome de Deus a todos que me fizer esta obra de caridade, e elevo minhas precês ao altissimo pedindo proteção a V. Excia e todos de vossa idolatrada familia.<sup>246</sup>

Preso na cadeia pública de Montes Claros por razão que não logramos conhecer, Maurício dos Santos pretendia transferir-se para a penitenciária de Neves, situada nas proximidades da capital do estado. Entretanto, obstava-o a necessidade dos serviços de um advogado, com os quais não podia arcar sendo “um miserável pobre”. Assim, não lhe restara outro “jeito” a não ser “apelar com os filhos de Deus” que o fizessem “esta obra de caridade”. Em recompensa pelo “auxílio” solicitado, elevaria suas “preces ao altíssimo pedindo proteção” ao benfeitor e “todos de vossa idolatrada família”. O seu pedido fora “transmitido ao senhor Juiz de Direito para estudo do caso”,

---

<sup>246</sup> APCM/PAD/1961.

conforme observação acrescida ao documento pelo destinatário. Naquele mesmo ano, em intervalo de poucos dias, cerca de uma dezena de engraxates escreveram ao chefe do poder executivo local. Pressionados pela prefeitura a abandonarem suas tradicionais áreas de atuação no centro da cidade, intencionavam dissuadi-la de sua decisão, expressando suas queixas em documentos datilografados e muito semelhantes entre si. Tal similitude, obviamente, não se deveu ao acaso. Para confeccionar seus “requerimentos”, ao certo, ou procederam por si mesmos coletivamente ou contaram com qualquer tipo de orientação, talvez mesmo proveniente das associações dos trabalhadores locais, daí alternarem-se dados biográficos, nomes dos interessados, mas não a estrutura e terminologia textuais. Ilidio Santana subscreveu este texto:

O abaixo assinado, invalido solteiro, tendo seu pai pobre gue de pouca saude, alem de 1 irmão gue vive das espensas do pai do peticionário vem solicitar de V. Excia que conceda ao requerente o direito de continuar a exercer a profissão de engraxate no local que vem a muito exercendo, sendo este o único meio que pode o requerente empregar seus esforços para ajuda de seu pai de vê, o peticio e entrevado das pernas providente de uma paralizia infantil.  
Confiado no espirito caridoso e humano de V. Excia ...<sup>247</sup>

Desta feita, a correspondência tomou forma diversa, aproximando-se a um requerimento. Todavia, não abriu mão do recurso ao “espírito caridoso e humano” do prefeito, típico das cartas individuais endereçadas por populares às autoridades, o que assinala o destaque e a possível eficácia deste instrumento persuasivo no cenário político estudado para se pleitear uma demanda pessoal. Também esta, em sua designação, diferenciou-se do padrão que vínhamos observando. A permanência dos engraxates em seus locais de trabalho costumeiros, ameaçada pela política municipal de ordenamento do “perímetro urbano” que não deixou de obstar também a outras modalidades de trabalhadores informais a permanência nas ruas centrais, fora inusitadamente nomeada “direito”. Os “requerentes” solicitaram “o *direito* de continuar a exercer a profissão de engraxate no local que vem a muito exercendo”. Podemos entrever aí que as representações respeitantes à política fixadas nas entrelinhas da correspondência individual sinalizam a (re)elaboração, no âmbito do imaginário dos correspondentes sobre o poder, de um espaço resistente entre a política formal e o costume ou tradição. Através da própria política, os correspondentes pretendiam

---

<sup>247</sup> Lê-se em anotação manuscrita no documento, provavelmente do presidente da Câmara: “oficiar ao prefeito pedindo atender as solicitações, merecendo a conveniência de fiscalização das condições dos menores que ali trabalham”. APCM/PAD/1961.

garantir a expressão e viabilidade dos interesses das camadas pobres da sociedade, recorrendo a práticas historicamente enraizadas como a caridade. Desse modo, intérpretes supostamente mais familiarizados com a formalidade administrativa puderam “traduzir” em termos mais propriamente políticos ao nosso olhar posterior e retrospectivo as expectativas apresentadas por populares ao poder municipal, no mais das vezes, expressas por fórmulas que dissimulam seu caráter político pelo tom suplicante, deferente, submisso, humilde, dramático e religioso.

Parece-nos suficientemente demonstrado que o uso da escrita epistolar por indivíduos representativos das classes populares enquanto meio de intervenção e expressão na esfera política municipal deu-se notoriamente quando estes se depararam em “situações limites”, vendo-se sem meios para superar suas dificuldades pessoais a não ser o possível auxílio das autoridades. Nessas circunstâncias, inevitavelmente, projetaram no poder destas uma esperança suplicante em melhores dias. Entretanto, a deferência enunciada nessas ocasiões não deve ser vista como apanágio do comportamento dos mais humildes em relação à política. Logo, isoladamente, as cartas não nos fornecem bases suficientes para inferirmos o perfil político-comportamental do segmento social que buscamos conhecer. Como indicamos acima, no período estudado o poder hegemônico emanava um vocabulário simbólico e uma ritualística eminentemente clientelistas e veladamente autoritários. Mesmo a correspondência administrativa interna seguia suas diretrizes impreteríveis. Os populares, da mesma forma, tendiam a adequar àquela “norma”, por conveniência, necessidade ou ambos os estímulos, as suas missivas. O suplicante já fragilizado por sua situação material, diante de um interlocutor dotado de poderes superiores, via-se admoestado a manifestar submissão. Para concorrer aos “favores” dos poderosos, não tinha alternativa senão se apropriar dos ritos cerimoniais da política dominante. Acrescendo-lhes sua própria interpretação do político, sua condição e astúcia obtinham um tom particularmente deferente. As cartas eram, no entanto, não devemos esquecer, uma estratégia de intervenção dentre outras possíveis, algumas delas reveladoras de características comportamentais muito diversas daquelas. Conforme às circunstâncias, os mesmos atores que se pronunciaram nas cartas, ao menos potencialmente, podiam fazê-lo por outros meios. As missivas solitárias serviram, mormente, a busca por benefícios individuais, sendo raramente emprestadas a fins coletivos. Universalizar as

características comportamentais das cartas à atuação política popular seria, portanto, equivalente a reafirmar estereótipos da historiografia tradicional, do senso-comum e do conservadorismo político sobre a “submissão” política popular, há muito refutados.<sup>248</sup>

Aqueles que se dirigiram a autoridades políticas a fim de obter favores, sobretudo quando estes eram de grande urgência, obviamente, podem ter olvidado certas opiniões. Não há razão concreta ou aparente para que indivíduos de estratos sócio-econômicos inferiores como os que se manifestaram nas correspondências analisadas acima não portassem concepções críticas a respeito de certas diretrizes do governo municipal como a de Ney de Castro Mesquita sobre o racionamento de água promovido pela prefeitura em 1957. Aos 14 de setembro, Mesquita escreveu ao prefeito Geraldo Athayde esta carta:

Ilmo. Sr.  
Prefeito Municipal de Montes Claros  
Fóra de qualquer contestação ou sofisma, sois vós o Prefeito de TODOS os montesclarenses; indiferente e acima dos partidos políticos e condições sociais, sejam habitantes das ruas e praças asfaltadas, calçadas a paralelas e blokret ou simplesmente residentes em ruas de chão, empoeiradas.  
Estranha-me, entretanto, o fato da Prefeitura molhar frequentemente, com carro bomba, as vias publicas que já adquiriram o benefício de uma pavimentação condizente com a punjança da cidade, enquanto que as ruas e demais logradouros de chão, empoeiradas, são esquecidas, e mais que isto: – proíbe-se os seus moradores de tomar esta iniciativa de modo próprio afim de se protegerem da sufocante poeira, sob a alegação de escacês de água, como se no carro bomba da Prefeitura, fosse utilizado outro líquido.

---

<sup>248</sup> O uso da escrita individual para fins coletivos efetivou-se apenas excepcionalmente quando, por algum motivo, esta se mostrou mais viável às modalidades de intervenção e expressão associativas. Não são tão raros exemplos semelhantes ao de Sebastião de Oliveira Aquino (APCM/PAD/1956), em que sujeitos geralmente ligados à administração municipal por vínculos político-partidários residentes em distritos locais apresentam a esta demandas coletivas. Porém, ora interessados nas intervenções de atores propriamente pertencentes às camadas populares, faz-se-nos mais oportuno o exemplo de Olympio Rodrigues Camêlo. Camêlo expos seu desejo ao Dr. Pedro Santos, então membro do poder legislativo. Sua carta destinou-se a “dizer ao Snr. como Veriador para nos arranjar uma escola nas Caraibinha, por que tem uns 50 meninos a cima, é arretirado do comércio 3 léguas e é um peçoal tudo fraco que não pode mudar para os comércio por os filhos nas escolas, peço ao snr. como amigo para tomar providência neste assunto. Do amigo as orde”. A solicitação do correspondente foi incluída no “Projeto-Lei nº 15. Escolas Rurais de Clarinha e Caraibas”, de autoria do destinatário, aprovado pela Câmara Municipal em 31 de agosto de 1948. PEREIRA, *A cidade do favor*: Montes Claros em meados do século XX, p. 166-7. Importa salientar, entretanto, que o referido documento, embora voltado a um benefício coletivo, mantém o caráter personalizado da correspondência individual, indício da ambigüidade do político no contexto pesquisado. Camêlo dirigiu-se ao “amigo”, pedindo-lhe “arranjar” o benefício em vista. Isto confirma que o personalismo, conforme indicamos, não era somente uma característica das missivas pessoais, mas um elemento ritualístico da política estabelecida.

Justo e competente vos tendes revelado, e por certo não furtareis um - esclarecimento a quem que com sincera simpatia, se subscreve.<sup>249</sup>

O vocabulário rebuscado, a entonação, fluência e correção do texto, o fato de ter sido datilografado, são alguns dos distintivos desta correspondência entre as demais missivas, os quais de fato indicam a posição social preeminente de Mesquita em relação aos verdadeiros suplicantes. Ele residia no centro, área de “ruas e praças asfaltadas, calçadas a paralelas e *bloket*”, enquanto estes habitavam as “ruas e demais logradouros de chão, empoeiradas”, “esquecidas” pelos poderes públicos; ele independente do “maná” dos poderosos, estes instando obtê-lo. Mas as diferenças estruturais entre o então chamado “perímetro urbano” e os subúrbios denunciavam a todos igualmente a disparidade da atenção dedicada pela prefeitura a essas áreas da *urbe*, questionada por Mesquita. Em seus abaixo-assinados, os moradores da “zona afastada” também se referiram ao “desapreço” ou nenhuma “atenção” dos dirigentes aos seus “reclamos”, inclusive, como determinante da adversidade de suas experiências.<sup>250</sup> Cabe-nos, pois, perguntar se teria Mesquita assumido atitude igualmente crítica caso demandasse um “auxílio” ao prefeito. Ou ainda, se destituídos da força coletiva os signatários dos abaixo-assinados contestariam o “desapreço” dos governantes aos moradores periféricos. É provável que não. Pelas características do poder hegemônico já referidas, torna-se claro que embora os correspondentes em “situações-limites” tivessem razões para assumir uma atitude denunciativa – podendo acusar, por exemplo, o elitismo das gestões municipais –, tal procedimento, ao invés de justificar, obstruiria o atendimento aos seus pedidos.

Portanto, a insídia das aparências pode estar em toda parte, mas a correspondência individual parece-nos especialmente propícia a armadilhas capazes de ocultar aos nossos olhos o caráter político da atuação dos atores em exame. Embora não seja evidente, como convém a tais meios, haveria algo de dissimulação ou teatralização no discurso dos correspondentes individuais com vistas à boa acolhida dos controladores dos benefícios que pretenderam. A conotação hiperbólica das fórmulas subservientes utilizadas pelos missivistas ao se referirem aos seus destinatários incutem-

---

<sup>249</sup> Observações do destinatário: “Respondido (13.11.57)” e “Arquivado (18.11.57)”. Infelizmente não encontramos a resposta dada a Mesquita pela prefeitura. DPDOR 008/APMC.49.05.03/000.001/1957/09/14, p. 2-3. 3 p. – Grifos do autor.

<sup>250</sup> APCM/PAD/1956.

nos essa suspeita. “Pedir carinhosamente uma colaboração” ao representante político, dizê-lo “bondoso”, “justo” e “humanitário”, supor-se a si mesmo assaz “pequeno” para se dirigir a ele, colocar-se “aos seus pés”, “implorando pelo amor de Deus uma caridade”: atitudes que não podemos supor totalmente alheias à encenação. A propósito, se dentre os recursos de dominação das elites, como bem destacou Laurindo Mékie Pereira, havia a “teatralização dos eventos” e imagens ideais voltadas à legitimação do poder,<sup>251</sup> não é absurdo que existisse um “contrateatro dos pobres”, conforme aos interesses destes, à maneira sugerida por Edward Palmer Thompson.<sup>252</sup> Por outros caminhos, chegaríamos à mesma conclusão. Pereira, que ressaltou a importância desempenhada pela prática do “favor” na política local de meados do século XX, alertou-nos para possível apropriação deste mecanismo por populares. Para ele, “a partir da própria lógica das ações dos grupos dominantes” indivíduos das classes subalternas “elabora[va]m estratégias e argumentos para a resolução de seus problemas pessoais”.<sup>253</sup> Vários autores perceberam esta faceta criativa da cultura popular, sabemos.<sup>254</sup> Confirmam-se, pois, em âmbito local, hipóteses delineadas em estudos mais amplos quanto a inegáveis sutilezas do comportamento das camadas populares. Na mesma linha de raciocínio embasou-se pesquisa sobre correspondências enviadas por trabalhadores ao presidente Vargas realizada por Jorge Ferreira. Defendeu ele que ao atribuir ao mandante virtudes como caridade, justiça e bondade – igualmente recorrentes em nossa documentação –, em última análise, os correspondentes colocavam em prática uma estratégia para cobrá-las deste.<sup>255</sup> Atribuir uma virtude à autoridade era um modo de estimulá-la a determinadas atitudes. Podemos pensar o mesmo sobre a “escrita popular” efetivada na esfera política municipal, acrescentando que a recorrência a valores convergentes à caridade revelam esta virtude como esteio da legitimidade do poder, (re)elaborada no imaginário político popular para estimular o pragmatismo

---

<sup>251</sup> A Teatralização dos Eventos, In.: PEREIRA, *A cidade do favor*: Montes Claros em meados do século XX, p. 118-129.

<sup>252</sup> Segundo o autor, na Inglaterra do século XVIII existia, em resposta à encenação hegemônica, um “contrateatro dos pobres” destinado a pressionar (ou alarmar) os *patrícios*. THOMPSON, *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional, p. 65-69.

<sup>253</sup> PEREIRA, *A cidade do favor*: Montes Claros em meados do século XX, p. 165-7.

<sup>254</sup> CHARTIER, *Cultura popular*: revisando um conceito historiográfico, 1995; FERREIRA, *Trabalhadores do Brasil*: o imaginário popular, 1997; GINZBURG, *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, 2006; HOBSBAWM, A história de baixo para cima. In.: *Sobre história*, 1998. p. 216-231, SHARPE, A história vista de baixo. In.: BURKE (Org.), *A escrita da história*: novas perspectivas, p. 39-62, dentre outros.

<sup>255</sup> FERREIRA, *Trabalhadores do Brasil*: o imaginário popular, 1997.

fisiológico em favor dos necessitados. Assim, a barganha de benefícios junto às autoridades não descartaria a interpretação thompsiniana, segundo a qual, para legitimar seus interesses o povo “recorre amiúde às regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária e silenciosa entre elas aquelas partes mais bem pensadas para defender seus interesses do momento”.<sup>256</sup>

---

<sup>256</sup> THOMPSON, Tradición, revuelta y consciencia de clase, p. 45, *apud*, FERREIRA, *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*, p. 38.

## **Capítulo 3: Intervenções político-sociais dos habitantes da periferia**

### **3.1 Inflexão no padrão político-comportamental popular**

No curso da cronologia investigada, as classes populares locais intervieram na esfera política municipal por diferentes meios. Dois deles, examinados no capítulo anterior, pedir pessoalmente e enviar cartas pessoais às autoridades, valeram-lhes à busca individual por benefícios pessoais. A organização de abaixo-assinados, as “associações de classe” e o protesto público – este verificado apenas em duas ocasiões, em 1959, quando funcionários da prefeitura exigiram pagamento de salários atrasados – serviram ao interesse coletivo. Interessa-nos observar que se até o crepúsculo dos anos 1940 predominaram as ingerências individuais, embora estas não tenham desaparecido, o mesmo não se deu no período subsequente. O “individualismo” na arena política refletia a “verticalidade” proeminente nas relações entre populares e elites dos primeiros tempos. Esta característica, conforme verificamos no *Capítulo 1*, arrefeceu em decorrência das acentuadas alterações sócio-demográficas ocorridas na passagem da primeira metade do século. Assim, em concomitância àquelas mudanças, acompanhamos uma inflexão no padrão político-comportamental das classes populares, tornando-se suas incursões na política municipal mais numerosas, freqüentes e predominantemente gregárias.<sup>257</sup> A paulatina emergência de um cenário eminentemente urbano em detrimento da paisagem rural anterior,<sup>258</sup> com seus impactos no cotidiano

---

<sup>257</sup> Análise baseada em cômputo parcial das intervenções aqui discutidas realizado em CARDOSO JR, *História, cotidiano popular e política: Montes Claros entre 1930 e 1964*, 2005.

<sup>258</sup> Referimo-nos à política coronelista estudada por QUEROZ, *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In.: *História Geral da Civilização Brasileira*, 1977; CARVALHO, *Mandonismo*,

popular,<sup>259</sup> despertou os atores à necessidade de reformular seus modos de viabilizar a efetivação de seus interesses e superar suas privações.

Talvez, até meados dos anos 1940, a política ou os poderes públicos como tais não fossem apreendidos claramente como fonte possível de amparo ou de direitos entre sujeitos das camadas pobres da população. Outros caminhos eram-lhes eficazes à viabilização de recursos na esfera privada, onde encontravam possibilidades concretas de benefícios no paternalismo das elites. Como fora comum durante muito tempo no país, havia na cidade elementos abastados que, com o fim de constituir redes clientelares para cimentar acesso aos cargos públicos e conseqüentemente ao domínio político, usavam abundantemente de seu poder econômico e influência pessoais prestando favores em larga escala aos necessitados, exigindo-lhes em troca submissão, gratidão e fidelidade. A inédita freqüência das intervenções populares coletivas na política indica pois a descoberta do poder público pelos desprivilegiados como um interlocutor apropriado a busca de soluções às suas dificuldades coletivas, visto que não mais podiam contar apenas com o paternalismo, fragilizado pelo crescimento demográfico local e transformações políticas em âmbito nacional. Além disso, o crescente agrupamento de indivíduos de situações sócio-econômicas análogas nos bairros da periferia da cidade pode ter-lhes favorecido decisivamente ao aprendizado da ação conjunta voltada à superação de seus (novos) obstáculos. Como forma de ação horizontal, os abaixo-assinados despontavam como estratégia de participação política mais adequada a expressão das demandas compartilhadas pelos habitantes do subúrbio. Por este lado, o crescimento e a hierarquização sócio-econômica da cidade teriam ensejado o desenvolvimento de uma consciência comum entre os habitantes marginalizados, expressa em solidariedades e ações horizontais. Emergiam, portanto, os fatores necessários também ao associativismo profissional no âmbito das classes trabalhadoras locais. Desse modo, duas fases distintas marcaram a atuação destas no cenário histórico

---

Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual, *In.: Pontos e Bordados: escritos de história e política*, 1999 e JANOTTI, *O Coronelismo: uma política de compromissos*, 1992, dentre outros autores. A prática coronelista em Montes Claros foi tratada por PEREIRA, *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*, 2002 e PORTO, *Patrimonialismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*, 2002.

<sup>259</sup> *Grosso modo*, o refluxo da eficiência das relações pessoais entre populares e governantes, isto é, do poder privado enquanto meio para satisfazer demandas populares aos poderosos mediante a expansão dos bairros periféricos, seguida de uma miríade de carências largamente partilhadas, e a dia após dia mais profunda e visível estratificação social.

estudado. A primeira caracterizada pela preponderância da busca individual por benefícios junto aos poderosos. A segunda, objeto de nossas atenções neste e no próximo capítulo, por uma atuação predominantemente coletiva, que elegeu os poderes públicos como interlocutores privilegiados à conquista de melhores condições de vida na *urbe*.

### 3.2 Agentes coletivos

Os desdobramentos da participação política popular em Montes Claros ao raiar da década de 1950 sinalizavam a emergência de um ator político-social feito do compartilhamento de experiências respeitantes à vida nos bairros periféricos e ao trabalho assalariado. Soa-nos como bom alvitre para compreendermos esta inflexão na conduta das classes populares locais, proposta interpretativa de Edward Palmer Thompson. Tratar-se-ia do “fazer-se” de uma nova “formação social e cultural”.<sup>260</sup> Aceitando a sugestão do historiador, encontramos maneira mais precisa para designar os atores que passamos a examinar sob a ótica de suas intervenções coletivas na política municipal efetuadas através de abaixo-assinados e associações de classe. “Classes trabalhadoras”,<sup>261</sup> disse Thompson, “é um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo”, o qual “reúne vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos”, distinto à noção de “classe”.<sup>262</sup> Por sua vez, esta contém – dentre outras particularidades que, sem prejuízo à diversidade da vivência histórica, fazem-na referencial mais rigoroso à compreensão das circunstâncias em que as pessoas viveram e atuaram

---

<sup>260</sup> As expressões entre aspas foram empregadas por Thompson para expressar o “movimento de ‘autofazer-se’ das classes sociais ao longo da história”. THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa*, p. 9 (N.T.)-12.

<sup>261</sup> Sinônimo de “classes populares”, designação que empregamos mais abundantemente, conforme explicitamos na *Introdução* deste trabalho. Aliás, não obstante por outros meios, devemos acrescentar, as observações metodológicas lá registradas sobre a orientação dos estudos brasileiros mais recentes sobre “classes populares” convergem às diretrizes thompsonianas. Esta evidente ressonância, longe de ser fortuita, decorre do uso deliberado desta fonte. Ela está presente entre as referências dos autores que se dedicaram à história dos trabalhadores e do trabalhismo brasileiro a partir de meados dos anos 1980.

<sup>262</sup> THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa*, p. 9; THOMPSON, *Folclore, Antropologia e História Social*. In.: NEGRO; SILVA (Orgs.). *E. P. Thompson*. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos, p. 260.

coletivamente – maior capacidade para desvendar “o grau com que contribuíram com esforços conscientes, no fazer-se da história”.<sup>263</sup>

Vejamos o que pensava Thompson sobre a “classe” ao fim de seus clássicos estudos sobre *A formação da classe operária inglesa*. A visão que tinha sobre esta noção ele sintetizou de tal maneira impecável no *Prefácio* anteposto à obra que talvez sejamos redundantes ao dizer que, embora curto, por si só, o texto de apresentação datado de agosto de 1963 é conceitualmente muito significativo ao campo de estudos a que se dedicou o autor. Dele podemos extrair algumas passagens sumamente esclarecedoras acerca da proveitosa e amplamente empregada concepção thompsiniana da “classe”. Em um delas o historiador afirmou: esta é

Um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.<sup>264</sup>

Quando falamos em “classe”, portanto, devemos ter em vista um conjunto de pessoas que em meio ao turbilhão dos acontecimentos e em situações inevitavelmente plurais encontram alguma “identidade” em suas “experiências”, “relações” entre si e com outros grupos, ou seja, uma comum “consciência” de seus interesses e opositores. Thompson não nos autoriza pois extrair à noção de “classe” a noção de “relação histórica”. Melhor dizendo, aquela é em si mesma para ele uma “relação”. Esta assertiva explicita-se noutro trecho, onde, segundo o autor, a “classe”,

Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em contextos e pessoas reais. (...) não podemos ter duas classes distintas, cada qual como um ser independente, colocando-as a seguir *em* relação recíproca. (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.<sup>265</sup>

---

<sup>263</sup> THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa*, p. 11.

<sup>264</sup> THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa*, p. 9 – Grifo do autor.

<sup>265</sup> *Idem*, p. 10 – Grifo do autor.

As considerações feitas por Thompson sobre a “classe” provocam evidentes ressonâncias em nosso objeto de estudos. Na periferia do município de Montes Claros, paulatinamente, iam se fixando sujeitos que se distinguiam entre si por ocupações profissionais e, às vezes, por suas condições particulares de fortuna, mas estas disparidades individuais atenuavam-se aos sentidos devido ao efeito mais sensível de determinantes favoráveis à identificação coletiva. Ao passo que aquela parcela populacional pertencia às camadas sócio-econômicas de baixo poder aquisitivo, ou seja, às classes trabalhadoras, residindo nas “áreas afastadas” da *urbe*, “solidarizava-se” face a inúmeros problemas de caráter “comunitário” atinentes à ausência ou ineficácia de recursos infra-estruturais necessários ao bem-estar social no interior dos bairros e às vicissitudes da vida condicionada pelo trabalho assalariado. O aparecimento precoce das associações de trabalhadores em relação à atuação coletiva dos moradores periféricos não esconde que a consolidação daquelas, coincidindo com o auge desta, beneficiou-se de qualquer articulação entre as mesmas. Parece claro que ambos os meios populares de intervenção e expressão coletiva na política complementaram-se ou continuaram-se, enquanto entre as componentes do repertório de formas de participação como um todo tais vínculos podem ser apenas supostos. Por volta da metade da centúria, os atores estudados vivenciaram “experiências comuns”. Com base nelas, descobriram a “identidade de seus interesses”, definiram formas apropriadas para se organizarem e agir, elegendo os responsáveis pelo atendimento às suas demandas enquanto “vizinhança” e/ou “trabalhadores”. Diante desta outra faceta da experiência das classes populares na *urbe*, entramos propriamente no plano da atuação dos atores como “classe”. Com efeito, para usarmos a terminologia thompsiniana, o interesse que temos em desvelar o comportamento, o imaginário e as representações coletivas respeitantes ao político forjadas pelos sujeitos perscrutados, encaminha-nos ao exame de sua “consciência de classe”. Pois, segundo o autor, ao se estudar um conjunto de atores conformado em vivências afins, é mister atentar à “consciência” destes enquanto tal, isto é, à “forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”.<sup>266</sup>

---

<sup>266</sup> É importante registrar que, de acordo com Thompson, “Se a experiência aparece como determinada [em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente], o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas

Assim, mantemos nosso foco investigativo mais ou menos na mesma direção, buscando vislumbrar sinais do imaginário, das representações coletivas ou de alguma cultura política. Todavia, passamos a dispor de mais um conceito, ao nosso ver, capaz de cingir com singular precisão elementos constituintes da experiência à dimensão representacional da atuação dos moradores das franjas da cidade na política local, evidenciando a horizontalidade que constatamos em suas expectativas e comportamentos a partir do crepúsculo dos anos 1940. Neste capítulo, discutiremos ações coletivas pautadas em relações de vizinhança engendradas nos subúrbios do município. Esta via, materializada sobretudo em abaixo-assinados peticionários endereçados à administração municipal, assumiu proporções significativas antes que os atores pesquisados consolidassem sua atuação enquanto trabalhadores, analisada no *Capítulo 4*. Portanto, acreditamos que as intervenções de moradores tenham sido um degrau importante à emergência e consolidação das associações profissionais enquanto alternativa concreta de participação, uma vez que, embora algumas destas remontem à década de 1930, somente alcançaram expressividade em meados dos anos 1950, na maioria dos casos, após longo ostracismo. Por este e outros motivos, privilegiamos suas intervenções tardias.

### 3.3 “Nós abaixo-assinados”

Em março de 1963, a “Associação dos Amigos do Bairro do Melo” endereçou ao prefeito “Memorial de Reivindicações” requerendo-o providenciar redes de esgoto, reformas e iluminação em vias públicas, policiamento, abastecimento de água, dentre outros benefícios. No tocante à demanda pelo fornecimento de água, encontramos pista emblemática acerca da dimensão político-associativa da vida nos

---

reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca da mesma forma”. Esta reflexão, com que contestou contundentemente vertentes interpretativas à esquerda ou à direita que postula(ra)m ser a classe uma “coisa”, “categoria”, “estrutura”, atribuindo-lhe um “padrão”, predicando-lhe uma “lei” ou um “ideal”, isto é, “o partido, a seita ou o teórico que desvenda a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser”, ensejou consideráveis reformulações no campo da história das classes populares, inclusive no Brasil. THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa*, p. 10 – Grifo do autor.

bairros. O documento solicitava não só a provisão deste “precioso líquido” em domicílio, mas que a prefeitura viesse ali “instalar um chafariz público, a fim de atender as pessoas que não se ach[av]am em condições de pagar a taxa d’água”. Podemos inferir através desta demanda uma sutil relação entre bem estar social, direitos populares e obrigações dos poderes públicos enquanto valores que conformaram o interesse dos habitantes periféricos pela política no cenário estudado.<sup>267</sup> Esta motivação profunda, somada ao comum enfrentamento de determinadas carências, teria fornecido o *húmus* necessário à ramificação de laços solidários no âmbito da vizinhança e à mobilização desta. Em torno desse ponto de identificação, estabeleceram-se relações entre indivíduos no interior dos bairros, as quais se encaminhavam à organização de abaixo-assinados, peticionários e sociedades de moradores para defesa de interesses coletivos junto à administração municipal. Essa atuação favoreceu a adesão de alguns trabalhadores periféricos a associações profissionais que, paralelamente às questões relativas ao universo do trabalho, envolveram-se na luta por melhores condições de vida na cidade.<sup>268</sup>

Face a deterioração das condições de vida resultante da incapacidade (ou desinteresse) demonstrada por sucessivas administrações municipais em expandir os serviços urbanos em ritmo compatível ao acelerado crescimento populacional, os moradores dos bairros encontraram nos abaixo-assinados e, mais tarde, em associações comunitárias e profissionais, maneiras de pressionar conjuntamente as autoridades locais a resolverem os problemas que se acumulavam no cotidiano da periferia afligindo-os a todos. Motivados pois por experiências e perspectivas comuns do urbano, embora entrecortados por algumas distinções, os habitantes da periferia que agiram por vias associativas buscavam melhores condições de vida para as coletividades a que pertenciam, diferenciando-se daqueles que intervieram individualmente a procura de

---

<sup>267</sup> Conforme noção “economia moral dos pobres”. THOMPSON, *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional, p. 152-153.

<sup>268</sup> Obviamente, no estágio de avanço em que se encontrava o processo de “urbanização” da cidade na metade do novecentos, como ainda hoje, a horizontalidade social observada nos bairros não excluía estratificações sócio-econômicas. Desse modo, exemplarmente, havia no Melo habitantes capazes de arcar com o ônus do abastecimento residencial de água e outros que “não se acham em condições de pagar” pelo mesmo serviço. Todavia, não se limitando a cobrar à prefeitura a regularização deste benefício a quem pagasse por ele, o “Memorial” atenta-nos às implicações sociopolíticas do crescimento e hierarquização do espaço urbano da cidade e da convivência na periferia no que tange à coletivização da atuação política das camadas populares. APCM/PAD/1963.

benefícios pessoais. Foi Tereza Pires do Rio Cladeira quem, referindo-se a processo afim, conformemente, disse:

(...) a vivência dessa experiência faz-se acompanhar da geração de um 'estoque simbólico', de um conjunto de informações e interpretações que é também ele comum. Viver de uma mesma maneira na cidade acaba significando ter uma série de referências comuns a partir das quais se elabora uma visão dessa cidade e da sociedade que ela abarca. Não quero dizer com isso, é bom que se frise, que as representações que os trabalhadores que moram na periferia elaboram são sempre as mesmas ou que sejam informadas exclusivamente pela sua vivência do urbano; o que quero sugerir é que elas terão na referência a essa experiência comum um de seus pontos de articulação.<sup>269</sup>

As circunstâncias com as quais se depararam as pessoas pertencentes às classes populares no processo de transformação da paisagem local, o qual originou a *urbe* “espraiada” e “estratificada”,<sup>270</sup> tendo sido este por elas vivido de maneiras semelhantes, motivou reformulações afins em seu horizonte de expectativas acerca da vida na cidade e das atribuições do político para com os habitantes desta. Às concepções referentes à experiência em questão coadunaram-se representações de natureza diversa, constituindo novas diretrizes às intervenções populares na política que passaram a se orientar predominantemente pela articulação de coletividades no interior dos bairros. Deste modo, entendemos a inflexão observada no comportamento sociopolítico da parcela dos habitantes que vivenciaram as maiores dificuldades acarretadas pelo crescimento urbano do município. Passemos assim ao exame dos abaixo-assinados, atentando, igualmente, às dimensões concreta e representacional da experiência dos atores.

No ano de 1937, encontramos nos arquivos consultados o primeiro abaixo-assinado confeccionado por moradores para encaminhar uma demanda coletiva à administração municipal. Dez pessoas o assinaram e remeteram ao prefeito Dr. Santos. Assim expressaram sua queixa:

Os abaixo assinados, moradores á Av. Francisco Sá, impossibilitados de residirem na citada avenida, devido a grande quantidade de pó existente pela falta de calçamento ou gurgulhamento, vêm respeitosamente solicitar de V. Excia. o seu urgente e energico esforço, no sentido de ser melhorada a sua situação.  
P. deferimento.<sup>271</sup>

<sup>269</sup> CALDEIRA, *A política dos outros*. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos, p. 72.

<sup>270</sup> VELOSO, *Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros (1960-1980)*, p. 85-89.

<sup>271</sup> DPDOR/APMC/caixa 26/pacote 106/doc. 003.863, 27.04.1937.

Todavia, evidências revelam-nos não se tratar, ainda, de um requerimento procedente das classes trabalhadoras. Há dentre os signatários elementos da elite político-econômica de Montes Claros, João Paculdino e Domingos Braga, aquele, sabidamente possuidor de vastos negócios e patrimônio, este, membro de família politicamente influente. Mas não só com base nisso, é claro, distinguimos a procedência da petição. Uma hipótese considerando a típica verticalidade das relações sociais do alvorecer do período pesquisado destinada a explicar aquelas presenças “ilustres” entre os queixosos sucumbiria a outras pistas comprobatórias de que o abaixo-assinado fora confeccionado por habitantes abastados, por sinal, residentes no centro. Documentos da mesma natureza seguramente produzidos no universo que propomos perscrutar contêm características bastante diversas ao requerimento dos moradores da Avenida Francisco Sá. Para citar algumas, em geral, as petições populares provinham dos bairros, utilizavam linguagem veemente, redação em alguns pontos discrepante ao padrão gramatical e ao tom burocrático exemplificados pelo texto supracitado, abundavam em subscrições, somando dezenas, às vezes, centenas delas e, enfim, não podemos nos esquecer, só começaram a surgir em fins da década de 1940, ao passo que, como sabemos, associavam-se aos impactos sociopolíticos da expansão e estratificação da cidade. Se cotejamos documentos presumivelmente de habitantes pobres e abastados de um mesmo contexto cronológico, como a todos parecerá mais correto, confirmamos a diferenciação. Em 1952 foi endereçado ao prefeito Capitão Enéas Mineiro este requerimento acompanhado por oito assinaturas:

Nós abaixo assinados, proprietários de casas e residentes nesta cidade à rua Bocaiúva, achando-nos com as foças ja inutilizadas e muitos proprietarios ja não tendo local para furar novas foças nos quintais, vimos requerer a V.Excia se digne mandar construir uma rede de esgôto na dita rua para o nosso uso.

Para realização do nosso serviço, nós, abaixo assinados, forneceremos as manilhas necessárias. (...)

Nestes termos.

P. deferimento.<sup>272</sup>

Além da pequena quantidade de assinantes, da correção e formalidade textuais incondizentes com a maioria dos documentos populares, destoa-lhes a proposição de uma parceria à prefeitura no sentido de fornecê-la o oneroso material necessário à realização do serviço em vista. Tal negociação é impensável no conjunto

---

<sup>272</sup> DPDOR/APMC/caixa 35/pacote 136/doc. 005.684, 13.11.1952.

das petições oriundas dos bairros periféricos, certamente, devido às parcas condições econômicas de seus moradores. Em suma, importa frisar que, sendo um tradicional recurso de intervenção e expressão coletiva na política, evidentemente, os abaixo-assinados não surgiram em Montes Claros entre os habitantes periféricos na metade do século. Mas, tão claro quanto isso, logo percebemos, e é o que realmente deve ser observado, é que estes os adotaram como mecanismo peticionário através do qual passaram a pressionar a administração municipal a prover os subúrbios com recursos elementares à vida urbana, imprimindo ao seu uso frequência antes desconhecida. Também extraordinárias eram as listas de assinaturas encontradas em alguns abaixo-assinados provenientes da periferia. A numerosidade das subscrições, que segundo avaliação de Cândida Maria dos Santos Veloso “mostrava[m] quantitativamente a força eleitoral dos reivindicantes” aos seus destinatários,<sup>273</sup> acreditamos, em conformidade às noções teórico-conceituais em que nos embasamos, revela-nos algo mais essencial à cultura e atuação política das camadas populares: um profundo consenso em torno da importância e legitimidade das suas reivindicações.

Os abaixo-assinados constituíram uma das maneiras pelas quais a experiência e consciência coletiva dos atores pesquisados concretizaram-se historicamente. Em 1948, chegou às mãos do presidente e vereadores da Câmara, acompanhado de noventa e cinco assinaturas, uma das primeiras petições coletivas organizadas por moradores periféricos da cidade de que temos notícia. Respondiam por ela residentes do bairro Bonfim (ou Morrinhos), que assim expuseram sua reivindicação:

Os abaixo-assinados, moradores das ruas Bom-fim, (Estrada para o cemitério) e rua Sta. Efigenia, localizados atrás do Outeiro do Morrinho, zona sul (*sic.*), nesta cidade, estamos até hoje privados de iluminação elétrica em suas residências e na via pública, [por isso] vem respeitosamente solicitar de V. S., providências no sentido de que esse benefício seja propiciado aos solicitantes e demais moradores das citadas ruas, construindo para as mesmas, uma rede de iluminação elétrica. Outrossim, esclarecem, que partindo da rua Melo Viana e pela rua do Bom-Fim [em] toda sua extensão, passa uma rede de alta tensão, que se diz, ser de propriedade privada da Cia. Standard. Acreditamos que esta rede, bem possa ser utilizada por esse Departamento, em benefício [do] bem estar de toda a população do bairro. Esclarecemos mais, que em ambas as ruas acima citadas, um

---

<sup>273</sup> VELOSO, *Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros (1960-1980)*, p. 120.

grande número de ligações far-se-á tão logo seja atendida a presente solicitação.  
Cordiais Saudações.<sup>274</sup>

O texto desdobrava-se incisivo, enérgico, impessoal. Seus autores não se dirigiram a “Dr. Fulano de Tal”, mas à legislatura estabelecida, abstendo-se a apelos emocionais de qualquer ordem. Não se curvavam diante dos destinatários à expectativa de um “favor”, tampouco procuraram dissimular sua insatisfação por se encontrarem “até hoje *privados* de iluminação elétrica”, havendo-a diante deles para abastecimento da Cia. *Standard*. Altivamente, corroboraram a viabilidade da implementação do serviço almejado reivindicando-o “em benefício do *bem estar* de toda a população do bairro” e dispondo-se a “adquiri-lo” porquanto disponibilizado. Assim, demonstravam a legitimidade da solicitação e talvez negociassem com sua importância eleitoral, ambas incontestáveis frente a tantas assinaturas. Sem incorrer em simplificações impróprias, parece-nos possível afirmar que este era o tom predominante dos documentos dessa categoria, os quais revelavam comportamento sensivelmente distinto do que em regra fora adotado pelos agentes individuais de todo período. Porém, há margens e necessidade para algumas ressalvas, por sinal, aplicáveis ao repertório de participação política popular como um todo. O caráter multifário da atuação popular no campo político investigado corresponde a situações idem, vivenciadas pelos protagonistas mediante as ambigüidades e complexidades do momento. Alternavam-se as demandas apresentadas e a crucialidade destas, as possibilidades de realização, recursos expressivos e persuasivos dispostos pelos solicitantes, o tipo de acareação experimentada entre eles e os provedores etc. Desse modo, não poderiam aqueles ou estes manterem sempre a mesma atitude para com seu interlocutor ou acessá-lo sempre pelo mesmo caminho. Logo, embora tenhamos condições de apontar certa “tipologia” de formas populares de intervenção e expressão na política municipal, identificar características preponderantes em cada uma delas e até mesmo um sentido processual que sugere a emergência de uma “formação sócio-cultural” com características de “classe”, inscrevendo-se o objeto analisado em um contexto sabidamente de transição e no terreno movediço das relações humanas, devemos atentar ao fato de que, inevitavelmente, um único recurso poderia compreender ou mesmo obliterar variadas

---

<sup>274</sup> DPDOR/APMC/caixa 32/pacote 129/doc. 005.389/24.01.1948.

expectativas, e até manifestar condutas aparentemente antagônicas. Cientes dessas necessárias reservas, avancemos em nosso exame empírico.

Contando aparentemente treze signatários,<sup>275</sup> chegara à prefeitura municipal em 1952 abaixo-assinado de igual origem ao anterior. Ambos aproximavam-se, ainda, pelo posicionamento objetivo e exigente dos remetentes. Não obstante, como ficará claro, o documento seguinte mostrou-se mais explicitamente contestador. Dirigido ao prefeito Capitão Enéas Mineiro de Souza, teve como objeto a ineficiência do serviço residencial de água, reivindicando soluções cabíveis ao problema. Dizia o texto:

NOS ABAIXO-ASSINADOS, proprietarios e habitantes do bairro MORRINHOS) sito as ruas CONEGO CHAVES, LAFAIETE, SÃO FRANCISCO e rua NOVA e outras, requeiremos de V. Excia. urgentes providências no sentido de que possa essa Prefeitura nos prestar melhor assistência -- d,agua em nossos lares. Ja por varios dias consecutivos vem acontecendo que uma so gota do precioso liquido corra para os nossos lares o que muito tem acarretado veixames e dificuldades.

O acrescimo de impostos e taxas que nos foram exigidos em favor dos cofres publicos no transcurso do corrente exercicio, emoras com as maiores calamidades da vida dificil que nos impedem, aceitamos e pagamos praseirosamente, e ao em ves de ser-mos beneficiados passamos cruciantes momentos de privações por falta d,agua até mesmo para o uso potável.

Somos forçados a denunciar que somente tem sido executadas as nossas reclamações a respeito, quando feitas diretamente a V. Excia, a exemplo uma petição que foi encaminhada por intermedio da Imprensa local d, O JORNAL DE MONTES CLROS) em 20 de fevereiro ultimo que so com esta medida a este curto praso nos – foi dado gosar da assistencia dagua menos mal.

Certos de que V.Excia, mais uma vez venha nos prestar mais este beneficio, subscrevemos-nos com alto apreço e estimas.<sup>276</sup>

Como sabemos, então, o abastecimento de água aos bairros inexistia ou era claudicante. Os habitantes que organizaram esta petição, exemplarmente, viam-se submetidos a verdadeiros apuros – “vexames e dificuldades” – devido à debilidade deste serviço. Faltava-lhes o “precioso líquido” até mesmo “para o uso potável”. Entretanto, à revelia da ineficiência do provimento e das “maiores calamidades da vida difícil” que os afligiam, os “impostos e taxas” cobrados pela administração municipal para fornecer aquele benefício iam em escalada. Este concurso de circunstâncias desfavoráveis

---

<sup>275</sup> Não sabemos se as assinaturas encontradas no documento de fato correspondem à totalidade original. Visto que se referia a moradores de várias ruas daquele bairro, é provável que se tenha fragmentado, perdendo uma ou mais laudas de subscrições.

<sup>276</sup> DPDOR/APMC/caixa 35/pacote 136/doc. 005.657, 1952 – Grifos dos autores.

ensejou o requerimento que as narrou com ar de denúncia. Assim, quase não podemos notar nele vestígios da dissimulação ou deferências convencionadas à formalidade política, como nos releva a mordaz e emblemática alusão aos tributos – apesar de tudo, aceitos e pagos “prazerosamente”. O texto desenrolava-se pois sobre um eixo dedutivo categórico. Ao terminar de averiguá-lo, o Capitão não teria dúvidas quanto à maneira como os reivindicantes representavam a situação descrita. A administração municipal elevava os impostos, esperando que fossem pagos pela população. Esta, embora com sacrifícios, quitava-os, a fim de “gozar da assistência d’água menos mal”, o que todavia não acontecia. Logo, ao contrário dos moradores, a prefeitura não cumpria com suas obrigações, privando-os daquele recurso, um “direito”, uma vez que necessário ao “bem estar” dos habitantes e “adquirido” pelo pagamento das taxas respectivas. Visivelmente, portanto, mais uma vez, não se pedia um “favor” às autoridades.

Em 1954, onze moradores do Bonfim dirigiram-se ao “vereador” Cândido Canela. Tinham por finalidade que este intermediasse um “pedido” deles ao prefeito Alfeu Gonçalves de Quadros. Entregaram-lhe pois esta petição destinada ao chefe do executivo:

Os abaixo assinados vem mui respeitosamente pedir as vossas providencias no sentido de ser atendido estes pedidos, nois estamos pedindo porque necessitamos com a maxima urgencia possivel devido já ter casas nessa rua que ja não tem mais lugar para depositar as aguas de serventuario. Dr trata-se de um pequeno trecho de mais ou menos uns 250 metros de onde está o esgoto para chegar a linha da estrada de Ferro Central do Brasil.

Os moradôres da rua Melo Viana espera de V.S. as devidas providencias nestes termos pede Deferimento.<sup>277</sup>

Após duas contundentes petições, este requerimento nos parecerá demasiado clamoroso e deferente ao “pedir” ao “doutor” prefeito, urgentemente, solução alternativa às fossas já saturadas para “depositar as águas de serventúrio” ou dejetos residenciais. Inclusive, ele nos sugere a atualização do recurso a intermediários influentes no caminho traçado pelos atores em busca de realizar seus objetivos, desta feita, coletivos. Ainda há pouco, aludíamos a essas possíveis ambigüidades. Agora podemos ser mais resolutos a esse respeito. Sabemos que, apesar de suas distinções, pedidos verbais, cartas, abaixo-assinados e outros meios analisados neste trabalho constituíram um único repertório de formas de participação política, tendo sido

---

<sup>277</sup> DPDOR/APMC/caixa 35/pacote 138/doc. 005.728, 17.02.1954.

dispostos conforme os imperativos do momento. Portanto, não ignoramos que essas várias estratégias de expressão coexistiram entre si, o mesmo acontecendo com os valores que as orientavam, não obstante as tendenciais alterações observadas no padrão de recorrência a elas tenham levado as manifestações de cunho político-associativo à primazia na segunda metade do período delimitado para pesquisa. Reconhecemos nesse fato implicações de um contexto de transição que, não obstante, abrigou notável inflexão no comportamento político dos atores. Não se tratando assim de uma ruptura arbitrária, mas de mutação processual, tornam-se compreensíveis determinadas oscilações nas condutas individuais e mesmo coletivas – e, por conseguinte, que os abaixo-assinados ora exigissem às autoridades competentes o cumprimento de certos “direitos”, como em regra fizeram, ora se dirigissem ao “Dr. Fulano de Tal” à espera de receber seus “favores”. Esta complexidade decorre não apenas da transitoriedade do cenário examinado. Em certa medida, é conseqüência inevitável do fato de lidarmos com “seres humanos” e não “coisas”, isto é, com aspectos da “experiência” histórica e das “relações” estabelecidas entre pessoas de carne e osso, com base em idéias e necessidades congêneres, todavia, irredutíveis a uma “categoria pura” ou a qualquer apriorismo interpretativo.<sup>278</sup>

Os habitantes do Bonfim tornaram-se verdadeiramente adeptos das petições coletivas, assim como residentes de outros bairros, produzindo-as com considerável freqüência. As muitas dificuldades que assolavam o dia-a-dia na periferia de modo geral ensejaram abundante confecção desses documentos. Sendo mister portanto conhecermos ações coletivas efetuadas por moradores de diversas regiões da *urbe*, mas impossível abarcar a totalidade, realizamos uma abordagem seletiva. Assim, antes de seguirmos a outras paragens, vejamos derradeiro episódio protagonizado pelos residentes do Morrinhos. Em 1958, vinte assinaturas acompanham este abaixo-assinado endereçado ao prefeito:

Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Montes Claros.  
Os abaixo assinados, proprietários e residentes à Rua Dr. Tupiniquim, no Bairro Bonfim, veem solicitar de V. Exia, com o maximo empenho, conseguir da Cemig, ligação de luz, naquela rua, a exemplo do que tem sido feito em outras ruas.

---

<sup>278</sup> THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa*, p. 10.

Tendo a certeza de que o espírito de bem servir a população, que vem guiando vossa administração, esperamos ser atendidos nessa justa reivindicação.<sup>279</sup>

O texto não fugia à tônica predominante nos documentos da mesma espécie. Alcançava seu propósito sem delongas. Carentes de “ligação de luz” em sua rua, porém cientes e desejosos de poderem usufruir do benefício, os moradores decidiram-se a reclamá-lo ao prefeito. Ao justificarem a solicitação, passaram longe de tentar persuadi-lo através de reverências enaltecidas à sua função. Igualmente, dispensaram descrições dramáticas relacionadas àquela carência. Pretenderam convencer o chefe do executivo, simplesmente, cotejando-se a seus vizinhos que já dispunham de energia elétrica. Desse modo, sutilmente, alegavam à prefeitura que, não os atendendo, privilegiaria determinados habitantes com o recurso de que não dispunham. Queixando-se igualdade de tratamento, concordariam que os poderes públicos deveriam dispensar atenção equitativa a toda população. Por um lado, pois, a fim de levar o prefeito a atendê-los, os peticionários procuraram demonstrar que faziam uma “justa reivindicação”. Por outro lado, incitando-o a uma resposta transigente com igual perspicácia, de acordo com mais um fio lógico presente no texto, esperavam deste o “máximo empenho” em viabilizar-lhes luz elétrica porque acreditavam que “o espírito de bem servir a população” guiava “sua administração”. Esta seria maneira eficaz de se induzir o dirigente a atitude favorável, visto que só assim comprovaria a suposta crença dos solicitantes. É portanto notório que as propriedades deste documento diferem às de um pedido de “favor”. A evidência maior desse fato é o abandono de certa ordem de subterfúgios. A consequência mais importante é que, antes sob a máscara do recurso à caridade, aqui a justiça é enunciada claramente como fundamento de legitimidade do poder no imaginário popular. Confirmando o que havíamos entrevisto examinando depoimentos de missivistas solitários, o tratamento igualitário dos mandantes ou representantes políticos aos habitantes quanto aos seus direitos surge como referencial importante às exigências e julgamentos perceptíveis nos abaixo-assinados dirigidos aos poderes públicos.

Este pequeno conjunto de abaixo-assinados confeccionados por habitantes do bairro Bonfim permite-nos, portanto, discernir algumas características, valores, códigos comportamentais e representações conformadas e/ou partilhadas entre

---

<sup>279</sup> APCM/PAD/1958.

trabalhadores locais em relação à política. Além disso, estes documentos possibilitam-nos vislumbrá-los descobrindo a identidade de seus interesses enquanto moradores dos bairros e subúrbios, agregando-se e procedendo a confecção de petições, enfim, metamorfoseando-se em agentes coletivos. Trata-se de um aprendizado político, feito das cores e contornos que recobriram suas experiências (sub)urbanas. É notório que uma consciência e prática coletivas desenvolviam-se na periferia e adentravam as raias do político em âmbito municipal, trazendo à tona concepções de “deveres” e “direitos” recíprocos entre habitantes e poderes públicos. Algumas evidências nos dizem que aí desabrochava um advento da cidadania, fruto político da luta por “direitos sociais” relacionados à vida na cidade. Porém, é preciso levar em consideração que as intervenções populares na política brasileira não raro “decepciona(ra)m” alguns dos “nossos” mais bem intencionados ideais a esse respeito. Desse modo, antes de continuarmos nosso exame, convém escutar o que disse José Murilo de Carvalho acerca do processo de desenvolvimento da cidadania no Brasil. A interpretação que fez do tema não é, certamente, das mais animadoras. Enfatizou atropelos, percalços e desvios responsáveis por limitações indelévels em nossa cidadania e cidadão, para ele, inconclusos, inscritos em um quadro democrático frágil e não consolidado. Sejamos mais explícitos. Em sua avaliação, “haverá muitas razões para este fracasso”. Mas, em grande medida, teria ele decorrido da “ordem inversa” observada na constituição da cidadania brasileira. Isto é, entre nós, disse o autor, o surgimento dos direitos civis, políticos e sociais fugiu significativamente a esta ordem processual em que apareceram em países pioneiros na implantação da “moderna democracia”, segundo reconstituição proposta por Marshall.<sup>280</sup> O problema é que a tese deste especialista, argumentou Carvalho, além de “convincente do ponto de vista histórico”, seria também “lógica”.<sup>281</sup> Portanto, o encadeamento sucessório dos “três direitos”, sendo o exercício do primeiro condição e razão para a conquista do seguinte, e assim sucessivamente, determinaria a

---

<sup>280</sup> MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Editora Zahar, 1967, *apud*, CARVALHO, Brasileiro: cidadão? *In.: Pontos e bordados: escritos de história e política*, p. 273-288. Mais tarde, esta discussão fora retomada em CARVALHO, Introdução: mapa da viagem. *In.: Cidadania no Brasil: o longo caminho*, p. 7-13.

<sup>281</sup> Primeiramente, conquistou-se os direitos civis, as liberdades individuais, o direito de livre opinião e associação. A posse destes permitiu reivindicar direitos políticos e conseguinte participação no poder. Por fim, a conquista de representação política possibilitou a implantação dos direitos sociais, benefícios trabalhistas, saúde pública, educação etc. via estruturas do Estado. CARVALHO, Brasileiro: cidadão? *In.: Pontos e bordados: escritos de história e política*, p. 279.

“solidez do sentimento democrático”, bem como, a “completude da cidadania” – o que nos faltaria.<sup>282</sup>

No Brasil, assinalou Carvalho, não só “a ordem de surgimento dos direitos foi outra” como haveria ainda agravantes diversos. Primeiro, obviamente, careceríamos da luta coletiva por direitos em dimensão histórica vivenciada por ingleses, franceses e norte-americanos, experiência que os ensinara a ver a cidadania como um “valor coletivo” pelo qual “valia a pena viver, lutar e até mesmo morrer”. Diferentemente, em nosso país, o surgimento dos direitos dependera em grande medida da ingerência dos governos, razão da “ordem inversa”. Assim sendo, em um primeiro momento, com péssimos resultados, experimentou-se “a existência dos direitos políticos sem o prévio desenvolvimento dos direitos civis, da convicção cívica da liberdade individual e dos limites do poder do Estado”. Nesse caso, a consequência fora e continua a ser um “exercício falho da cidadania política”, pelo qual, à “vontade cívica de participação no governo do País”, sobrepõem-se toda sorte de distorções do sentido eleitoral. A primazia do Estado na implementação dos direitos teria acarretado, outrossim, a anteposição dos direitos sociais aos políticos. Alvo de inigualável ênfase durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, observou Carvalho, os direitos sociais sobrevieram “durante um período de ditadura”, como tal, de baixa institucionalidade e, em tese, irrisória participação, fato que sobrelevou a iniciativa estatal aos olhos da sociedade em detrimento às respectivas pressões sociais e históricas. Dessa forma, um tanto reticente, Carvalho terminou sugerindo ser o Brasil, hoje e no passado, um país de “cidadãos incompletos, fragmentados”.<sup>283</sup> Aceitando a validade de sua convincente argumentação, por si mesmo, talvez sem hesitar, o leitor concluiria respondendo com uma sonora negativa à pergunta título do texto. Do ponto de vista que a questão fora examinada, em que se afiguram a “nação”, a “democracia”, as políticas engendradas pelos governos nacionais e suas peculiaridades face aos modelos democráticos estrangeiros em referência, definitivamente, o brasileiro talvez nunca tenha sido, de fato, cidadão.

No entanto, não precipitemos a nossa própria conclusão. Em trabalho mais recente e amplo sobre a cidadania no Brasil, Carvalho voltou a examinar os argumentos que nos esforçamos em reproduzir acima. Confirmou que, aqui, de fato, historicamente,

---

<sup>282</sup> CARVALHO, Brasileiro: cidadão? In.: *Pontos e bordados: escritos de história e política*, p. 273-288.

<sup>283</sup> *Idem*.

à “livre organização de interesses dentro da sociedade” sobrepôs-se uma “predisposição ou busca pela atuação paternalista do Estado”, conduta que designou, sugestivamente, como “estadania”. Reforçado pelo peculiar desenvolvimento da nossa cidadania, tal fenômeno teria suas origens no patrimonialismo português, que nos fora legado por herança através do julgo colonial. Já pela ótica patrimonial, o Estado assumia proporções gigantescas, emergindo como um ser “todo-poderoso”, ora visto como “repressor e cobrador de impostos”, ora “como distribuidor paternalista de empregos e favores”. Esta última representação, especialmente difundida entre as camadas populares, estimulava através dos tempos a busca pragmática e direta aos governantes a fim de obter seus favores, prejudicando a difusão dos princípios formais da participação e representatividade democráticas. Diante dessas e outras reflexões, não menos pessimistas, à guisa de resposta ao questionamento evocado no parágrafo anterior, Carvalho inclinou-se a uma conclusão mais favorável ao reconhecimento dos brasileiros enquanto cidadãos, à sua própria maneira. Ponderando, lembrou-nos que estes se mantiveram sempre em luta pela sobrevivência nas cercanias da política. Não obstante orientando-se mormente pela (físio)lógica da “estadania”, vez ou outra, empenharam-se em ações insurgentes em que arriscaram suas próprias vidas em defesa de seus interesses e concepções. De um modo ou outro, pois, a participação política popular revelara-se dotada de efetividade. E, continuou o autor, sendo mister considerarmos as condições objetivas postas às ações dos atores ao fazermos nossas avaliações, é correto reconhecermos como legítimos e permeados de caráter político seus esforços. Notável relativização. Porém, difícil seria para Carvalho abandonar a sua tese do “defeito de origem”,<sup>284</sup> determinante da cidadania no Brasil. Assim, de “não-cidadãos”, passamos a “cidadãos em negativo”.<sup>285</sup>

Não nos interessa refutar a interpretação desse exímio autor. Seria esse, afinal de contas, um propósito assaz disparatado, tendo em vista que o abrangente escopo, assim como, os objetivos que o moveram diferem dos nossos, diga-se de passagem, muito mais modestos. Enquanto ele se dedicou a compreender, na longa duração histórica e em escala nacional, o que *são* os cidadãos e qual a natureza da

---

<sup>284</sup> CARVALHO, Brasileiro: cidadão? In.: *Pontos e bordados: escritos de história e política*, p. 285.

<sup>285</sup> CARVALHO, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, p. 221. A noção de “estadania” aparece também em SILVA, *As queixas do povo*, p. 34-35. Acerca do patrimonialismo no Brasil ver FAORO, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 1987, vols. I e II.

cidadania em nosso país, intencionamos revelar aspectos da *atuação* das camadas populares nos limites da política local através de algumas pistas documentais reveladoras de suas experiências na *urbe* em crescimento, num lapso temporal bem menos extenso. Plantar respeitosamente a semente da dúvida onde os princípios metodológicos norteadores do seu estudo sobre cidadania no Brasil e os nossos se desencontram, oferecendo-a terreno fértil, é o máximo a que nos atrevemos. Carvalho, que já se mostrara arguto historiador noutros trabalhos,<sup>286</sup> neste, aproxima-se mais à ciência política, afastando-se ao empirismo característico da história em benefício de uma postura eminentemente teórica e holística. O nosso ponto de vista, embasado em materiais provenientes das ingerências populares na política em Montes Claros, passa longe disso. Tratamos de episódios relacionados a um caso particular, que acreditamos, porém, representativo das experiências populares na política em âmbito municipal nas regiões interioranas do país. Nossas perspectivas são claramente diversas, não havendo, é óbvio, razões para se encarecer ou menosprezar a importância de um ou outro tipo de enfoque. Como dissemos noutro momento, por sinal, parafraseando o próprio Carvalho em um dos seus últimos trabalhos, não obstante com frequência “mais frágil”, a participação política em nível municipal talvez tenha “relevância mais direta para o cotidiano do cidadão”,<sup>287</sup> não sendo pois projeto vão estender a ela o nosso foco analítico. Tendo entre suas funções solucionar algumas das dificuldades que incidem sobre as classes populares cotidianamente, tendo sua jurisdição própria, a política municipal eleva-se ao mesmo grau de importância atribuído à política nacional. Esta, sendo muitas vezes inacessível sobretudo aos brasileiros do interior, não nos permite prescindir à outra se buscamos compreender de maneira mais ampla a atuação política das classes trabalhadoras. Ocupando-nos da participação política popular em âmbito local, caminhamos para superar a carência de estudos históricos que nos levem, proveitosamente, para fora dos grandes centros urbano-industriais do país, nos quais se concentrou a maioria dos estudos sobre o tema em vista, além de contribuir para revelar outra dimensão política a que se direcionaram as pressões sociais do período.

Emblematicamente, manifesta-se uma incompatibilidade latente entre a pretensa generalidade da conduta referida por Carvalho como “estadania” e a natureza

---

<sup>286</sup> CARVALHO, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, 1987 e *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, 1990.

<sup>287</sup> CARVALHO, *Cidadania na encruzilhada*. In.: BIGNOTTO (Org.), *Pensar a República*, p. 125.

do comportamento político-associativo dos atores estudados, ora examinado através dos abaixo-assinados. Por força da identificação da noção cunhada pelo autor à participação política popular no Brasil evidencia-se, sobretudo, seu viés clientelista, a busca aos favores intermediados pelos agentes dos poderes públicos, em contraposição à cidadania, que requer uma atuação fundada na livre organização da sociedade civil. No ponto a que chegamos em nossas reflexões, no entanto, já nos parece claro que somente uma fração específica da empiria analisada admite sem dificuldades ser lida através da idéia de “estadania”, aquela que respeita às incursões individuais de populares na política local. Refletindo com mais atenção, portanto, parece-nos acertado relativizar a abrangência das conclusões de Carvalho (e outros autores que nos falam a partir dos mesmos cânones) acerca da participação popular no Brasil. As evidentes discrepâncias entre as opiniões deste autor e o que nos dizem nossas fontes sobre a atuação coletiva das camadas desfavorecidas junto à administração municipal de Montes Claros sinalizam-no exemplarmente. Em certos aspectos, a participação no campo da política municipal poderá destoar aos padrões observados nas instâncias superiores. Cada contexto levará os atores a determinadas atitudes. Isto é, ao fim e ao cabo, como dissera Edward Palmer Thompson, um tanto metaforicamente, “a consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca da mesma forma”.<sup>288</sup> Por isso, acreditamos que a atuação das camadas populares nos municípios, com suas particularidades, pode nos revelar características igualmente cruciais à cidadania, especialmente, em um país continental e diverso como o nosso. Por sinal, a diversidade é uma característica marcante mesmo em nosso reduzido contexto de pesquisa. Além de várias na forma, as alternativas populares de participação examinadas alternam entre pedidos deferentes e clamorosos e comportamentos que se afiguram o oposto disso.

Delineados com objetividade, contundência e sagacidade, arrematando quantidades significativas de assinantes, forjados pelos atores com base em sua convivência, identidade social e conseguinte capacidade associativa, em sua maioria, os abaixo-assinados atestaram a autonomia comportamental destes face às instituições político-administrativas locais e seus titulares. Teriam os atores estudados, conforme já aludimos, seus interesses próprios e opiniões formadas sobre obrigações recíprocas para com o governo municipal. Impulsionados por estas referências simbólicas e empíricas,

---

<sup>288</sup> THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa*, p. 10.

esforçaram-se para manter equilibrada a relação com os dirigentes, tendo em vista convencê-los a atender suas demandas relativas às dificuldades concretas que emergiam no cotidiano da periferia, as quais, em geral, tendiam a passar “desapercebidas” aos representantes políticos. 1954 expirava quando sessenta e nove habitantes do bairro Roxo Verde, após meses sem água, mobilizaram-se para dirigir ao prefeito esta queixa:

Os abaixo assinados, proprietários e residentes no bairro Roxo Verde, nesta cidade, vem respeitosamente solicitar a Vossa Excia um apêlo, para que seja fornecido água neste bairro o qual já a quatro meses que não temos, pois existia a desculpa da seca e agora qual será?!...  
Precisamos saber pois se todos nos pagamos a taxa d’água!... E se caso não fornecer água, devem portanto suspender a taxa dêse imposto!...  
Saudações...<sup>289</sup>

Entrevendo nas primeiras frases do documento uma postura cortês, respeitosa e deferente, logo nos surpreendemos com a maneira assaz categórica pela qual o problema em vista fora exposto. Pontos de interrogação, exclamações e reticências carregavam de ênfase severos questionamentos a respeito da interrupção do fornecimento de água ao bairro. A exasperação dos peticionários, devia-se ao fato de se sentirem abusivamente “injustiçados”, dito de outro modo, tolhidos em seu “direito”, fundamento central às intervenções populares na política. Apesar de não o terem dito literalmente, podemos inferi-lo com relativa tranqüilidade em seu próprio relato. Afinal, segundo explicaram, todos pagavam a “taxa d’água”, obviamente, com a finalidade de desfrutar seu fornecimento. Posto que permanecesse interrompido o serviço, sem razões plausíveis uma vez que não mais havia “a desculpa da seca”, nada mais natural que o respectivo “imposto” também cessasse. Nessas circunstâncias, haveria razões consistentes para tamanha indignação. A postura assumida pelos requerentes justificava-se em função do desacordo entre a condição em que se encontravam e as concepções de justiça que fundamentavam suas relações com os seguimentos dominantes, portanto, impossibilitados a ignorar arbitrariamente as pressões dos subalternos talvez ao custo da legitimidade de seu mando. Sintomaticamente, os próprios vereadores consideraram em plenário “o pedido feito pelos moradores (...) justo e merecido”. E, o prefeito, endossando-os, por sua vez, deferiu a solicitação dentro de poucos dias. Anotações feitas pelo chefe da Comissão de Obras Públicas no verso do requerimento confeccionado pelos reivindicantes revelam-nos que fiscais do setor foram logo

---

<sup>289</sup> DPDOR 008/APMC.48.05.06/000.001/1950/05/22, p.8. 130 p.

enviados ao local de onde proveio a reclamação, tendo confirmado o problema denunciado pelos habitantes. Entretanto, nove meses decorreram entre a manifestação destes e o parecer do órgão acerca da solicitação. Decidiu-se pelo arquivamento desta, à espera de “oportunidade” para atendê-la. Eis o que diziam aos habitantes dos subúrbios locais, com maior freqüência, os carimbos das autoridades reforçados pelas rubricas de seus manipuladores e justificativas como a “falta material” ou “pessoal para a realização do serviço”, sendo que, não raro, inexistiram ambos.

Dessa maneira, a conquista de soluções definitivas aos problemas enfrentados nos bairros exigia que os moradores fossem contumazes em reivindicá-las. Os residentes do bairro Roxo Verde demonstraram sê-lo, produzindo diversos abaixo-assinados solicitando a correção das irregularidades observadas no fornecimento de água em suas moradas. Os problemas nesse setor decorriam de deficiências na rede de abastecimento. Confirmam-no pareceres dos fiscais da prefeitura e os próprios reclames da população. É o caso de documento datado em 1956, outro exemplar significativo para a compreensão da conduta coletiva dos habitantes da periferia. Desta feita, vinte e cinco moradores do bairro em foco discorreram minuciosamente sobre a escassez de água. Dirigindo-se ao presidente da Câmara e demais vereadores, versaram o seguinte:

Os abaixo assinados, moradores e proprietarios no bairro ‘Roxo Verde’, desta cidade, vêm solicitar de V. Excia e de seus dignos Companheiros de Camara suas valiosas influencias junto ao poder executivo no sentido de que seja feito a este bairro, pelo menos por algumas horas durante o dia o fornecimento de agua Canalizada como era feito em tempo passado. Passando por aquele bairro uma rede de agua que serve ao bairro do ‘Cintra’, existe proximo ao viaduto da Central um registro que, quando feichado por algumas horas permitiria a elevação da agua no bairro ‘Roxo Verde’ com o consêquente fornecimento de agua a todos os moradores.

Atualmente entretanto o dito registro não mais funciona, não se sabendo porque, deixando todos moradores do bairro totalmente sem agua.

Entendem os abaixo assinados que os motivos comentados aqui no bairro para tal desaprêço, são sumamente vergonhosos para serem verdadeiros.

Já dirigiram os abaixo assinados por diversas vezes a esta prefeitura pedindo providencias. Sendo que ate hoje nada foi feito para minorar o sofrimento deste populoso bairro.

Confiados no espírito esclarecido dos Senhores Vereadores, esperam os abaixo assinados um pronunciamento favorável desta Casa, de seja levando ao Conhecimento do Sr. Prefeito tal ocorrencia para que Sua

Excia possa compelir os responsáveis e dar mais um pouco de Atenção aos reclamos das populações dos bairros.<sup>290</sup>

Demonstrando notável conhecimento das convencionais formalidades da correspondência oficial, respeitando-as com precisão, os protagonistas dessa manifestação pareciam também compreender satisfatoriamente as diferenças existentes entre as atribuições dos poderes municipais e procurar usá-las em seu favor. Assim, entrevistaram e pronunciaram-se em conformidade à disposição hierárquica destes ao solicitarem ao legislativo o encaminhamento de sua demanda ao executivo. A limpidez com que expuseram sua queixa, a causa e a solução prováveis à falta d'água no bairro, do mesmo modo, dão-nos pistas do aprendizado adquirido através da experiência contínua com a organização de petições. A altivez, os valores e as estratégias persuasivas comuns a esse contexto revelaram-se na afirmativa de que os signatários teriam “por diversas vezes”, debalde, solicitado à prefeitura providências cabíveis ao seu caso, sendo que “ate hoje *nada* foi feito para minorar o sofrimento desse populoso bairro”. Assim, testemunhavam sua própria pertinácia, recobravam aos administradores sua função de garantir o bem estar dos habitantes e justificavam seu direito com base no aludido consenso. Este se oferecia a mais de um emprego. Como foi visto, podemos depreender ainda que os atores referiam-se à sua numerosidade e união também para ressaltar a força eleitoral que constituíam. De posse desse arsenal, conscientes de sua força e da legitimidade de sua posição, não titubearam em denunciar o “desapreço” de que eram alvo e os motivos desta desatenção como “sumamente vergonhosos para serem verdadeiros”, cobrando aos destinatários uma postura digna de suas destacadas posições na forma de “mais um pouco de atenção aos reclamos das populações dos bairros”. Como há muito aprenderam a fazer, disseram-se confiantes no “espírito esclarecido dos Senhores Vereadores”, estrategicamente associado a “um pronunciamento favorável desta Casa” perante a demanda apresentada. Assim, como nos parece ter sido comprovado em outros episódios, ao seu modo e de acordo com seus interesses concretos, apropriavam-se do discurso emanado pelo poder estabelecido reinterpretando-o. Esta operação cognitiva, conscientemente ou não, promovia uma inversão na lógica original dos enunciados hegemônicos.<sup>291</sup> As presumíveis auto-

---

<sup>290</sup> APCM/PAD/1956.

<sup>291</sup> Laurindo Mékie Pereira destacou o auto-elogio das supostas competências da classe dominante no discurso oficial. Este procedimento visaria, segundo o autor, distinguir os membros das camadas

justificações dos mandantes não alcançavam pois conformar a população dos subúrbios a uma postura resignada e contemplativa. Pelo contrário, as idéias vindas “do alto” passavam a legitimar, inversamente, as mobilizações e demandas existentes ao rés-do-cotidiano popular. Isto é, se as elites diziam-se aptas à liderança, os populares exigiam-lhes provas de sua capacidade de governança condicionando-a ao provimento razoável das suas necessidades.

No entanto, deve ser observado que, cotejando as intervenções coletivas efetuadas por intermédio dos abaixo-assinados ao universo das ingerências individuais, notamos entre eles, em discrepância a estas, absoluta ausência de alusões explícitas a práticas partidárias. Enquanto, com alguma freqüência, às vezes afirmando-se “correligionários”, os atores solitários pareceram negociar expressamente seu “serviço” político pretérito ou futuro ao se dirigirem aos poderosos, diferente disso teriam feito os atores coletivos, que jamais justificaram seus requerimentos às autoridades administrativas municipais como retribuição devida ao voto. Tendo em vista esta suposta autonomia, parece-nos, a atuação coletiva facultava um comportamento propriamente político, talvez, manifestando uma consciência diversa da importância do sufrágio, conforme aos princípios formais da representatividade política. Como vimos, associados, os atores em geral apenas indicavam de maneira elíptica que o emprego futuro de sua força eleitoral poderia observar o deferimento atual de seus pedidos, antes de tudo, como uma advertência de que a política deveria, necessariamente, servir ao bem estar coletivo. Não obstante, é claro, sabiam usar da (fisi)lógica da política a que se apega(va)m as lideranças tradicionais para cobrar delas promessas feitas em suas campanhas eleitorais. Exemplarmente, em busca de diversos melhoramentos, dirigiram-se ao vereador José Linhares Frota Machado em 1959 cento e um moradores do bairro Santos Reis, pedindo-lhe “seus máximos esforços na Câmara Municipal e junto ao Senhor prefeito Municipal, que, em campanha eleitoral, nos prometeu mais ainda do que estamos a pedir”.<sup>292</sup> Tomando a sério o comprometimento verbal das elites com suas demandas, os moradores formulavam um “contra-discurso” reivindicatório em que compromissos eleitorais de antanho convertiam-se em “dívidas”

---

economicamente superiores aos demais, legitimando a hegemonia dos primeiros. PEREIRA, *A cidade do favor*: Montes Claros em meados do século XX, *passim*.

<sup>292</sup> DPDOR/APMC/caixa 33/pacote 144/doc. 005.890, 29.03.1959.

e, conseqüentemente, o seu cumprimento tornava-se para eles um “direito” presente – oportunidade concreta que não se poderia desperdiçar em uma realidade pouco favorável à melhoria das condições de vida das classes populares.

Há ainda pelo menos um aspecto significativo não examinado no aprendizado político-associativo respeitante à vivência nos bairros periféricos. Tal exercício, materializado em abaixo-assinados, sobrevivendo e transformando-se com tempo, não só mantinha vivas entre os atores características comportamentais já assinaladas. Com a prática, puderam estes esmerar certos fundamentos de sua atuação conjunta, acrescentando-lhes outros recursos. Notamos, por exemplo, aprimoramentos na verbalização e nos critérios das intervenções produzidas por certos grupos no curso dos anos. Não há dúvida de que este seja um fato de difícil evidência empírica. Ainda assim, importa registrar que diante dos conjuntos das petições compiladas (a maioria delas não incluídas neste texto por razões objetivas) fomos tomados por esta impressão, à qual se seguiu uma desconfiança. Não seria descabido que, no contexto estudado, sujeitos externos, com interesse político-eleitoral, imiscuissem-se entre os atores associados orientando-os na confecção dos abaixo-assinados. É provável que houvesse tentativas nesse sentido. Todavia, possibilidade de interpretação diversa confirmara-se em novas pistas. Mais atentos aos assinantes das petições em busca de nomes “insignes”, no corpo de sucessivas listas de assinaturas de mesma origem e encabeçando-as, contrariamente, chamaram-nos atenção nomes corriqueiros. A reincidência destes parece-nos um claro indício da manutenção da prática. Além disso, mostra-nos que determinados moradores empenharam-se em agrupar seus pares ou em correr entre eles documentos reivindicatórios sempre que problemas coletivos os afligiam. De fato, surgiam lideranças entre os habitantes dos bairros. Porém, ao que tudo indica, sobretudo na relação entre eles próprios.

Zeferino Oliveira Guedes, morador da Vila Guilhermina, parece ter sido um bom exemplo de líder popular formado no esforço coletivo dos habitantes suburbanos em busca de soluções para problemas cotidianos. Seu nome fez-se presente em praticamente todas as petições ali organizadas nas décadas de 1950 e 1960, a maioria das vezes, à frente das demais assinaturas. Comparando sua própria caligrafia à usada na escrita dos textos, sem dificuldade, logo constatamos que fora ele o redator da maioria dos requerimentos e, portanto, um especial incentivador destes. A influência

que exerceu naquela vizinhança comprovou-se quando, sob sua presidência, em 1961, fora fundada a “Associação dos Amigos da Vila Guilhermina”, apresentada à administração municipal em 20 de novembro. Ao seu lado estavam Vicente Gonçalves de Oliveira e Nelson Ribeiro de Almeida, aquele secretário, este tesoureiro.<sup>293</sup> A atuação de Guedes logo ultrapassou os limites do bairro, inscrevendo-se no contexto das “associações de classe”. Em 1955, elegeu-se 2º secretário da União Operária e Patriótica de Montes Claros,<sup>294</sup> entidade que viria a presidir em 1959,<sup>295</sup> simultaneamente ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil.<sup>296</sup> Enquanto representante de classe, esteve ativamente presente em assembléias e eventos relacionados a questões de interesse dos trabalhadores. Em âmbito local, envolveu-se em discussões sobre carestia de vida e aumento de salários, chegando a participar de congressos estaduais e até nacionais relativos a vários temas.<sup>297</sup> Não há indícios de que Guedes tenha tentado se ingressar na política. No entanto, sua experiência encarna o advento do ator político-social que perscrutamos no plano do município, elucidando vínculos entre a atuação político-associativa dos habitantes da periferia e dos trabalhadores assalariados locais, modalidade de participação esta analisada a seguir, após examinarmos algumas cenas da mobilização de moradores na Vila Guilhermina.

Conforme sabemos, os bairros populares eram aglomerados populacionais “afastados” do “perímetro urbano” para os padrões da época. E, além da distância, frequentemente, outros obstáculos se impunham aos seus habitantes ao demandarem à “cidade”. Os moradores da Vila Guilhermina, por exemplo, durante muito tempo, acessaram-na através de uma antiga ponte, construída sobre barroca natural. Sendo a passagem pois de grande importância para eles, não obstante, encontrava-se em precário estado de conservação em 1956. Contra esta situação, um conjunto apreciável de subscrições fora remetido ao vereador Cândido Simões Canela, acompanhando o seguinte texto, datado de 14 de novembro:

---

<sup>293</sup> DPDOR 008/APMC.50.01.05/000.001/1959/02/04, p. 341. 411 p.

<sup>294</sup> APCM 005/APMC. 49.01.07/000.002/1955/02/01, p. 31, 303 p.

<sup>295</sup> APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 240. 945 p.

<sup>296</sup> Gazeta do Norte, 13 de agosto de 1959.

<sup>297</sup> APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 347 e p. 664-8. 945 p.; DPDOR 008/APMC.50.01.05/000.001/1959/02/04, p. 158. 411 p.

Ilmo. Exmo. Snr. Cândido Simões Canela.  
M. D. Vereador á Camara Municipal de M. Claros.  
Respeitosos cumprimentos.

Nós abaixo assinados, residentes a Vila Guilhermina, viemos mui respeitosamente solicitar a V.Sa. se digne sientificar a administração municipal, o estado deploravel em que permanece a mais de um ano, a ponte localizada no final da Rua Dr. Veloso, ligando a Cidade e referida Vila.

Para que V.Sa. tenha nítidez do que pedimos anotamos as seguintes irregularidades sobre a ponte que é demasiadamente estreita, sem corrimão de um lado, esburacada, com a permanencia de um vasamento no cano de agua, e situada numa curva e sem iluminação.

Certos de que VSa. prestigiará na medida do possivel o nosso apêlo, agradecemos antecipadamente.<sup>298</sup>

Longe de submisso ou elogioso, o pedido, registrado com objetividade, apresentava como trunfo principal significativo respaldo. Cento e quatro pessoas o assinaram, inclusive Zeferino Oliveira Guedes, que o redigiu e primeiro subscreveu. A reivindicação não fora, todavia, prontamente atendida. O ressentimento face à indiferença da administração municipal, latente no documento transcrito acima, com o prolongamento da espera, tivera ocasião de tornar-se explícito. Demonstra-o reclame firmado por Guedes em nome de seus vizinhos na edição de 08 de agosto de 1957 do jornal *Gazeta do Norte*. Através deste, protestou porque o bairro não dispunha de fornecimento de água, energia elétrica nem de sistema de esgoto. E, além dessas privações, seus residentes continuavam tendo que se arriscar em suas idas e vindas ao centro devido aos problemas da “velha ponte”, já relacionados em abaixo-assinado de 1956. Um tom notadamente agressivo envolvia o pronunciamento de Guedes no semanário, uma vez que, sem dissimulação, ele atribuíra o estado de abandono a que foi legado o bairro pelos poderes públicos municipais ao fato de ser o lugar habitado por “operários das mãos calosas e [pel]os sofredores da lavoura”.<sup>299</sup> Não obstante a recorrência das queixas, a contundência destas e a gravidade da situação dos moradores em questão, as obras na referida passagem foram iniciadas apenas em 15 de junho de 1961.<sup>300</sup>

Diante da necessidade de uma escola para o bairro, os habitantes da Vila Guilhermina associaram-se noutra ação digna de nota em 1958. Nesta ocasião, mais

---

<sup>298</sup> APCM/PAD/1956. Não se tem claro se alguma folha de assinaturas foi perdida. As assinaturas encerram-se na última linha da última folha, provocando esta suspeita.

<sup>299</sup> PEREIRA, *A cidade do Favor: Montes Claros em meados do século XX*, p. 169.

<sup>300</sup> APCM/PAD/1961.

uma vez sob liderança de Guedes, produziram abaixo-assinado com duzentos e vinte um nomes, o qual fora entregue ao mesmo vereador, Cândido Simões Canela. O texto, datado em 15 de fevereiro, conciso e direto dizia:

Exm<sup>o</sup>. Sr.  
Candido Simões Canela  
M.D. Vereador a Camara de M. Claros  
Nós abaixo-assinados, residentes na Vila Guilhermina do Bairro Sto. Expedito, vimos respeitosamente solicitar de V. Ex. pleitear a quem de direito, uma escola para nossa Vila, o que viria satisfazer aos anseios de elevado numero de creanças que não conseguiram matriculas para o ano em curso.<sup>301</sup>

Na linha seguinte, seguiam-se as assinaturas dos moradores. Aqueles que possuíam filhos, à frente de seu nome, informaram a totalidade destes, discriminando os em “idade pré-escolar” e os em “idade escolar”. Os restantes subscreveram a petição em solidariedade aos primeiros. Como de costume, a lista fora iniciada por Guedes, que se revelou responsável por uma das maiores proles das redondezas: dez filhos, três na primeira fase educacional, um na segunda. O criterioso documento não demorou a ser submetido pelo destinatário à apreciação de seus pares. Na “sala das sessões” da Câmara, aos 19 de fevereiro, com base nos dados constantes na petição, este enfatizara a necessidade que tinham do benefício almejado os solicitantes. Dizia ele argumentando: “Ali, segundo afirmam, existem 710 crianças, das quais 340 em idade escolar e 308 em idade pre-escolar e o restante (setenta e oito -78-) já matriculados, com mil dificuldades em grupos da cidade.”<sup>302</sup> A quantia total, como se vê, não coincidia exatamente com o fracionamento efetuado pelo vereador. Mas a diferença de 16 estudantes é pequena, compreensível e até irrelevante mediante a extensão do universo em vista e à complexidade do documento.

Por fim, interessa recuperar intervenção dos atuantes moradores da Vila Guilhermina com data de 15 de março de 1959. Na ocasião, setenta deles subscreveram este abaixo-assinado endereçado ao vereador José Linhares Frota Machado:

Nós abaixo assinados, residentes na Vila Guilhermina, vimos solicitar de V. Excia se digne enterceder junto as autoridades competentes, pela instalação nos bairros da cidade, de Postos Policiais. Campanha a anos ensetadas pelo ‘O Jornal de Montes Claros’. Va. Excia. coerentemente apresentou requerimento na ultima reunião da Camara o que veio ao encontro de velha aspiração dos habitantes bons, nos referidos bairros.

---

<sup>301</sup> APCM/PAD/1958.

<sup>302</sup> *Idem.*

Solicitamos também colocação de duas lâmpadas nos postes da CEMIG de um e outro lado da barróca, no final da Rua Bocaiuva, início da Vila Guilhermina, afim de evitar perigos aos transeuntes, tendo em vistas nas últimas noites, havido duas tentativas de assaltos. Agradecemos a atenção que a esta despensar, subscrevendo-nos com estima e consideração.<sup>303</sup>

Este documento indica outro aspecto significativo da atuação dos atores estudados no cenário político municipal, a presença de representantes destes em reuniões legislativas, o que permitiria a todos acompanhar a conduta dos líderes políticos e cobrar o empenho destes em tratar questões de interesses geral. Seria a presença em plenário mais um recurso através do qual crescente pressão social por “direitos sociais” se fazia sentir aos governantes. A maneira coletiva de “conceber”, “praticar” e “viver a política”<sup>304</sup> demonstrada pelos atores enquanto vizinhança, em que se pese o maior potencial simbólico da atuação coletiva na construção política da “cidadania”, admoestava a administração local a transigir face aos interesses populares. Embora não ameaçassem em momento algum a ordem estabelecida nem postulassem a ampliação da participação no governo – o que só se verificou pontual e excepcionalmente no contexto das mobilizações populares contra a carestia discutidas no próximo capítulo –, ao exprimirem insatisfações ou demandas (que as fontes, qualitativa e quantitativamente, fazem crer) amparadas em amplo consenso, os abaixo-assinados, e também as cartas e organismos associativos, explicitavam uma noção consistente acerca da legitimidade do poder político, condicionando-a ao atendimento às demandas “dos habitantes bons”. Fica pois atestada a convicção das classes trabalhadoras no papel das “autoridades competentes”. Estas e/ou a política deveriam garanti-las condições “justas” de vida, uma espécie de “bem estar social”.

Desse modo, os documentos provenientes dos bairros elucidam não só a percepção dos moradores mais humildes sobre sua condição de explorados, mas seu conhecimento acerca da dependência que deles tinham as elites e dos deveres político-administrativos destas para com eles. Eram os homens e mulheres simples da periferia cômicos de sua importância no jogo em que se engalfinhavam os poderosos em luta por interesses em geral excludentes, sabendo como fazer uso dos “valores” dominantes para conquistar os recursos de que careciam também enquanto coletividade. Devemos,

---

<sup>303</sup> DPDOR/APMC/caixa 37/pacote 144/doc. 005.890, 04.02.1959.

<sup>304</sup> RÉMOND, *Por uma história política*, p. 449-450.

portanto, distinguir a capacidade de ação conjunta como aspecto importante da participação política popular em Montes Claros, sobretudo a partir dos anos 1950, passando ao exame do segundo viés de sua efetivação, as associações de trabalhadores.

## **Capítulo 4: Intervenções sociais e posicionamentos político-partidários dos trabalhadores nos anos 1950 e 1960**

### **4.1 Trabalhismo brasileiro e “cultura política popular”**

Durante a década de 1950 e os primeiros anos do decênio seguinte, assistia-se no Brasil à emergência social e política das classes populares ou trabalhadoras. Quanto ao entendimento da natureza desse processo, situamo-nos ao lado daqueles que defende(ra)m que estas encontravam identidade e estímulos ao seu potencial associativo no chamado “trabalhismo brasileiro”, cujos momentos áureos coincidiram com o período em destaque neste capítulo. Ângela de Castro Gomes, autora de estudo clássico sobre o tema, descreveu o fenômeno trabalhista como um conjunto de idéias, crenças, valores, símbolos e estilos de fazer política integrados às culturas partidária e sindical brasileiras por volta de 1940, constituindo-se a partir de então em uma das mais fortes tradições políticas nacionais.<sup>305</sup> Ao certo, podemos nos referir a uma cultura política trabalhista propriamente dita, a qual obteve ampla penetração entre os trabalhadores brasileiros dos grandes centros e, aparentemente, também do interior. Como assinalou Jorge Ferreira, seguindo a interpretação gomesiana, uma primeira manifestação social do trabalhismo fora o “getulhismo”. Esta postura algo reverente, personalista e sentimental dirigida à Vargas notadamente em razão da regulamentação dos direitos trabalhistas recrudescera em 1945. Mediante vitupérios lançados pelos setores oposicionistas contra as intenções do presidente em dar continuidade ao seu mandato, tiveram início várias manifestações sociais espontâneas protagonizadas por

---

<sup>305</sup> GOMES, *A invenção do trabalhismo*, 1988.

trabalhadores em favor de sua permanência. O episódio fora bastante revelador quanto à perspectiva pela qual as camadas pobres da população brasileira avaliavam os acontecimentos políticos nacionais. Através dele podemos entrever expectativas políticas populares que parecem ir muito além de gratidão fisiológica. Há tempos, o próprio Vargas e os políticos concatenados em dele alegavam (e ofereciam mostras concretas de) levar adiante um projeto político-social para o Brasil declaradamente distinto da “democracia liberal excludente das elites”, designado trabalhismo, que teria como objetivo máximo o estabelecimento de um Estado forte e garantidor dos interesses sociais dos trabalhadores. Cientes disso e simpáticos à proposta trabalhista, estes julgaram que “os ataques das oposições veiculados nos jornais” naquele ano não só “desmereciam” ao presidente, mas sinalizavam o possível perecimento do plano liderado por ele. Do ponto de vista dos operários de diversas regiões do país que se mobilizaram para reivindicar a manutenção de Vargas, portanto, tendo sido ele fundamental à conquista da legislação do trabalho, continuava a sê-lo à preservação desta. Tal era a abrangência desta representação que os protestos populares logo assumiram as proporções de uma campanha política nacional, originando o chamado “movimento queremista”. Aos poucos, estrategicamente, o Ministério do Trabalho e o PTB colocaram-se à frente da grande mobilização, sem deixar que ela perdesse sua característica de movimento social. Neste contexto, o “getulhismo” encontrou-se definitivamente com o “trabalhismo”, oferecendo bases sólidas para a consolidação do partido, no qual se institucionalizou elementos importantes do ideário social historicamente defendido pelos trabalhadores. Por conseguinte, a legenda tornou-se um relevante instrumento de mobilização popular, passando a expressar a partir de então, em medida crescente, a “consciência” e “vontade política” das classes trabalhadoras no cenário político nacional.<sup>306</sup>

Em Montes Claros, notamos alguns sinais da repercussão das idéias trabalhistas. A fim de revelá-los, examinaremos a trajetória de entidades de trabalhadores e demais organismos coletivos de caráter popular na esfera política municipal. Primeiramente, objetivamos conhecer este outro aspecto da proeminência do

---

<sup>306</sup> FERREIRA, A democratização de 1945 e o movimento queremista. *In.*: FERREIRA; DELGADO (Orgs.), *O tempo da experiência democrática*, p. 17-18, 33-34 e 43; FERREIRA, Os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945. *In.*: FERREIRA, *O imaginário trabalhista: getulhismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964*, p. 19-95.

fator mobilização social na atuação das classes populares locais em meados da temporalidade investigada. Em segundo lugar, tendo como foco os anos eleitorais de 1960 e 1962, procuramos identificar o partilhamento da cultura política trabalhista entre a população assalariada do município, atentando às suas possíveis implicações sociopolíticas. Para isso, faremos uso, sobretudo, de vestígios sobre posicionamentos político-partidários assumidos por lideranças de entidades populares e preferências demonstradas pelo segmento estudado de maneira mais ampla encontrados na *Gazeta do Norte*, jornal de circulação regional, aparentemente preponderante à época.

#### **4.2 As “associações de classe” dos trabalhadores locais**

Nos arquivos da administração e/ou imprensa locais, as referências existentes a respeito do associativismo de trabalhadores confirmam a anterioridade deste recurso à prática coletiva efetuada nos bairros. Apesar de obscuras, tais informações revelam ter existido nos anos 1930 uma União Operária e Patriótica de Montes Claros, um Sindicato dos Motoristas do Norte de Minas outro dos Trabalhadores em Construção Civil e, até mesmo, uma União Sindicalista. Assim, apesar das limitações das fontes, há sinais de um precoce florescimento das chamadas “associações de classe” no município, todavia, ensaístico e logo abortado. Antes que o atribulado decênio expirasse, a semente de uma possível expansão dos órgãos gregários dos trabalhadores, que acompanharia ou mesmo antecederia o estabelecimento de um cenário propriamente urbano, estancou. Por toda a década de 1940, longo e intrigante silêncio envolve as referidas entidades. Ao contrário das demais associações, a União Operária manteve-se à vista. Contudo, parece ter se restringido à promoção de eventos comemorativos, como o dia do trabalho, os quais não parecem ter tido plena continuidade. Acaso ou não, este interregno coincidiu com a emergência do Estado Novo e somente findou-se após o perecimento deste. Com o advento da “experiência democrática”, paulatinamente, as associações da classe trabalhadora montesclareense recobram o fôlego, alcançando efervescência inédita e, como veremos, superando a puerilidade características das primeiras tentativas. Na virada da metade do século, a

mobilização popular entrava em franca ascendência. Por um lado, destacava-se a atuação de moradores periféricos, cujos desdobramentos e possíveis relações com a modalidade de participação social e política ora em exame aludimos na seção anterior. Por outro lado, irrompiam no cenário local novas sociedades profissionais, a exemplo do Sindicato dos Condutores de Veículo a Tração Animal e Terrestres,<sup>307</sup> da Associação dos Padeiros e da Associação dos Mecânicos.<sup>308</sup> O associativismo por categoria profissional avançava. Em razão disso, provavelmente, (res)surgiram no município órgãos “inter-classistas”. Em meio à torrente de expectativas atizadas pela possibilidade de redemocratização política do país em 1945, realizaram-se as primeiras assembleias do Movimento Unificador dos Trabalhadores de Montes Claros.<sup>309</sup> As conhecidas União Operária e União Sindicalista, esta sob nova designação, Conselho Inter-Sindical, preparavam-se para uma guinada, renovando seus quadros e comportamento. Além disso, associações ainda mais genéricas surgiam em defesa das causas populares, como a Associação das Donas de Casa de Montes Claros, aumentando as pressões sociais sobre os poderes públicos municipais. Este é, *grosso modo*, o panorama geral da prática associativa dos trabalhadores no contexto estudado. A partir daqui, tentemos fitá-la em busca de desvendar alguns detalhes e particularidades de seu desenvolvimento.

#### 4.2.1 Aparecimento e trajetória

Mapear com exatidão o aparecimento e a trajetória das “associações de classe” de trabalhadores em Montes Claros é tarefa ainda por fazer e, diga-se de passagem, só realizável a contento mediante uma pesquisa dedicada exclusivamente a ela. Fato é que, quanto mais recuamos no tempo, este objetivo torna-se mais distante do nosso alcance a partir das fontes de que dispomos nesta investigação. As evidências encontradas são assaz fragmentárias, sumárias e dispersas, tornando-se mais contínuas apenas em fins do período examinado em função da maior intensidade das intervenções populares por aquela via nesta fase. Ainda assim, a reconstituição do processo demandaria um *corpus* documental mais amplo e diversificado, incluindo materiais

---

<sup>307</sup> APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 727. 945 p.

<sup>308</sup> APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 664-8. 945 p.

<sup>309</sup> Gazeta do Norte, 5 de agosto de 1945.

produzidos pelas próprias associações, cujo destino se desconhece, bem como, a descoberta e interrogação de testemunhas oculares ou partícipes da atuação destas. Não logramos, pois, ir muito além de constatar a existência das mesmas e propor um sentido interpretativo possível, com base na organização das pistas que deixaram em nosso universo empírico, um tanto limitado para fundamentar finalidade mais pretensiosa.

Em 1935, o prefeito Floriano Neiva de Siqueira Torres oficiou em resposta a Cecílio Alves Barbosa, secretário da União Sindicalista de Montes Claros, agradecendo a este, “muito penhorado”,

(...) a gentileza da comunicação da posse da nova directoria desta prospera associação e que vae dirigir os seus destinos em 1935 [fazendo] votos para que seja coroado de pleno exito os esforços de tão util associação.<sup>310</sup>

Durante aquele ano, a administração municipal também considerou a União Sindicalista ao emitir seus comunicados gerais. Recém nomeado prefeito, em junho, José Antônio Saraiva não se eximiu a anunciar ao presidente desta associação, Francisco Guimarães, sua posse no cargo, solicitando ao mesmo “colaboração e apoio em benefício deste prospero Município”.<sup>311</sup> Informes semelhantes foram emitidos, na mesma ocasião, a diversos prefeitos, demais autoridades regionais e à Associação Comercial de Montes Claros, reduto por excelência das elites locais.<sup>312</sup> A União Sindicalista fora mencionada em meio a instituições locais diversas, ainda, quando o prefeito noticiou ao diretor geral de Informações e Estatística do Ministério da Educação, no mesmo ano, acerca dos participantes da “Semana da Educação”, evento de abrangência nacional, na cidade.<sup>313</sup> Ao que parece, portanto, o órgão sindical desfrutava razoável visibilidade. Concomitantemente à sucessão na prefeitura municipal, surgia na cidade o Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil de Montes Claros, o qual alçará posição de destaque nas movimentações político-sociais de fins da cronologia investigada. José Antônio Saraiva retribuiu a “gentileza da comunicação” de sua criação agradecendo-a em amistosas linhas, em que fazia “votos

---

<sup>310</sup> DPDOR 006/APMC.43.01.01/000.001/1934/09/11, p. 16. 93p.

<sup>311</sup> Pode-se suspeitar que Francisco Guimarães, presidente da União Sindicalista em 1935, seja o mesmo Francisco José Guimarães vice-presidente da União Operária em 1930 e vereador em 1937.

<sup>312</sup> DPDOR 006/APMC. 44.01.02/000.001/1935/06/17, p. 147. 365 p. A Associação Comercial de Montes Claros, mais tarde, “Associação Comercial e Industrial de Montes Claros”, que concatenou as elites econômicas regionais ao longo do período estudado, surgiu em 1934. DPDOR 006/APMC. 43.01.01/000.001/1934/09/11, p. 93. 93 p.

<sup>313</sup> DPDOR 006/APMC. 44.01.02/000.001/1935/06/17, p. 46. 365 p.

para que essa iniciativa seja coroada de brilhante sucesso” e prontificava-se “a cooperar com essa União no que estiver ao alcance desta Prefeitura”.<sup>314</sup> Ao raiar do ano seguinte, já em funcionamento há algum tempo, informara ao prefeito estar trabalhando pela regulamentação de sua existência o Sindicato dos Motoristas do Norte de Minas Gerais.<sup>315</sup>

A mais antiga associação dita de trabalhadores criada no município fora, no entanto, a União Operária e Patriótica de Montes Claros. Em edição de [16 de junho] de 1930, a *Folha do Norte*, efêmero periódico local publicado durante aquele ano, em cujas páginas a entidade encontrara algum espaço e provável simpatia, afirmou que esta emergiu aos 20 de janeiro de 1884. Entretanto, por razões não reveladas pelo anônimo colunista, atravessara um período de inatividade, também não especificado, antes de retornar mediante reformulações em seus estatutos acertadas em reunião datada de 15 de maio de 1927. Após o reinício de suas atividades, a União Operária parece ter se mantido em funcionamento ao longo de nossa cronologia, não obstante, como dissemos, possamos notar considerável arrefecimento em sua atuação a partir de meados dos anos 1930. Segundo o mesmo jornal, desde o seu aparecimento, a União Operária visaria

(...) ao conagraçamento do operariado local, e regional, em torno de um ideal, que é o da fortaleza moral, social e material pela união da classe” [e após o seu eclipse] ella ressugio, mais forte, mais idealista, pretendendo conquistar pela pratica o logar que lhe está destinado em nosso meio, pela importancia e finalidade do desiderato.<sup>316</sup>

Desde que ressurgiu, esta associação buscou atuar em diversas frentes. O “mutualismo” era uma delas, como sugere a criação de uma “Caixa de Pecúlios”, assim noticiada na mesma matéria:

Por proposta apresentada pelo sr. Sebastião G. de Oliveira, thesoureiro da União e após ser discutida em tres sessões, recebendo por essa ocasião diversos pareceres e emendas, foi creada a Caixa de Peculios e regulamentado o seu funcionamento, que começou em 26 de maio de 1927.<sup>317</sup>

---

<sup>314</sup> DPDOR 006/APMC. 44.01.02/000.001/1935/06/17, p. 151. 365.p. Segundo cabeçalho impresso nas folhas futuramente timbradas para sua correspondência, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, fora “Reconhecido pelo Sr. Ministro do Trabalho em 2 de maio de 1958”. APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 166. 945 p.

<sup>315</sup> DPDOR 007/APMC. 44.01.03/000.001/1935/07/03, p. 28. 387 p. Documento manuscrito. Consta a seguinte anotação do destinatário: “Agradecer e archivar. 20-11-936”.

<sup>316</sup> Folha do Norte. Ano I – N. [21]. Montes Claros, [16 de junho de] 1930. p. [?].

<sup>317</sup> *Idem*.

Com efeito, os membros da entidade contariam com alguns benefícios. O recurso financeiro recolhido era utilizado para custear “medico”, “medicamentos”, “auxílios e pensões” destinados ao “socorro” dos “socios necessitados”. De acordo com a prestação de contas referente ao ano de 1929, também abordada pela *Folha do Norte* de [16 de junho], então, os gastos com assistência médica contabilizaram “455\$000”. O “pagamento do 1.º pecúlio á viúva do consocio Carlos Dias de Sá” somou “108\$800”. Aos seus associados a confraria oferecia também ensino básico. “A requerimento do então 1.º consultor sr. Athos Braga, foi creada a escola noturna primaria e installada em 1.º de Novembro do mesmo anno” ao custo de “50\$000”. A “Caixa de Pecúlios” financiava, outrossim, atividades sociais e festivas internas, viabilizando a manutenção de uma banda de música, a “Lyra Operaria Montesclarensense”, que animava, dentre outras, as solenidades ensejadas pelo dia do trabalho, iniciadas em 1929 “por proposta do consocio José T. de Souza”.<sup>318</sup> As recreações propiciadas pela entidade incluíam ainda eventos esportivos, como comprova a realização de “uma partida de ‘Foot Ball’ do ‘União Esport Club’ e ‘Estrada de Ferro Foot Ball Club’ de Buenopolis”, ocorrida em 1937. A sugerir boas relações entre a associação e os poderes municipais, o prefeito fora convidado a assistir o jogo.<sup>319</sup>

O tipo de relacionamento estabelecido entre a União Operária e a administração local após reaparecer em 1927, durante mais de uma década, foi de nítida cooperação. A primeira evidência concreta disso surge em ofício remetido pelo prefeito interino Carlos Pereira dos Santos ao diretor do Departamento de Administração Municipal, órgão do governo do estado de Minas Gerais, em 8 de agosto de 1934. No documento Pereira informava que

---

<sup>318</sup> “A manutenção desta [Lyra Operária, a qual consumira “897\$000” da receita disponível em 1929], vinha correndo por conta de uma sociedade protectora composta por alguns dos socios da União, e desta como contribuinte, quando o 2.º secretario sr. José Batista propoz em assembléa o aumento da contribuição mensal dos socios de 1\$000 para 2\$000, passando a ser mantida pelos cofres da União”. *Folha do Norte*. Ano I – N. [21]. Montes Claros, [16 de junho de] 1930. p. [?]

<sup>319</sup> DPDOR 007/APMC. 46.01.07/000.001/1937/12/09, p. 229. 292 p. Importa acrescentar que a entidade que iniciara 1930 acrescida de 52 novos sócios, acumulava saldo positivo também em suas finanças. Em 1929, arrecadara 3:790\$280, quantia que somada ao saldo de 1:031\$600 do ano anterior “perfez 4:821\$880”. Deste total gastou-se 3:067\$500, restando “para o exercício seguinte, 1:754\$380”. *Folha do Norte*. Ano I – N. [21]. Montes Claros, [16 de junho de] 1930. p. [?].

(...) foi adquirido, em um local completamente fôra da area habitada da cidade, um terreno para n'elle ser construido o novo cemiterio, sendo a sua construção immediatamente atacada por intermedio da 'União Operaria e Partriotica' desta cidade, que tomou a si o encargo dessa construcção, tendo para isso obtido do prefeito mencionado [o predecessor Engº Orlando Ferreira Pinto] a necessaria autorização para vendagem de lotes no mesmo, para com esse produto ser feita a obra sem nenhum onus para os cofres municipaes, sobre pretexto de dar serviço a grande numero de operarios que na ocasião se encontravam sem trabalho.<sup>320</sup>

Neste episódio, claramente, efetuou-se uma parceria entre a associação e a prefeitura, com finalidades de interesse mútuo aos trabalhadores e ao governo do município, convém assinalar. Este se isentou dos gastos com o novo cemitério, enquanto “grande número de operarios” sem colocação, problema tratado no *Capítulo 1*, obteve emprego temporário na construção da necrópole. A obra fora anunciada na *Folha do Norte*, anos atrás, como “providência que já vae se tornando necessaria” e, portanto, “um serviço” que a “sociedade de classe muito util a esse meio” “vae prestar a Montes Claros, incontestavelmente”. Diante destas linhas, não soa totalmente estranho que a União Operária pudesse ser tratada, alternativamente, por “associação beneficente”.<sup>321</sup> Trata-se, por sinal, de outro importante indício da natureza manifesta pela instituição em terra idade. Nesse tempo, não oferecera qualquer motivo à conservadora elite local para se preocupar com suas atividades. É importante frisar, aliás, que habitavam os quadros da confraria elementos “acima de qualquer suspeita”, alguns dos quais viriam a se destacar na esfera política municipal, sem ocasionar qualquer perturbação ao curso desta. Em 1930, presidiu-a Miguel Braga, Francisco José Guimarães ocupou a sua vice-presidência e Athos Braga fora 2º Consultor.<sup>322</sup> Sete anos mais tarde podemos acompanhar o exercício do penúltimo como vereador, presidindo a Comissão de Legislação da Câmara.<sup>323</sup> O último, por sua vez, logo reapareceria como diretor e proprietário de *O Operário*. Chama-nos atenção não só a designação do periódico, mas o fato de ser assumido por um ex-membro da União Operária em 1945,

---

<sup>320</sup> DPDOR 006/APMC.42.01.01/000.001/1934/05/25, p. 28. 46 p.

<sup>321</sup> Folha do Norte. Ano I – N. 45. Montes Claros, 03 de dezembro de 1930. p. 2.

<sup>322</sup> Folha do Norte. Ano I – N. 38. Montes Claros, 17 de outubro de 1930. p. 2. Para o “exercício de 1931”, foram “eleitos os seguintes socios”: “Presidente – Francisco José Guimarães; Vice-presidente – Sebastião Gonçalves de Oliveira; Tesoureiro – Miguel Braga; 1.o secretario – Candido Alves dos Santos – reeleito; 2.o secretario – Manoel Alves da Silva; 1.o Consultor – Athos Braga; 2.o Consultor – José Soares de Miranda; Conselheiros – Joaquim Soares de Faria – reeleito; Osorio Valle, Miguel Ribeiro da Cruz e José Alves de Souza”. Folha do Norte. Ano I – N. 46. Montes Claros, 12 de dezembro de 1930. p. 2.

<sup>323</sup> DPDOR 006/APMC.44.01.02/000.001/1935/06/17, p. 93. 365p.

ano de muitas expectativas acerca do futuro da participação política popular no país. Contudo, ou talvez justamente por isso, Braga conferiu o lugar de “redator principal” ao “dr. José Esteves Rodrigues, acatado advogado em nosso fôro e presidente do U.D.N. em Montes Claros”. Embora não tenhamos colocado os olhos sequer em um exemplar do jornal, o qual não se encontra nos acervos públicos locais, as pistas colhidas no anúncio de seu advento posto na *Gazeta do Norte* dificilmente nos permitiriam acreditar que de fato se destinara a defender os “interesses do povo”, como argumentava a nota publicitária contrapondo-se ao “instinto mercantilista dos órgãos dos grandes centros”. Além disso, a evocação daquele duvidoso propósito alternava-se no registro surgindo noutras frases de efeito intercambiáveis entre si. Uma delas, todavia, parece-nos especialmente transparente quanto aos interesses verdadeiramente representados por *O Operário*, a qual o situava enquanto “mais um jornal que vem trabalhar” pelas “legítimas aspirações de progresso e civilização” (cuja orientação pode ser inferida em nosso *Capítulo 1*) da cidade.<sup>324</sup> Simultaneamente, Athos Braga, contador e professor, consolidava-se político, elegendo-se vice-prefeito em 1947 ao lado de Alfeu Gonçalves de Quadros. Ambos pertenciam às fileiras do PR. Durante 1948, quando ainda dirigia o referido noticiário, Braga esteve interinamente à frente do executivo municipal.<sup>325</sup>

O conservadorismo da União Operária vai se tornando mais evidente a cada informação encontrada a seu respeito nos arquivos pertinentes à primeira metade dos anos revisitados nesta pesquisa. Subvenções financeiras dos poderes municipais à instituição confirmam-se em pelo menos duas ocasiões. Primeiramente,

Por iniciativa do Presidente, foi dirigida uma representação á Camara Municipal desta cidade, conseguindo então que fosse votada a lei 692, de 1o. de outubro de 1929, mandando subvencionar a União com 60\$000 mensaes (...).<sup>326</sup>

Décadas mais tarde, em 24 de outubro de 1952, fora aprovado na Câmara Municipal outro projeto de lei prevendo no orçamento municipal auxílio à associação, dessa vez, de cr\$ 10.000.<sup>327</sup> Este apoio parece ter sido deveras fundamental ao futuro da União Operária, haja vista que, após ter sido concedido, ela retornara efetivamente à cena depois de ausentar-se quase totalmente da imprensa e dos documentos

---

<sup>324</sup> *Gazeta do Norte*, 08 de julho de 1945.

<sup>325</sup> APCM. *Prefeitos de Montes Claros*, [1988].

<sup>326</sup> *Folha do Norte*. Ano I – N. [21]. Montes Claros, [16 de junho de] 1930. p. [?].

<sup>327</sup> APCM 005/APMC. 48.01.12/000.114/1952/10/18. 6 p.

administrativos por pouco mais de uma década. Entre os anos 1930 e o começo dos 1950, portanto, vemo-nos diante de um organismo dito de trabalhadores com identidade permutável entre associação de classe e entidade beneficente, sendo provavelmente dirigido por elementos externos à classe e apoiado financeiramente pela conservadora política local. Vale acrescentar, ainda, que este mesmo órgão associativo orientava-se pela divisa “Deus, União e Trabalho”, timbrada em destaque nos papéis destinados à sua correspondência.<sup>328</sup> Aliás, em 1956, por intermédio de revista publicada na cidade, assumiu “a União Operária firma[r] suas bases nos seguintes princípios”:

1º) – A doutrina moral do Evangelho de Cristo, o respeito mútuo, amor e harmonia entre os homens.

2º) – Repúdio à luta sistemática e violenta de classes.

3º) – A fórmula de Toniolo: O trabalho cada vez mais dominante, a natureza cada vez mais dominada, o capital cada vez mais proporcionado.

4º) – A necessidade da intervenção moderada do Estado na questão social no sentido de controlar e regular o justo salário, a justa produção e o justo preço.

5º) – Conserva-se acima e fora da luta política partidária.<sup>329</sup>

Não se trata propriamente de diretrizes alheias às classes trabalhadoras locais ou de qualquer outra parte do país, não é isso que queremos sugerir e não é por aí que devemos conduzir nossa reflexão. Importa perceber que a trajetória da associação durante os anos 1930, 1940 e parte dos 1950, definitivamente, não nos convence que fora ela então um fruto ou instrumento espontâneo da prática político-associativa popular. Mais convictos estamos de tratar-se de uma criação das classes dominantes, situada no âmbito dos interesses destas em garantir a efetivação dos princípios supracitados. Todavia, a partir do último retorno da entidade, mais precisamente, depois de 1955, surgem-nos consideráveis indícios de que o seu perfil começava a mudar, tornando-se ela mais concretamente um órgão representativo dos trabalhadores. Na sede da União Operária, no dia 9 de janeiro, realizou-se “Assembléia Geral” na qual “foi eleita para reger os destinos desta Sociedade, durante o ano de 1955, a seguinte Diretoria”:

---

<sup>328</sup> APCM 005/APMC. 49.01.07/000.002/1955/02/01, p. 31. 303 p.

<sup>329</sup> Revista Montes Claros em Foco, agosto de 1956, p. 40.

Donato Dias de Oliveira	Presidente	Eleito
Milinarado Gomes dos Santos	V. Presidente	Eleito
José Xavier Guimarães	1. Consultor	Aclamado
Isaias Silva de Oliveira	2. Consultor	Aclamado
Bastos Lopes da Silva	1. Secretário	Eleito
Zeferino Oliveira Guedes	2. Secretário	Eleito
Manoel Alves	1. Tesoureiro	Eleito
Hermelindo José de Carvalho	2. Tesoureiro	Eleito <sup>330</sup>

Dois nomes, especialmente, nos chamam a atenção nesta lista. O primeiro deles é o de José Xavier Guimarães, aclamado 1º Consultor da entidade. “Construtor” de profissão, Guimarães tornou-se vereador, exercendo o cargo por dois mandatos consecutivos (1951-1954/1955-1958), ambos pelo PTB. Representante único desta legenda no legislativo municipal desde a criação da mesma em fins do Estado Novo até o advento da ditadura militar, antes de afastar-se definitivamente dos quadros da política local, presidiu a Câmara entre 1957 e 1958. Guimarães distinguiu-se também em meio aos componente da diretoria eleita para conduzir a União Operária em 1955, sendo ele, provavelmente, o único dentre seus pares a exercer função política de relevo no município durante a “experiência democrática”.<sup>331</sup> A razão que nos leva a destacar um segundo membro da relação supracitada, constitui-se em indício ainda mais direto de mudanças no padrão da associação. Já o mencionamos e, por isso, conhecemos algo a respeito de sua trajetória. Trata-se de Zeferino Oliveira Guedes. Ora eleito 2º secretário, ele ascenderá à presidência da União Operária em 1959. Importa registrar nesta ocasião a presença de Dionizio Brito Vilas Boas ao seu lado, no posto de secretário.<sup>332</sup> Eles desfrutavam, ao mesmo tempo, parceria equivalente na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil,<sup>333</sup> o qual, após o término do segundo mandato presidencial de Guedes, em 1961, Boas virá a presidir, acumulando a mesma função no Conselho Inter-Sindical.<sup>334</sup> Guedes e Boas representam a emergência de lideranças diretamente ligadas às classes populares à direção da União Operária, o que não se comprovou no período anterior. Desse modo, podemos crer em um redirecionamento da entidade. Ou seja, se ela surgiu como um esteio para os

<sup>330</sup> APCM 005/APMC. 49.01.07/000.002/1955/02/01, p. 31, 303 p.

<sup>331</sup> APCM. *Presidentes da Câmara de Montes Claros*, [1988].

<sup>332</sup> APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 240. 945 p.

<sup>333</sup> APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 166. 945 p.

<sup>334</sup> APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 664-8. 945 p.; *Gazeta do Norte*, 24 de março de 1960. Em 1962, findo seu mandato de presidente, Boas figurará como delegado do sindicato na federação da categoria. *Gazeta do Norte*, 27 de setembro de 1962. No mesmo ano, candidatou-se ao cargo de vereador, pela UDN. Com apenas 87 votos não obteve êxito. *Gazeta do Norte*, 28 de outubro de 1962.

trabalhadores, mas coordenada por elementos exógenos, aqueles vieram a apropriar-se dela quando, na passagem dos anos 1950 aos 1960, alcançaram o zênite em sua articulação enquanto classe. O resultado fora a maior vinculação da associação aos interesses das camadas populares no contexto das mobilizações sociais do final do período em exame.

### **4.3 As entidades de trabalhadores e demais organismos coletivos de caráter popular em cena**

Chegamos assim aos últimos anos da cronologia abarcada neste trabalho, os quais coincidem com mais um período crítico inscrito na atribulada política brasileira. Forças opostas agrupavam-se em blocos adversários bem definidos e cada vez mais antagônicos, ambos constituídos de segmentos que nos fornecem bons exemplos de um apego meramente instrumental à via democrática. A polarização entre esquerdas e direitas, com crescente radicalização pelos dois lados, sugeria que a opção pelo confronto era algo iminente. Os abalos aferidos no movediço terreno do poder acentuavam-se progressivamente ainda em reflexo ao aprofundamento da crise econômica. Durante o governo de João Goulart, como se sabe, as dificuldades financeiras brasileiras recrudesceram mediante prescrições dos EUA e FMI. Estas dificultaram ao presidente tanto satisfazer aos interesses monetários dominantes, quanto cumprir compromissos reformistas assumidos junto às classes trabalhadoras e demais setores sociais em que encontrava apoio. Vendo-se fadado a perigoso isolamento, ele abandonou seu plano de “conciliação”, posicionando-se à esquerda nos conflitos político-sociais. A paisagem política nacional cercava-se de nuvens tempestuosas. Em resposta, fortalecera-se a “conspiração” golpista de direita e o desfecho da “experiência democrática” fora dramaticamente selado.<sup>335</sup> Face a esse contexto, faz-se esclarecedora a alusão de Bronislaw Baczko ao

---

<sup>335</sup> FERREIRA, O governo Goulart e o golpe. In.: FERREIRA; DELGADO (Orgs.), *O tempo da experiência democrática*, p. 368-371 e 375-376.

(...) facto de as épocas de crise de um poder serem também aquelas em que se intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas, e em que as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade.<sup>336</sup>

As posições políticas sem dúvida ideologizavam-se, irradiando-se através de representações que concitavam os atores a prescindirem da busca do consenso pelo debate. Preparavam-se para defender seus projetos políticos através do confronto.<sup>337</sup> Em Montes Claros o paroxismo do período manifestara-se desde 1959, um tanto mais brando, ao certo, em função da distância em relação à política nacional, epicentro dos acontecimentos que marcaram o período, e da segura hegemonia dos setores conservadores em âmbito regional. A elevação do custo dos víveres de primeira necessidade forneceu ensejo principal à expressão da crise na cidade. No entanto, algo mais propriamente político que a carestia da subsistência levava a participação popular no município a alçar a partir de então efervescência antes desconhecida, a exemplo do que se observava nos grandes centros. Não obstante as movimentações em escala municipal possam parecer demasiado modestas em vista do quadro nacional, tal coincidência sugere profundidade à atmosfera política suprimida pelo regime militar e, logo, aos prejuízos acarretados pela intervenção de seus agentes no processo de “amadurecimento democrático” vivenciado pela sociedade civil brasileira há alguns anos. Estes danos, certamente responsáveis por parte das limitações observáveis em nossa cidadania, exigem ser contextualizados no plano da média (ou longa) duração histórica.

No entanto, deixando de lado as reflexões mais ambiciosas, ocupemo-nos enfim de algumas cenas da atuação das “associações de classe” de trabalhadores em defesa de causas populares no universo histórico que perscrutamos. Uma intervenção destas de certo importante revela-se entre as últimas correspondências recebidas por Alfeu Gonçalves de Quadros em seu mandato como prefeito encerrado em 1959. Em longo manifesto com data de 18 de janeiro, diversos sindicatos e associações profissionais estabelecidos no município de Montes Claros,<sup>338</sup>

---

<sup>336</sup> BACZKO, *Imaginação social*, p. 310.

<sup>337</sup> FERREIRA, O governo Goulart e o golpe. In.: FERREIRA; DELGADO (Orgs.), *O tempo da experiência democrática*, p. 375-376.

<sup>338</sup> Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Sindicato dos Empregados no Comércio, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Sindicato dos Condutores de Veículos de

(...) representados pelos seus respectivos Presidentes e Diretores (...) depois de debaterem em Assembléias as conseqüências danosas do aumento do preço da carne ora concedido (...) resolveram manifestar de público o seu mais veemente protesto pela maneira sumária como foi julgado tão palpitante problema que afeta toda a população.<sup>339</sup>

De início, podemos notar que a manifestação em exame supera as demais formas populares de participação analisadas neste trabalho em abrangência. Esta é, aliás, uma característica distintiva das “associações de classe” enquanto mecanismo de intervenção e expressão popular na política. Uma só associação destinada a representar uma categoria profissional, potencialmente, tende a concatenar um contingente de pessoas de várias regiões da *urbe*, haja vista que, no contexto pesquisado, a predominância dos trabalhadores assalariados pode ser constatada *nas* áreas afastadas do município, e não em um único bairro. Por sinal, os protagonistas do manifesto em exame fizeram questão de enfatizar o amplo consenso que embasou a confecção do documento endereçado ao prefeito. Para tanto, iniciaram-no com a lista das entidades signatárias cujos nomes, redigidos em letras garrafais, destacavam-se ao restante do texto. A mobilização em torno da contrariedade acarretada pelo “sumário” aumento do preço da carne, uma das primeiras bandeiras da luta contra a carestia travada no município a partir de então, fazia-se perceber significativa, também, na referência à realização de “Assembléias” destinadas a debater o problema, motivo do “veemente protesto”. É possível notar, ainda, que as ingerências populares do gênero ensejavam posicionamentos especialmente categóricos diante das autoridades, decorrência não só do fato de apoiarem-se em bases mais numerosas. Como se sabe, no Brasil, devendo-se ter em mente as características da conjuntura mais ampla em que se insere o universo em estudo, as organizações de trabalhadores mostraram-se historicamente mais propensas à politização que as sociedades de moradores. O viés político do associativismo profissional enuncia-se a nesse episódio na afirmação de que

(...) o povo, principalmente, os trabalhadores, aqueles que vivem de seus minguados salários, já têm consciência de sua força e, já cansados de serem espoliados como vítimas indefesas, exigem que sejam ouvidos quando estiverem em pauta problemas que lhe dizem respeito!<sup>340</sup>

---

Tração Animal, Associação Profissional dos Barbeiros e Cabeleireiros, Círculo Operário e União Operária. APCM/PAD/1959.

<sup>339</sup> APCM /PAD/1959.

<sup>340</sup> *Idem*.

As referências à autoconsciência e força dos trabalhadores soam-nos como afirmações claras da situação destes enquanto classe social politicamente organizada. A exigência de participação em resoluções que lhes “dizem respeito” indica disposição dos mesmos em garantir, frente às outras classes e aos governantes, respeito aos seus interesses. Os argumentos apresentados a seguir reforçam estas impressões. O manifesto denunciava que

A comissão, criada para ajustar periodicamente o preço da carne de acôrdo com um contrato de concessão, cujo texto todo mundo ignora[va] (...) Deixou de zelar pelo interêsse da população, (...) sem se dar ao trabalho de investigar as razões da concecionária, as razões dos açougueiros, que lutam para vender mais barato, e as razões do povo, que são soberanas e decisivas.<sup>341</sup>

Este trecho contém pistas reveladoras das representações sociais relativas às atribuições do político em que se orientava o comportamento dos atores investigados. Se na passagem anterior exigia-se participação ativa dos trabalhadores em deliberações pertinentes ao seu interesse, o fragmento transcrito acima justificara tal reivindicação. Era do entendimento dos peticionários caber ao governo municipal arbitrar as relações entre os setores sócio-econômicos envolvidos na questão, representados pelo matadouro-fornecedor da carne, os açougueiros-comerciantes e o povo-consumidores, uma vez que a disparidade de interesses e condições determinantes da relação econômica poderia resultar prejuízos, sobretudo, aos últimos, o que seria inadmissível, sendo dever das autoridades políticas “zelar pelo interesse da população”. Interessa assinalar que ação dos dirigentes em favor dos trabalhadores fora requerida com base em idéias propriamente políticas, pressupondo “as razões do povo” como “soberanas e decisivas”. Ignorando-as, pois, as decisões da comissão reguladora do preço da carne, e o órgão em si, perderam sua validade ou legitimidade. Desse modo,

Diante do fato, sob todos os pontos de vista condenáveis, os trabalhadores de Montes Claros, irmanados com todo o povo, lançam o seu protesto e o seu repudio pelas deliberações tomadas a sua revelia e fazem a V. Excia. o seguinte apêlo:—

A)- Publicação do contrato existente entre a prefeitura e a concessionária.

B)- Revogação do aumento ora concedido e criação de uma nova comissão para debater o assunto, devendo ser nela incluídos representantes dos diversos Sindicatos e Associações Profissionais reconhecidas.<sup>342</sup>

---

<sup>341</sup> APCM /PAD/1959.

<sup>342</sup> *Idem.*

Os manifestantes tinham de fato opinião formada acerca da função reguladora da administração municipal sobre o mercado de gêneros alimentícios para o estabelecimento do “preço justo”, tendo em vista a garantia de condições favoráveis ao consumo das classes trabalhadoras, como ficou evidente nesta assertiva:

(...) somos pelo monopólio Estatal, ou seja, exploração de serviços de interesse público pelos Governos, Estadual, Federal e Municipal. (...) é de interesse público que o abate da carne seja feito pela Prefeitura, a fim de evitar protecionismos e exclusividades que sempre geram desordens sociais.<sup>343</sup>

Destarte, encerraram concluindo que “a livre concorrência” era aceitável, porém, desde que não prejudicasse “o atendimento das necessidades imediatas dos trabalhadores de Montes Claros e da população mais desprotegida de nossa terra!”<sup>344</sup> Semelhante concepção pode ser inferida noutras manifestações, o que denota a abrangência do princípio de “justiça social” no imaginário popular acerca das atribuições do político.<sup>345</sup>

Alfeu Gonçalves de Quadros, que já tinha sido prefeito de Montes Claros entre 1947 e 1950, quando pertencera ao PR, em janeiro de 1959, preparava-se para transferir o poder executivo exercido em segundo mandato pelo PSD. Seu sucessor, Simeão Ribeiro Pires, membro do PR, dirigiria a prefeitura até o término de 1962.<sup>346</sup> O período, repleto de manifestações sociais no Brasil como em Montes Claros, constituiu-se palco privilegiado à participação social e política das “associações de classe” das camadas assalariadas na cidade. Pouco depois de realizar-se a sucessão nos cargos da administração municipal, fora apresentado aos novos titulares longo abaixo-assinado organizado pela Associação das Donas de Casa de Montes Claros, o mais abundante em

---

<sup>343</sup> APCM /PAD/1959.

<sup>344</sup> *Idem.*

<sup>345</sup> Em março de 1963 verificamos manifestação congênera. Desta feita, tendo como objetivo manter o abastecimento de água e sistemas de esgoto da cidade exclusivamente a cargo do município, os presidentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, Condutores de Veículos de Tração Animal, Indústria de Alimentação, Indústria de Panificação e Confeitaria, “por unanimidade dos seus associados”, solicitaram em petição remetida aos vereadores “acatar[em] favoravelmente a uma revogação da lei municipal que criou a Cia. Mista de exploração de água e esgoto (CAEMC)”, assinalando a conveniência de revestir a “renda total” da “exploração” serviços públicos aos “cofres da prefeitura municipal”. APCM 007/APMC.51.01.13/000.001/1963/03/03, p. 2. 2 p.

<sup>346</sup> Pedro Santos, pertencente ao PTB, vice-prefeito entre 1959 e 1962, candidatou-se ao cargo de prefeito nas eleições deste ano. Como veremos a seguir, venceu a disputa eleitoral em circunstâncias algo reveladoras de possíveis implicações políticas do amadurecimento sugerido pela inflexão comportamental observada na participação das classes populares na esfera política municipal.

subscrições que encontramos.<sup>347</sup> Conforme aos propósitos alegados para a criação da entidade, o documento a integrava ao processo de mobilização popular relacionado à luta contra a carestia da subsistência então emergente na cidade, cujo marco inicial pode ser situado na intervenção dos sindicatos e associações profissionais discutida anteriormente. A petição das “donas de casa” trazia os seguintes dizeres:

Eximo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.  
– Nós, abaixo assinado, montesclarenses de nascimento e de coração, vimos, com o presente, solicitar o valioso empenho da Câmara Municipal de Montes Claros, no sentido de tomar providências para ser criado nesta cidade, com urgência, um POSTO DE ABASTECIMENTO para vender gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade à população, por preços acessíveis. Sugerimos que a Câmara entre em entendimentos imediatos com as autoridades competentes e responsáveis, para dar pronta e favorável solução ao assunto.

Montes Claros, 1º. de Maio de 1959.<sup>348</sup>

Com data emblemática para os trabalhadores e reivindicação voltada à causa de grande importância para eles, o texto circulou o município em diversas vias, colidindo, segundo testemunhos contemporâneos, entre 1250 e algo mais que 2 mil assinaturas.<sup>349</sup> Após concluída a coleta destas, o documento fora apresentado e discutido em “sessão extraordinária” da assembléia local realizada ao nono dia do mesmo mês.

---

<sup>347</sup> Precedeu ao surgimento da entidade um folheto intitulado “Convite às Mulheres de Montes Claros”. O documento correu a cidade em fevereiro de 1959. “Considerando os graves problemas que afligem a nossa população, principalmente no aspecto do alto custo de vida”, propunha criar em assembléia uma União Feminina de Montes Claros. A associação destinada, dentre outras funções, a “colaborar com os poderes constituídos no combate à carestia”, na assistência à infância e à velhice, abria-se à participação de “todas as senhoras e senhoritas desta Cidade, sem distinção de condição social, religiosa e política”. APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 3. 945 p. Aos 7 de março, sob a presidência de Sebastiana Figueiredo Pêres de Oliveira, cujo grau de parentesco com o edil José Laércio Pêres de Oliveira (PR) não sabemos precisar, tendo como secretária Wanda Aguiar, “em Assembléia reunida na Séde da União Operária, nesta Cidade, foi fundada a ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA DE MONTES CLAROS”, reafirmando a finalidade de “colaborar com as autoridades constituídas, no combate à carestia de vida e tomar as medidas que se fizerem necessárias em defesa dos interesses do povo”. APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 56. 945 p.

<sup>348</sup> APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 119-165. 945 p.

<sup>349</sup> Nos arquivos consultados, tivemos acesso a doze exemplares, totalizando 1313 subscrições. A discrepância em relação às quantias mais abundantes estipuladas à época e nossos cálculos podem significar o desaparecimento de algumas cópias do documento. O procedimento adotado para sua confecção fora o mesmo usado para a organização de abaixo-assinados nos bairros. Algumas pessoas se responsabilizaram por reunir as assinaturas dos habitantes locais interessados no problema. Contando com seus próprios nomes, Palmeira Tameirão recolheu 123 subscrições, Miguel Pereira 34, Angélica Alves de Oliveira 117, Matilde Gomes Barbosa 122, Luzia Costa Bezerra 43, Tomé Alves Ferreira 193, Manuel Moreira da Nusção 56, Maria Julia Souto da Cruz 124, Abel Pereira Moreira 155, Geraldo José Mendes 97, Moisés Oliveira Câmara 121. Exemplar encabeçado por José Laércio Peres de Oliveira e Sebastiana Figueiredo Peres de Oliveira obteve 128 adesões. APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 119-165. 945 p.

Conforme noticiou a *Gazeta do Norte*, “muito movimentada esteve a Câmara Municipal” naquela data, em que “a matéria aventada versou sobre a alta do custo de vida, seu controle e orientação”, destacando-se “a ação das donas de casa, muitas das quais presentes à Seção, permaneceram até o seu término”. Estas,

Com di[s]ticos, colocados no recinto da Câmara, solicitavam aos srs. Vereadores suas melhores atenções e providências para uma solução urgente e satisfatória a fim de sanar o problema tão angustiante que ora aflige nossa cidade.

Na ordem do dia foi apresentado aos srs. Vereadores um abaixo assinado, dirigido à Câmara pelo povo, contendo mais de 2 mil assinaturas, no qual solicitam o apoio e a intervenção daquela Casa junto às autoridades competentes para imediata solução.<sup>350</sup>

O abaixo-assinado em questão, obviamente, é o documento organizado pelas donas de casa, as quais, todavia, não foram representantes únicas do interesse popular na referida reunião. Outrossim,

(...) foi apresentado e lido pelo vereador sr. Raimundo Brant memorial do Pacto de Unidade Intersindical do Norte de Minas. Nesse memorial aquela Unidade, dizendo interessar-se vivamente pelo assunto em pauta, prometeu empenhar-se com todas as suas forças, na luta pela baixa do custo de vida.<sup>351</sup>

Além de vereador, Brant era presidente do Pacto Inter-Sindical. Posto que ausente da lista dos nomes escolhidos no pleito de 1958 para a legislatura iniciada no ano seguinte, a única em que esteve presente, deve ter alcançado o posto na Câmara através de suplência, escapando-nos sua legenda partidária. Era ele mesmo signatário do memorial que lera aos demais vereadores, o qual continha alguns apontamentos interessantes. Qualificava como “calamidade pública a situação de penúria em que se debatem os trabalhadores e o povo mais humilde, face à desordenada elevação do custo de vida verificada nos últimos meses”, pois, a carestia que pesava diretamente sobre estes teria impacto negativo mais amplo. Nesse sentido, ponderava o texto que os governantes já “reconheceram não poderem conter por mais tempo, sem riscos de graves danos para o país”, o “desespero das massas, sob ameaça de fome”. Há aqui, parece-nos, uma alusão (espontânea ou conveniente) a supostos riscos a ordem estabelecida relacionados à mobilização popular, esta percebida algo negativamente. As figuras imagéticas “massas” e “fome”, tal qual relacionadas, conforme discutimos noutro momento, sugerem suspeição dos observadores diante dos atores em foco. Por

---

<sup>350</sup> *Gazeta do Norte*, 14 de maio de 1959.

<sup>351</sup> *Idem*.

isso, caberia ao poder municipal, a exemplo do que têm feito instâncias superiores do governo “sob a pressão” efetuada pelas “camadas populares” através de seus sindicatos, associações profissionais e “principalmente através da posição de luta reivindicatória que vêm tomando as valorosas donas de casa em todo paíz”, determinar “providências paliativas e provisórias que possam minorar a angustia em que se debate o povo”. O Pacto Inter-Sindical, “como entidade representativa dos trabalhadores, para sustar a desenfreada elevação do custo de vida”, propunha “serem instalados em Montes Claros mais alguns postos de abastecimento do serviço de subsistência da polícia militar”, afirmando contar “com a boa vontade do atual Comandante do 10º B. I.”<sup>352</sup> Na mesma sessão, o vereador José Laércio Péres de Oliveira apresentou “requerimento solicitando do Sr. Prefeito Municipal entender-se com as autoridades para tratar do assunto”. Artur Fagundes também requereu à Câmara dirigir-se ao “Sr. Presidente da República, Ministro da Agricultura, e Diretores dos órgãos controladores e distribuidores de gêneros, quais sejam, o SAPS, a COFAP, e etc., solicitando providências”.<sup>353</sup>

As indicações apresentadas aos vereadores pela Associação das Donas de Casa e Pacto Inter-Sindical a fim de minimizar as dificuldades populares frente ao problema da carestia de vida na cidade foram aprovadas por “unanimidade da Casa”. Por conseguinte, João Vale Maurício, presidente do legislativo, solicitou imediatamente ao prefeito

(...) serem tomadas enérgicas providências junto às autoridades competentes, no sentido de ser criado nesta Cidade, um Posto de Abastecimento, para venda de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade à população, por preços acessíveis, como medida paliativa ao combate à carestia do custo de vida, cujos reflexos, se têm feito sentir de maneira danosa em nosso município.<sup>354</sup>

---

<sup>352</sup> APCM/PAD/1959.

<sup>353</sup> Ao lado das “Notícias da Câmara” o jornal publicava nota intitulada “Delegado do SAPS visita a nossa cidade – Será melhorado o serviço de abastecimento”, noticiando que “Esteve nesta semana, em visita a esta cidade o sr. Reinaldo Bertto, delegado do SAPS em Minas. Em companhia do sr. Bertt (*sic.*), vieram os srs. Alvaro da Silveira, fiscal geral, Carlos Alberto inspetor, e Otavio Alcantara Said e Jesus de Farias, fiscais. Em companhia do sr. cel. Domingos Lopes da Silva e José Dias, agente do SAPS nesta cidade, percorreram os diversos postos de abastecimento, anotando deficiências para que sejam tomadas providências no sentido de melhor servir, abastecendo de generos de primeira necessidade, a população”. Gazeta do Norte, 14 de maio de 1959.

<sup>354</sup> Ao mesmo tempo, ao que parece atendendo à sugestão de Fagundes, Maurício remeteu ao “Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”, na pessoa do Diretor Geral do SAPS, defendendo a “necessidade imperiosa e inadiável sentido sejam tomadas providências contra elevação custo de vida adoção medidas eficazes tendentes minorar sofrimento povo vg seja criando Postos Abastecimento vg incremento produção e facilidades para transporte mercadorias primeira necessidade pt.” APCM/PAD/1959.

Esta conclusão, bastante comum na correspondência então produzida pelo presidente da Câmara Municipal e nos pronunciamentos das autoridades naquele contexto, recoloca em nosso escopo, com alguma frequência, a hipótese de que o empenho dos dirigentes municipais em encaminhar as reivindicações populares contra a elevação do custo de vida possa ter sido, de alguma maneira, motivado por receios estimulados pela figura da emergência política das camadas populares – expressos na emblemática representação do “desespero das massas, sob ameaça de fome” evocada por Brant. Exemplarmente, no mesmo ano, através de radiograma, Maurício solicitou ao governador Francisco Bias Fortes “sustar o aumento tarifas energia elétrica pretendido Cemig para esta cidade”. Segundo ele, “interpretando sentida reação popular contra tal e inoportuna medida pt” no município e “exemplos recentes manifestações populares diversos pontos do país”, considerava “imprudente efetivação medida aumentista”. Além disso, continuava o edil falando em tom de advertência ao seu superior, esta “contrária determinações preclaro Presidente da República congelando preços utilidades”.<sup>355</sup> No mesmo ano, o presidente do legislativo teria oportunidade de comprovar, com os próprios olhos, seus augúrios sobre “reflexos danosos” da precariedade das condições de vida dos trabalhadores locais aliada à auto-descoberta destes enquanto classe disposta e capaz de agir em defesa de seus interesses. Conforme informou em 23 de novembro de 1959 a Pedro Santos, em exercício interino no cargo de prefeito,

(...) na tarde de sábado último, um grupo de operários dessa Prefeitura esteve à porta de minha residencia reclamando pagamento de seus vencimentos, proferindo alguns, palavras ameaçadoras e desrespeitosas.<sup>356</sup>

Maurício não presenciara o evento que, ainda assim, parece ter-lhe causado grande irritação. Recebera a notícia ao regressar de viagem dias depois, não hesitando em solicitar ao poder executivo repreensões imediatas ao movimento. Tê-lo-ia feito, ao que tudo indica, por si mesmo, mas “como se trata de um assunto que fôge à competência da Presidencia do Legislativo”, solicitou ao prefeito “com tódo empenho (...) que se instaure hoje rigoroso inquérito, no sentido de apurar o responsável do levante e demití-lo imediatamente”. Notoriamente exaltado face à mobilização dos trabalhadores municipais, registrou ainda que, “neste momento, está havendo um

---

<sup>355</sup> APMC/PAD/1959.

<sup>356</sup> APCM/006/APMC.50.01.05/002/1959/02/02, p. 317. 945 p.

movimento de greve à porta da Prefeitura, oportunidade de se descobrir o ‘cabeça’ do levante” e puni-lo exemplarmente.<sup>357</sup>

O clima de agitação social parece ter perdurado até o marco final da cronologia que recortamos para estudo.<sup>358</sup> Assim, ao invés de pontuarmos manifestações sociais ocorridas em todo o período, já bem exemplificadas com os episódios discutidos acima, parece-nos mais proveitoso e necessário passar a investigar as nuances político-culturais do comportamento popular na esfera política municipal durante o buliçoso crepúsculo da experiência democrática.

#### **4.4 Posicionamentos político-partidários das lideranças populares nas eleições de 1960 e 1962: cultura política trabalhista?**

É amplamente conhecido que os primeiros anos da década de 1960 marcaram-se pela intensificação das disputas político-ideológicas e politização geral, com destaque ao universo das classes trabalhadoras. Assim sendo, interessa-nos refletir acerca da presença e partilhamento da cultura política trabalhista em Montes Claros, em especial, entre os atores perscrutados, visto ser esta, na opinião de diversos pesquisadores, fator explicativo importante à ascensão dos trabalhadores na política brasileira a partir dos anos 1940, assim como, às tensões e conseguinte polarização que levaram ao desfecho de 1964. Remontemos aos contextos eleitorais de 1960 e 1962, atendo-nos aos embates pelos poderes executivos. Nas eleições de 3 de outubro de

---

<sup>357</sup> APCM/006/APMC.50.01.05/002/1959/02/02, p. 317. 945 p.

<sup>358</sup> Em 9 de maio de 1961, “os Sindicatos e Associações de Classe de Montes Claros”, em ação encabeçada por Dionizio de Brito Vilas Boas, presidente do Conselho Sindical, “em nome dos Trabalhadores da Prefeitura”, solicitaram aos vereadores “uma moção autorizando ao Sr. [prefeito] a aumentar o ordenado dos Operários, principalmente dos operários braçais, pois não estão ganhando para suas despesas”. Os reivindicantes argumentaram que “Montes Claros já foi elevado para 2ª sub-região que eleva o salário para CR\$ 6800,00 e ainda tem Operário na prefeitura, ganhando apenas dois mil cruzeiros”. APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 664-8. 945 p. A solicitação assinada por representantes de sete sindicatos e 125 trabalhadores convenceu o legislativo a recomendar imediatamente ao prefeito o cumprimento do “mínimo da 2ª sub-região, onde Montes Claros já se encontra incluída”. APCM 006/APMC.50.01.05/000.002/1959/02/02, p. 673. 945 p. No ano seguinte, aos 30 de maio, “em virtude da carestia reinante, principalmente no que se refere aos gêneros de primeira necessidade”, fiscais de obra do município solicitaram a Simeão Ribeiro Pires, “por ser de justiça”, “um aumento em seus vencimentos, para que, possam enfrentar a crise do momento”. DPDOR 008/APMC.50.03.05/000.002/1962/05/30, p. 2-3. 3 p.

1960, candidataram-se à presidência da República Adhemar de Barros, Henrique Batista B. Teixeira Lott e Jânio Quadros. A vice-presidência foi disputada entre Fernando Ferrari, João Goulart e Milton Campos. Ao posto de governador do estado foram candidatos José Ribeiro Pena, Magalhães Pinto e Tancredo Neves. Ao cargo de vice-governador concorreram Clovis Salgado, José Maria Alkimim, Nelson Luiz Thibau e San Tiago Dantas. Lott, Goulart, Neves e Dantas compunham a “chapa trabalhista” apresentada aos eleitores montesclarenses. O pleito de 7 de outubro de 1962 destinou-se a sucessão nos cargos político-administrativos em nível municipal. A prefeito, candidataram-se Enéas Mineiro (UDN), João Valle Maurício (PR) e Pedro Santos (PTB). Luiz de Paula e Mário Ribeiro disputaram o posto de vice-prefeito, o primeiro aliado ao candidato udenista, o último ao presidente do legislativo. O petebista, que venceu a disputa pelo posto de chefe executivo municipal, haja vista o fato de não ter sido apoiado por nenhum dos concorrentes a vice-prefeito, não se declarou a favor de nenhum deles em campanha, exercendo seu mandato ao lado de Luiz de Paula, que superou seu opositor nas urnas.<sup>359</sup>

Poucos meses antes das eleições de 1960, a *Gazeta do Norte* reproduziu na íntegra longa entrevista concedida por aqueles dias ao *Estado de Minas* por “Darcy Bessone”, então, um dos candidatos mineiros ao senado. Na matéria, intitulada “Comando político escapa das mãos de velhas lideranças”, Bessone discutiu impactos que acreditava sofrer a estrutura político-partidária brasileira em virtude da “modernização” econômico-industrial e, conseqüentemente, social e política verificada nas últimas décadas no país. Para ele, os antigos partidos não mais representavam a contento os interesses inscritos na sociedade. Diante desta constatação, opinava que “forças novas substituirão os antigos partidos”, uma vez que as tendências encetadas na esfera produtiva exigiam a “formulação de uma doutrina trabalhista com base na realidade” – para a qual, segundo a *Gazeta*, o entrevistado seria um dos colaboradores de “maior prestígio” no estado. Na opinião do professor de direito, que contava com apoio de uma das facções do PSD local, tratar-se-ia de uma exigência do “processo histórico” iniciado em 1930, “que agora chega á maturidade”. Em meio às implicações atuais deste ciclo, Bessone destacou ainda a “politização da massa obreira”, isto é, a constituição das classes populares em uma “importante força política”. Em suas

---

<sup>359</sup> *Gazeta do Norte*, 2 e 21 de outubro de 1962.

palavras,

O povo, antes simples elemento formal dos esquemas, mera invocação, entrou repentinamente na dinâmica política. Veio um tanto confuso e desorientado, sem liderança experimentada. Formou-se, não obstante, saliente ponto de fricção entre as classes sociais. Abriu-se a luta de classes.<sup>360</sup>

Após 1930, claramente, as camadas populares alçaram posição determinante na dinâmica política brasileira, distanciando-se à condição acessória que desfrutaram na fase anterior. A relevância de seu papel social e político, de fato, mostrou-se crescente à medida que os anos avançaram a partir daquele marco. Indicam-no o teor dos testemunhos de lideranças políticas e sociais a respeito da participação das classes trabalhadoras no processo político nacional, especialmente, nos quatro ou cinco anos que antecederam 1964. Percepção semelhante pode ser identificada nos enunciados de origem semelhante recolhidos a nível municipal. Bessone a examinou de modo abrangente, com pretensão de ser conclusivo. A propósito, a mudança de patamar por ele assinalada na atuação dos trabalhadores constitui, outrossim, um dos poucos pontos de consenso existentes entre cientistas sociais que discorre(ra)m sobre as experiências políticas do operariado brasileiro no período em estudo, uma vez que a natureza do comportamento destes, como sabemos, fez-se razão de muita controvérsia. De um lado, interpretação teoricamente fundamentada em “longa tradição intelectual” surgida por volta dos anos 1950, a qual pode eventualmente abarcar liberais e autoritários de esquerda ou direita em um mesmo tipo de conduta, *grosso modo*, afirma ter existido no Brasil entre a ascensão de Vargas e o fim do governo de Goulart um Estado “populista”. Isto é, à época, duas personagens teriam protagonizado o processo político nacional: uma classe trabalhadora, embora emergente e determinante, “débil” e “incapaz de auto-organização” e “um Estado que, armado de eficientes mecanismos repressivos e persuasivos, seria capaz de manipular, cooptar e corromper” os subalternos, resultando dessa configuração do campo político uma “relação desigual, destituída de reciprocidade e interlocução”. Os adeptos dessa linha interpretativa parecem acreditar ainda que tais circunstâncias foram responsáveis por um “desvio” no “modelo”, “consciência” e “missão” histórica das classes trabalhadoras no Brasil, tendo-se como parâmetro, é claro, o caso europeu. Por outro lado, manifestando contundentes

---

<sup>360</sup> Gazeta do Norte, 05 de maio de 1960.

refutações às teses do populismo na política brasileira e suas variações, cuja ênfase sempre recai sobre a heteronomia dos atores em questão, vieram à luz a partir dos anos 1980 estudos de pesquisadores diversos, tais como, Ângela de Castro Gomes, Lucília de Almeida Neves, Maria Celina D’Araújo, Jorge Ferreira, dentre outros, os quais propuseram compreender o mesmo processo sob o ponto de vista de um “pacto trabalhista”. A nova perspectiva, embasada em referenciais provenientes da nova história cultural e política, com forte inspiração thompsiniana, em lugar da total manipulação estatal sobre as “massas”, postula a existência de um campo de diálogo dinâmico caracterizado por confluências, embates, trocas, adesões, recusas, apropriações e ressignificações recíprocas entre governos e trabalhadores, entendendo o trabalhismo brasileiro pois como um canal de comunicação e negociação através do qual os últimos teriam encontrado meios e legitimidade necessários para ascenderem crescentemente na cena política nacional, sobretudo, a partir de 1945.<sup>361</sup>

No universo mais amplo da historiografia produzida a respeito das classes populares, em função de seu caráter ativo e consciente, embora ao certo ambíguo, as experiências sociais e políticas protagonizadas pelos atores pesquisados na esfera política municipal de Montes Claros expressam-se melhor, a nosso ver, através das categorias interpretativas thompsinianas, incorporadas ao repertório conceitual destinado ao exame do político. E, à medida que ao nos aproximarmos à conclusão do recorte temporal investigado as entidades associativas de trabalhadores locais tornam-se claramente mais expressivas, havendo indícios de que o ideário do trabalhismo as tenha incentivado, uma vez que podemos comprovar opções político-eleitorais de seus

---

<sup>361</sup> Ver FERREIRA (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*, 2001. As expressões entre aspas foram retiradas de FERREIRA, O nome e a coisa: o populismo na política brasileira, p 61-63 e 109-110, no mesmo volume. As bases teórico conceituais desta interpretação merecem nossa preferência devido às características empíricas do universo estudado, isto é, por motivos teórico-metodológicos, mas também por razões subjetivas. Como afirmou Ângela de Castro Gomes, contendo uma idéia profundamente negativa da política nacional – “inelutavelmente” condenada à corrupção de líderes “carismáticos” e “cínicos” –, a visão do “populismo na política brasileira” (fundamentalmente elaborada por sociólogos, economistas e cientistas políticos paulistas, dentre outros, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Juarez Brandão Lopes, Octávio Ianni, Paulo Singer, Francisco de Oliveira, Boris Fausto, Francisco Weffort), não faz melhor juízo das classes trabalhadoras – “fracas”, “passivas”, “dispersas”, “incapazes” de impulsão autônoma, presas fáceis à “manipulação” daqueles, por conseguinte, “inaptas” à política. Em uma palavra, por representar os trabalhadores como “massas”, em detrimento do seu estatuto de classes, além de incondizente com as características do contexto analisado, na prática, poderia até mesmo justificar “uma série de desdobramentos lamentáveis”, inclusive “a supressão do voto em nome da ‘boa política’”. GOMES, O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito, p. 21-22, 34-35 e 46 e REIS FILHO, O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita, p. 348-9. In.: FERREIRA (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*, 2001.

membros/dirigentes em favor de lideranças políticas ligadas a esta tradição, as diretrizes analíticas apontadas acima convergem à noção de “pacto trabalhista”. Examinemos este último aspecto da experiência das classes trabalhadoras locais.

Entre 29 de junho e 3 de julho de 1960, em clima de eleições nacionais, realizou-se na capital do estado o III Congresso Sindical de Minas Gerais, cuja sessão de encerramento transcorreu em Ouro Preto. Segundo a *Gazeta do Norte*, o “magno conclave” contou com a participação de “ilustres personalidades do mundo trabalhista”, dentre elas João Goulart e Tancredo Neves. Assinalou o semanário, ainda, que naquele evento “os trabalhadores de Montes Claros estiveram representados pelos srs. Dionizio Brito Vilasboas, do Conselho Inter-Sindical de Montes Claros e Izidoro Gonçalves de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos de Tração Animal”, este “na qualidade de delegado”. Conforme teriam informado ao jornal, ambos “regressaram vivamente impressionados com o elevado espírito de unidade reinante entre os trabalhadores ali reunidos”, que

(...) firmaram uma declaração de apóio unânime aos nomes do Marechal Lott, João Goulart, Tancredo Neves e San Tiago Dantas, os quais serão por eles sufragados nas urnas a 3 de Outubro de 1960.<sup>362</sup>

Em setembro, a *Gazeta* trouxera notícias que confirmavam a manutenção do compromisso eleitoral assumido por Boas e Queiroz em relação aos candidatos então tidos como trabalhistas perante seus pares no Congresso Sindical. Então, o concorrente ao governo do estado apoiado pelos trabalhadores viera em campanha à cidade, sendo suas atividades acompanhadas pelo referido periódico. Conforme se registrou, em seu comício, referido como “apoteose em Montes Claros”, “perante uma multidão de cêrca de 5 mil pessoas, entusiastica e consagrada, falaram diversos oradores”, entre autoridades políticas municipais e candidatos. Mas, “o primeiro” a subir ao palanque de Tancredo Neves e discursar “foi o sr. Dionisio Brito Vilas Boas, em nome do Comitê dos operários sindicalizados e do PTB, sendo a sua oração recebida com aplausos gerais”.<sup>363</sup> Izidoro Gonçalves de Queiroz manifestara sua opção eleitoral noutra oportunidade. Por sua vez, “falando durante os festejos comemorativos da data da Independência”, após referir-se à importância desta, “concitou ainda aos trabalhadores de Montes Claros, a votar nos candidatos nacionalistas: – LOTT-JANGO-

---

<sup>362</sup> *Gazeta do Norte*, 14 de julho de 1960.

<sup>363</sup> *Gazeta do Norte*, 15 de setembro de 1960.

TANCREDO”.<sup>364</sup>

Nas eleições municipais de 1962, o trabalhismo, o nacionalismo e temas afins projetaram-se diretamente na cena política municipal. Como já dissemos, inusitadamente, as venceu Pedro Santos, vale ressaltar, opondo-se às alianças políticas forjadas pelos setores economicamente dominantes para a conquista do poder executivo naquele ano – tática esta que, historicamente, resultou candidaturas imbatíveis, quando não únicas.<sup>365</sup> Não só isso nos adverte a não tomar como casuísta a vitória de Santos em 1962. O inesperado vencedor surgiu na política montesclarensense através da UDN, legenda pela qual exerceu mandato de vereador de 1947 a 1950. Reeleito em 3 de outubro deste ano pelo PTN, permaneceu na função até 1954. Após curta ausência dos quadros políticos locais, em 1958, alçou o cargo de vice-prefeito, desta vez, representando o PTB.<sup>366</sup> No começo do ano seguinte, segundo informou a *Gazeta do Norte*, o “estimado clínico Dr. Pedro Santos” ascendeu ao diretório estadual do partido.<sup>367</sup> Ao iniciar seu mandato na administração municipal, através do mesmo periódico, Santos dirigiu-se ao “povo” afirmando que enquanto “vice-prefeito pelo Partido Trabalhista Brasileiro” estaria, “como sempre”, “ao lado dos pequenos e dos menos favorecidos pela sorte procurando sempre amenisar os seus sofrimentos”. Não só a referência à legenda partidária – atitude esta, por sinal, demasiado atípica face ao característico personalismo político norte-mineiro – enuncia a presença da cultura política trabalhista ou o recurso a esta no campo político local. O nítido empenho de Santos em se aproximar aos pobres, algumas vezes, admoestando-lhes explicitamente a se mobilizarem por uma representação política condizente com seus interesses ou direitos em detrimento das lideranças “conservadoras”, aponta para o mesmo rumo. Em

---

<sup>364</sup> *Gazeta do Norte*, 29 de setembro de 1960.

<sup>365</sup> 1962, assim como 1982, ano em que foi eleito Luiz Tadeu Leite (PMDB), e 2004, quando assumiu o atual prefeito, Athon Avelino (PPS), surgem como momentos excepcionais na história política local. Nestes anos, embora temporária e relativamente, a administração municipal parece escapular aos representantes dos mais elevados e conservadores escalões do poder político-econômico regional que, nos demais períodos, ao certo estiveram à frente do executivo.

<sup>366</sup> Importa assinalar que a vice-prefeitura fora então o único cargo obtido pelo PTB. Como sabemos, Simeão Ribeiro Pires, eleito prefeito, pertencia ao PR. Dentre os treze vereadores eleitos para o quadriênio que se iniciara em 1959 não havia sequer um trabalhista. Segundo a *Gazeta do Norte*, elegeram-se à Câmara Municipal pelo PSD Aflio Mendes Aguiar, José Nunes Mourão, Geraldo Corrêa Machado, Manuel José de Souza, José Maia Sobrinho, Beoni Gomes da Mota, José Geraldo Alkmin; pelo PR foram eleitos João Vale Maurício, Artur Fagundes, Ubaldino Assis, Geraldo Rodrigues, Robinson Crusóe Moura, José Laércio Peres de Oliveira; pela UPI, Mario Ribeiro Silveira e Oldemar Santos. *Gazeta do Norte*, 29 de janeiro de 1959.

<sup>367</sup> *Gazeta do Norte*, 11 de janeiro de 1959.

conformidade a esta interpretação, o petebista encerrou o primeiro pronunciamento que fez como vice-prefeito reafirmando seu compromisso com os desfavorecidos, concluindo: “prestigiarei as classes trabalhadoras que são os verdadeiros construtores da nação procurando elevar o nível de vida dentro da ordem e do direito”.<sup>368</sup>

A ascensão de Santos à chefia do executivo municipal deu-se, é certo, a despeito de notórios obstáculos. Para começar, por ocasião das eleições de 1962, já nas primeiras negociações, seu partido aderiu ao PSD e à UDN, configurando um “acordo político” denominado “Coligação da Vitória”, sem sequer cogitar seu nome para o cargo de prefeito. O candidato lançado à prefeitura pela composição evidentemente conservadora foi Capitão Enéas Mineiro. Este, destacado membro da UDN, poderoso industrial e fazendeiro, claro representante do capital regional, já havia exercido o cargo de prefeito municipal entre 1951 e 1954, quando pertencia ao PSD. Em busca de seu segundo mandato, Mineiro apoiou o estreante Dr. Luiz de Paula Ferreira para vice-prefeito, o qual se candidatou pelo PSP.<sup>369</sup> Tal arranjo de forças, que abarcava três entre os quatro partidos mais expressivos na cidade, ficando dele excluído apenas o PR, fora apresentado aos eleitores montesclarenses como algo positivo e necessário através de notas anônimas publicadas pela *Gazeta do Norte*. As páginas do periódico logo se povoaram de anúncios de candidaturas, matérias e propagandas pagas que apresentavam ao eleitor os argumentos dos concorrentes. A frequência dos coligados em defesa de Mineiro revelou-se logo, incontestável e sintomaticamente, superior a de seus opositores. O processo eleitoral refletiu-se também nas colunas destinadas pela folha semanal à abordagem de assuntos respeitantes ao município por seus colaboradores. Nestas seções, evidencia-se a preferência do órgão pela Coligação da Vitória. Convém ilustrar o fato, o que pode ser feito, de maneira sucinta, comparando os títulos de matérias em que a *Gazeta* noticiou os comícios dos principais candidatos ao executivo. Santos, em virtude dos óbices formais que retardaram o lançamento oficial de sua candidatura, subira tardiamente ao palanque. Apenas dois comícios seus foram referidos

---

<sup>368</sup> *Gazeta do Norte*, 05 de fevereiro de 1959.

<sup>369</sup> *Gazeta do Norte*, 8 de abril de 1962. As candidaturas de João Valle Maurício e Mário Ribeiro, que configuraram outra parceria para prefeito e vice-prefeito, parecem ter apostado no não-envolvimento direto na guerra eleitoral, o que lhes resultou números apreciáveis, embora não suficientes para a vitória. Pedro Santos venceu para prefeito com 5220 votos, seguido por Enéas Mineiro, o qual, com 4082 sufrágios, superou João Valle Maurício por apenas 18. Entre os candidatos a vice-prefeito o resultado foi: Luiz de Paula, eleito com 7071; Mario Ribeiro, derrotado com 5067 votos. *Gazeta do Norte*, 21 de outubro de 1962.

pelo jornal, em matérias secundárias e distinguidas com chamadas notoriamente “indiferentes”: “Comício da Aliança Renovadora pró candidatura Dr. Pedro Santos” e “Comício de Pedro Santos na Praça Doutor Carlos”.<sup>370</sup> Evidentemente, ele não recebera do noticiário a mesma cobertura e simpatia oferecida a seu adversário mais poderoso. No tocante às atividades de campanha de Enéas Mineiro e Luiz de Paula, a atenção do leitor fora obstinadamente disputada por reportagens de primeira página dotadas de títulos particularmente chamativos, tais como, “Entusiasmo e civismo nos comícios da Coligação PSD-UDN-PTB”; “Coligação em Mirabela: Um comício que valeu por três”; “Espetaculares os comícios da Coligação PSD-UDN-PTB”; “Verdadeira consagração do povo”; “Enéas e Luiz, conduzidos triunfalmente nos braços do povo!...”<sup>371</sup>.

A princípio, os proponentes do “acordo” objetivavam “uma *total* composição municipal”, o que não foi alcançado em função das candidaturas de Santos e João Valle Maurício. Este, primeiro candidato tencionado pela aliança, apostatou-se dela mediante migração do apoio majoritário de seus componentes para Enéas Mineiro. Os motivos alegados para esta ambiciosa configuração de forças são reveladores quanto sua natureza política. A união, supostamente, teria em vista, “como fator preponderante, os graves momentos de dificuldades sociais e econômico financeiras que ora atravessamos” e conseguintes “*conturbações de toda natureza*”. Desse modo, seus partidários defendiam que atitude diversa a que tomaram seria equivalente a “jogar uma população inteira e já bem <<esquentada>>, numa luta inglória, de interesses, talvez, mais pessoais do que do próprio povo”, pois, “os maiores partidos (...) encararam seriamente a política nacional e chegaram à conclusão de que criar choques partidários no momento é absolutamente contraproducente.” Para os aliados, portanto, o contexto exigia “pacificação política”, dito de outro modo, trabalho pelo consenso. Buscando-o, os “chefes políticos” estariam revelando “equilíbrio”, isto é, colocando “acima de tudo, os interesses de Montes Claros”. De resto, em um contexto social e político tido como crítico, o município “deve[ria] permanecer unido e indivisível para lutar pelos seus grandes problemas”. Logo, “o povo estará com eles”. Embora se tratasse mesmo de um momento crítico e a mobilização popular se fizesse sentir em alguma medida, a proposta

---

<sup>370</sup> Gazeta do Norte, 12 de julho e 30 de setembro de 1962.

<sup>371</sup> Gazeta do Norte, 2 de setembro, 9 de setembro, 16 de setembro, 30 de setembro e 6 de outubro de 1962.

conservadora, é óbvio, tinha outra razão de ser, a qual, aliás, não constituía nenhuma novidade. Destinava-se a fortalecer nas instâncias superiores do governo a representação política regional a bem do interesse econômico dos setores representados pelos aliados, o que dependia da homogeneização do voto dos eleitores municipais.<sup>372</sup> Enfim, como de costume, assistia-se a um estratagema conservador sob todos os pontos de vista.

Diante do “acordo” Santos se viu, temporariamente, em situação partidária indefinida. Entretanto, segundo ele próprio declarou através da *Gazeta do Norte* “ao Povo de Montes Claros, distritos e povoados”, sua candidatura permaneceria “inarredável” e não recuaria “um passo”. O motivo, afirmou ele: “tenho compromisso com o povo e si eleito governarei para o povo”, uma vez que “sempre estive, e agora mais do que nunca, estou firme ao lado do povo”. Em atitude concorde a essas assertivas, admoestava “os mais bafejados pela sorte [que o] ajuda[ss]em a amenizar” o sofrimento dos “conterrâneos menos favorecidos que vivem nessa luta tremenda pela manutenção e sobrevivência”, “dando-lhes (...) esperanças de melhores dias”. Desse modo, ao apoiar o “acordo”, o PTB, então presidido pelo Coronel Domingos Lopes (cujo título, provavelmente, não foi conquistado em carreira militar), sofreu uma fratura em suas fileiras, tendo a fração majoritária se posicionado a favor da aliança conservadora.<sup>373</sup> Desentendendo-se com a orientação da diretoria local, Santos estudou candidatar-se por legendas inexpressivas, até que, enfim, ao que parece, obteve apoio do diretório estadual, de que fazia parte, para registrar sua candidatura pelo partido.<sup>374</sup> Mas, como indicam as informações compiladas acima, os entraves ao êxito do candidato iam além daquela formalidade. Ele mesmo mostrou-se consciente disso. Dizia saber “perfeitamente das dificuldades” que enfrentaria, não tendo “recursos financeiros e nem meios suficientes para enfrentar os poderosos”. Mas, por outro lado, redargüia, confiava em um resultado positivo “porque os milhões nunca comprarão a consciência desta honesta gente” que, para ele, forneceu “um dos mais belos exêmplos cívicos da história política de Montes Claros, comparecendo ás urnas com independência política e votando livremente” no pleito anterior. Dessa maneira, contando “que cada um seja um pequeno cabo eleitoral”, convidava os eleitores a “derrubar de vez, esta política nefasta,

---

<sup>372</sup> *Gazeta do Norte*, 11 de janeiro e 08 de fevereiro de 1962 – Grifos no original.

<sup>373</sup> *Gazeta do Norte*, 14 de janeiro de 1962.

<sup>374</sup> *Gazeta do Norte*, 7 de junho de 1962.

de acôrdo, de conchavos e combinações que tantos males tem causado e prejudicado a nosso cidadão e a nossa região”.<sup>375</sup> A coligação urdida em favor da eleição de Santos, composta pelo PL, MTR, PSP e PRP, denominou-se Aliança Libertadora.<sup>376</sup>

Se por um lado os registros encontrados na *Gazeta do Norte* acerca do processo eleitoral em questão demonstram que, definitivamente, Pedro Santos não fora o candidato escolhido pelas elites, por outro, sugerem o contrário acerca da opinião formada entre as classes populares sobre ele. Definido-o como “candidato populista”, o próprio semanário reconheceu que, “inegavelmente, o sr. Pedro Santos é o candidato que maior profundidade vem tendo junto as massas populares principalmente nos bairros da cidade”. A certa altura, o comentarista político do jornal chegou a ressaltar, em tom de advertência, que “o líder populista se não for se desgastando até o dia do pleito continuará sendo uma permanente ameaça aos seus contendores do P.S.D. e P.R.”.<sup>377</sup> Cotejando anúncios postos pelo petebista e outros informativos sobre sua campanha oferecidos pelo periódico às diretrizes político-ideológicas inferidas às lideranças populares nos contextos eleitorais em vista, constatamos convergências que podem nos ajudar a confirmar e compreender a escolha de sua candidatura por parte das camadas sócio-econômicas inferiores (Figura 1). Ele não só se propunha a representá-las no poder. Seus materiais de campanha e discursos sugerem entre ele e seus prováveis eleitores uma identificação fundamentada no universo do trabalhismo, a que o candidato se identificava se auto-definindo “trabalhista” e “nacionalista”. Dessa maneira, contemplava expectativas comprovadamente defendidas no âmbito das “associações de classe”, em tese e ao que tudo indica também na prática, termômetro das inclinações dos trabalhadores em geral no contexto examinado. Zeferino Oliveira Guedes, deixando-nos mais uma evidência da orientação política destes, definiu-se a si mesmo e ao extrato social de que fazia parte como “nós os eleitores independentes, que somos contra os trustes, os entreguistas, os Calabás e os Silvérios dos Rêis”.<sup>378</sup> De resto, a favor da escolha popular por Santos, ainda pesava o fato de que ele se fazia passar por um tipo simples, familiar, amigo dos pobres e humanitário, aparentemente bem diverso dos concorrentes (Figura 2; Figura 3).

---

<sup>375</sup> *Gazeta do Norte*, 21 de janeiro de 1962.

<sup>376</sup> *Gazeta do Norte*, 8 de julho de 1962.

<sup>377</sup> *Gazeta do Norte*, 7 de junho e 2 de setembro de 1962.

<sup>378</sup> *Gazeta do Norte*, 16 de setembro de 1962.

Figura 1: Anúncio eleitoral de Pedro Santos.  
Eleições Municipais de 1962.



Fonte: Gazeta do Norte, 01 de abr. de 1962.

Figura 2: Pedro Santos após vencer as  
Eleições Municipais de 1962.



Fonte: Gazeta do Norte, 11 de nov. de 1962.

Figura 3: Anúncio eleitoral de Enéas Mineiro e Luiz de Paula.  
Eleições Municipais de 1962.



Fonte: Gazeta do Norte, 9 de setembro de 1962.

Desse modo, a especificidade da “interpelação”<sup>379</sup> do petebista aos “menos favorecidos” ou trabalhadores pode ter permitido a emergência de uma representação social a seu respeito que, estabelecendo-o como elemento portador de valores e símbolos os quais distinguiam-no enquanto potencial realizador de demandas e interesses historicamente forjados ou partilhados nas experiências de classe destes, certamente, favoreceu-o vencer. Ademais, a interação entre populares, representantes de classe e o candidato através dos eventos de campanha serviria à multidão de eleitores no mesmo sentido. Apesar dos apelos dos conservadores a material simbólico semelhante, postura em parte devida à participação do segmento majoritário do PTB local na Coligação da Vitória, em parte estratégica (Figura 3),<sup>380</sup> trabalhadores votantes ao certo contavam com o fato de serem os partidários de Santos mais convincentes, haja vista seus vínculos, comportamento e idéias políticas algo destoantes aos manifestos pelos tradicionais poderosos. Os elementos que apoiaram Santos apresentavam publicamente postura bem mais contundente, o que não escapou ao crivo da *Gazeta*. Conforme noticiou o periódico, no lançamento oficial da candidatura deste, ocorrido na praça Cel. Ribeiro, centro da cidade, em princípios de julho, “tomaram parte vários oradores”. Robson Crusoé Lourdes de Macedo Moura, vereador pelo PR, teria proferido “um discurso altamente socialista, referindo-se a reformas de bases”, combatendo “a atual administração e o governo do Estado”. O deputado Patrus de Souza, líder da bancada petebista na assembléia estadual e candidato à reeleição, por sua vez, “proferindo um demorado discurso de 90 minutos”, registrou o jornal, “atacou o capitalismo” em vários aspectos, concluindo que “o povo é quem paga o pato, o tubarão é quem ganha”. Por fim, discursou o candidato a prefeito que, respondendo a críticas de seus adversários, afirmou: “Dizem que sou desorganizado, porque atendo o pobre e o rico com a mesma consideração.”<sup>381</sup>

O êxito de Pedro Santos foi tratado em tom de surpresa pela *Gazeta do Norte*, que o entrevistou pouco depois de eleito. Não é difícil inferir algum descontentamento com tal resultado por parte do semanário, que assim apresentou aos

---

<sup>379</sup> FERREIRA, O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In.: FERREIRA (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*, p. 101-103.

<sup>380</sup> Às vésperas do pleito, Francisco Lopes Neto, vice-presidente do diretório do PTB em Montes Claros, defendeu a Coligação da vitória em nome “da agremiação do saudoso, querido e inesquecível Getúlio Vargas – o maior benfeitor da classe operária brasileira”. *Gazeta do Norte*, 4 de outubro de 1962.

<sup>381</sup> *Gazeta do Norte*, 12 de julho de 1962.

leitores o novo prefeito:

Eleito de uma maneira espetacular, sem contar com recursos financeiros e sem ligações com partidos de projeção, contando exclusivamente com seu prestígio pessoal, o dr. Pedro Santos constitui realmente um caso raro, bem parecido com o de Jânio Quadros.

Dêle muito se espera porque não tem obrigações nem compromissos partidários. Espera o povo que a sua administração seja uma revelação, assim como foi uma grande surpresa a sua eleição.<sup>382</sup>

Vencer um “acordo” delineado por segmentos historicamente hegemônicos econômica e politicamente na região, com aval e participação direta das principais lideranças – na tradição e na prática – inscritas nos cimos da política do município, de fato, devia significar ser “eleito de uma maneira espetacular”, ainda mais não dispondo dos “recursos financeiros” e outros meios importantes colocados à disposição do adversário. A comparação a Jânio Quadros, todavia, se não é totalmente esdrúxula, ao certo é algo pejorativa. Basta-nos observar as assertivas a ela relacionadas para o percebermos. A exemplo do insólito presidente, Santos é apresentado como prefeito que não teria “obrigações nem compromissos partidários”, além do que, conforme fora registrado pelo jornal noutra ocasião, não possuiria um plano claro para a administração municipal.<sup>383</sup> Desse modo, não por acaso, esperava-se “que a sua administração fosse uma revelação, assim como foi uma grande surpresa a sua eleição”. Não obstante, vimos que Santos tinha uma relação aparentemente sólida com seu partido, o PTB. Era então membro do diretório estadual, que mantivera claro apoio à sua candidatura, defendendo sua eleição apesar da decisão majoritária do diretório local em apoiar concorrente alheio. Esse fato parece-nos algo importante à medida que a elite política norte-mineira, em regra coincidente com os elementos mais endinheirados, sempre se entendeu muito bem, a despeito das cores partidárias ostentadas em cena, quanto aos objetivos a se buscar através da representação nas várias instâncias governamentais. Nesse sentido, não pouparam esforços para abrir caminho aos seus interesses, noutros termos, para urdir em escala municipal um consenso favorável – conforme suas próprias justificativas – “ao progresso da região”. Dessa maneira, em se tratando de encastelar seus representantes nos cargos políticos de maior importância, poder-se-ia esperar dos “mandões” locais mais que combinações partidárias inesperadas. Lembremos, a fim de

<sup>382</sup> Gazeta do Norte, 11 de novembro de 1962.

<sup>383</sup> Em matéria pela *Gazeta* acerca do comício de lançamento da candidatura de Pedro Santos, destacou-se que o mesmo teria afirmado “que não tem nenhum plano de governo porque não sabe em que situação econômica e financeira receberá a Prefeitura”. *Gazeta do Norte*, 12 de julho de 1962.

ilustrar, atitude do Capitão Enéas Mineiro nas eleições de 1950, quando foi eleito prefeito de Montes Claros. Consta que, a pretexto de garantir aos cidadãos total liberdade para votar, durante o pleito, o candidato manteve a cidade vigiada por apreciável tropa de cavaleiros armados a seu serviço.<sup>384</sup> Naquele ano, ao certo, não poderia haver surpresa quanto ao resultado.

Todavia, nosso interesse não reside em diferenciar o vencedor de 1962 e seus concorrentes quanto ao nível de pragmatismo fisiológico existente em suas atitudes. Em nosso escopo, melhor se ajusta outro propósito. Antes de tudo, importa que Santos diferisse aos políticos tradicionais na visão dos eleitores, os quais, por seu turno, escapavam cada vez mais à dependência dos antigos “mandões”. Nesse ínterim, forjavam formas alternativas e autônomas de organização e participação social e política, apropriavam-se de um vocabulário político, estabeleciam causas, interesses e valores crescentemente determinantes de suas condutas. Com base nessa experiência ou aprendizado, passaram a decidir politicamente nos contextos eleitorais em favor de indivíduos ou partidos que se mostrassem comprometidos com suas próprias referências. Em âmbito municipal, as diretrizes do imaginário sociopolítico popular parecem ter encontrado particular ressonância na figura representada por Santos, o qual, indagado sobre como recebeu sua eleição, respondeu:

(...) a minha eleição eu a recebi como uma expressão cívica do nosso povo, que demonstrou que êle está se politizando celeremente. Ela para mim não constituiu surpresa, (...) confiei plenamente no povo que correspondeu plena e sinceramente, manifestando nas urnas a sua independência política. [E reafirmou] A Prefeitura terá em mim um administrador humilde, cujo chefe real será o povo.<sup>385</sup>

A interpretação proposta pelo vencedor para explicar os resultados eleitorais favoráveis a ele, ao certo recheada de esforço retórico, não seria, entretanto, mero verbalismo. Sugerem-no as coincidências percebidas entre as informações que recolhemos nos arquivos sobre as dimensões simbólica e prática da atuação popular na esfera municipal, os postulados que assinalamos na diversa literatura especializada em temáticas relativas às classes trabalhadoras, nos testemunhos de distintos personagens do contexto pesquisado, dentre autoridades políticas e lideranças populares. Assim, encerramos este trabalho com a sensação de termos confirmado, em alguma medida,

---

<sup>384</sup> FERREIRA, *Cidades de Porte Médio e Populismo*: Montes Claros, um estudo de caso, p. 15.

<sup>385</sup> Gazeta do Norte, 11 de novembro de 1962.

nossa hipótese respeitante à presença de referências trabalhistas no horizonte de expectativas das classes populares locais e na orientação assumida em seu comportamento enquanto tais. A vitória de Santos parece ter resultado de uma interação específica estabelecida entre ele e os trabalhadores emergentes na *urbe* em expansão, numa relação construída com base em vocabulário político comum a ambos, ao menos aparentemente, o qual os situava nas raias da cultura política trabalhista. Contudo, o tema permanecerá à espera de investigação conclusiva, que se valha de documentação mais direta e copiosa sobre as “associações de classe” e suas linhas de atuação no município.

## Considerações Finais

Vistas a partir da escala cronológica que delimitou nossa análise, as ingerências das classes populares ou trabalhadoras na esfera política municipal de Montes Claros, como pressupomos desde o começo, conformaram uma trajetória dotada de sentido mais ou menos claro e um tanto lógico. Ao focalizar a variedade comportamental abarcada naqueles marcos, nossa reflexão foi conduzida dos infortúnios e súplicas do indivíduo pobre e solitário, objeto do *Capítulo 2*, à mobilização de moradores por melhores condições de vida nos bairros, abordada no *Capítulo 3*. A partir deste ponto, chamou-nos atenção a associação dos trabalhadores através de entidades de classe que também se puseram em defesa do “interesse popular”, como parece ter sido demonstrado no *Capítulo 4*. Tornou-se aparente e logo evidente que este percurso expressava, em nível local, a politização observada de um ponto de vista mais amplo na conduta das camadas desprivilegiadas da sociedade brasileira pela literatura especializada, sobretudo, ao fim do período. As oscilações e a multiplicidade percebidas no padrão das ações populares na política montesclarensense revelaram-nos que os atores estudados vivenciaram, então, algum “aprendizado político-democrático”.

Até meados da década de 1940, a presença popular na arena política municipal teve-se, em regra, a intervenções individuais. Estas, voltadas à realização de desejos de ordem pessoal, destacaram-se pelo tom suplicante, deferente, submisso, humilde, dramático e religioso, que dissimulava seu caráter propriamente político. Procurando reatar a vivência dos sujeitos estudados às circunstâncias históricas específicas em que atuaram, percebemos que a prevalência deste comportamento resultara de uma complexa combinação de fatores concernentes às condições objetivas dadas aos mesmos. Atentamos, de modo especial, às adversidades de suas experiências, aos meios disponíveis para superarem seus problemas imediatos e ao discernimento possível quanto aos papéis dos elementos constituintes de sua realidade. Não nos desapercibemos, portanto, do modo de dominação elitista, clientelista e veladamente autoritário então exercido sem empecilhos pelos dirigentes locais, assim como, das condicionantes do momento político nacional que se estendeu de 1937 a 1945. Dentre outros aspectos, estes se revelaram restrições especialmente relevantes à livre

mobilização popular na cidade na primeira fase demarcada no espaço temporal recortado para esta pesquisa. Dessa maneira, foi possível notar que os mecanismos individuais de intervenção apresentavam, por trás do tom de súplica generalizado, um caráter estrategicamente orientado e um conteúdo simbólico variado. Ou seja, compreendiam valores socialmente compartilhados respeitantes aos “direitos” dos pobres, às “obrigações” dos poderosos e, logo, à legitimidade do mando. Contudo, por conveniência, necessidade e/ou especificidade da cultura dos atores, essas clivagens eram dissimuladas através de apelos que enfatizavam a caridade dos governantes, meio pelo qual, em regra, os suplicantes procuravam persuadir os superiores a uma conduta condizente aos seus ideais de “justiça”, valendo-se do incontestável caráter paternalista da política local.

Foi preciso pois que o cenário dos primeiros tempos se diluísse parcialmente, mediante transformações sócio-econômicas locais e estímulos políticos advindos no contexto da “experiência democrática”, para que a política municipal acolhesse a participação popular em termos mais concretos. Nessas condições, a sutil relação entre bem estar, direitos populares e obrigações dos poderes públicos enquanto diretrizes fundamentais do comportamento dos atores teria ocasião de se expressar aberta e preponderantemente, primeiro, através de laços solidários estabelecidos no âmbito da vizinhança e da mobilização desta, segundo, por meio da adesão de alguns trabalhadores periféricos a associações profissionais, as quais, sintomaticamente, além de propugnarem demandas relativas ao universo do trabalho, envolveram-se na luta por melhores condições de vida para o “povo”. Ao reconstituir algumas ações desta ordem, deparamo-nos com os sujeitos pesquisados descobrindo a identidade de seus interesses, estabelecendo lideranças, “associações de classe”, enfim, metamorfoseando-se em agentes coletivos, os quais, ao fim do período, apresentavam perante as autoridades administrativas, em comparação ao padrão anterior, postura nitidamente mais autônoma e contundente, além de claras opções “ideológicas” em meio às alternativas estabelecidas no campo político nacional.

Conforme revelou-nos o exame das posições assumidas pelas lideranças dos trabalhadores locais em relação aos pleitos de 1960 e 1962, politicamente, eles convergiram à tradição trabalhista/nacionalista. A confluência entre o aprendizado

associativo que experienciaram desde meados dos anos 1940 e esta orientação, adotada um pouco mais tarde, muito provavelmente, acarretou algum impacto no âmbito das disputas pela administração municipal. Não teria sido fruto de mera coincidência as derradeiras eleições municipais do período, concomitantes ao zênite da mobilização popular em geral, resultarem em derrota aos políticos tradicionais que, indefinidamente, exerciam com exclusividade o domínio do governo da cidade. Afinal, o declarado opositor da aliança continuísta, Pedro Santos, que a venceu definindo-se “trabalhista” e “nacionalista”, desfrutando apoio do diretório estadual do PTB não obstante o engajamento da diretoria local do partido na campanha de seu principal oponente, conclamara em seu favor para “derrubar” a política dominante – em sua conceituação “nefasta”, efetivada através de “acordos”, “conchavos” e “combinações” prejudiciais aos “cidadãos” – os menos favorecidos e/ou trabalhadores, cuja melhoria de vida dizia ser sua principal causa. E, segundo registros contemporâneos, conseguiu notória penetração nos subúrbios. Tais características distinguiam-no de seus concorrentes. A simpatia dos pobres, conforme alertou a imprensa, ameaçava-os. Concluímos, portanto, que a preferência do eleitorado dos bairros por Santos decorreu da identificação do mesmo, na perspectiva dos votantes, ao ideário do trabalhismo, que concatenava as esperanças destes em dias melhores.

Ao fim e ao cabo, portanto, as liberdades democráticas da segunda metade do período criaram alguns inconvenientes ao plácido domínio dos políticos convencionais também no plano local. É certo que as intervenções populares examinadas, em momento algum, representaram risco as estruturas criadas pelo poder vigente, não havendo sequer questionamentos diretos a ele. Mas não parecem restar dúvidas que as alternativas de participação criadas pelos trabalhadores locais alçaram caráter determinante, sobretudo, após incorporarem entre seus referenciais valores, normas e representações colhidas no horizonte da cultura política trabalhista, contribuindo para alterar, momentaneamente, o fluxo sucessório no executivo municipal. Nas eleições de 1966, no entanto, as classes dominantes recuperariam o posto estratégico à manutenção de sua hegemonia política, obtendo a vitória Antônio Lafeté Rebello, candidato pela ARENA.

## Referências

### Fontes

- **Arquivo Público da Câmara Municipal de Montes Claros/APCM – Prefeitura Municipal de Montes Claros**

- **Conjuntos documentais consultados:**

- **Pastas de Amostragem Documental:**

- APCM/PAD/1948.
- APCM/PAD/1954.
- APCM/PAD/1956.
- APCM/PAD/1958.
- APCM/PAD/1959.
- APCM/PAD/1961.
- APCM/PAD/1963.

- **Outros:**

- APCM, *Solicitações e Comunicações Diversas*, 1953 a 1959.
- APCM. *Prefeitos de Montes Claros*, [1988].
- APCM. *Presidentes da Câmara de Montes Claros*, [1988].

- **Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR – Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES**

- **Projeto Preservação Digital do Acervo da Administração Pública de Montes Claros**

- **Conjuntos documentais consultados em fase de organização do acervo:**

- DPDOR/APMC/caixa 23/pacote 95/doc. 003.090/1932.
- DPDOR/APMC/caixa 24/pacote 96/doc. 003.140/07.02.1934.
- DPDOR/APMC/caixa 24/pacote 96/doc. 003.140/1934.
- DPDOR/APMC/caixa 24/pacote 99/doc. 003.368/11.09.1934
- DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 100/doc. 003.471/28.06.1935.
- DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 101/doc. 003.528/1935.
- DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 101/doc. 003.532/1935.
- DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 105/doc. 003.392A, 1937.
- DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 105/doc. 003.783, [1937].
- DPDOR/APMC/caixa 26/pacote 106/doc. 003.863, 27.04.1937.

- DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 104/doc. 003.772, 01.12.1936-24.11.1937.
- DPDOR/APMC/caixa 27/pacote 111/doc. 004.410/ 1939.01.23.
- DPDOR/APMC/caixa 27/pacote 112/doc. 004.449/10.04.1939
- DPDOR/APMC/caixa 29/pacote 116/doc. 004.763/1940.10.15.
- DPDOR/APMC/caixa 31/pacote 124/doc. 005.195, 20.09.1944.
- DPDOR/APMC/caixa 31/pacote 127/doc. 005.281/1947.02.17.
- DPDOR/APMC/caixa 32/pacote 129/doc. 005.389/24.01.1948.
- DPDOR/APMC/caixa 33/pacote 132/ doc. 005.524/08.08.1949.
- DPDOR/APMC/caixa 33/pacote 144/doc. 005.890, 29.03.1959.
- DPDOR/APMC/caixa 35/pacote 136/doc. 005.657, 1952.
- DPDOR/APMC/caixa 35/pacote 136/doc. 005.684, 13.11.1952.
- DPDOR/APMC/caixa 35/pacote 138/doc. 005.728, 17.02.1954.
- DPDOR/APMC/caixa 36/pacote 141/doc. 005.802/23.04.1957.
- DPDOR/APMC/caixa 36/pacote 141/doc. 005.805/04.07.1957 a 27.04.1957.
- DPDOR/APMC/caixa 37/pacote 144/doc. 005.890, 04.02.1959.
- DPDOR/APMC/caixa 37/pacote 145/documento 005.916/20.04.1959.

● **Conjuntos documentais consultados com o acervo já organizado:**

- APCM 004/APMC.47.01.07/000.002/1947/12/23. 132 p.
- APCM 004/APMC.47.01.27/000.005/1948/05/04. 2 p.
- APCM 005/APMC. 48.01.12/000.114/1952/10/18. 6 p.
- APCM 005/APMC. 49.01.07/000.002/1955/02/01. 303 p.
- APCM 006/APCM. 50.01.05/000.002/1959/02/02. 945 p.
- APCM 006/APCM.50.01.13/000.009/1959/11/03. 10 p.
- APCM 007/APMC.51.01.13/000.001/1963/03/03. 2 p.
- DPDOR 006/APMC.40.01.03/000.001/1933/01/31. p. 21.
- DPDOR 006/APMC.42.01.01/000.001/1934/05/25. 46 p.
- DPDOR 006/APCM.42.01.02/000.001/1934/05/026. 66 p.
- DPDOR 006/APMC. 43.01.01/000.001/1934/09/11. 93 p.
- DPDOR 006/APMC. 44.01.02/000.001/1935/06/17. 365 p.
- DPDOR 006/APMC.44.01.03/000.001/1935/07/03. 387 p.
- DPDOR 007/APMC 46.01.07/000.001/1937/12/09. 621p.
- DPDOR 007/APMC. 46.01.07/000.001/1937/12/09. 292 p.
- DPDOR 007/APMC. 46.01.07/000.001/1937/12/09. 621 p.
- DPDOR 007/APMC.46.01.17/000.002/1938/06/28. 54 p.
- DPDOR 007/APMC. 47.01.07/000.001/1942/06/22. 238 p.
- DPDOR 007/APMC. 47.01.07/000.001/1942/06/22. 341 p.
- DPDOR 007/APMC.47.01.07/000.001/1942/06/22. 235 p.
- DPDOR 007/APMC.47.05.03/000.001/1943. 29 p.
- DPDOR 008/APMC.48.05.06/000.001/1950/05/22. 130 p.
- DPDOR 008/APMC.49.05.03/000.001/1957/09/14. 3 p.
- DPDOR 008/APMC.50.01.05/000.001/1959/02/04. 411 p.
- DPDOR 008/APMC.50.05.03/000.001/1959/05/20. 23 p.
- DPDOR 008/APMC.50.03.05/000.002/1962/05/30. 3 p.
- DPDOR 009/APMC.51.05.01/000.001/1963/02/21. 8 p.

• **Outros:**

- Folha do Norte, 1930.
- Gazeta do Norte, 1945.
- Gazeta do Norte, 1959.
- Gazeta do Norte, 1960.
- Gazeta do Norte, 1962.

• **Centro Cultural Hermes de Paula**

- Revista Montes Claros em Foco, novembro de 1956.

• **Memórias**

- BRANDÃO, Gildete; CARVALHO, Milene Aparecida; FERREIRA, Wilma Terezinha; GOMES, Iobe Araújo Botelho; RABELO, Sofia. *Montes Claros Notícia. S.l. : s.n.*, 1965.

## Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Lei da Boa Razão e repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. *Vária História*. Belo Horizonte, dezembro de 2002, n. 28, p. 29-38.

. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1988.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In.: Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem. v. 5. Lisboa: Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública, In.: RÉMOND, René (Dir.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 185-230.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX; SIRINELLI (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BRITO, Gy Reis Gomes. *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estrepes e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História – Culturas Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros*. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO JR, Edi de Freitas. *História, cotidiano popular e política: Montes Claros entre 1930 e 1964*. 2005. Monografia. Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, Belo horizonte, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In.: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 105-130.

. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

. *Brasileiro: cidadão?* In.: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 273-288.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *In.: Pontos e Bordados. Escritos de história e política.* Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 130-155.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação, *In.: À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude.* Porto Alegre/RS: UFRGS, 2002. p. 61-79.

. *Cultura popular: revisando um conceito historiográfico.* Revista Estudos Históricos. v. 8. n. 16. Rio de Janeiro, 1995. p. 179-192.

COCHART, Dominique. *As multidões e a Comuna: Análise dos Primeiros Escritos Sobre Psicologia das Multidões.* Revista Brasileira de História. V. 10. N. 20. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, março-agosto de 1991. p. 113 e 128.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. *In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.), O tempo do nacional-estatismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 213-239 (O Brasil Republicano; 2).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.* 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* 7ª ed. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FERREIRA, Jorge. *A cultura política dos trabalhadores no Primeiro Governo Vargas.* Revista Estudos Históricos. v. 3. n. 6. Rio de Janeiro, 1990. p. 180-195.

. A democratização de 1945 e o movimento queremista. *In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). O tempo da experiência democrática.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano; 3). p. 15-46.

. O governo Goulart e o golpe. *In.: FERREIRA; DELGADO (Orgs.), O tempo da experiência democrática.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano; 3). p. 345-404.

. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. *In.: FERREIRA (Org.), O populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

. Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945. *In.: O imaginário trabalhista: getulhismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 19-95.

. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Marcelo Valmor. *Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, um estudo de caso*. 2002. Dissertação (Mestrado em História – Culturas Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In.: RÉMOND, René (Dir.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 185-230. p. 5-8.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi; FONTES, Paulo. Peculiaridades de E. P. Thompson, In.: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). *E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas/SP: Unicamp, 2001. p. 21-57.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In.: FERREIRA (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.

HEYMANA, Luciana Quillet. “*Quem não tem padrinho morre pagão*”: fragmentos de um discurso sobre o poder. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/idx\\_edicoes\\_antteriores.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/idx_edicoes_antteriores.asp)>. Acesso em: 05/01/04.

HOBBSBAWM, Eric J. A história de baixo para cima. In.: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. 8ª ed. v.13. São Paulo: Brasiliense, 1992 (Tudo é História).

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. Revista Estudos Históricos. v. 13. n. 24, 1999. p. 227-250.

LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Primeiros Passos; 309).

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999 (Ciências Sociais).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O conceito de cultura política. In.: *Anais do X Encontro Regional da ANPUH/MG*. Mariana/MG, 1996. p. 83-91.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza – CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova Cidade, Velha Política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste*. Maceió: Edufal, 2000.

PAMPLONA, Marco Antonio Villela. *A historiografia do protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas*. Revista Estudos Históricos. n. 17. Rio de Janeiro, 1996.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros, MG: UNIMONTES, 2002.

; OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. *A invenção do 03 de julho em Montes Claros*. REVISTA UNIMONTES CIENTÍFICA, v.5, n.1, jan./jul. de 2003.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *Patrimonialismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. 2002. 173 f. Dissertação (Mestrado em História – Culturas Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. *In.: História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed., v. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1977. p. 154-190.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. *In.: FERREIRA, Jorge Luiz. (Org.), O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 319-377.

REIS, Elisa Pereira. *Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão*. Revista Estudos Históricos. v. 3, n. 6. Rio de Janeiro, 1990. p. 161-179

RÉMOND, René. Do político. *In.: RÉMOND, René (Dir.). Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-450.

. Uma história presente. *In.: RÉMOND, René (Dir.). Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). *In.: CARDOSO, Ruth C. L (org.). A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-67.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In.: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. Segundo capítulo, p. 39-62.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Kaliana Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Imaginário. *In.: Dicionários de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 213-218.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da Classe Operária Inglesa*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Oficina da História).

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses. *In.: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas/SP: Unicamp, 2001, p. 75-180.

. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

. Folclore, Antropologia e História Social. *In.: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas/SP: Unicamp, 2001. p 227-286.

TODOROV, Tvezan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VELOSO, Cândida Maria dos Santos. *A política dos outros: pobreza em Montes Claros (1960-1980)*. 2002. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.